

J. CAPISTRANO DE ABREU

CAPÍTULOS
DE
HISTORIA COLONIAL
(1500 --- 1800)

4.ª EDIÇÃO

REVISTA ANOTADA E PREFACIADA

POR

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

PUBLICAÇÕES
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

SECRETARIA
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

EXEMPLAR **Nº** **070**
DE

Membro da SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL
(1500-1800)

**PUBLICAÇÕES DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU**

- Capítulos de História Colonial (1500-1800) — Tip. Leuzinger, 1928. (2.ª edição, esgotada).**
- O Descobrimento do Brasil — Tip. Anuário do Brasil, 1929. (1.ª edição).**
- Caminhos antigos e povoamento do Brasil — Liv. Briguier, 1930. (1.ª edição).**
- Ensaio e Estudos (Crítica e História). 1.ª série — Liv. Briguier, 1931. (1.ª edição).**
- Ensaio e Estudos (Crítica e História). 2.ª série — Liv. Briguier, 1932. (1.ª edição).**
- Capítulos de História Colonial (1500-1800). — Liv. Briguier, 1934. (3.ª edição).**
- Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (Confissões da Bahia, 1951-92), com prefácio de J. Capistrano de Abreu. — Liv. Briguier, 1935. (2.ª edição).**
- Ensaio e Estudos (Crítica e História). 3.ª série. — Liv. Briguier, 1938. (1.ª edição).**
- rã-txa hu-ni-ku-ĩ, a lingua dos Caxinauás do rio Ibuacú, afluente do Murú (Prefeitura de Turauacá). — Liv. Briguier, 1941. (2.ª edição, com as emendas do Autor e um estudo crítico do Prof. Theodor Koch-Grünberg).**
- Capítulos de História Colonial (1500-1800). — Liv. Briguier, 1954. (4.ª edição). Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues.**



Retrato estampado em "Fon-Fon", de 10-XI-1907

J. CAPISTRANO DE ABREU

CAPÍTULOS
DE
HISTÓRIA COLONIAL

(1500 — 1800)

4.^a EDIÇÃO

REVISTA, ANOTADA E PREFACIADA

por

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

981.01
AB

Nº - 294

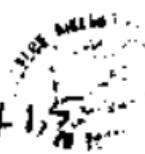
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
LIVRARIA BRIGUIET

1954

Esta edição consta de quatro mil e quatrocentos exemplares, dos quais quatro mil exemplares em papel comum e quatrocentos exemplares em papel superior, tipo apergaminhado de primeira, sendo duzentos -- numerados de 1 a 200 -- destinados aos membros da Sociedade Capistrano de Abreu, e duzentos -- numerados de 201 a 400 -- preparados para os bibliófilos.

Foi feita ainda, sob o patrocínio do Instituto Nacional do Livro, uma tiragem especial de mil exemplares -- numerados de 401 a 1400 -- em papel superior, tipo apergaminhado de primeira, comemorativa do Primeiro Centenário de Capistrano de Abreu.

P. 55.715



SUMARIO

Explicação	5
I. Antecedentes indígenas	41
II. Fatores exóticos	59
III. Os descobridores	67
IV. Primeiros conflitos	83
V. Capitãnia hereditárias	91
VI. Capitãnia da Coroa	103
VII. Franceses e espanhóis	117
VIII. Guerras flamengas	143
IX. O sertão	177
X. Formação dos limites	283
XI. Três séculos depois	305
Anotações de João Capistrano de Abreu (no exemplar de sua biblioteca e no de Adriano de Abreu)	339
Anotações de John Casper Branner (no exemplar de Adriano de Abreu)	340
Anotações de Philipp von Luetzellburg (no exemplar de Adriano de Abreu)	342
Notas de José Honório Rodrigues	345
Índice de nomes e de assuntos	361

EXPLICAÇÃO

NORMAS DA 4.^a EDIÇÃO

Esta 4.^a edição dos Capítulos de História Colonial, comemorativa do primeiro centenário do nascimento de João Capistrano de Abreu, é rigorosamente fiel a 1.^a edição, a única publicada em vida do autor e revista por êle e seu amigo Manuel Said Ali Ida, falecido êste ano. A 2.^a (1928) e a 3.^a (1934) não foram revistas pelo autor, falecido em 1927, e como esta ocorreram sob os auspícios da Sociedade Capistrano de Abreu. Infelizmente, acumularam-se enganos e omissões de origem tipográfica e pequenas modificações introduzidas pelos revisores das edições de 1928 e 1934, como se poderá observar nas notas que seguem o texto.

De modo geral pode-se dizer que esta 4.^a edição obedece a uma única norma: a fidelidade rigorosa ao texto da 1.^a, mesmo quanto à colocação de pronomes, o que não foi seguido em 1928 e 1934, com as seguintes exceções: 1) modernização ortográfica, segundo o acôrdo de 1943; 2) correção dos textos citados, que foram identificados e colacionados, exceto uns poucos que, infelizmente, não conseguimos localizar; 3) adoção uniforme de nomes gentílicos e estrangeiros, segundo as melhores autoridades que pudemos consultar. As notas finais visam não somente a registrar algumas alterações ocorridas nas edições de 1928 e especialmente na de 1934, como dar a procedência das citações e, raras vêzes, atualizar um livro de quase cinqüenta anos.

Por volta de 1946, quando já se reviam as provas da 4.^a edição, foi esta inteiramente suspensa, de ordem de Adriano de Abreu, filho do autor e represen-

tante masculino da família na Comissão Executiva. Ficou, então, o editor com a composição porada, impossibilidade de atender aos inúmeros e sempre crescentes pedidos de exemplares do Brasil e do estrangeiro.

AS NOTAS

Os textos citados sem indicação de procedência, num autor como Capistrano de Abreu, que no mesmo ano da 1.^a edição destes Capítulos (1907) publicava uma edição anotada do 1.^o volume da História Geral do Brasil de Varnhagen, atualizando-a e revelando a origem das informações, mostram que só razões muito fortes o teriam levado a não fazer a indicação de fontes neste livro.

Ele não tinha dúvida sobre a necessidade imprescindível de obedecer a esta regra metodológica. A 3.^a edição do 1.^o volume de Varnhagen mostra sua inteira filiação a este princípio e, em 1904, perguntava ao Barão de Studart: "Por que não dás a procedência dos documentos que publicas? Felix Ferreira, sujeito aliás pouco fidedigno, contou-me que indo um dia visitar Melo Morais, encontrou-o queimando uns papéis; estou queimando estes documentos, explicou-lhe o alagoano historiador (?), porque mais tarde, quando quiserem estudar história do Brasil hão de recorrer às minhas obras. Tu não és Melo Morais. Varnhagen, pelo menos na Torre do Tombo, levou para casa alguns documentos e se esqueceu de restitui-los; não podia depois indicar a procedência. Tu não és Varnhagen. Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica de fontes criada por Leopoldo von Ranke na Alemanha, foi renovada a fisionomia da história?" (1).

(1) Carta a Guilherme Studart, de 29 de abril de 1904.

A pressa da encomenda, a rapidez com que teve de elaborar em um ano estes Capítulos e especialmente o limite de 120 páginas imposto pelo editor — e Capistrano escreveu 300 — o impediram de cumprir uma obrigação a que se sentia consciente e moralmente ligado. Só isto explica a falta das citações e só isto justifica as notas agora apostas no fim, para mostrar as fontes utilizadas.

COMO NASCERAM OS CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL

Aos 21 anos de idade, em 1874, quando escreveu aquêles perfis juvenis sôbre Junqueira Freire e Casimiro de Abreu, ensaios críticos de surpreendente maturação, Capistrano de Abreu teve a primeira aspiração de redigir uma nova história do Brasil. "Sabe que há hoje exatamente 50 anos tive a primeira idéia de escrever uma história do Brasil?", dirá êle a Paulo Prado (2).

E a João Lúcio de Azevedo escrevera antes: "Tenho presente a primeira vez em que me veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo o comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, reia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz." Vierá depois para o Rio de Janeiro, em 1875, e aqui fizera duas aquisições: "saber alemão o bastante para lê-lo na réde, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário e através de Wappaeus, Peschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil" (3).

Em 1890 renasce-lhe a idéia e a transmite ao seu amigo Rio Branco: "Dou-lhe uma grande notícia (para mim): estou resolvido a escrever a história do Brasil.

(2) Carta a Paulo Prado, de 20 de maio de 1924.

(3) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 19 de março de 1917.

não a que sonhei há muitos anos no Ceará, depois de ter lido Dackle, e no entusiasmo daquela leitura que fez época em minha vida, — uma história modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807. Escrevo-a porque posso reunir muita coisa que está esparsa, e espero encadear melhor certos fatos, e chamar atenção para certos aspectos até agora menos prezados. Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebra os quadros de ferro de Varnhagen que, introduzidos por Macedo no Colégio de Pedro II, ainda hoje são a base de nosso ensino. As bandeiras, as minas, as estradas, a criação de gado pode dizer-se que ainda são desconhecidas, como, aliás, quase todo o século XVII, tirando-se as guerras espanholas e holandesas" (4).

Entusiasmado pela idéia, trabalhava na Biblioteca Nacional seis horas por dia, estudando, pesquisando, mergulhado em manuscritos, espanando as poeiras do Conselho Ultramarino, remexendo papéis, copiando e fazendo copiar para Rio Branco (5). Em troca recebia d'este documentos primordiais que lhe solicitara e diligenciava a publicação de textos, como as Histórias da Fundação dos Colégios do Rio de Janeiro e da Bahia (6). Enfronhara-se de tal modo na história colonial que podia apontar quais as lacunas mais graves e os meios documentais para resolvê-las. A questão mais importante da história pátria, o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba, poderia ser resolvida com os dois manuscritos que esperava em breve receber: a "História Eclesiástica do Brasil" de Gonçalves Soares França, que estava em Lisboa, e a "Descrição da Bahia" de Bernardo Vieira Ravasco, irmão do Padre Antônio Vieira, cujo texto Lino de Assunção procurava localizar em Portugal (7).

(4) Carta a Rio Branco, de 17 de abril de 1890.

(5) Cartas a Rio Branco, de 8 de fevereiro de 1887 e 17 de abril de 1890.

(6) Carta a Rio Branco, de 8 de maio de 1887.

(7) Carta a Rio Branco, de 9 de abril de 1887.

Quando começara seus estudos de história pátria chamara-lhe especial atenção o século XVI, dizia o Rio Branco. "Ainda gosto muito d'êlé, mas agora o que me seduz mais é o século XVII, principalmente depois da guerra holandesa. Vejo nêlé tantas questões e sobretudo tanta obscuridade. Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar êste século. Preencher estas lacunas é, portanto, meu interêsse principal. Para o Estado do Maranhão, o problema não é difficil; mas para o resto, sem crônicas e apenas com documentos officiais, parece-me tarefa árdua" (8).

Capistrano trouxe aos estudos sôbre o povoamento e os caminhos antigos uma contribuição inestimável. Pode-se dizer que êle renovou com seus eselarecimentos não só a fisionomia mas a própria vida dos estudos históricos brasileiros. É durante tôda a existência permaneceu fiel ao problema e à sua completa decifração. Muitos anos mais tarde, em 14 de setembro de 1916, êle repetirá a João Lúcio de Azevedo que "não há questão mais importante que a ruptura da grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia. Creio que cairia em deliquio se lêsse o roteiro de João Velho (sic), se lêsse o roteiro de João Velho do Vale, feito por ordem de Gomes Freire. O ideal da história do Brasil seria uma em que o lugar ocupado pelas guerras flamengas e castelhanas passasse aos sucessos estranhos a tais sucessos. Talvez nossos netos consigam ver isto" (9).

Uma intranquã curiosidade por certos trechos considerados fundamentais à solução dos problemas e lacunas que êle mesmo propusera e encontrara agitava continuamente seu espirito. Não era só o deliquio a consequência do encontro feliz de certos documentos, mas também o prazer mais calmo e sossegado.

(8) Carta a Rio Branco, do 9 de abril de 1887.

(9) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 14 de setembro de 1916.

"O Regimento de Manoel Lôbo é um dos documentos que maior prazer me tem causado no estudo da nossa história, porque mostrou-me que a Regente estava de boa fé, coisa de que eu duvidava" (10).

Como um verdadeiro historiador Capistrano era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato; ela exige imaginação que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção já sentida, que viva o orgulho ou a humilhação já provados. Ser desapassionado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram. Não era a conquista da Colônia do Sacramento só que o interessava; não era só a coisa, era o espírito da coisa.

Seus planos eram, como sempre, simples e rápidos e como sempre a vida o impedia de realizá-los. "Se se passar tudo como desejo, no dia 1.º de dezembro partirei para Santa Rita de Passa Quatro, no Mogi-guaçu e lá em São Paulo (gosto tanto de São Paulo, que acredito ter nascido lá, quando vi os campos de Mogi das Cruzes e do Ipiranga, pareceu-me que de muito me eram familiares) pretendo escrever em quatro meses de férias o infernal livro de que tantas vezes me tenho desesperado" (11).

Mas o demônio da pesquisa e a graça da recriação vivem num conflito permanente. O desejo de ser exultante impedia-o de produzir às pressas. Não o preocupava o preconceito do inédito (12), mas para êle não havia em história "maior lôgro que a alusão" (13). Por isso era preciso pesquisar e logo adiar o trabalho. Uma investigação como a que pediu agora a Rio Branco — "consiga do Barão de Arinos informação minuciosa do que há no Vaticano, na Propaganda Fide sobre o Brasil, antes de 1807" -- para decidir se devia

(10) Carta a Rio Branco, de 20 de abril de 1888.

(11) Carta a Rio Branco, de 17 de abril de 1890.

(12) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 18 de março de 1918.

(13) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 16 de abril de 1921.

ou não adiar sua empresa (14), era, para usar a sua própria imagem, como um pedaço d'água que medido a olho não dava idéa das braçadas necessárias para atravessá-lo a nado (15). Era um oceano que não podia ser assim vencido de um momento para outro. A idéa seria abandonada, como já fôra antes.

Preparava-se para escrever seu belo livro reunindo não só elementos de fato como elementos teóricos. Estudava não só história como economia e psicologia. "Tenho estado lendo coisas diversas, um livro de Wundt sobre psicologia, necessário para se entender sua grande obra sobre a psicologia dos povos, de que já tenho dois volumes; um livro de Breysig sobre a história da civilização dos tempos modernos, em que espero aprender alguma coisa applicável à história do Brasil; uma história universal de Helmoltz, que começa pelas Américas e vai seguindo a ordem geográfica até no quarto volume chegar à Europa, e acabar no último volume, 8.º, com o Oceano Atlântico; tenho aqui só o 1.º e o 7.º que termina a Idade Média. Tenho lido também Carlyle" (16). "Estou lendo economia política de Schmoller, que é um livro monumental. Quando me lembro que por certas críticas fideindignas, como hoje reconheço, passei tantos anos sem fazer conhecimento com um espirito superior e luminoso, com cuja privança podia ter adiantado anos, fico triste" (17). Uns dias mais tarde informava: "Limitei as horas de história geral e economia política, e estou todo na história do Brasil" (18).

Mas não abandonará completamente a economia política nem Schmoller, que lhe deu idéias e sugestões para a compreensão da economia colonial. Em 1902

(14) Carta a Rio Branco, de 17 de abril de 1890.

(15) Carta a Rodolfo Garcia, de Domingo da Páscoa de 1929 (4 de abril).

(16) Carta a Mário de Alencar, de 11 de agosto de 1901.

(17) Carta a Mário de Alencar, de 17 de agosto de 1901.

(18) Carta a Mário de Alencar, de 28 de agosto de 1901.

dirá a Studart: "Estou metido em economia política até os olhos, e agora encontrei o livro de um professor da Politécnica de Zurique, que junto ao Bücher, hoje traduzido em francês e que muito lhe recomendo, me tem ajudado bastante" (19).

Capistrano era um autodidata, mas quem, lendo sua obra, sentirá esta formação? Que contemporâneo jamais percebeu isto? A surpresa estava em saber que ele não tivera uma direção superior, que ele mesmo dirigira seu caminho, tão bem que ninguém se apercebia. Ele, sim, podia lamentar-se e esperar que ao filho querido não acontecesse o mesmo: "Fraco consólo é saber que se Abril [Fernando] tiver gosto por estudos congêneres não será condenado à aprendizagem de cabra-cegu, de que não me foi dado escapar" (20).

Era do homem o seu caminho, e ele o soubera achar, dificilmente ou não, lendo autores que, na sua maioria, são ainda hoje reputados e lidos, e que lhe serviram para, sob nova luz, interpretar a história do Brasil.

Em 1903 seu sonho adquire novas formas. "Pretendo acompanhar cada volume de Varnhagen (serão três, o primeiro acaba na conquista do Maranhão) de uma introdução de cem páginas fazendo a síntese do período correspondente. Se levar isto ao cabo fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume do formato de um romance francês" (21).

Mas a História Geral de Varnhagen ficou no primeiro volume e suas introduções reduzidas a notas, comentários e identificações de fontes. A idéia vai, porém, germinar agora, na oportunidade que lhe oferece Mário Behring, funcionário da Biblioteca Nacional e um dos proprietários da revista Kosmos. Num dos últimos dias de 1904, Behring, que mais tarde foi diretor da

(19) Carta a Guilherme Studart, de 20 de novembro de 1903.

(20) Carta a Mário de Alencar, de 17 de agosto de 1901.

(21) Carta a Studart, de 28 de outubro de 1903.

Biblioteca, encontrou-o, diz êle, "no momento psicológico e prometi publicar lá a minha história do Brasil. Tomei como fato consumado meu folheto sobre o descobrimento impresso pelo Laemmert e comecei com as primeiras explorações. Já saíram três artigos, o quarto está se compondo, desde ontem estou liberto da terrível divisão em capitánias, o assunto mais incapaz de receber uma forma apresentável que eu conheço." E seu método era simples, pois êle queria escrever uma síntese fiel, exata, segura, atual. Por isso acrescentaria a Ramos Paz que por aquêle "teor coberia em cada capítulo a narrativa de oito anos e a coisa assumiria proporções descomunais. Isto será só no principio: o quinto, o sexto e sétimo abarcarão mais de quinze anos cada um, em Pernambuco, São Paulo e Bahia, de 1534 a 1549; depois a coisa correrá mais depressa" (22).

E assim começam a ser publicados os capítulos, na revista Kosmos, sob o título de "História Pátria". O primeiro, publicado em janeiro de 1905, examinava as primeiras explorações, os trinta primeiros anos de nossa história. Em tudo se assemelha à forma adotada, um ano mais tarde, para os Breves Traços, título com que primeiro apareceram os Capítulos de História Colonial na publicação do Centro Industrial, sendo o segundo adotado na separata. Diferiam apenas as citações das fontes, feitas de acôrdo com o rigor do método. O segundo artigo, impresso em fevereiro de 1905, estuda a viagem de Martin Afonso e os primeiros conflitos e tem forma diferente da parte sob êste título publicada nos Capítulos. O terceiro, estampado em março do mesmo ano, é igual ao Capítulo II do livro, que versa a principio sobre Portugal e suas condições na época da Descoberta, e para o qual tanta influência exerceu o livro de Costa Lôbo (23). É um

(22) Carta a Ramos Paz, de 12 de abril de 1905.

(23) Carta a Stuart, de 12 de abril de 1905. Os artigos primeiro e terceiro, janeiro e março de 1905, foram reproduzidos in *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capitanias de Abreu, 1929, p. 311-337.

resumo muito rápido e bem menor que o Capítulo II dos Capítulos, cuidando em seguida da viagem de Martim Afonso, prosseguida logo depois de fundadas as duas vilas em São Vicente e nos campos de Piratiningu. A luta com a nau francesa "La Pélerine", que no livro faz parte dos primeiros conflitos, é nos artigos debatida neste número de março. Em abril o estudo começava pela sugestão que Diogo Gouveia oferecera ao Rei, trecho que é um dos últimos parágrafos do Capítulo IV do livro, e tratava das capitánias hereditárias, que constituem o Capítulo V do livro. Em maio seu artigo se occupava do 3 de maio e do dia da descoberta, revelando uma erudição e um conhecimento de cronologia histórica exemplares. Este trabalho, um modelo a revelar a sua força nas disciplinas auxiliares da história, não foi aproveitado no livro, que não era erudito, mas sim sintético, nem até hoje nos Ensaio e Estudos, reunidos pela Sociedade Capistrano de Abreu (24). Em julho analisa a obra de Duarte Coelho num ensaio também não utilizado nos Capítulos, que merecia ser novamente divulgada nos Ensaio e Estudos editados pela Sociedade. É um estudo magnífico sobre os esforços do donatário, seus resultados e defeitos. Assim terminam esses primeiros ensaios, forma ainda indefinida dos Capítulos que sairão enxutos, limpos de toda erudição, mas exatos, fiéis, seguros e atuais, como exige uma boa síntese.

Na realidade, esses artigos surgiram para servir de prólogo à edição de Varnhagen, "mas quando disse ao livreiro que cada prólogo ficara com mais de cent páginas, revelou entusiasmo bem moderado. À vista disto, optei pela publicação mensal, que terá a vantagem de tuas observações, notas e correções que te peço agora e não dispense", escreve êle a Studart (25). Em abril de 1905 já pensava no sétimo artigo, que

(24) Este, como muitos outros estudos não reeditados, será brevemente reimpresso nas 4.ª e 5.ª séries dos Ensaio e Estudos.

(25) Carta a Studart, de 12 de abril de 1905.

deveria chegar a Tomé de Sousa. "Ficará assim para cada um a média de sete anos: é escala muito grande; depois do sétimo reduzirei a petipé" (26). Mas não o escreveu, parando nos seis artigos, dos quais quatro foram aproveitados nos futuros Capítulos.

OS BREVES TRAÇOS DA HISTÓRIA DO BRASIL OU NOÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL ATÉ 1800

O Centro Industrial do Brasil fôra incumbido, em dezembro de 1905, pelo dr. Lauro Müller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, "de reunir em uma obra as informações relativas a tôdas as indústrias exploradas no país, de modo a permitir que se forme a mais completa e exata idéia do que somos e do que somos, do que fizemos e do que estamos empreendendo, de tudo, enfim, que possa pôr em relêvo os extraordinários recursos naturais ou criados da nossa pátria, o progresso que ela tem feito e os esforços tentados pelos brasileiros para satisfazerem a aspiração comum de torná-la cada vez mais forte, mais rica e mais considerada no convívio das nações" (27). Com êstes propósitos, o Centro Industrial do Brasil, que funcionava na Rua 1.º de Março 75, sobrado (dirigido pelo dr. Luis Rafael Veira Souto, engenheiro, professor da Escola Politécnica, presidente da Comissão Fiscal das Obras do Porto do Rio de Janeiro), iniciou a redação d'O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias, em cujo primeiro volume, na parte introdutiva, colabora Capistrano de Abreu, escrevendo os "Breves Traços da História do Brasil", como se diz no começo, ou as "Noções de História do Brasil até 1800", como se intitula seu trabalho no Índice.

A idéia de fazer preceder aquêle estudo de caráter econômico de uma breve história do Brasil se ori-

(26) Idem, idem.

(27) O Brasil, *Suas riquezas naturais. Suas indústrias*, Vol. I. Introdução. Indústria extrativa. Centro Industrial do Brasil, Impresores M. Orusco & C., Rio de Janeiro, 1907.

ginava, como explicou o editor, em prefácio assinado em março de 1907, quando deve ter sido publicado, de se tratar de obra não só de vulgarização como de propaganda entre estrangeiros. O Centro obtivera para isto o concurso de colaboradores de notória competência, figurando ao lado de Capistrano o Barão Homem de Melo, Henrique Morize, Xavier da Silveira, Vieira Souto, Wenceslau Belo, Monteiro da Silva, Raimundo da Silva, Costa Sena, Santos Pires, Pires de Almeida e Sanches de Lemos.

Se o Centro fôra encarregado em dezembro de 1905 de promover a edição d'O Brasil, já em janeiro de 1906 Capistrano trabalhava a tóda fôrça "num esbôço histórico e geográfico do Brasil, que deve sair na Estatística Industrial lá para setembro. Marcaram-me o limite de 120 páginas em 8vo. e tenho cinco meses para fazer tudo. Talvez seja um bem" (28). E Capistrano entregava-se de corpo e alma ao trabalho, sem poder concluí-lo no prazo combinado. Morava, nessa época, numa pensão à Rua Almirante Tamandaré, n.º 2, dirigida por Madame Cunalis, viúva de um antigo professor de educação física do Pedro II, e frequentada por estudantes e por Alcides Maia que, ao contrário de Capistrano, lá fazia as refeições (29).

Em novembro de 1906 só faltava seu esbôço para ser publicada a obra. "Estou às voltas com o trabalho para o livro de Vieira Souto, ainda não impresso por minha culpa. Já escrevi a guerra holandesa; hoje pretendo liquidar os Bandeirantes. Calculo cento e cinqüenta a duzentas páginas para o período colonial" (30). Alguns dias mais tarde dedicava-se à conquista do Maranhão, que antecede os holandeses e não cuidara ainda dos Bandeirantes. "Passei êsses últimos dias ocupado com teus Documentos, tua História por-

(28) Carta a Lemos Paz, de 2 de janeiro de 1906.

(29) Carta de Gustavo Lemos, que morou na mesma pensão, a Adriano de Albuquerque, de 22 de junho de 1944.

(30) Carta a G. Stulart, de 13 de novembro de 1906.

luquês de Severim de Faria e o volume dos Anais da Biblioteca, relativo ao Ceará e Maranhão. Quer isto dizer que estou escrevendo a parte relativa ao Maranhão do trabalho encomendado pelo Vieira Souto. O capítulo simplíssimo à primeira vista complica-se para quem tem de reduzi-lo a cinco ou seis páginas. E ainda tenho de tratar das minas, de tudo enfim" (31).

O trabalho começava a cansá-lo, ao fim de dez meses. Só mesmo um homem tão sabido conseguiria dar-nos esta síntese, que ainda hoje, passados quase cinqüenta anos, é considerada a modelar história colonial do Brasil. No fim de novembro êle escrevia a Studart que cada vez tinha menos idéia e menos gôsto. "Sou verdadeiramente um galé. Sinto necessidade de passar uma semana fora do Rio, na Gávea, em Petrópolis, com Moura Brasil e não posso. Por maior esforço, creio que ainda esta semana não terminarei" (32). E realmente não terminou. Em janeiro de 1907 continuava na mesma faina, como um mouro, dedicado aos Capítulos. "Não me espere na próxima semana, pois que Vieira Souto está reclamando a conclusão do trabalho e eu ficarei doente se não me livrar de semelhante amofinação", escrevia ao amigo Ramos Paz (33).

A 7 de janeiro os Capítulos já estavam concluídos. "Acabo de pingar o último ponto de meu esboço. Custou! Deu trezentas páginas o periodo anterior a D. João 6 (31). Praticamente um ano, de 2 de janeiro de 1906 a 7 de janeiro de 1907 escreveu Capistrano de Abreu esta pequena obra-prima da historiografia brasileira. E não se sentia satisfeito, êle que sempre era dominado por um sentimento de nojo ao concluir seus estudos. "Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não. Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha,

(31) Carta a Studart, de 28 de novembro de 1906.

(32) Carta a Studart, de 28 de novembro de 1906.

(33) Carta a Ramos Paz, de 3 de janeiro de 1907.

(34) Carta a Studart, de 7 de janeiro de 1907.

parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte e fui punido." E voltava a lembrar-se dos seus velhos sonhos de rapaz, quando, em 1874, projetava a sua história. "Quando ainda no Ceará concebia-a, a obra tinha outras dimensões. Cada ano levou consigo um lance ou um andar. A continuar mais tempo, ficaria reduzida a uma cabana de pescador. Mesmo agora, acho-lhe uns ares de laperá" (35).

As vezes uma certa ponta de reconciliação quase lhe dominava a alma e êle se sentia capaz de renovar a obra: corrigi-la, fazê-la como sonhara. "As lacunas são muitas, mas isto é minha menor preocupação. Levantados os andaiques, saberei melhorar a tujupa" (36).

A encomenda não se limitava ao período colonial, estendia-se até a República e Capistrano, a principio, acreditava, como sempre acreditou, que poderia "em dois ou três meses escrever a história contemporânea" (37). Mas não era possível passar, assim de repente, ao século XIX, em que êle antes, em novembro, quando não acabara os Capítulos, dizia não querer pensar agora, "para não virar maluco" (38). "Conheço-o pouco e mal. Creio não entrará mais no livro de Vieira Souto, porque não pode esperar, já esperou demais." Isto, aliás, lhe era indiferente: "o importante era escrever a coisa", acrescentava a Studart (39). E não escreveu, sendo o trabalho entregue ao Barão Homem de Melo, que assina aquêle pifio capítulo sobre o Brasil no século XIX, que se segue ao trabalho de Capistrano n' O Brasil, editado pelo Centro Industrial (40).

(35) Carta a Studart, de 7 de janeiro de 1907.

(36) Carta a Studart, de 13 de novembro de 1906.

(37) Idem, idem.

(38) Carta a Studart, de 28 de novembro de 1906.

(39) Carta a Studart, de 7 de janeiro de 1907.

(40) *Ob. cit.*, p. 217-223.

A 2.^a EDIÇÃO, PLANEJADA E NÃO REALIZADA

Capistrano, não sujeito aos prazos certos, facilmente desistia de seus planos ou os adiava. Era melhor ir descansar, como pensara antes, quando o compromisso não lho permitira. E assim segue, em setembro de 1907, para Sobragi (41), certo de que, abandonada completamente a idéia de história contemporânea, poderia, na volta, encontrar o volume e a separata já impressos. Era sua intenção reeditar logo o seu trabalho corrigido. Propôs a José Carlos Rodrigues a reimpressão do livro no fim do ano para ser distribuído aos assinantes do *Jornal do Comércio* (42). Aquête aceitou a proposta "com a maior espontaneidade e disse que já tivera idéia semelhante". Faltava corrigir, emendar, acertar a obra naquilo que não lhe agradava. Nunca o fez.

Despachou-se às pressas da revisão — éle era o culpado do atraso, "e só tenho para ajudar-me o amigo Said Ali; Calógeras que tão útil me seria anda pelas européicas terras abundantes" (43). Com tal assistente não era de surpreender que o livro fôsse editado relativamente bem revisto. Mas não houve tempo para fazer a colação dos trechos transcritos nem para citar as fontes, norma técnica indispensável, cuja aplicação Capistrano reclamava insistentemente, censurando muitas vêzes Varnhagen e Studart por terem se esquecido dela. A revisão tipográfica foi, assim, a única possível e nunca mais Capistrano pôde realizar a reedição que já planejava no mesmo dia em que punha o último pingo em seu trabalho.

Passara a cogitar de outros assuntos; queria fazer um estudo relativo à abertura dos portos, que anun-

(41) Carta a Ruyos Paz, de 21 de setembro de 1907. Em novembro já estavam impressos *O Brasil, ob. cit.*, e a separata *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Imprensa M. Orsco. 1907, edição de 200 exemplares, com declaração de separata d'O Brasil na ante-fôlha do verso. O exemplar da Biblioteca Nacional é oferecido em 3 de novembro de 1907 por Capistrano de Abreu a Coelho Neto.

(42) Carta a Guilherme Studart, de 7 de janeiro de 1907.

(43) *Idem, idem.*

ciava a Studart como "a última empreitada de minha vida" (44). Não, não se podiam executar assim os tarefas. Ele preferia ler e aprender a divulgar. "O tempo passa, a vida corre e cada vez gosto menos de escrever e tenho tanta coisa ainda que ler antes de partir para as regiões donde ninguém volta" (45).

E ele devia sentir-se satisfeito, pois neste momento José Carlos Rodrigues escrevia um artigo sobre sua edição de Varnhagen na primeira página do *Jornal do Comércio*, considerando-o o primeiro dos nossos historiadores. Trabalho não lhe faltava, dizia a Studart; "Sinto, porém, minquada a capacidade para trabalhar e escrever torna-se cada vez mais difícil e mais penoso" (46). Rever os Capítulos, continuá-los, terminar a edição de Varnhagen e escrever a monografia sobre o comércio bastavam para absorvê-lo inteiramente.

Feita a revisão ortográfica, a separata dos Capítulos publicada no mesmo ano, devorada pelo incêndio a edição de Varnhagen, não escreve a monografia nem continua os Capítulos. A linguística indígena vai desviá-lo da história pátria, por uns tempos. Mas antes disso manteve ainda sua intenção de dedicar-se à 2.^a edição dos Capítulos, que seria publicada pelo *Jornal do Comércio*.

Em dezembro de 1907 parte para a Tijuca, "onde vou tratar da 2.^a edição dos meus Capítulos" (47), escreve a Studart. E embora se conserve fiel à história, pedindo documentos a este, examinando na Biblioteca Nacional os três mil verbetes de manuscritos que Castro e Almeida enviara na primeira remessa de Lisboa, cumprindo o contrato assinado com Manuel Cícero, diz que "este ano (1908) tem sido perdido para meus estudos de história pátria. Havia muito estava afastado de certas leituras amenas e agora estou tomando um

(44) Carta a Guillermo Studart, de 13 de novembro de 1906.

(45) Carta a Studart, de 13 de novembro de 1906.

(46) Carta a Studart, de 1 de julho de 1907.

(47) Carta a Studart, de 31 de dezembro de 1907.

regabofe" (48). Só para o ano "pretendo preparar a segunda edição mais completa de meus Capítulos de História Colonial" (49).

Nem para o ano, nem tão cedo ele voltará a ocupar-se da segunda edição revista dos Capítulos. Partiu em janeiro de 1909 para a Bahia e, quando voltou, um episódio encaminhou-o para a linguística indígena, afastando-o da história.

A LINGUÍSTICA INDÍGENA. OS BACAERIS

"Como sabes, resolvi estudar a lingua do Vicente. Pertence ao grupo dos Panós, que começa no Ucaiali, ou Huiulagu e vai pelo interior até as cachoeiras do Madeira. Martius publicou os glossários acessíveis, R. de la Grosserie isolou o grupo com este material mínimo e, coisa rara naquele tipo que sobre tudo entende escrever, acertou; K. von den Steinen publicou um glossário espanhol encontrado no mato por um viajante ou antes colecionador alemão, glossário copioso e bem feito. Com Vicente percorri tal glossário, obra de algum missionário anônimo do Ucaiali; percorri-o detidamente, não uma, porém muitas vezes, sempre de pena na mão e papel ao lado. A semelhança entre os dois idiomas é estapenda. As vezes tenho dúvida se se trata de dialetos diversos, se da mesma lingua; as ligeiras divergências desapareceriam se fossem reduzidas à mesma ortografia. As vezes uma empreça radicais desconhecidos à outra; ás vezes a significação diverge; mas, regra geral, a semelhança é completa. Se me contentasse com a parte léxica, estaria terminada minha tarefa" (50).

Com este episódio linguístico desviava-se inteiramente da história pátria e abandonava os Capítulos

(48) Carta a Studart, de 25 de setembro de 1908.

(49) Carta a Studart, de 25 de setembro de 1908.

(50) Carta a Studart, de 19 de setembro de 1909.

de História Colonial. "Não continui a narrativa, como pretendia, nem mesmo comecei a revisão e redistribuição do já feito. As vezes lastimo, às vezes dou por bem empregado o tempo. Se todos os anos tivesse um dia para me ocupar, daria de mão às labutações históricas" (51). Desde 1893 vinha estudando regularmente o bacueri (52), esperando em um mês e meio a dois investir de "uma feita contra o bicho. Mesmo porque já tenho gasto muito tempo com esta língua e o tupi e o cariri me reclamam" (53). Em 1896 êle publicara sobre a língua bacueri seus primeiros estudos (54) e nunca mais os abandonara, nem os concluiu. Realmente, Capistrano não renunciou à história para bacuerizar-se, como êle mesmo se exprime em 1921 (55).

De 1909 a 1915 não se ocupa mais da 2.^a edição dos Capitulos. O episódio que o atrai aos estudos de linguística americana e o choque moral sofrido com a entrada de sua filha para o Convento afastam-no inteiramente da história pátria.

VOLTA AOS CAPITULOS

Em 1915 volta a cogitar dos Capitulos. Trouxera da Biblioteca Nacional os cadernos bacueris, os primeiros que escrevera, já bem furados de traças, e pensava em passá-los a limpo. Para isso planejava suas horas de trabalho, consagrando ao seu estudo só a tarde e a noite. "Na primeira parte do dia tratarei de preparar a nova edição dos Capitulos" (56).

(51) Idem, idem.

(52) Carta a Studart, de 8 de março de 1893.

(53) Carta a Studart, de 29 de dezembro de 1894.

(54) Cf. *Revista Brasileira*, 1.^o ano, ts. III e IV, 1895, reproduzida nos *Ensaíos e Estudos*, 3.^a série, 1938, p. 219.

(55) Carta a Paulo Prado, de 13 de fevereiro de 1921.

(56) Carta a Paulo Prado, de 1.^o de janeiro de 1923.

Agora um novo motivo adiava o empreendimento definitivo. Achava prematuro pensar em escrever história do Brasil, à vista do catálogo dos manuscritos do Conselho Ultramarino, começado a publicar pela Biblioteca Nacional, sob a direção de Manuel Cícero. "Só conhecemos os documentos triviais, dos mais importantes, dos fundamentais só agora se vai conhecendo a existência" (57). A investigação de Castro e Almeida vinha confirmar a necessidade que êle apontara desde 1886, de enviar uma pessoa moça que, residindo em Lisboa, fizesse alguma coisa pelas pesquisas históricas (58). Nada será feito, à exceção da iniciativa da Biblioteca Nacional, inspirada por Capistrano, fiscalizada por Capistrano, apoiada por Capistrano, que pessoalmente interferia no Ministério da Fazenda pela sua completa execução. A República tinha pouco interesse na história: ela quase não tinha história. Diante disso, limitado às pesquisas de Castro e Almeida, não era possível reescrever seus Capítulos ou fazer uma história nova. Era preferível voltar às monografias, às pequenas contribuições. Não voltará tão cedo a pensar em reedição.

OS CAPÍTULOS E A HISTÓRIA SERTANEJA

De 1915 a 1918 deve ter continuado a pensar nos Capítulos, mas não há, infelizmente, traços desta idéia em sua vasta correspondência. Naquele último ano, a 2.^a edição desse livro faz parte dos seus planos, mas a história sertaneja, um assunto que sempre ocupou seu espírito, domina e vence qualquer outro projeto, mesmo este outro velho e simples sonho de endireitar seu único trabalho de história geral e não monográfico.

A história sertaneja seria um livro de 400 páginas, mais ou menos, contendo textos dos séculos XVI e XVII, que pudessem decifrar a questão mais importante da

(57) Carta a Mário de Alencar, de 9 de janeiro de 1910.

(58) Carta a J. L. do Azevedo, de 7 de janeiro de 1921.

história do Brasil colonial: a conquista e o povoamento da região entre o São Francisco e o Parnaíba (59).

AS DÉVIDAS NA REEDIÇÃO DOS CAPÍTULOS

As restrições que porventura uma ou outra vez formulava aos Capítulos, suas deficiências e lacunas, que êle conhecia bem, não o impediam de pensar na possibilidade de rever e reeditar o livro, a síntese mais legível e acurada da nossa historiografia. Ele não improvisara — “as improvisações são uma culpa, como tais vingadas neste mundo, como diz o Padre Mignon” (60), mas contara com pouco tempo, ou melhor escrevera-o a prazo certo, indispensável à vida comercial, impossível na pesquisa histórica. Em novembro de 1916, quando aulava afrontado para entregar os originaes do primeiro volume de Varnhagen, sua esperança era terminar as notas em 1917, “para trabalhar com muito mais afinco na revisão dos meus Capítulos, simultâneamente” (61). Aceitara em principio a incumbência daquela edição, “porque, com os documentos mais ou menos conhecidos, não se pode fazer obra inteiramente nova e a de Varnhagen, revista com cuidado, pode atravessar êste periodo de transição. Além disso o trabalho não estorva, antes fomenta, a edição dos meus Capítulos de História Colonial, em que ultimamente tenho pensado” (62). Mas, como das outras vêzes, Capistrano não se ocupa mais do assunto.

Em 8 de março de 1918 êle dirá a João Lúcio que “a idéia de nova edição dos Capítulos ora me atrai, ora me repele. Precitaria para que me atraísse encontrar documentos relativos à região entre o São Francisco

(59) Carta a J. L. de Azevedo, de 8 de março de 1918 e de 16 de setembro de 1918.

(60) Carta a J. L. de Azevedo, do dia da Ascensão de 1918 (2 de maio).

(61) Carta a J. L. de Azevedo, de 15 de novembro de 1916.

(62) Carta a J. L. de Azevedo, de 30 de junho de 1916.

e o Parnaíba, aonde acho que está o nó de nossa história" (63). Não queria limitar-se a uma simples revisão de texto, era preciso refundir, acrescentar o que esquecera, o que havia de novo, ou, finalmente, encontrar os testemunhos daquilo que sua intuição descobria. Dez dias mais tarde, depois de informar a João Lúcio que pretendia seguir para Pedras Altas no fim do ano, escrevia: "Até lá, penso em realizar duas idéias: rever os Capítulos, reunir alguns documentos sobre a História sertaneja. Não sei se terei coragem para a primeira. Quando faço qualquer coisa sinto do produto impressão que deve assemelhar-se à da parturiente diante das secundinas: alívio e nojo" (64).

Consólio e repugnância, vontade de criar e conservar e vontade de destruir, duas almas se contrapunham e embaraçavam sua decisão. Por isso adiaava esse plano e dedicava-se a outros trabalhos. Um ano mais tarde dirá a Mário de Alencar que tem pensado nos Capítulos. "Creio que entre cópias recebidas do Rio que recomendei lá guardassem vêm dois documentos que adiantam casos do governo de D. Manuel; nas guerras cariris, ponto de especial importância, porque explicam a ligação entre São Paulo e Maranhão, percebo alguns clarões... mas vejo em tudo tamanhos rimbos que desespero de apanhar peixe com tão esfarrapada turrufa" (65).

A INFLUÊNCIA DOS CAPÍTULOS NA NOVA GERAÇÃO

Nem mesmo a influência e o entusiasmo que os Capítulos suscitavam, especialmente na nova geração que se dedicava aos estudos brasileiros e que nêles via mais que uma síntese, uma nova orientação, convenciam seu espírito rudemente autocrítico, interessado

(63) Carta a J. L. de Azevedo, de 8 de março de 1918.

(64) Carta a J. L. de Azevedo, de 18 de março de 1918.

(65) Carta a Mário de Alencar, do equinócio de 1919 (21 de março).

em novas pesquisas, persuadido das omissões que uma nova edição deveria evitar.

Em junho de 1918 ia pela Avenida Rio Branco quando se dirigiu a êle, muito apressado para falar-lhe, Paulo Prado. "Disse que, obrigado a ficar em casa por um acesso de gôta, lera meus Capítulos e luchara seu caminho de Damasco e convidou-me para almoçar com um amigo que desejava muito conhecer-me. Chama-se José Pinto Guimarães, é rio-grandense, foi até o ano passado secretário da legação na Alemanha, e agora vai como cônsul geral em Zurique. Verifiquei ser o mesmo de quem recebera há tempo, antes da guerra, um recado: que fôsse para Berlim, que durante todo o tempo (sic) ficaria lá todo o tempo que quisesse sem a mínima despesa; continua com a mesma idéia; agora quer levar-me para Zurique. São simpatias que afinal veram: nascem de um ideal sobre outrem que se forma espontâneamente e quando o real não combina com o ideal; aqui d'el rei, estou roubado" (66).

Este simples episódio revela muito. Paulo Prado ganharia amor à história do Brasil pela leitura dos Capítulos e daí nasceram não só seus admiráveis ensaios de interpretação, sempre feitos sob a inspiração e com a colaboração de Capistrano de Abreu, como também a "Coleção Eduardo Prado para melhor conhecer o Brasil". Fôra Capistrano neste mesmo dia quem lhe sugerira "que em honra do tio, cuja memória continua a estremecer, publicasse uns livros, com o título Eduardo Prado" (67). Paulo aceitou, com a condição de escrever Capistrano o prólogo dos livros, que seriam, o primeiro, Claude d'Abbeville e, o segundo, os papéis relativos à Inquisição no Brasil, que acabavam de ser noticiados por A. Baião na Revista de História.

"Paulo Prado voltou para Piratininga, vi o Pinto repetidas vezes, até ir ver a família no Rio Grande,

(66) Carta a J. L. de Azevedo, de 25/26 de junho de 1918.

(67) Carta a J. L. de Azevedo, de 22 de junho de 1918.

donde não tardará a voltar. Uma noite tomei uma tira de papel como esta e escrevi:

Eduardo Prado

Para melhor conhecer o Brasil

Edite o Paulo Prado.

Juntei um programa, fiz o orçamento de 10 contos o volume e rematei com o ditado: Quem não tem coragem não amarra negro." Paulo voltou ao Rio, não pôde ver Capistrano, mas encarregou Pinto de dizer-lhe "que êle tinha coragem e o negro será amarrado" (68).

Não será êste dos menores serviços que os Capitulos terão prestado: a conversão de Paulo Prado aos estudos históricos e a publicação da série Eduardo Prado. A epigrafe do Retrato do Brasil, extraída da carta de 15 de novembro de 1916, de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, mostra bem as origens das idéias de Paulo Prado, melhor reveladas ainda na correspondência que entreteve com o Mestre.

Nessa carta Capistrano tratava de Manuel Barata, senador, historiador e seu amigo, que parece se terio espinhado com uma carta que do Rio Grande lhe dirigira. "Dizia que continuava a acreditar na história dos grãos de café dados pela mulher do Governador a Palheta. A governadora, mesmo à vista do espôso, disse: Meu marido proibe que se dê estas sementes, mas isto não se entende com amigos: êle está presente, mas não vê nada. — Mais de uma vez quis escrever a êle e a Goeldi pedindo a fotografia da ave que para mim simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas, e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza: é muito sua conhecida com certeza. A imagem do jaburu não me deixa quando o trem roça os cafêzais sem conta, calcando a terra rixa que os alimenta. Se fôsse possível jantar café... Nossa lavoura (Derby não gostava que se dissesse agricul-

tura) só alvejou o post prandium. Açúcar, doces os mais saborosos, café odífero, charutos fragrantés, pinga crioula, que bela sobremesa! é de tirar um padre do altar" (69).

Ele hesitava diante das reformas que precisaria fazer para editar novamente os Capítulos. Em 1920, pela terceira vez em seguida escreve a João Lúcio que deseja rever e completar os Capítulos na parte relativa ao século XVI (70). E só. Não volta mais ao assunto, nos sete anos de vida, ou pelo menos não deixou indícios de que pensou seriamente em reeditar esta obra. Ao contrário, quer mesmo evitar até a iniciativa de tradução para o alemão.

Em junho de 1921, Clemente Brandenburger appareceu em casa de Capistrano desajando traduzir os Capítulos. "Dissuadi-o porque a obra não me satisfazia e tinha mais o caráter de roupa suja" (71). Só motivos de natureza psicológica poderiam explicar esta reviravolta momentânea. Em 1920 ele pensava na reedição e revia o século XVI, e um ano depois julga o livro assim com uma severidade que o pior dos seus inimigos seria incapaz de usar. Nem os quatorze anos que se passaram da primeira edição poderiam influir no julgamento. Capistrano era um homem apaixonado, que esgotava sua paciência na pesquisa e no trabalho histórico e que, de repente, sem motivos apparentes, arrasava num conceito uma obra, uma pessoa.

A SIGNIFICAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Este homem, que nunca certificou coisa senão de muitos aprovada e por documentos que mereciam fé, nem recontou mais larga que devia, antepondo a simples verdade à formosa falsidade, teve a mais austera

(69) Carta a J. L. de Azevedo, de 13 de novembro de 1916.

(70) Carta a J. L. de Azevedo, de 9 de outubro de 1920.

(71) Carta a J. L. de Azevedo, de 3 de junho de 1921.

dúvida de republicar sua obra, única, exemplar e modelar como síntese e composição, um livro que respondia às incertezas, satisfazia as dificuldades, colhia, informava, concluía e resumia o que de melhor se sabia da nossa formação colonial.

Não é um livro que se compara; é um livro que se distingue na historiografia brasileira, escrito numa linguagem simples, branda, enxuta, onde havia doutrina que persuadia, compreensão que se fazia perceber e novidade apertada (72), colhida na vastidão sem fim de suas pesquisas. Não acumulava fatos, mas com sua intuição compreendia os homens e suas atividades, tornando vivo o recontamento.

A história não é só fato: é também a emoção, o sentimento e o pensamento dos que viveram — a parte mais difícil de captar dos negócios humanos. Os próprios feitos valem mais que os efeitos. Ele não sentira o desdém com que caracterizara o período transoceânico, desdém pela terra, desdém pelos naturais? Ele não percebera a revolução psicológica que se operara nos primeiros anos do século XVIII, no terceiro período de nossa história? Ele não queria captar a sensação interior dos cronistas? Ele não considerava a nossa independência como a tradução da consciência de superioridade a Portugal? Os sentimentos, as especulações, os pensamentos do povo, suas aspirações são uma coisa que nunca se repetirá, que viveu e que interessa ao historiador tanto quanto os fatos materiais.

Ledor de Ranke, em quem apreciava a metodologia que renovara os estudos históricos, como se verá em sua correspondência, ele seria incapaz de adotar aquela atitude e estilo objetivos que apagavam todo o eu, para poder ver os acontecimentos tal como aconteceram. Nunca seus adversários, como os de Ranke,

(72) Pandiá Calógeras, em carta a Antônio Gontijo de Carvalho, de 21 de outubro de 1928, exprimia este mesmo pensamento sobre a condenação dos Capítulos, ao escrever que éstos "constituem um como extrato de carne, próprio para estúmagos valentes". Cf. *Calógeras na opinião de seus contemporâneos*, São Paulo, 1934, p. 230.

poderiam comparar seu comportamento ao das esfinges da segunda parte do Fausto:

*Sentados diante das pirâmides
Contemplamos a vida dos povos,
Inundações, guerras e paz,
Sem pestanejar (73).*

Ninguém lerá os Capítulos sem ver de imediato que Capistrano se preocupa com o “povo durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressargrado” (74). Por isso êles são uma síntese social e econômica limpa e enxuta, evitando transformar-se como tantos outros livros de história numa conversa entre eruditos. Capistrano conhecia muito bem este tipo de palestra, sabia quando e como usá-la, mas não a queria agora que seu livro pretendia ensinar simplesmente o segredo do Brasil aos brasileiros, numa época em que, como escrevia José Veríssimo, a história nacional era tão prodigiosamente desprezada, que, com exceção da obra de Varnhagen — uma conversa só para eruditos, era com os estrangeiros que feríamos de ir aprender a história de nosso país (75).

O livro nascia do desejo de divulgar e atualizar, em forma simples, mas não erudita (76), sem pedantismo, o conhecimento de nossa história, mais social e econômica que política, liberta o mais possível da seriação de datas e nomes, livre da cronologia dos vice-reis e governadores, que sufocaram ou ajudaram

(73) Sobre isto, cf. Ernst Cassirer, *Antropologia Filosófica*, trad. espanhola, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, p. 343.

(74) Carta a J. L. de Azevedo, de 16 de julho de 1920.

(75) José Veríssimo, *A Educação Nacional*, 2.^a ed., 1906, páginas 126-127. Basta lembrar que o Decreto n.º 2.351, de 8 de abril de 1898, que deu novo regulamento ao Ginásio Nacional, anexara a cadeira de História do Brasil à de História Universal.

(76) Num papel encontrado no Arquivo da família, intitulado “Observações críticas à história do Brasil pelo Dr. Capistrano de Abreu, feitas a pedido do Autor”, sem assinatura, se escreve no parágrafo I: “Um geral direi que acho tudo muito bom: língua, estilo, exposição, etc.; porém o estilo não é didático e em alguns lugares só o entenderá quem já sabe a história. E pena também que omitta quase todas as questões accessórias.”

os anseios do povo brasileiro em sua luta trisseccular pela independência.

Não era o inédito que o preocupava, mas sim a clara certidão da verdade, buscada e colhida nos arquivos e bibliotecas, apertada e resumida em poucas linhas, exposta com razões próprias que esclareciam e convenciam. Capistrano foi sempre o homem da síntese, e basta ler sua correspondência para logo se ver que êle admittia de mau grado os estudos em vários e grossos volumes. Mas para compor esta síntese era necessário proceder a uma imensa atividade investigadora que o precipitava como um nadador num mar sem limites. Os Capítulos eram uma síntese da pesquisa realizada para anotar a História Geral de Varnhagen e preparar a edição de textos históricos fundamentais; eram o filho legítimo de uma análise demorada, cuidadosa e ilimitada.

O mundo histórico é um mundo de símbolos e o historiador não pode determinar e compreender as coisas e os acontecimentos sem proceder antes a uma análise destes mesmos símbolos. O conhecimento dos fatos em ordem cronológica dá-nos apenas um esqueleto de história, mas não nos dá a compreensão da vida humana. O ato último e decisivo cabe à imaginação produtiva, à adivinhação que busca nos documentos sua justificativa, como dizia o próprio Capistrano. Em vários capítulos destes Capítulos logo se notará a compreensão e não a simples descrição, o entendimento e não só os fatos.

Do ponto de vista da periodização já observamos (77) que, nesse livro, Capistrano de Abreu mais distribuiu a matéria que periodizou. Ainda assim, a divisão em onze capítulos caracterizava muito bem cada período, que constituia um conjunto bem delimitado e configurado, distinguindo-se claramente não pelo título, mas pela substância o capítulo que precedia do que sucedia. É claro que ao adotar tal divisão Ca-

(77) José Honorio Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Ipê, 1949, p. 75.

pistrano não obedeceu ao intuito de periodizar, já que não lhe seria difícil seguir neste livro a distinção feita em 1882 de seis períodos perfeitamente delineados.

Ao próprio Capistrano não passariam despercebidas a inexpressividade de certos rótulos e a falta de uniformidade dos fundamentos divisorios. Na caracterização dos onze capítulos, alguns obedecem a critérios exclusivamente político-administrativos, outros a juízos geográficos, outros a históricos. Esta crítica tem que levar em conta, em primeiro lugar, a quase impossibilidade, nessa época (1906-1907), de se obedecer exclusivamente a um critério uniforme de classificação; em segundo lugar, esta crítica atinge mais aos títulos que aos períodos, que se sucedem cronologicamente, embora não inteiramente cesurados pelos fundamentos sócio-econômicos ou pelos subfundamentos naturais e antropológicos que distinguem a categoria histórica de um período.

Nos dois capítulos iniciais estes subfundamentos delimitam as fronteiras cronológicas de cada época; no "Sertão" também os fundamentos sócio-econômicos se ajustam à cronologia, enquanto nos demais o respeito à cronologia política rompe ou não distingue claramente as fronteiras de cada época. "As Guerras Flamingas" não são uma parte da luta contra os invasores que já se iniciara contra os franceses? Cronologicamente e periodicamente, eles poderiam estar juntos e reunidos num mesmo capítulo. "Capitanias hereditárias" e "Capitanias da Coroa" sucedem-se cronologicamente e periodicamente significa o segundo uma transformação radical na política colonial portuguesa. "Formação de Limites" não é um período, nem uma época cronologicamente, mas pode ser um capítulo, e "Três séculos depois" é um período e uma época cronologicamente, apesar do título dar ao período caráter puramente cronológico.

Varnhagen e Capistrano de Abreu consideraram justa a crítica de d'Avezac à História Geral do primeiro, por ter principiado a obra com a Europa e não com o Brasil. Varnhagen, na segunda edição, passa

a VII seção "Descrição do Brasil" para seção I, e Capistrano inicia seus Capítulos com os antecedentes indígenas, uma introdução geográfica e antropológica ao país descoberto (78).

Seria esta, realmente, uma observação valiosa? Não estaria certo o processo anterior, de tratar primeiro dos europeus, que descobrem a terra e a gente e a incorporam à vida européia? O Brasil nasceu para a história quando os portugueses aportaram às suas costas e iniciaram o processo de europeização da nossa terra. A história começa com essa gente que chega e transforma a terra e não com o indígena e o seu "habitat".

A formação do sentimento nacional fôra o fruto de uma transfiguração psicológica. Capistrano não omitiu ou evitou certos movimentos de opinião, lutas sociais e de classe que prepararam e formaram a consciência nacional indispensável à criação do sete de setembro. A guerra dos emboabas e as lutas dos Mascates têm o destaque que merecem nesta horas de agitação e de responsabilidade. Aos 21 anos, em 1875, na Escola Popular do Ceará, êle já compreendia que a emoção de inferioridade a Portugal, que caracteriza os tempos primitivos, era um dos fatos mais importantes para a história científica de nossa pátria, ao escrever:

"Não se pode determinar a duração desta situação psicológica naturalmente transitória, mas é fácil ver por que ela cessou. Passaram-se os tempos! Os holandeses foram derrotados; os paulistas transportaram para o seio das florestas as epopéias que os portugueses tinham cinzelado nos seios dos mares; em Pernambuco houve a guerra dos Mascates e alhures revoltas mais ou menos sangrentas; os interesses reinóis e coloniais bifurcaram-se e tornaram-se antagônicos; o sentimento

(78) Cf. sobre isto D'Avezac, *Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil*, Paris, 1857, p. 9-10, e Varnhagen, *Examen de quelques points de l'histoire géographique du Brésil*, Paris, 1858 p. 12-13.

de fraternidade começou a germinar; contos populares surgiram, inspirados pelo desdém do opressor. A pouco e pouco a emoção antiga foi desaparecendo; a emoção de superioridade rebentou, cresceu e deu-nos o Sete de Setembro, o dia-século de nossa história" (79).

Que historiador teria, em 1875, compreendido e analisado os fatos que prepararam nossa independência com tanta acuidade psicológica? Pela primeira vez apresentava-se uma concepção psicológica do suceder histórico e se revivia a vida da alma popular.

Em 1878, no necrológio do Visconde de Porto Seguro, éle expressura como principal defeito do autor da História Geral do Brasil a falta de espirito plástico e simpático, "A História do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. Os pródromos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vézes percorriam as fibras populares, encontram-no severo e até prevenido. Para éle, a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à Providência por nos ter librado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de inteligência estreita, ou de caráter pouco elevado. Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da força ou do fuzil. Juiz de Tiradentes e Gonzaga, éle não teria hesitado em assinar a mesma sentença que o desembargador Diniz e seus colegas" (80).

Capistrano, na sua valiosa página de periodização, escrita em 1882, apontou, ainda, como uma das características do período de consolidação colonial de 1750 a 1800, as rivalidades entre colonos e reinóis, dando como resultado a idéia de independência. Neste próprio livro se acentua e compreende que "os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas

(79) Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, 1.^a série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931, p. 75-76.

(80) In Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.^a edição integral, t. 1.^o (4.^a edição), S. Paulo, sem data, p. 506-507.

dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a inensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o ucréscimo da população, influíram consideravelmente sôbre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portuguesa" (81).

Os atritos e malquerenças, as lutas, as revoluções nascem e crescem em ritmo acelerado, em marchas e contramarchas até o momento da vitória decisiva. E por que não inclui a Inconfidência, recentemente considerada como o mais importante movimento precursor da Independência? Teria êle se convencido entre 1878 e 1906 que a Conjuração mineira era o que Varnhagen já afirmara, "uma cabeçada e um conluio"?

Parece que sim, pois em 1903, comentando a carta de Joaquim Silvêrio dos Reis, de 15 de março de 1791, publicada na Revista do Instituto Histórico de 1902, e na qual aquêle lembrava seus serviços prestados à Coroa e as perseguições que sofria, Capistrano escreve com veemência incomum: "Salvo o casamento, provavelmente tudo isto é gabolice. Joaquim Silvêrio foi apenas um entre os muitos delatores; só para não se confundir na chusma, alega estas coisas, e como de todos foi o que mais proveito colheu, a história a tem salientado de modo injusto. Não será para estranhar que algum jovem nortista, intrigado pelas honras prestadas a Tiradentes em detrimento dos Mascates e dos republicanos de 17, se proponha a provar que Silvêrio foi um benemérito, porque a conjuração mineira nunca adquiriu uma arma nem passou de conversas ociosas, queria a desmembração do Brasil e não sua unidade.

(81) Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, 1907, p. 151.

avançava um movimento destinado a falhar, miseravelmente sem o abalo simultâneo das colônias espanholas, etc., etc. Já não se fez coisa semelhante com Calabar?" (82).

O próprio Capistrano dirá que "na Suíça é proibido hoje nas escolas públicas introduzir a história de Guilherme Tell, depois da critica histórica ter demonstrado sua inanidade. Por que, tendo estudado o depoimento de Tiradentes e a sentença da algada, sou obrigado a repetir a versão corrente e a colocá-la no Panteon? Nunca escrevi sobre ele; nos Capítulos, dada a escala, não entrou porque não cabia; tenho emitido minha opinião em conversa; é tão fácil derrubar o que não chegu a ser quente. Que mal já veio dela?" (83).

Vê-se que Capistrano não valorizava o movimento da Inconfidência nem lhe dava a importância que nesta época começavam a atribuir-lhe. E mais. Não entrara nos Capítulos porque não cabia, não só dados as proporções da obra — uma síntese, como porque ele não escrevia uma história das idéias e dos movimentos ideológicos. A Inconfidência não foi um fato, um acontecimento: foi um pensamento quase sem ação e, como tal, pertence à história das idéias formadoras da consciência nacional. Capistrano nunca foi subjetivista para considerar a história não como o que realmente aconteceu, mas o que uma minoria intelectual pensou ou sentiu quando a história estava in statu nascendi.

Ele queria, isto sim, como bom historiador, colocar-se em simpática comunhão com o espírito dos atores e autores do drama, reconstruir o processo do pensamento, penetrar as conclusões e motivos que ditaram a ação e fizeram acontecer o acontecimento. Mas o que só esteve no espírito dos homens e veio a influi-los mais tarde, como exempla e virtude para

(82) "Noticias atrasadas", in *A Notícia*, de 16/17 de novembro de 1903, reproduzidas in *Ensaços e Estudos*, 3.^a série, Rio de Janeiro, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938, p. 184-185.

(83) Carta a Mário de Alencar, de 8 de setembro de 1915.

reaver força na força dos grandes homens, pertence a outra história, ou pelo menos não cabe naquela história que elle concluiu no periodo colonial.

Taine, Wundt, Comte, Spencer e Ratzel e a escola da critica historica alemã não viveram para nada; e o historiador de 1906 não podia contentar-se com pensamentos conscientes que não chegaram a agir, que se não transformaram em ação ou cuja ação de tão tênue não afetou o povo. Por que as dramatis personae agiram era importante; mas se não se chegou à ação? Se seu pensamento foi violado e sua ação impedida? O que aquella minoria intelectual pensou, sentiu e agiu numa pequena roda só aconteceu na história intelectual e não na história social e econômica que Capistrano escrevia. Importava, isto sim, e é diferente, saber o que o povo sentiu quando estava acontecendo e por que e como sentiu o que realmente aconteceu. Elle conhecia a devassa, a sentença, e ainda em 1920 os Autos crimes contra os eclesiásticos implicados na conspiração de Tiradentes, de que aqui não ficou cópia, de alta importância, não para elle (84); lera-os, estudara-os e chegara à conclusão de que tudo não passava de conspiração.

Aquilo que não foi só conspiração mas rebeldia e revolução, os emboadas e mascates, as lutas entre colonos e jesuitas, a história social e econômica do povo, sua vida e alimentação, seus tipos étnicos, as condições geográficas, as estruturas econômicas dos vários grupos, o povoamento, os caminhos, as feiras, as formas psicológicas, os escravos, seu comportamento e papel, a educação, os divertimentos, os costumes, as crenças religiosas, as profissões, as ideologias, as diferenças sociais, a posição da mulher, o comércio e os comerciantes, as palestras, a vida urbana e rural, tudo tem lugar nesta síntese que é a mais condensada e a mais viva história colonial do Brasil.

(84) Carta a J. L. de Azevedo, de 31 de julho de 1920. A notícia sobre os Autos Crimes foi impressa nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* Lisboa, 1920, vol. 1, n.º 2, p. 136.

Os ideais variam tanto de século a século que era natural que neste livro fôsse agora o povo a personagem principal. Sim, aqui se vê o povo capado e recapado, sangrado e ressangrado. Mas para vê-lo assim era preciso ter tido a formação que o próprio Capistrano se dera, ler o que êle lera, os clássicos, os liberais, os socialistas, os radicais, e viver livre de interesses e proveitos. "A respeito de socialismo", dizia a Calógeras em 1910, "tenho modificado minhas idéias; acho que o struggle for life nunca deve ser perdido de vista, mas não a considero mais a lei suprema da sociologia, embora a tenha como lei secundária de primeira ordem, a que os políticos e os estadistas devem estar sempre atentos. O socialismo é sobretudo uma questão moral e reduz-se a não fazer caso de dinheiro. Penso que Carnegie com seu desprendimento é mais socialista que Jaurès com suas tiradas retumbantes" (85). Era preciso não praticar a poligamia das idéias, ter unidade de pensamento, seguir uma mesma doutrina que o espírito aceitou como verdadeira, mesmo que ela varie em outras etapas da vida.

Os Capítulos foram recebidos, na época, por José Verissimo como "a síntese mais completa, mais engenhosa, mais perfeita e mais exata que poderíamos desejar da nossa evolução histórica naquele período" (86).

A segunda edição, afinal, só foi publicada pela Sociedade Capistrano de Abreu, em 1928, para comemorar o primeiro aniversário da morte do autor. Capistrano, falecido em 13 de agosto de 1927, não pudera renovar ou modificar a obra, como planejara. Mas ela continua com todo o seu vigor a impressionar os estudiosos. Paulo Prado escrevia, ao sair a segunda edição: "O livro é uma revelação para quem não conhece em toda sua força o poder sintético e a larga visão do historiador. Épocas inteiras surgem do passado iluminadas e compreensíveis. Ninguém entre nós soube tão bem aliar a puxão dos fatos concretos e precisos e a minúcia

(85) Carta a Pandiá Calógeras, de 28 de dezembro de 1910.

(86) Revista da Academia Cearense, t. XV, 1910, p. 211.

erudita às generalizações das grandes leis históricas e biológicas. Capistrano, no Brasil, foi o criador de uma Escola de História, que não é "livro de livros", mas estudo completo e complexo do drama humano no correr dos tempos, desde a compreensão dos ritmos mundiais, das forças instintivas e conscientes que dirigem os homens e as aglomerações sociais, até o detalhe pitoresco, palpitante, do viver cotidiano nas épocas passadas" (87).

E o estrangeiro que é, como dizia Capistrano, uma espécie de posteridade, especialmente quando se chamou Henri Hauser, resumiu-lhe o valor nestas palavras: "Manque d'art, voilà une accusation qu'on ne lancera pas contre Capistrano de Abreu. Cet historien, lui aussi trop peu connu en France, a contre lui de n'avoir pas attaché son nom à une grande œuvre, d'apparaître comme un essayiste. Mais si, pour être historien, il faut savoir étudier les textes, avoir un esprit critique toujours en éveil, distinguer entre les époques et donner au lecteur le sens vif de ces différences, enfin écrire avec une sobriété élégante et faire revivre le passé, nous dirons que cet érudit, mort de notre temps dans un âge avancé, fut un grand historien. On peut fournir la preuve de cette qualité dans de simples monographies, aussi bien que dans de gros volumes" (88).

Clareza e crítica, sobriedade e competência, probidade e erudição completam e formam as qualidades do seu espírito, deste e de outros trabalhos. Não importam os grossos volumes; devemos fixar-nos não só no que Capistrano realizou como historiador, mas no que aspirava a realizar, o que queria, o que postulava. É na novidade deste princípio e na estranha energia com que soube mantê-lo que reside seu mérito essencial e incomparável.

(87) Paulo Prado, "Capistrano", Estado de São Paulo, 25 de setembro de 1928.

(88) Henri Hauser, "Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil", Revue Historique, jan.-março 1927, t. 181, fasc. 1, p. 89.

Animado de patriotismo, "amo, admiro o Brasil e espero dêle" (89), Capistrano foi a mais lúcida consciência da historiografia brasileira.

Esta edição apresenta um Índice geral de nomes e assuntos preparado por Leda Boechat Rodrigues e a revisão ortográfica foi feita por Paulo Luis Leitão e Helcio Martins. Ao agradecer à minha mulher o auxílio prestado não só na feitura do Índice, mas em todo o trabalho, tributo meu reconhecimento ao zelo dos revisores ortográficos e à prestimosa colaboração do Prof. Hélio Viana.

Setembro de 1953.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES.

(89) Carta a Urbano [Duarte de Oliveira], de 7 de setembro de 1835.

I

ANTECEDENTES INDÍGENAS

A quase totalidade do Brasil demora no hemisfério meridional, e entre o Equador e o trópico de Capricórnio alcança o país as maiores dimensões.

Cercam-no ao Sul, a Sudoeste, Oeste e Noroeste as nações castelhanas do continente, exceto o Chile, por se interpor a Bolívia, e o Panamá por se interpor a Colômbia. Se confrontará algum dia com o Equador hão de decidir negociações ainda ilíquidas. Desde o alto rio Branco até beira-mar seguem-se colônias de Inglaterra, Holanda e França, ao Norte.

Banha-o ao Oriente o oceano Atlântico, numa extensão pouco mais ou menos de oito mil quilômetros. Como o cabo de Orange, limite com a Guiana francesa, ⁽¹⁾ dista 37 graus do Chui, limite com o Uruguai, salta logo aos olhos a insignificância da periferia marítima; repete-se o espetáculo observado na África e na Austrália: nem o mar invade, nem a terra avança; faltam mediterrâneos, penínsulas, golfos, ilhas consideráveis; os dois elementos coexistem quase sem transições e sem penetração; com recursos próprios o homem não pôde ir além da pescaria em jangadas.

A borda litorânea dispõe-se em dois ramos principais: Noroeste-Sueste do Pará a Pernambuco, Nordeste-Sudoeste de Pernambuco ao extremo Sul.

A costa de NO-SE corre baixa, quase retílnea, intermeada de dunas e lençóis de areia, aquém do Amazonas; baixa, lamacenta, de contornos variáveis, entre o Amazonas e o Oiapoque. Os materiais marinhos, os sedimentos fluviais dão-lhe o aspecto das costas compensadas; os portos rarciam, as barras dos rios são as verdadeiras entradas, em geral precárias. O desenvolvimento econômico ou as exigências administrativas mais que as condições naturais levam a navegação de longo curso para Belém, S. Luís, Amaração, Fortaleza, Natal, Paraíba e Recife. Outros portos servem apenas à cabotagem. Tutóia franca a Parnaíba a embarcações de maior porte.

A costa de Sudoeste desde Pernambuco até Santa Catarina arrima-se à Serra do Mar, varia de aspecto, aqui extensões arenosas, além barreiras vermelhas, encostas cobertas de matas, ou montanhas que arcam com as ondas. Nela existem as maiores baías do Brasil: Todos-os-Santos, Camamu, Rio, Angra dos Reis, Paranaguá. A navegação de alto bordo procura as capitais dos Estados, exceto as de Sergipe e Paraná, mais os portos de Santos, Paranaguá e S. Francisco do Sul. Também neste trecho se encontram as maiores e mais numerosas ilhas, em geral dentro de baías, tôdas de procedência continental.

A partir de Santa Catarina a costa se abaixa novamente; no Rio Grande do Sul dominam lagunas, cujo extenso litoral interno só poderá verdadeiramente prosperar quando a arte der a saída franca que a natureza lhes negou para o oceano.

As ilhas de procedência vulcânica, Fernão de Noronha, fronteira ao Rio Grande do Norte, Trindade,

fronteira a Espírito Santo ⁽²⁾, pouco representam agora. Trindade parece imprópria à ocupação permanente: a Inglaterra só a disputou nos últimos anos por se prestar ao amarradio de cabos transatlânticos.

A faixa marítima apresenta largura variável: em geral avanta-se mais de Pernambuco para o Pará, e no Rio Grande do Sul; no restante sua expansão subordina-se aos caprichos da serra do Mar: temos aqui as chamadas costas concordantes.

Ao Norte liga-se com a baixada do Amazonas, muito ampla à saída, relativamente estreita entre Xingu e Nhamundá, amplíssima a Oeste do Madeira e do Negro até o sopé dos Andes. As cachoeiras mais setentrionais do Tocantins, do Xingu, do Tapajós e do Madeira balizam a baixada pela banda do Sul. Pela banda do Norte, a Este do Negro, logo a algumas dezenas de quilômetros da foz, começa o trecho encachoeirado nos rios que descem da Guiana. De Este a Oeste apresenta declive insensível: mais desce o S. Francisco na cachoeira de Paulo Afonso do que o Amazonas nos três mil quilômetros que vão de Tabatinga ao mar.

A baixada marítima liga-se ainda ao Sul com a do Paraguai que começa no estuário do Prata e prossegue até Mato Grosso. Cuiabá, na gema do continente, pouco mais de duzentos metros terá de altitude. As margens do rio principal, bastante altas no curso inferior, vão se abaixando à medida que se marcha para o Norte, até uma região anualmente alagada por espaço de muitas léguas, o chamado lago Xarais dos primeiros exploradores. Abundam aliás os lagos marginaes, conhecidos pela denominação de baías; por

uma série de baías passa a linha lindeira com a Bolívia.

As baixadas amazônica e paraguaia, continuas com a do oceano, aproximam-se muito a Oeste: entre o Aguapéi, afluente do Jauru, tributário do Paraguai, e o Alegre, afluente do Guaporé, um dos formadores do Madeira, inserem-se apenas poucos quilômetros de distância. O governo português pensou em cortar este varadouro por um canal que levaria do Prata ao Amazonas, e dêste, aproveitando o Cassiquiare, ao Orenoco, à ilha da Trinidad, ao mar das Antilhas.

A obra começada parou logo e parece inexquível, porque uma língua de terras bastante altas aparece e se estende até Chiquitos, na Bolívia, produzindo um desnivelamento pouco favorável.

As bacias do Amazonas e do Paraguai com os rios que as cortam, as ilhas numerosas, os lagos consideráveis e os canais sem conta compensam até certo ponto a pobreza do desenvolvimento marítimo, e são os verdadeiros mediterrâneos brasileiros. A depressão do Paraguai reunida à do alto Amazonas separa dos Andes as terras altas do Brasil, que a baixada amazônica ao Norte aparta do planalto da Guiana, e a baixada marítima precede pelos outros lados. A partir do Jauru, o Paraguai não recebe afluentes consideráveis em território brasileiro, à direita.

Desde o rio Uruguai o planalto brasileiro é limitado pela serra do Mar, áspera e coberta de matas na faldada voltada para o oceano, mais suave na parte interior, de largura entre vinte e oitenta quilômetros, com picos que raramente passam de dois mil metros. Serve de divisora das águas entre os rios que procuram diretamente o Atlântico — em geral de pequeno

curso, pois apenas dois, o Iguape e o Paraíba, rompem a serra, e os outros são rios transversais ou de meia água — e os rios que se destinam ao Prata, de muito maior extensão e cabedal: o Uruguai pertencente ao Brasil pelos dois lados até Peperi-guaçu, limite com a Argentina, e pelo lado esquerdo até Quaraim, limite com o Uruguai; o Iguaçú, com saltos de maravilhosa beleza, no trecho em que a esquerda pertence à Argentina e a direita ao Brasil; o Ivai, próximo ao salto de Guairá; o Paranapanema, o Tietê, de tamanha significação histórica, e outros afluentes orientais do Paraná.

Da serra do Mar desprende-se a da Mantiqueira, que mais pelo interior vai desde o Estado do Paraná até Minas Gerais. Nela fica o pico mais alto do Brasil, o do Itatiaia, com cerca de três mil metros de altitude. Vem depois a serra do Espinhaço, que acompanha o rio S. Francisco pelo lado direito até ser cortada na grande curva traçada a Nordeste por elle antes de se lançar no oceano. Ambas representam papel somenos como divisoras das águas: a da Mantiqueira entre o Paraíba do Sul e o alto Paraná, a do Espinhaço entre o S. Francisco, de que estreita a bacia ao Oriente, logo depois de formado o rio das Velhas, e os rios de meia-água que se dirigem ao mar: Doce, Jequitinhonha, Pardo, Contas, Paraguaçu.

Das alturas de Barbacena arranca uma lombada transversal no rumo aproximado Este-Oeste, que, com várias denominações, a trechos rigorosamente montanhosa, alhures meramente denudada, é o maior divisor das águas dentro do planalto. Chamou-a Serra das Vertentes o benemérito Eschwege, denominação excelente se, deixada de parte a estrutura,

se atender sòmente ao papel representado na América do Sul. A um lado as águas vertem para o Paraná e para o Paraguai, ambos nascidos nesta zona, e, como o Uruguai, terminando o curso em território estrangeiro; ao outro lado da vertente, correm os tributários do Madeira, objeto de longas disputas desde que Manuel Félix de Lima, em 1742, foi pela primeira vez das minas de Mato Grosso até a sua foz; o Tapajós, antigo caminho dos Cuiabanos para a compra do guaraná entre os Maués; o Xingu, cujas más condições de navegabilidade desviaram as explorações por muito tempo e deixaram viver até poucos anos numerosas tribos indígenas em pura idade de pedra, cujo estudo impulsou poderosamente a etnografia sul-americana; o Araguaia-Tocantins, o Paranaíba, o S. Francisco.

O S. Francisco, de grande importância histórica, é formado pelo rio que com este nome desce da serra da Canastra, e pelo rio das Velhas. No trecho superior, os afluentes mais consideráveis correm entre estas duas cabeceiras até sua confluência; transposto já o salto de Pirapora, a divisora das águas com o Tocantins afasta-se e deixa que se desenvolvam o Paracatu, o Urucutia, o Carinhanha, o Corrente, o Grande, ao passo que a serra do Espinhaço se aproxima. Desde a barra do rio Grande para o mar, nem de uma, nem de outra margem concorre afluente algum considerável; os embaraços encontrados pela navegação acumulam-se, e tolheram as comunicações até ser transposto por uma via-férrea o trecho encachoeirado.

O S. Francisco é, por assim dizer, a imagem de quase todos os rios do Brasil: no planalto, apenas o

volume d'água o permite, uma extensão, de centenas de léguas às vêzes, pereneamente navegável por embarcações de maior ou menor capacidade; em seguida, a descida do planalto com saltos e corredeiras, como os do Madeira, o Augusto no Tapajós, o Itaboca no Tocantins, o Paulo Afonso no S. Francisco, e tantos outros; finalmente, as águas se acalmam e aprofundam, e os embaraços de todo desaparecem quando lhes sobra força suficiente para impedir a formação de baixios na barra.

Dêste tipo se apartam o Amazonas, cuja região tormentosa é vencida logo nas cabeceiras, muito antes de entrar no Brasil, e seus afluentes situados a Oeste do Madeira e do Negro, no chamado Solimões, nascidos todos em regiões pouco elevadas e logo difundidos por grandes baixadas, quase niveladas. Em menores dimensões reproduz-se o fato com o rio Paraguai e alguns de seus afluentes. O Parnaíba e os rios do Maranhão, descendo suavemente por um declive graduado ao longo do seu curso, apresentam uma forma de transição entre o tipo dos rios das baixadas e o dos chapadões.

As montanhas preparam e os rios esculpem no planalto brasileiro quatro divisões bem distintas: o chapadão amazônico desde o Guaporé ao Tocantins; o do Parnaíba, inserido entre o primeiro e o do S. Francisco, mais vasto, que alcança sua maior expansão à margem esquerda desta bacia; finalmente o do Paraná-Uruguai, entre a serra do Mar e as montanhas de Guaiás. As relações existentes entre êstes chapadões atuaram sobre o povoamento do território.

O planalto das Guianas apresenta outro chapadão elevado, com alguns picos graníticos, poucos de mais de mil metros.

A Oeste alguns afluentes amazônicos nascidos fora do Brasil, o Içá, Japurá, Negro, em seu trecho inferior correm por algum espaço paralelamente ao rio principal. Pouco extensas, pouco navegáveis correntes de meia-água desembocam a Este do Negro, descendo da borda meridional do chapadão das Guianas.

O rio das Amazonas vaza uma bacia de sete milhões de quilômetros quadrados, a maior do globo, tamanha, quase, como o Brasil inteiro. Sangram para ela grandes partes dos planaltos brasileiro, guianês e andino; como a quadra das chuvas não cai em todos êles ao mesmo tempo, succede que quando começam a baixar os afluentes de um enchem os do outro lado, e a vazante nunca se dá completa. As vêzes tanto se avoluma o rio-mar que represa os tributários e por seus furos manda-lhes água a muitos quilômetros da foz. Os lagos marginaes, as ilhas numerosas, os furos, os paranamirins permitiriam navegar desde o oceano até os confins do país sem nunca penetrar na madre. Suas inundações alcançam quase vinte metros acima do nível ordinário; por cima das florestas podem então passar embarcações, ⁽³⁾ das quais algumas semanas antes mal se avistava o tópo do arvoredor. O Amazonas corre de Oeste para Este, acompanhando a equinocial, e seu clima pode dizer-se próximamente o mesmo em tôda esta extensão: genuinamente tropical, pouco variável, sem diferenças sensíveis de temperatura, de atmosfera úmida, abundantemente chuvosa, máxime junto do mar e perto

dos Andes. A maior ou menor frequência relativa de chuvas se designa pelos nomes de verão e inverno; de inverno só pode dar idéia aproximada, pelo lado da temperatura, o ligeiro refrigério sentido à noite.

Ao Sul do Amazonas, entre os rios Parnaíba e São Francisco, estende-se uma zona periodicamente flagelada por sêcas. Quando as estações correm regularmente há leves chuveiros, chamados de caju, à passagem do sol para o Sul; chuvas maiores caem antes ou depois do equinócio de Março; São João é já fins d'água. No caso contrário secam os rios, exceto em alguns poços e depressões, murcham os pastos, permanecem nuas as árvores, sucumbe o gado à sede ou à inanição, e a gente morre à fome quando só dispõe dos recursos locais. A necessidade de lutar contra a calamidade inspirou a construção de açudes, a cultura das vazantes, a retirada do gado, a distribuição de ramos para alimentá-lo, as grandes levas de retirantes.

A beira-mar entre o Oiapoque e o Parnaíba, e do S. Francisco para o Sul domina igualmente o clima tropical até Santa Catarina: em alguns trechos quase todos os meses do ano chove, em outros intervem estiadas maiores, em geral subordinadas à marcha solar.

A distância do Equador avulta as diferenças termométricas, aliás contidas em extremos pouco apartados. Com o solstício de Junho, pouco antes ou pouco depois, coincidem o maior abaixamento termométrico e a diminuição nos precipitados atmosféricos.

No Rio Grande do Sul as estações fria e quente já aparecem melhor delimitadas, as variações de tem-

peratura tornam-se mais notáveis, e a estação das águas tende a emparelhar-se com a do frio.

Isto se refere ao litoral. No interior do país, reina também o clima tropical, modificado mais ou menos por fatores locais e revestindo certa feição continental. Geralmente chove no sertão menos que à beira-mar; as estações seca e úmida andam mais nitidamente discriminadas; o ar do planalto, facilmente aquecível durante o dia em consequência de sua pouca densidade, rapidamente esfria à noite pelo mesmo motivo, produzindo às vészes variações bruscas no decurso de vinte e quatro horas.

Também aqui as chuvas compassam-se pelo sol: em vários pontos há uma estação úmida menor e anterior, outra maior e posterior ao solstício de Dezembro.

Na depressão amazônica associam-se o calor e a umidade, a vegetação atinge o máximo desenvolvimento, alardeia-se a grande mata terreal.

A luta pelo ar e pela luz arremessa as plantas para cima, repelem-se nas alturas as copas do arvoredo, árvores possantes viram trepadeiras, cruzam-se lianas em todos os sentidos. Plantas sociais como a imbaúba e a monguba constituem exceção; em regra numa superfície dada cresce o maior número possível de espécies diferentes.

Pouco influi sobre a fisionomia do conjunto a distância do oceano; muito mais atua o apartamento do rio: no caa-igapó, sujeito à inundação ânua, avultam palmeiras, muitas delas espinhosas, reduz-se o porte das árvores; no caa-eté, sobranceiro a ela, culminam gigantes vegetais, triunfam dicotiledôneas e epífitos; mais adiante começam os xerófitos.

A região flagelada pela seca possui também matas, porém solteiras, nas serras capazes de condensarem vapores atmosféricos, nas margens dos rios, em lugares favorecidos pela umidade do subsolo. De dimensões restritas, sustentam a outros respeito o confronto com as das regiões mais felizes; não representam, entretanto, fielmente a feição dominante.

Desde a Bahia começa a mata virgem contínua, e com os mesmos caracteres orla a borda oriental da serra do Mar: troncos eretos, ramificação muito acima do solo, folhagem sempre verdejante, variedade de espécies dentro de pequenas áreas, abundância de epífitos. Os acidentes topográficos introduzem aqui na paisagem uma variedade golpeante, desconhecida na monotonia interminável da Amazônia.

Além da serra do Mar abrem-se os campos, vastas extensões ocupadas por gramíneas e ervas mais ou menos rasteiras.

Onde a altitude o permite surgem araucárias; em certos pontos adensam-se capões, cujo nome indígena está indicando a forma circular. Os campos do Sul explicam alguns pela baixa da temperatura durante o período germinativo. Ao Norte existem igualmente campos, cuja explicação parece outra: o solo, muito quente e pouco úmido, requeimando as sementes das árvores, rouba-lhes a vitalidade.

Catinga, carrasco, cerrado, agreste designam todas várias formas de vegetação xerófila, caracterizada pelas raízes às vezes muito profundas, munidas muitas de bulbo que prende a água, pelo tronco áspero, gretado, exíguo, esgalhado, como se procurasse para os lados o desenvolvimento que lhe foge na vertical, pelas folhas mais ou menos miúdas, que caem numa

parte do ano para melhor resistir à sêca, limitando a evaporação.

Na região das sêcas esta forma de vegetação chega quase à beira-mar; em quase todos os estados existe, mais ou menos, testemunho e efeito do clima continental. O povo brasileiro, começando pelo Oriente a occupação do território, concentrou-se principalmente na zona da mata, que lhe fornecia pau-brasil, madeira de construção, terrenos próprios para cana, para fumo e, afinal, para café. A mata amazônica forneceu também o cravo, o cacau, a salsaparilha, a castanha, e, mais importante que todos os outros produtos florestais, a borracha. Os campos do Sul produzem mate. Nos do Norte, em geral, e nas zonas de vegetação xerófila, plantam-se cereais ou algodão e pasta o gado. A obra do homem chama-se capocira: terreno privado da vegetação primitiva, occupado depois por vegetais adventícios cuja fisionomia ainda não assumiu feição bem caracterizada. Os capocirões podem dar a ilusão de verdadeiras matas.

A fauna do Brasil é muito rica em insetos, reptis, aves, peixes, e pequenos quadrúpedes. São formas características as emas, os papagaios, os beija-flores, os desdentados, os marsúpios, os macacos platinários.

Na baixada litorânea, muitas formas de moluscos, peixes e aves há comuns ao Atlântico do Sul; o colorido de alguns por tal modo se assemelha à areia que custa descobri-los em repouso.

A fauna da mata apresenta, ao contrário, o colorido mais vistoso, principalmente nas borboletas, que às vêzes atingem tamanho enorme, e nas aves. A maior parte das espécies adaptou-se à vida arbórea,

e algumas, como a arcaica preguiça, vão desaparecendo com as derrubadas.

“Mais pálida em colorido e fraca em força numérica é a fauna do sertão” lembra Goeldi. “Suntuoso uniforme de gala nos descampados não seria desejável nem proveitoso. Para os animais sertanejos é de mais vantagem sua roupa branco-amarelada e monótona que no meio do capim se conserva neutra entre a cor do solo e o colorido da macega torrada pelo sol.

“Se por um lado, no litoral, é aparelho útil a asa comprida, apropriada ao voo persistente, e, por outro lado, o pé trepador, para o morador da mata, torna-se precioso dote para formas animais que vivem correndo pelo solo uma perna comprida e capaz de corresponder a fortes exigências. Ai estão para atestá-lo a seriema de alto coturno e a gigantesca ema. O próprio lobo brasileiro munuiu-se, além de umas orelhas grandes, a modo de chacal do deserto, de longas pernas a feitio de galgo”⁽¹⁾.

Entre estes animais nem um pareceu próprio ao indígena para colaborar na evolução social, dando leite, fornecendo vestimenta ou auxiliando o transporte; apenas domesticou um ou outro, os minubabas da lingua geral, — em maioria aves, principalmente papagaios, só para recreio. De caça e principalmente de pesca era composta sua alimentação animal. Possuía agricultura incipiente, de mandioca, de milho, de várias frutas. Como eram-lhe desconhecidos os metais, o fogo, produzido pelo atrito, fazia quase todos os ofícios do ferro. A plantação e colheita, a cozinha, a louça, as bebidas fermentadas competiam às mu-

liberes; encarregavam-se os homens das derrubadas, das pescarias, das caçadas e da guerra.

As guerras ferviam contínuas; a cunhã prisioneira agregava-se à tribo vitoriosa, pois vigorava a idéia da nulidade da fêmea na procriação, exatamente como a da terra no processo vegetativo; os homens eram comidos em muitas tribos no meio de festas rituais. A antropofagia não despertava repugnância e parece ter sido muito vulgarizada: algumas tribos comiam os inimigos, outras os parentes e amigos, eis a diferença.

Viviam em pequenas comunidades. Pouco trabalho dava fincar uns paus e estender fôlhas por cima, carregar algumas cabaças e panelas; por isso andavam em contínuas mudanças, já necessitadas pela escassez dos animais próprios à alimentação.

De rixas minúsculas surgiam separações definitivas; grassava uma fissionariedade constante. Tradição muito vulgarizada explicava grandes migrações por disputas a propósito de um papagaio.

O chefe apenas possuía autoridade nominal. Maior força cabia ao poder espiritual. Acreditavam em séres luminosos, bons e inertes, que não exigiam culto, e poderes tenebrosos, maus, vingativos, que cumpria propiciar para apartar sua cólera e angariá-los o favor contra os perigos: eram as almas dos avós. Entre êles contava-se o curador, pagé ou caraiha, senhor da vida e da morte, que ressuscitara depois de finado ⁽⁶⁾, e não podia mais tornar a morrer.

Tinham os sentidos mais apurados, e intensidade de observação da natureza inconcebível para o homem civilizado. Não lhes faltava talento artístico, reve-

lado em produtos cerâmicos, trançados, pinturas de cuia, máscaras, adornos, danças e músicas.

Das suas lendas, que às vèzes os conservavam noites inteiras acordados e atentos, muito pouco sabemos: um dos primeiros cuidados dos missionários consistia e consiste ainda em apagá-las e substituí-las.

Falavam linguas diversas, quanto ao léxico, mas obedecendo ao mesmò tipo: o nome substantivo tinha passado e futuro como o verbo; o verbo intransitivo fazia de verdadeiro substantivo; o verbo transitivo pedia dois pronomes, um agente e outro paciente: a primeira pessoa do plural apresentava às vèzes uma flexão inclusiva e outra exclusiva; no falar comum a parataxe dominava. A abundância e flexibilidade dos supinos facilitaram a tradução de certas idéias européias.

Fundada no exame lingüístico a etnografia moderna conseguiu agregar em grupos certas tribos mais ou menos estreitamente conexas entre si. No primeiro entram os que falavam a lingua geral, assim chamada por sua área de distribuição. Predominavam próximo de beira-mar, vindos do sertão, e formavam três migrações diversas: a dos Carijós ou Guaranis, desde Cananéia e Paranapanema para o Sul e Oeste; os Tupiniquins, no Tietê, no Jequitinhonha, na costa e sertão da Bahia, na serra da Imapaba; os Tupinambás no Rio de Janeiro, a um e outro lado do baixo S. Francisco até o Rio Grandé do Norte, e do Maranhão até o Pará. O centro de irradiação das três migrações deve procurar-se entre o rio Paraná e o Paraguai.

Nos outros grupos falavam-se as linguas travadas: os Gés, representados pelos Aimorés ou Boto-

cudos próximo do mar, e ainda hoje numerosos no interior; os Cariris disseminados do Paraguaçu até o Itapecuru e talvez Mearim, em geral pelo sertão, conquanto os Tremembés habitassem as praias do Ceará; os Caraíbas, cujos representantes mais orientais são os Pimenteiras, no Piauí, ainda hoje encontrados no chapadão e na bacia do Amazonas; os Maipure ou Nu-Aruaque, que desde a Guiana penetraram até o rio Paraguai e ainda aparecem nas cercanias de sua antiga pátria, e até no alto Purus; os Panos, os Guaicurus, etc., etc.

Se abstrairmos do Amazonas, onde havia muitos Maipure e não poucos Caraíbas, só os Tupis e os Cariris foram incorporados em grande proporção à actual população do Brasil.

Os Cariris, pelo menos na Bahia e na antiga capitania de Pernambuco, já occupavam a beira-mar quando chegaram os portadores da lingua geral. Repelidos por estes para o interior, resistiram bravamente à invasão dos colonos europeus, mas os missionários conseguiram aldear muitos e a criação de gado ajudou a conciliar outros. Talvez provenha dos Cariris a cabeça chata, comum nos sertanejos de certas zonas.

Se agora examinarmos a influencia do meio sobre estes povos naturais, não se afigura a indolência o seu principal característico. Indolente o indígena era sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si. O principal efeito dos factores antropogeográficos foi dispensar a cooperação.

Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? qual o incentivo para con-

densar as associações ? como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias ?

A mesma ausência de cooperação, a mesma incapacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado aos seus sucessores.

II

FATORES EXÓTICOS

Ao começar o século XVI, Portugal labutava na transição da idade média para a era moderna. Co-existiam em seu seio duas sociedades completas, com sua hierarquia, sua legislação e seus tribunais; mas a sociedade civil não professava mais a superioridade transcendente nem se sujeitava à dependência absoluta da Igreja, despidia agora de muitas de suas históricas prerrogativas, obrigada a reduzir muitas de suas pretensões.

O Estado reconhecia e acatava as leis da Igreja, executava as sentenças de seus tribunais, declarava-se incompetente em quaisquer litígios debatidos entre clérigos, só punia um eclesiástico se, depois de degradado, era-lhe entregue por seus superiores ordinários, respeitava o direito de asilo nos templos e mosteiros para os criminosos cujas penas eram de sangue, abstinha-se de cobrar impostos do clero.

A Igreja dominava soberana pelo batismo, tão necessário à vida civil como à salvação da alma; pelo casamento, que podia permitir, sustar ou anular com impedimentos dirimentes; pelos sacramentos, distribuídos através da existência inteira; pela excomunhão, que incapacitava para todos eles; pelo interdito, que separava comunidades inteiras da comunicação dos

santos; pela morte, permitindo ou negando sufrágios, deixando que o cadáver descansasse em lugar sagrado junto aos irmãos ou apodrecesse nos monturos em companhia dos bichos; dominava pelo ensino, liuitando e definindo as crenças, extremando o que se podia do que não era lícito aprender ou ensinar.

Contra ela, na esfera estreita ainda em que firmara sua competência, depois de lutas com o papado e com o clero indigena, o Estado empregava o *placet* para os documentos emanados do sólio pontifício, os juizes da coroa para resguardar certos órgãos essenciaes ao exercicio normal da soberania plena, as leis de amortização para limitar as aquisições prediais, as temporaridades para abolir certas resistências. Em compensação, repartia sua jurisdição com o outro poder em casos por isso chamados *mixti fori*, prestava o braço secular para executar, até com morte violenta, os condenados pelo juízo eclesiástico, duramente castigava certos atos só porque a Igreja os considerava pecaminosos; em suma, o mesmo que hoje os interesses econômicos ou fiscaes, pesavam então inspiraões religiosas e consideraões eclesiásticas.

Apesar de tudo ocorriam freqüentes atritos entre a Igreja e o Estado, aquella disposta a abrir o menos possível mão de suas atribuições antigas, este conquistando ou assumindo sempre novas faculdades, para arcar com os problemas crescentes, legados onerosos do regime medieval, exigências inadiáveis de uma situação transformada pelo comércio fortalecido, pelas comunicaões amiudadas, pela indústria renascente, pela renovação intellectual, pela circulação metálica em luta contra a economia naturista, rasgando horizontes mundiais.

Como o papa, cabeça da sociedade religiosa, o rei tornara-se o sujeito jurídico da sociedade civil; na qualidade de senhor absoluto, seus poderes não admittiam fronteiras definíveis, invocados como um princípio de equidade superior, como remédio a casos excepcionais, graves e imprevistos. De outros poderes suscetíveis de definição, podia fazer uso mais ou menos completo, e aliená-los em parte.

Era direito real bater moeda, criar capitães na terra e no mar, fazer officiais de justiça, do ínfimo ao pino da carreira, declarar guerra, chamando o povo ás armas com os mantimentos necessários. Para seu serviço el-rei tomava carros, béstas e navios dos súditos; pertenciam-lhe as estradas e as vias públicas, os rios navegáveis, os direitos de passagens de rios, os portos de mar com as portagens nêles pagas, as ilhas adjacentes ao Reino, as rendas das pescarias, das marinhas, do sal, as minas de ouro, prata e quaisquer outros metais, os bens sem dono, os dos malféitores de certos crimes. Nêle se concentrava tóda a faculdade legislativa: os votos das Côrtes só valiam com o seu assenso e enquanto lhe aprazia, pois as disposições mais precisas podia dispensar, especificando-as; juizes e tribunais eram delegações do trono.

Abaixo do rei estava a nobreza, numerosa em famílias como nas distinções que separavam umas de outras, compreendendo desde os senhores donatários, com honras, coutos e jurisdicção, e os grão-mestres das ordens militares, cujo mestrado o rei houve por bem afinal assumir, até simples cavaleiros e escudeiros. Seu poderio fôra grande; agora contentava-se com o monopólio dos cargos públicos, com o papel saliente nos tempos de guerra ou nos conselhos da

corôa, com a situação privilegiada nas questões penais, em que o título de nobre defendia dos tormentos ou acarretava diminuição de pena. A nobreza não era uma casta exclusiva; davam para ela várias portas, entre as quais a das letras.

Abaixo da nobreza acampava o povo, a grande massa da nação, sem direitos pessoais, apenas defendidos seus filhos por pessoas morais a que se acostavam, lavradores, mecânicos, mercadores; os de maior qualidade chamavam-se homens bons, e reuniam-se em câmaras municipais, órgãos de administração local, cuja importância, então e sempre somenos, nunca pesou decisivamente em lances momentosos, nem no Reino, nem aqui, apesar dos esforços de escritores nossos contemporâneos, iludidos pelas aparências fugazes ou cegados por idéias preconcebidas.

Abundavam pessoas morais a que o povo se podia filiar — corporações limitadas como as de moleiros e bombardeiros, coletividades maiores como os cidadãos do Pôrto. Os privilégios inerentes a êstes foram outorgados a várias cidades do Brasil, Maranhão, Bahia, Rio e São Paulo, pelo menos; pelo que encerram, dão bem a idéia de direitos regateados a quem tinha apenas para socorrer-se a mera qualidade de ser humano.

A êstes felizes cidadãos do Pôrto concedeu Dom João II:

que não fôssem metidos a tormentos por nenhuns malefícios que tivessem feito, cometido e cometessem e fizessem daí por diante, salvo nos feitos e daquelas qualidades e nos modos em que o devem ser e são os fidalgos do reino e senhores;

que não pudessem ser presos por nenhum crime, somente sobre suas menagens e assim como o são e devem ser os fidalgos;

que pudessem trazer e trouxessem por todos os seus reinos e senhorios quais e quantas armas lhes aprouvesse de noite e de dia, assim ofensivas como defensivas;

que não pousassem com êles nem lhes tomassem suas casas de moradas, adegas, nem cavaliças, nem suas bêstas de sela, nem outra nenhuma coisa de seu contra suas vontades e lhes catassem e guardassem muito inteiramente suas casas, e houvessem com elas e fora delas tôdas as liberdades que antigamente haviam os infanções e ricos homens;

que os serviçais agrícolas só fôsem à guerra com os patrões ⁽⁶⁾.

Abaixo do terceiro estado havia ainda os servos, escravos, etc. etc., cujo direito único cifrava-se em poderem, dadas circunstâncias favoráveis, passar à classe imediatamente superior, pois, conquanto rentes as separações, as classes nunca se transformaram em castas.

Os três braços do clero, da nobreza e do povo, convocados em ocasiões solenes e a intervalos arbitrários, constituíram as Côrtes. Meramente consultivas, ou por igual deliberativas? Liquidem entre si êste ponto os eruditos de além-mar; fora de dúvida só valeram enquanto os reis consideraram reinar como um ofício e precisaram de recursos pecuniários para os quais não eram suficientes os copiosos direitos reais.

A prosperidade e o povoamento do Brasil provaram fatais a esta venerável instituição. Por uma

coincidência riada fortuita, reuniram-se as últimas Côrtes em 1697, quando o ouro das Gerais começava a deslumbrar o mundo, e só reviveram com a revolução francesa, as guerras napoleônicas e a independência real do Brasil, depois de trasladada para aqui a sede da monarquia portugueza.

Em 1527 a soma total dos fogos em todo o Reino andava por dúzentos e oitenta mil quinhentos e vinte e oito; dando à cada um destes um número de quatro individuos, a população do Reino seria naquele anno de um milhão cento e vinte dois mil cento e doze almas. Com este pessoal exíguo, que não bastava para enchê-lo, ia Portugal povoar o mundo. Como conseguiu-lo sem atirar-se à mestiçagem?

A agricultura estava atrasada no Reino; Danião Góis, explicando em 1541 a opinião letrada da Europa a razão dos seus atrasos em Portugal e Espanha, afirma ser a fertilidade espontânea do solo tamanha que a maior parte do anno os escravos e os homens pobres se podem sustentar lautamente de frutos silvestres, miel e ervas, o que os faz pouco propensos ao trabalho agricola ⁽²⁾.

Alguns traços tomados ao livro de Costa Lobo mostrarão o caráter dominante do povo ao começar a era dos descobrimentos ⁽³⁾:

O portuguez do século XV era fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo, caráter independente, não constrangido pela disciplina ou contrafeito pela convenção; o seu falar era livre, não conhecia rebuços nem eufemismos de linguagem.

A tèmpera era rija, o coração duro. As cominações penais não conheciam piedade. A morte expiava

crimes tais como o furto do valor de um marco de prata. Ao falsificador de moeda infligia-se a morte pelo fogo, e o confisco de todos os bens.

Com a rudeza de costumes que assinala aquêles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres, dependia em grande parte da fôrça e energia individual; daí freqüentes homizios, agressões, feridos e mortes que habituavam à contemplação da violência e da dor, infligida ou recebida. O espetáculo de penar não repugnava, pôrque ninguém tinha em muita conta o padecimento físico. Cruzas que hoje denotariam a vileza de um caráter perverso não tinham nesses tempos semelhante significação. O mal que elas causavam não se reputava demasia, todos estavam sujeitos a padecê-lo. Mas se a dor física ou moral alcançava molificar a rigeza da índole inacostumada à paciência e à reflexão ou se a paixão a inflamava, então o sentimento irrompia em clamores, prantos e contorsões, semelhando os meneios da demência furiosa.

À dureza da têmpera correspondia extensamente um aspecto agreste, a fôrça muscular era tida em grande aprêço. Cercear com um revés de montante uma perna de boi por meia coxa ou decepar-lhe quase todo o pescoço eram feitos dignos de recordação histórica.

Ao português estranho ao continente cumpre juntar o negro, igualmente alienígena. A importação começou desde o estabelecimento das capitâneas e avultou nos séculos seguintes, primeiro por causa da cultura da cana, mais tarde por causa do fumo, das minas, do algodão e do café. Depois da supressão do tráfico em 1850, o café provocou deslocções con-

sideráveis na distribuição interna; o mesmo efeito produziu a abolição.

Os primeiros negros vieram da costa ocidental, e pertencem geralmente ao grupo banto; mais tarde vieram de Moçambique. Sua organização robusta, sua resistência ao trabalho indicaram-nos para as rudes labutas que o indígena não tolerava. Destinados para a lavoura, penetraram na vida doméstica dos senhores pela ama de leite e pela mucama, e tornaram-se indispensáveis pela sua índole carinhosa. A mestiçagem com o elemento africano, ao contrário da mestiçagem com o americano, era vista com certa aversão, e inabilitava para certos postos. Os mulatos não podiam receber as ordens sacras, por exemplo: daí o desejo comum de ter um padre na família, para provar limpeza de sangue. Com o tempo os mulatos souberam melhorar de posição e por fim impor-se à sociedade. Quando reuniam a audácia ao talento e à fortuna alcançaram altas posições.

O negro trouxe uma nota alegre ao lado do português taciturno e do índio sorumbático. As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas. O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos, resumiu em 1711 o benemérito Antonil.

III

OS DESCOBRIDORES

A posição geográfica de Portugal destinava-o à vida marítima, e data da dominação romana o conhecimento de ilhas alongadas ao Ocidente. Tradições árabes memoram os Mogharriun, partidos de Lisboa à cata de aventuras. A restauração cristã produziu uma marinha nacional, que alentaram e tornaram próspera a escolha da barra do Tejo para escala da carreira de Flandres, e a vinda de catalães e italianos chamados a ensinar a náutica e a técnica. A expedição contra Ceuta em 1415 reuniu já centenas de embarcações e milhares de marinheiros.

Depois de tomada esta cidade à mourisma infiel, atiraram-se os conquistadores para terras africanas. Navios mandados do Algarve perlongaram o litoral marroquino, conjuraram os terrores do cabo Não, iluminaram o Saara nos bulções do mar Tenebroso, descobriram rios caudalosos, tratos povoados, e as ilhas de Cabo Verde, verdes dentro na zona tórrida, inabitável pelo calor como o seu nome apregoava, inabitável por sentença unânime dos filósofos antigos, apunhados agora pela primeira vez em falsidade flagrante. Culmina nesta fase heróica o infante D. Henrique, filho de D. João I, e grão-mestre da Ordem de

Cristo ⁽³⁾. Dominava-o de um lado o desejo de alargar as fronteiras do mundo conhecido, de outro a esperança de alcançar um ponto onde fenecesse o poderio do Crescente. Talvez aí reinasse Preste João, o lendário imperador-sacerdote; de mãos dadas realizariam a cruzada suprema contra os inimigos hereditários da Cristandade, já expulsos de quase tôda a Espanha, mais poderosos que nunca nas terras e mares orientais.

O decurso dos descobrimentos precisou as aspirações confusas do princípio. Nos últimos anos do infante desenhou-se o problema da Índia, vaga expressão geográfica aplicada a todos os países distribuídos da saída do mar Vermelho ao reino de Catai e à ilha de Cipango. Os rios possantes do continente agora conhecido, como a franquearem vias de penetração indefinida, a direção meridional da costa, como a encurtar as distâncias, os numerosos dizeres de prestigiosas cartas geográficas como a balisarem o percurso a fazer-se, sugeriam a possibilidade de lá chegar por novo caminho; e novo caminho era urgente, pois se na Europa germano-latina continuava forte a procura de especiarias, estófos, pérolas finas, pedras preciosas, madeiras raras, de produtos indianos, em uma palavra, as potências muçulmanas, assentes nas estradas históricas que vinham dar no Mediterrâneo, cada dia aumentavam as exigências e requintavam de insolência, espoliando os intermediários do comércio do Levante, e atormentando os consumidores ocidentais.

A idéia de chegar à Índia atravessando a África, depois de ligeiras tentativas, foi abandonada. Pensou-se lograr o mesmo resultado circunavegando o continente negro. Contra êste plano insurgia-se o

veto de Ptolomeu, afirmando a ligação da Ásia e África ao Sul, como no istmo de Suez ao Norte, fechando por aquela parte o mar das Índias e transformando-o em mediterrâneo. Mas ainda em dias de D. Henrique um cartógrafo italiano protestou contra as afirmações categóricas do astrónomo alexandrino, e o descobrimento de Cabo Verde, o contacto directo com a zona tórrida tinham começado a emancipar os espiritos, patenteando que o simples fato de proceder da antiguidade não consagra inviolável e intangível qualquer posição.

Enquanto se concatenavam estas noções incertas formulou-se outra solução do problema, já mencionada em escritores gregos e latinos, e apoiada em autoridades sagradas e pagãs. É idêntico, postulava, o oceano ocidental da Europa e o oceano oriental da Ásia; segundo as escrituras o espaço ocupado pelos mares representa apenas uma fração mínima comparado à terra firme, e como o nosso planeta é esférico, o caminho lógico e mais breve para a Índia consiste em lançar-se impávidamente ao oceano, amarrar-se tanto para o poente até chegar ao nascente. Tal viagem, além de mais breve, seria mais cômoda, pois ilhas esparsas pontuavam a derrota, algumas delas tamanhas como a Antilha, representada nos portulanos mais fidedignos.

Cristóvão Colombo apresentou tal plano como novo aos portugueses, que não o aceitaram; menos experientes, os espanhóis acolheram o nauta genovês e deram-lhe os meios de executá-lo.

Partindo em 1492, descobriu algumas ilhas e anos mais tarde o continente cobijado, o reino do grão Khan, segundo supunha.

Entre a morte de D. Henrique e o reinado de D. Afonso V (1460-1481) se não arrefeceu o movimento descobridor, prosseguiu com muito menor brilho: a elevação de D. João II ao trono deu-lhe vida e calor. Terminava a terra conhecida no cabo de Santa Catarina, 2° S.; com poucos anos avançou-se vitoriosamente para o trópico; em 1487 ⁽¹⁸⁾ Bartolomeu Dias tornou com a notícia de ter alcançado o fim do continente africano. Já de volta, no extremo Sul, quase perdera-se junto a um cabo e por isso chamou-o das Tormentas. Das Tormentas, não! protestou o rei de Portugal; da Boa Esperança.

Mais que esperança, sentia certeza agora de gozar breve do resultado de tantos esforços. E tanta confiança nutria D. João II de estar afinal achado o caminho da Índia que não procedeu a novas verificações. Preparou-se com tôda a calma, construindo navios aptos para os mares agitados do Oriente; fundiu artilharia capaz de lutar contra os potentados indianos e os navios árabes; emissários seus visitaram o mar Vermelho, o gôlfo Pérsico, a costa oriental da África, a costa de Malabar, inquerindo, observando, reunindo notícias frescas e fidedignas sôbre o comércio, a navegação. Um deles, Pero de Covilhã, esteve no reino de Preste João, originariamente procurado na Ásia central, encarnado agora no dinasta da Abissínia.

D. João II nada confiou do acaso. A volta triunfal de Colombo em 1493 pouco influiu sôbre os planos do rei. Se protestou contra a divisão do mundo promulgada por Alexandre VI, julgando postergados seus direitos; se mandou alguma expedição clandestina ao Ocidente, como parece verificado; bastaram

o aspecto dos naturais e sua barbárie visível, os produtos recolhidos e os países descobertos, tão diferentes de tudo o que os seus emissários vinham de apurar, para não lhe deixarem dúvidas de que a Índia procurada pelos portugueses não se confundia com a Índia achada pelos espanhóis. Ao falecer em 1495, o Príncipe Perfeito deixou ao seu sucessor, D. Manuel, o simples trabalho de saborear o fruto sazonado. Do mesmo modo Vasco da Gama apenas continuou a senda dez anos antes aberta por Bartolomeu Dias (1497-1499).

A chegada de Vasco da Gama com as embarcações carregadas de lídimos produtos indianos mostrou a sabedoria e a providência de D. João II, preferindo a qualquer outro o caminho indicado pelo cabo de Boa Esperança; sobre os espanhóis não parece ter exercido igual impressão, pois continuaram no mesmo empenho primitivo de chegar ao Oriente navegando sempre para o Ocidente.

Temos, pois, duas correntes históricas bem definidas, originárias ambas da península ibérica: uma ocidental, outra meridional. Desembocaram ambas no Brasil. Seguindo a corrente ocidental, apenas procuraram baixas latitudes os espanhóis cortaram a linha, e alcançaram o hemisfério do Sul com Vicente Yañez Pinzon. Seguindo a corrente do Sul, os portugueses, induzidos a amarar-se à procura de ventos mais francos para dobrar o cabo, encontraram a zona dos alísios e vieram dar no hemisfério ocidental com Pedro Álvares Cabral. Ambos os casos ocorreram no mesmo ano.

Interessa-nos apenas Pedr'Álvares.

Comandando uma armada de treze navios partiu de Belém segunda-feira, 9 de Março de 1500. O domingo passara-se em festas populares. O rei tivera a seu lado na tribuna o capitão-mor, pusera-lhe na cabeça um barrete bento mandado pelo papa, entregara-lhe uma bandeira com as armas reais e a cruz da Ordem de Cristo, a Ordem de D. Henrique, o descobridor. Sentia-se bem a importância desta frota, a maior saída até então para terras alongadas.

Mil e quinhentos soldados, negociantes aventureiros, mercadorias variadas, dinheiro amoedado, revelavam o duplo caráter da expedição: pacífica, se na Índia preferissem a lisura e o comércio honesto, belicosa, se quisessem recorrer às armas. Alguns franciscanos, tendo por guardião frei Henrique de Coimbra, comunicavam ao conjunto a sa-gração religiosa.

A 14 foram avistadas as Canárias, a 22 as ilhas de Cabo Verde. Um mês mais tarde, a 21 de Abril, boiaram ervas marinhas muito compridas, sinais de proximidade de terra, no dia seguinte confirmados por aves, e realizados à tarde. “Neste dia, a horas de vespera, houvemos vista de terra: primeiramente dum grande monte mui alto e redondo e doutras serras mais baixas do Sul delle, e de terra chã com grandes arvoredos, ao qual monte alto o capitão poz nome monte Paschoal”, escreve Pero Vaz de Caminha, testemunha de vista, escrivão da feitoria a fundar em Calecut. Ao sol pôsto surgiram em 23 braças, ancoragem limpa. O monte Paschoal, no Estado da Babia, é visível a mais de sessenta milhas do mar.

Na quinta-feira continuou a derrota lenta e cuidadosamente, indo os navios menores adiante, sondando.

A distância de meia légua, em direito à bôca de um rio, fundearam. Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama, desembarcou e pôde observar alguns naturais, atraídos pela curiosidade, dar e receber presentes.

Um Sudoeste acompanhado de chuvacciros mostrou a conveniência de procurar situação mais abrigada. Sexta-feira velejaram para o Norte, os navios maiores mais afastados, os navios menores mais chegados à terra; ao pôr do sol, em distância de dez léguas, encontraram um recife, abrigando um pôrto de larga entrada. “Ao sabbado pela manhã mandou o capitão fazer vella, e fomos demandar a entrada, a qual era muito larga e alta, de 6 e 7 braças, e entraram todas as naus dentro e ancoraram-se em 5 e 6 braças, a qual ancoragem dentro é tão grande e tão fremosa e tão segura que podem jazer dentro mais de duzentos navios e naus”. O nome de Pôrto-Seguro, dado pelo capitão-mor, resume bem suas impressões: ainda o conserva uma localidade vizinha.

Em um ilhéu da baía, construído um altar, cantou-se missa domingo da Pascoela, 26. Frei Henrique pregou sôbre o evangelho do dia. A ressurreição do Salvador, as aparições misteriosas aos discípulos, a incredulidade de Tomé, o apóstolo das Índias, diziam bem com a situação estranha. No fim da pregação o frade “tratou da nossa vinda, e do achamento desta terra, conformando-se com o signal da cruz, sob cuja obediencia viemos”. A bandeira de Cristo com que o

capitão-mor saiu de Belém estêve sempre alta à parte do Evangelho.

Reuniram-se a bordo da capitânea os comandantes dos outros navios, e o capitão-mor perguntou se conviria mandar a el-rei a nova do achamento da terra pelo navio de mantimentos, para S. A. a mandar descobrir. Concordaram que sim. Os dias seguintes passaram-se na baldeação dos gêneros e na lavrança de uma cruz para assinalar a posse tomada em nome da coroa de Portugal.

A cruz foi chantada a 1 de Maio: a 2, partiram o navio mandado ao Reino e a poderosa frota para a Índia, deixando lacrimosos dois degradados incumbidos de inquirirem da terra e irem aprendendo a língua; alguns marujos desertaram, segundo parece.

As seguintes palavras de Caminha representam as reflexões de um espírito superior ante êsses dias e espetáculos extraordinários:

“N’ella [terra] até agora não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma cousa de metal, nem de ferro lho vimos; pero a terra em si é de muitos boos ares assi frios e temperados como os d’antre Doiro e Minho, porque n’este tempo de agora assi os achavamos como os de lá; aguas são muitas infindas e em tal maneira é graciosa que querendo a aproveitar dar-se-á n’ella tudo por bem das aguas que tem; pero o melhor fruto que n’ella se pode fazer me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ella deve lançar, e que hi non houvesse mais ca ter aqui esta pousada pera esta navegação de Calecut abastaria, quanto mais disposição para se n’ella cumprir e fazer o que Vossa

Alteza tanto deseja, s. o acrescentamento de nossa santa fé." (11)

A vantagem da situação geográfica da nova terra para as navegações da Índia, o modo de aproveitá-la trazendo sementes do Reino, o problema do indígena, sua incorporação pelo cristianismo, aí ficam definidos com tóda a precisão.

A armada do capitão-mor fêz-se rumo do cabo de Boa Esperança, acompanhando a costa da terra nova por largo espaço, duas mil milhas, calculou um companheiro de expedição.

O navio de mantimento seguiu para o Nordeste, naturalmente sem perder de vista a terra e talvez realizando desembarques.

E' possível mesmo haja encontrado Diego de Lepe ou algum outro viajante espanhol. O descobrimento dos portuguezes já figura no mapa de Juan de la Cosa, terminado em Outubro de 1500.

Em meados do ano seguinte, partiu de Portugal uma armada de três navios a explorar a nova ilha da Cruz ou Vera Cruz e encontrou-se em Reseguiche com Pedr'Álvares Cabral, já de volta da Índia. Se o descobridor e os futuros exploradores permutaram impressões, deviam ter reconhecido a existência não de ilha, mas de continente. Diferente dos outros? As respostas não podiam sair claras, pois o oceano Pacifico estava por descobrir. Duarte Pacheco, o herói de Cambalão, companheiro de Cabral, alguns anos mais tarde ainda guardava a imagem tradicional do mundo: vastas massas de terra, interrompidas por mediterrâneos, abertos em rumos diversos, semeando lagoas enormes.

A expedição exploradora depois de travessia tor-

mentosa aportou ao litoral do Rio Grande do Norte e procurou regiões mais temperadas, dando nomes aos lugares descobertos, tirados uns do calendário — S. Roque, S. Jerônimo, S. Francisco, baía de Todos-os-Santos, cabo de S. Tomé, angra dos Reis; tirados outros de impressões e acidentes de viagem — rio Real, cabo Frio, baía Formosa, etc. Os exploradores, segundo parece, nunca perderam de vista a serra do Mar. Durante muitos anos figurou nos mapas como último ponto conhecido Cananor, que bem pode ser a atual Cananéia, em S. Paulo; calculou-se a extensão percorrida em duas mil e quinhentas milhas. Esta exploração mais demorada confirmou em quase tudo as palavras de Caminha. Apenas os naturais apareceram à nova luz, selvagens, rancorosos, sanguinários e antropófagos, material mais próprio para escravatura do que para a conversão.

Depois de voltar esta armada a coroa resolveu arrendar a terra por um triênio; os arrendatários comprometeram-se a mandar anualmente seis navios a descobrir trezentas léguas e a fazer e sustentar uma fortaleza. Fundavam seus cálculos no lucro produzido por escravos, por animais curiosos e pelo pau-brasil, de que os primeiros exploradores levariam algum carregamento, e também na vaga esperança de poderem chegar à Índia por este caminho.

Em 1503 veio de fato uma frota de seis embarcações, reduzidas logo à metade pelo naufrágio da capitânea, junto à ilha depois chamada Fernão de Noronha, e pela defecção de Vespucci, de quem o continente deveria tomar o nome. Talvez algum dos navios restantes iniciasse a exploração do cabo de S. Roque à procura do Equador. De certo nada se

sabe; no mencionado trecho da costa escaparam ao esquecimento apenas alguns nomes, como o de João de Lisboa, João Coelho e Corso, desacompanhados de qualquer informação. A falta de portos, a dificuldade de navegação devida ao regime dos ventos, e a impressão de esterilidade colhida de bordo não provocavam a amiudar visitas naquela direção; os dizeres dos mapas contemporâneos ou rareiam ou apenas indicam passagens de largo.

Em 1506 a terra do Brasil, arrendada a Fernão de Noronha e outros cristãos novos, produzia vinte mil quintais de madeira vermelha, vendida a 2 1/3 e 3 ducados o quintal; cada quintal custava 1/2 ducado pôsto em Lisboa. Os arrendatários pagavam quatro mil ducados à coroa.

Anos mais tarde, pensou-se em dar liberdade aos que quisessem vir tentar fortuna, pagando apenas um quinto dos gêneros levados. A este regime já obedeceu, talvez, a nau Bretoa, armada por Bartolomeu Marchioni, Benedito Morelli, Fernão de Noronha e Francisco Martins, mandada a Cabo Frio em comêço de 1511. Sôbre ela existem documentos.

Tinha a nau capitão, escrivão, mestre e piloto, responsáveis solidariamente pela execução do regimento; treze marinheiros, quatorze grumetes, quatro pagens, um dispenseiro. Nem à ida nem à volta podia tocar em qualquer pôrto intermediário, salvo caso de falta de vitualhas, temporais ou desarranjo. Era permitido à companhia resgatar com facas, tesouras e outras ferramentas depois de estar completa a carga dos armadores da nau. Podia resgatar papagaios, gatos, e, com licença dos armadores, também escravos; vedado era o comércio de armas de guerra.

A chegada em terra a carga ficava entregue ao feitor; qualquer resgate dependia da autorização d'êste. Recomendava-se o maior cuidado em não fazerem mal ou dano aos indígenas; não levarem mais naturais livres para o Reino, porque falecendo em viagem cuidavam os parentes terem sido comidos, como era seu costume; não deixarem que da gente da nau alguém se lançasse na terra ou nela ficasse, como alguns já fizeram, coisa muito odiosa ao trato e serviço reais.

A nau Bretoa partiu do Tejo a 22 de Fevereiro; fundeou de 17 de Abril a 12 de Maio na baía de Todos-os-Santos; em 26 de Maio chegou a Cabo Frio, donde a 28 de Julho partiu para Portugal. Levou cinco mil toros de pau-brasil; vinte e dois tuns, dezasseis sagüis, dezasseis gatos, quinze papagaios, três macacos, tudo avaliado em 24\$220 réis; quarenta peças de escravos, na maioria mulheres, avaliados ao preço médio de 4\$: sôbre todos êstes semoventes arbitrou-se o quinto, ainda no Brasil.

O nome do Brasil já era bem conhecido e figurava em portulanos anteriores às descobertas dos portuguezes; havia um nome à procura de aplicação, exactamente como o de Antilha, e isto explicaria a rapidez com que se introduziu e vulgarizou, suplantando outras denominações, como terra dos Papagaios, de Vera Cruz, ou Santa Cruz, se a abundância de uma apreciada madeira de tinturaria até então recebida por via do Levante, e o comércio sôbre ela fundado desde o comêço, não colaborassem na propaganda, e talvez com maior eficácia.

O pau-brasil reconheceu-se logo no litotal de Paraíba e Pernambuco, nas cercanias do rio Real, do

Cabo Frio ao Rio de Janeiro; naturalmente seriam logo êstes os trechos mais freqüentados dêstes primeiros portuguezes; em outros lugares só mais tarde se descobriu.

Para facilitar os carregamentos, estabeleceram-se feitorias, de preferênciã em ilhas; deviam ser caixaras ou cêrcas, próprias apenas para guardarem os gêneros de resgates; algumas sementes de além-mar podiam ser plantadas à roda, e soltos alguns animais domésticos de fácil reprodução. Uma feitoria conservou-se no Rio durante alguns anos até ser destruída pelos natunais, indignados com o proceder do feitor e companheiros; entre as plantações abandonadas entraria a cana de açúcar, encontrada por Fernão de Magalhães em 1519.

No ano de 1513 uma armada de dois navios estendeu muito o horizonte geográfico pela zona temperada. Devassou, segundo um contemporâneo, seiscentas a setecentas léguas de terras novas; encontrou na bôca de um caudaloso rio diversos objetos metálicos; teve notícia de serras nevadas ao Ocidente; julgou ter achado um estreito e o extremo meridional do continente. O capitão, talvez João de Lisboa, levou para o reino um machado de prata, e êste nome, apegado ao soberbo rio, ainda hoje proclama a primazia dos portuguezes ao Sul, como o das Amazonas perpetua a passagem dos espanhóis ao Norte.

Com a viagem dêstes navios, armados por D. Nuno Manuel e Cristóbal de Haro, coincidiu o descobrimento do mar do Sul ou Pacífico, por Vasco Nunes de Balboa.

Os espanhóis apanharam a importância dêstes sucessos, mandaram em 1515 procurar o estreito

anunciado pelos portugueses, e incumbiram João Dias de Solis de ir pelo novo caminho às espaldas das terras de Castela de Ouro. Solis foi morto apenas desembarcou no rio da Prata; seus companheiros voltaram sem detença para o Reino. Em 1520 Fernão de Magalhães explorou o grande estuário meridional à procura do estreito cobijado afinal descoberto mais para o Sul, e navegou pelo oceano Pacífico até alcançar as famosas Molucas, as ilhas das especiarias por excelência.

Assim se cumpriu o plano de Colombo: chegar ao Levante navegando sempre para o Ocidente. Acompanharam Magalhães em sua expedição incomparável João Lopes de Carvalho, piloto da nau Bretoa, e um mamaluco, filho seu, havido de uma india do Rio de Janeiro.

Pau-brasil, papagaios, escravos, mestiços, condensam a obra das primeiras décadas.

Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes a raça superior, pois segundo as idéias entre elas ocorrentes só valia o parentesco pelo lado paterno. Além disso pouca resistência deviam encontrar os milionários que possuíam preciosidades fabulosas como anzóis, pentes, facas, tesouras, espelhos. Da parte dos alienígenas devia influir sobretudo a escassez, se não ausência de mulheres de seu sangue. E' fato observado em tôdas as migrações marítimas, e sobrevive ainda depois do vapor, da rapidez e da segurança das travessias.

Estes primeiros colonos que ficaram no Brasil, degradados, desertores, náufragos, subordinam-se a dois tipos extremos: uns sucumbiram ao meio, ao

ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos, e cevar-se em sua carne; outros insurgiram-se contra êle e impuseram sua vontade, como o bacharel de Cananêia, que se obrigou a fornecer quatrocentos escravos a Diogo Garcia, companheiro de Solis, um dos descobridores do Prata.

Tipo intermédio apresenta-nos Diogo Álvares, o Caramuru, que habitou na Bahia de 1510 a 1557, data de seu falecimento.

PRIMEIROS CONFLITOS

Com a chegada dos portugueses coincidiu, quase, a dos franceses, que começaram logo o mesmo comércio de resgate. Na vastidão do litoral podiam ter passado anos sem se encontrar, mas o encontro era fatal, e não havia de ser amigável.

Portugal considerava a nova terra propriedade direta e exclusiva da coroa, pelas concessões papais, pelo tratado de limites concluído com a Espanha e pela prioridade do descobrimento. O rei tirava porcentagem dos gêneros levados para além-mar; os armadores queriam auferir lucros de seus esforços e capitais.

A presença dos intrusos prejudicava-os a todos os respeito; nos mercados europeus, oferecendo os gêneros a preços mais vantajosos, pois não tinham quintos a deduzir, e levando-os diretamente aos mercados consumidores, pois não eram obrigados a parar em Lisboa; nas terras brasileiras, conciliando as simpatias dos naturais, que os agasalhariam com maior carinho, poupar-lhes-iam traições e aleives, dariam preferência nos carregamentos e se habituariam às mercadorias francesas. Ainda por cima havia a questão de princípio: Portugal não admitia que os filhos de outra nação pusessem o pé em terras suas no além-mar.

Desde a Paraíba ao Norte até S. Vicente ao Sul, o litoral estava ocupado por povos falando a mesma língua, procedentes da mesma origem, tendo os mesmos costumes, porém profundamente divididos por ódios inconciliáveis em dois grupos; a si próprio um chamava Tupiniquim, e outro Tupinambá. A migração dos Tupiniquins fôra a mais antiga; em diversos pontos os Tupinambás já os tinham repellido para o sertão, como no Rio de Janeiro, na baía de Todos-os-Santos, ao Norte de Pernambuco; em parte de S. Paulo, em Porto Seguro e Ilhéus, nas proximidades de Olinda; na serra de Ibiapaba havia, entretanto, Tupiniquins habitantes do litoral.

Porque os Tupinambás se aliaram constantemente aos franceses e os portuguezes tiveram a seu favor os Tupiniquins, não consta da história, mas o fato é incontestável e foi importante; durante anos ficou indeciso se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró (portuguezes) ou aos Maïr (franceses) ⁽¹²⁾.

Ainda nos últimos tempos de D. Manuel, começaram os protestos contra a presença dos Maïr; com a accessão ⁽¹³⁾ de D. João III a situação agravou-se. Reconhecida a inutilidade de embaixadas à côrte de França, e de promessas compradas a pêso de ouro e jamais cumpridas, o rei de Portugal resolveu desforçar-se. Uma armada de guarda-costa veio em 1527 ao Brasil comandada por Cristóvão Jaques, que já estivera antes na terra e deixara uma feitoria junto a Itamaracá, de volta de uma expedição ao Prata. Desde Pernambuco até a Bahia e talvez Rio de Janeiro, Cristóvão Jaques deu caça aos entrelopos; segundo testemunhos interessados, não conhecia limites sua selvageria, não lhe bastava a morte simples, pre-

cisava de torturas e entregava os prisioneiros aos antropófagos para os devorarem. Mesmo assim ainda levou trezentos prisioneiros para o Reino. Devia ter causado um mal enorme aos franceses.

As armadas de guarda-costa eram simples paliativos; só povoando a terra, cortar-se-ia o mal pela raiz. Cristóvão Jaques ofereceu-se a trazer mil povoadores; oferecimento semelhante fêz João de Melo da Câmara, irmão do capitão-mor da ilha de S. Miguel. Indignava-se este vendo que até então a gente que vinha ao Brasil limitava-se a comer os alimentos da terra e tomar as índias por mancebas, e propôs trazer numerosas famílias, bois, cavalos, sementes, etc.

Preferiu-se a estas propostas práticas e razoáveis aparelhar nova e mais poderosa armada às ordens de Martim Afonso de Sousa, meio-têrmô entre armada de guarda-costa e expedição povoadora. Apenas alcançou a costa de Pernambuco, em Janeiro de 31, começou a faina de guarda-costa; em poucos dias foram tomadas três naus francesas.

Diogo Leite com duas caravelas foi mandado de Pernambuco para a costa de Este-Oeste, mais desconhecida então que trinta anos antes, quando por elas passara Vicente Yañez Pinzon. Com os outros navios, o capitão-mor seguiu para o Sul. Demorou na baía de Todos-os-Santos, na de Guanabara, em Cananêia; continuava para o rio da Prata, e devia entrar em seus planos acompanhar-lhe o curso, pois desde a Europa trazia desarmados bergantins próprios para a exploração, quando a perda da capitânea fê-lo artepiar caminho para o pôrto de S. Vicente. Aqui esperou o irmão, Pero Lopes, que em seu lugar mandara às águas platinas.

Desde 1514 chegaram à Europa, levados pela armada de D. Nuno Manuel, os primeiros espécimes de metais preciosos, encontrados nas águas do grande rio. Alguns companheiros de Solis, escapos à sanha dos índios, e depois tolerados, confirmaram estes indícios vagos. Na costa dos Patos alguns deles falavam com entusiasmo em tais riquezas.

Tais notícias nos Patos ou no próprio rio, colheu-as Cristóvão Jaques, cerca de 1522, e levou-as ao Reino. Na feitoria de Itamaracá então fundada, curavam com tamanha insistência que, em 1526, Sebastião Cabot, ouvindo-as ao aportar em Pernambuco, decidiu logo navegar para Santa Catarina a ir tomar os naufragos de Solis e realizar o descobrimento dos metais anunciados com tanta certeza e insistência. Viera mandado para as Molucas, mas sabia que se triunfasse ninguém lhe lançaria em rosto o desvio, e tanto se capacitou da realidade das minas que não hesitou em transgredir as instruções mais restritas.

Apesar do insucesso final de Cabot, persistiu inabalável a crença nos tesouros platinos; por isso quando, em Cananéia, Francisco de Chaves, grande língua do gentio, pediu gente para fazer uma entrada e prometeu voltar no fim de dez meses com quatrocentos escravos carregados de prata, Martin Afonso não conheceu hesitações.

A idéia parecia prática, pois dispensava de acompanhar o litoral até a foz do Piauí e subir por este além da fortaleza fundada por Cabot para procurar o Ocidente, onde tais tesouros existiam. O capitão-mor deu quarenta besteiros e quarenta espingardeiros, que sob as ordens de Pero Lôbo partiram a 1 de Setembro de 1531. Morreram às mãos dos índios, sa-

he-se vagamente. Pelo mesmo tempo, navegando o oceano Pacifico, Francisco Pizarro alcançou por caminho mais direto as terras dos Incas, procuradas até então pelo lado cisandino.

Depois da perda da capitânea passou Martin Afonso a tratar da segunda parte da sua missão: o povoamento da terra. Em S. Vicente fundou a primeira vila, à beira-mar; algumas léguas para o interior, depois de transposta a serra do Mar, fundou segunda vila, na borda do campo de Piratininga, à margem de um rio cujas águas fluíam para o Ocidente. “Repartiu a gente nestas duas vilas”, escreveu Pero Lopes, “e fêz nelas officiaes, e pôs tudo em boa obra de justiça, de que a gente tôda tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação das artes, e ser cada um senhor do seu e vestir as injúrias particulares, e ter todos os outros bens da vida segura e conversável” (34).

A situação geográfica destas vilas explica-se pela proximidade das famosas riquezas cobiçadas, pela facilidade de fazer as entradas, dez meses apenas para ir e voltar, garantia Francisco de Chaves. Deslumbrado por tais vantagens, Martin Afonso esqueceu-se dos franceses ou julgou arredados os motivos para temê-los depois da campanha enèrgicamente conduzida por Cristóvão Jaques e por êle continuada com tanto êxito e vigor.

Diogo de Gouveia, portuguez residente em França, seguia desde muito o movimento dos negócios naquêlê Reino e pensava de modo diverso. Em cartas e el-rei dava-lhe noticias pouco tranqtilizadoras, e instava por uma solução real. A solução era não

uma vila afastada da zona freqüentada, mas diversos povoados na região apeteçada do pau-brasil. “Quando lá houver sete ou oito povoações, concluía, estas serão bastantes para defenderem aos da terra que não vendam o brasil a ninguém e não o vendendo as naus não hão de querer lá ir para vir de vazio” (15).

Dir-se-ia que os franceses leram estas palavras previdentes. Até então contentavam-se com o simples resgate, quando muito alguma feitoria. Trataram agora de fundar uma fortaleza, artilhada e com guarnição numerosa. Só assim considerou a côrte lusitana “com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoasse, depois de estar assentado na terra e ter nela feitas algumas fôrças, como já em Pernambuco começava a fazer”.

Êstes fatos foram conhecidos no Reino graças à nau *La Pèlerine*, de Marselha, que, procedendo de Pernambuco aonde deixara gente e artilharia, arribou a Málaga. Achava-se no pôrto uma armada de Portugal, de 10 navios, destinados a Roma; D. Martinho, embaixador, informado da falta de mantimentos que obrigava a arribada, forneceu trinta quintais de biscoutos aos franceses, e convidou-os a navegarem de conserva até Marselha. A cinco milhas de Málaga sobreveio calmaria; a pretexto de concertar a derrota a seguir foram convidados o capitão e o piloto de *La Pèlerine* para vir a bordo da capitânea portuguesa e, logo, presos, tomado o navio e remetido para Lisboa.

Não foi mais feliz a fortaleza galo-pernambucana. Pero Lopes, terminada a exploração do Prata, e já de viagem para a Europa, bombardeou-a durante dezoito dias, e obrigou-a a render-se. Da guarnição

parte foi enforcada; outra, transferida ao Reino, passou longos meses de cativoiro nos calabouços do Algarve.

V

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

A tomada de *La Pèlerine*, a feitoria francesa fundada em Pernambuco, noticias de preparativos para fundarem-se outras, esparcaram finalmente a inércia real. Escrevendo a Martim Afonso de Sousa a 28 de Setembro de 32 ⁽¹⁶⁾, anuncia-lhe el-rei a resolução de demarcar a costa, de Pernambuco ao rio da Prata, e doá-la em capitánias de cinqüenta léguas: a de Martim teria cem; seu irmão Pero Lopes seria um dos donatários.

A chegada do jovem guerreiro vitorioso em Pernambuco mostrou mais uma vez a iminência do perigo. Talvez a isto se devam certas medidas desde logo tomadas ou pelo menos discutidas: liberdade ampla de emigrar para o Brasil, preparo de uma armada de três caravelas, cada uma com dez a doze condenados à morte, "per farli desmontar in terra, azió habiano a domestigar quel paese, rispetto per non metter boni homini dabene a periculo", assegurava, a 16 de Julho de 33, o veneziano Pietro Caroldo, a quem devemos esta noticia ⁽¹⁷⁾. Tal armada veio efetivamente?

Sua vinda explicaria uma porção de pontos obscuros.

Os documentos mais antigos da doação das capitâneas datam de 1534.

A demora entre o projeto e a execução pode explicar-se pela vontade régia de esperar a volta de Martin Afonso, ou pela dificuldade de redigir as complicadas cartas de doações e os forais que as acompanham, ou, finalmente, pela falta de pretendentes à posse de terras incultas, impróprias para o comércio desde o começo. Admira, até, como houve doze homens capazes de empresa tão aleatória. A nenhum dos membros da alta fidalguia tentou a perspectiva de semear povos.

Os donatários saíram em geral da pequena nobreza, dentre pessoas práticas da Índia, afeitas ao viver largo da conquista, porventura coactas nas malhas acochadas da pragmática metropolitana. Muitos nunca vieram ao Brasil, ou desanimaram com o primeiro revés. El-rei cedeu às pessoas a quem doou capitâneas alguns dos direitos reais, levado pelo desejo de dar vigor ao regime agora organizado; muitas concessões fêz também como administrador e grão-mestre da Ordem de Cristo.

Em tudo agiu “considerando quanto serviço de Deus e meu e proveito dos meus reinos e senhorios, e dos naturais e súditos dêles é ser a minha terra e costa do Brasil mais povoada do que até agora foi, assim para se nela haver de celebrar o culto e officios divinos, e se exaltar a nossa santa fé católica, com trazer e provocar a ella os naturais da dita terra infieis e idólatras, como por o muito proveito que se seguirá a meus reinos e senhorios, e aos naturais e súditos dêles de se a dita terra povoar e aproveitar”.

Os donatários seriam de juro e herdade senhores de suas terras; teriam jurisdição civil e criminal, com alçada até cem mil réis na primeira, com alçada no crime até morte natural para escravos, índios, peões e homens livres, para pessoas de mor qualidade até dez anos de degredo ou cem cruzados de pena; na heresia (se o herege fôsse entregue pelo eclesiástico), traição, sodomia, a alçada iria até morte natural, qualquer que fôsse a qualidade do réu, dando-se apelação ou agravo somente se a pena não fôsse capital.

Os donatários poderiam fundar vilas, com termo, jurisdição, insígnias, ao longo das costas e rios navegáveis; seriam senhores das ilhas adjacentes até distância de dez léguas da costa; os ouvidores, os tabeliães do público e judicial seriam nomeados pelos respectivos donatários, que poderiam livremente dar terras de sesmarias, exceto à própria mulher ou ao filho herdeiro.

Para os donatários poderem sustentar seu estado e a lei de nobreza, eram-lhe concedidas dez léguas de terra ao longo da costa, de um a outro extremo da capitania, livres e isentas de qualquer direito ou tributo exceto o dizimo, distribuídas em quatro ou cinco lotes, de modo a intercalar-se entre um e outro pelo menos a distância de duas léguas; a redizima (1/10 da dizima) das rendas pertencentes à coroa e ao mesrado; a vintena do pau-brasil (declarado monopólio real, como as especiarias), depois de fórra de tôdas as despesas; a dizima do quinto pago à coroa por qualquer sorte de pedraria, pérolas, aljófares, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer espécie de metal; tôdas as moedas d'água, marinhas de sal e quaisquer outros engenhos de qualquer qua-

lidade, que na capitania e governança se viessem a fazer; as pensões pagas pelos tabeliães; o preço das passagens dos barcos nos rios que os pedissem; certo número de escravos, que poderiam ser vendidos no reino, livres de todos os direitos; a redízima dos direitos pagos pelos géneros exportados, etc.

Os forais asseguravam aos solarengos: sesmarias com a imposição única do dizimo pago ao mestre de Cristo; permissão de explorar as minas, salvo o quinto real; aproveitamento do pau-brasil dentro do próprio país; liberdade de exportação para o reino, exceto de escravos, limitados a número certo, e certas drogas defesas (pau-brasil, especiarias, etc.); direitos diferenciais que os protegeriam da concorrência estrangeira; entrada livre de mantimentos, armas, artilharia, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e quaisquer cousas de munições de guerra; liberdade de comunicação entre umas e outras capitanias do Brasil.

Representantes do poder real só havia feitores, almoxarifes e escrivães, incumbidos de arrecadar as rendas da coroa. Para várias capitanias existem nomeações de um vigário e vários capelães: sempre el-rei ao lado do grão-mestre de Cristo.

Nas terras dos donatários não poderiam entrar em tempo algum corregedor, alçada ou outras algumas justiças reais para exercer jurisdição, nem haveria direitos de siza, nem imposições, nem saboarias, nem impôsto de sal.

Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, D. João III tratou menos de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrostarem usurpações possíveis dos solarengos vindouros, análogas às ocor-

ridas na história portugueza da média idade. Ao orvidor da capitania, com ação nova a dez léguas de sua assistência e agravo e apelação em tôda ela, caberia o mesmo papel histórico dos juizes de fora no além-mar.

Para evitar lutas como as que grassaram entre a coroa ainda enfraquecida e os vassallos prepotentes, proibiu-se de modo absoluto "partir [a capitania e governança], nem escaimbar, espedaçar, nem em outro modo alhear, nem em casamento a filho ou filha, nem a outra pessoa dar, nem pera tirar pai ou filho ou outra alguma pessoa de cativo, nem per outra coisa ainda que seja mais piadosa porque minha tenção e vontade é que a dita capitania e governança e cousas ao dito capitão e governador nesta doação dadas hão de ser sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum" (18). As dez ou mais léguas de terras dadas aos donatários, espaçadas entre si e alienáveis em fatiotas, corresponderiam aos reguengos lusitanos.

As capitánias foram doze, embora divididas em maior número de lotes. Começavam tôdas à beiramar, e prosseguíam com a mesma largura inicial para o ocidente, até a linha divisória das possessões portuguezas e espanholas acordada em Tordesilhas, linha não demarcada então, nem demarcável com os conhecimentos do tempo. Tácitamente fixou-se o limite na costa de Santa Catarina ao Sul, e na costa (19) do Maranhão ao Norte. A testada litorânea agora dividida estendia-se assim por 735 léguas.

No plano primitivo a demarcação devia ir de Pernambuco ao rio da Prata, meta de que afinal ficou

cérca de 12 graus afastada; néle não entrava a costa de Este-Oeste que, entretanto, foi demarcada. Para a última decisão é possível influíssem as notícias de Diogo Leite, incumbido de explorar aquela zona. Só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em $28^{\circ} 1/3$. O rio da Prata fôra descoberta portugúesa; mas os espanhóis já ai tinham estado bastante tempo, derramado sangue e arriscado emprêsas: a éles competia por todos os direitos, a começar pelo tratado de Tordesilhas.

A divisão das donatárias ainda não foi descrita tão concisa e geográficamente como nos seguintes termos de D'Avezac, o único que conseguiu dar certa forma a esta matéria essencialmente refratária:

“O limite extremo da mais meridional destas capitánias, concedida a Pero Lopes de Sousa, é determinado nas próprias cartas de doação por uma latitude expressa de $28^{\circ} 1/3$; confrontava, um pouco ao Norte de Paranaguá, com a de S. Vicente, reservada a Martim Afonso de Sousa, e que se estendia do lado oposto até Macaé, ao Norte de Cabo Frio, desenvolvendo assim mais de cem léguas de costa, mas em duas partes que engravavam, desde São Vicente até a embocadura do Juquiriquerê, a de Santo Amaro, de dez léguas, adjudicada a Pero Lopes, o irmão de Martim Afonso.

“Ao Norte dos domínios dêste estava a capitania de S. Tomé, cujas trinta léguas iam expirar junto de Itapemirim; era o lote de Pero de Góis, irmão do célebre historiador Damião de Góis.

“Em seguida vinha a capitania do Espirito Santo, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, cujo linde ul-

terior era marcado pelo Mucuri, que a separava da capitania de Pôrto Seguro, atribuída a Pero do Campo Tourinho; esta prosseguia pelo espaço de cinqüenta léguas até a dos Ilhéus, obtida por Jorge de Figueiredo Correia, igualmente de cinqüenta léguas, cujo têrmo chegava rente à Bahia.

“A capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendia até o grande rio de S. Francisco; além estava a de Pernambuco, adjudicada a Duarte Coelho, e que contava sessenta léguas até o rio Iguaraçu, junto ao qual Pero Lopes possuía terceiro lote de trinta léguas, formando sua capitania de Itamaracá até a baía da Traição.

“Neste lugar começava, para se estender sôbre um litoral de cem léguas até angra dos Negros, a capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de Barros e a seu associado Aires da Cunha; da angra dos Negros ao rio da Cruz quarenta léguas de costas constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros: do rio da Cruz ao cabo de Todos-os-Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco léguas ao vedor da fazenda Fernand’Álvares de Andrade: e além vinha enfim a capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João de Barros e Aires da Cunha, com cinqüenta léguas de extensão sôbre o litoral, até a abra de Diogo Leite, isto é, até cêrca da embocadura do Turiçu” (20).

Das setecentas e trinta e cinco léguas de litoral demarcado para as capitanias podemos desde já apartar as duzentas e sessenta e cinco doadas a João de Barros, Fernand’Álvares, Aires da Cunha e Antônio Cardoso de Barros. Os esforços para ocupá-las man-

graram; o povoamento fêz-se mais tarde, com gente nascida ou estabelecida em outros pontos do Brasil: representam uma formação secundária na história pátria. Convém também apartar as duzentas e trinta e cinco léguas demarcadas entre o extremo da capitania dos Ilhéus na baía de Todos-os-Santos e o rio Curupacé, e mais quarenta léguas de Cananêia para a terra de Sant'Ana. Aqui houve logo tentativas de povoamento: ainda hoje existem vilas fundadas na quarta década do século XVI; mas os colonos tiveram pela frente a mata virgem, os rios encachocirados, as serranias invias, não souberam vencê-los e só impulsionaram a história do Brasil quando os venceram. A primeira vitória decisiva foi ganha no rio de Janciro, já no século XVIII, com o auxílio dos paulistas; desde então o Rio figura como fator cada vez mais importante. Outros pontos, como Vitória, Porto Seguro, Ilhéus, esperaram ou estão esperando as vias férreas.

Restam as cento e quarenta léguas estendidas da baía da Traição à de Todos-os-Santos, as cinquenta e cinco léguas inseridas entre o Curupacé e Cananêia, em outros termos: a capitania de Duarte Coelho, parte da de Martim Afonso de Sousa, os troços da capitania de Pero Lopes de Sousa, que acompanharam a de Duarte Coelho ou a de Martim Afonso, e a capitania da Bahia depois da morte do primitivo donatário.

A história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e S. Vicente, situados nestas cento e noventa e cinco léguas de litoral.

Martim Afonso conservara-se na vila de S. Vicente à espera da gente mandada às minas, que, se-

gundo a tradição, trucidaram os Carijós do Iguazu, quando tornava da sua arriscada expedição. Uma carta régia trazida por João de Sousa informou-o dos novos planos de colonizar, deixando-lhe ao arbítrio permanecer ou tornar para o Reino. Em começo de 33 partiu para Portugal. Desde então seus feitos pertenceram a outras partes do mundo.

Em seu lugar ficou governando no civil, concedendo sesmarias, provendo officios, o padre Gonçalo Monteiro, também vigário. O governo das armas exerceram-no Pero de Góis e Rui Pinto. O primeiro quis expulsar do Iguape alguns espanhóis que ali se refugiaram, vindo do Paraguai. Surtiu-lhe mal o lance. Os espanhóis derrotaram a fôrça, aprisionaram o comandante, invadiram e saquearam S. Vicente. Ou achasse meio de fugir, ou aos inimigos bastasse o escarmento, já estava no velho mundo em 1536, como se conclui do foral de sua capitania datado de 26 de Fevereiro.

Desde Bertioiga até o Cabo Frio continuavam implacáveis os Tupinambás, combatendo e atacando por terra e por mar contra os Peró, e a favor dos Maír. Num dos combates succumbiu Rui Pinto. Cunhambebe, truculento maioral tamoio, guardava entre os outros troféus o hábito e a cruz de Cristo dêste cavalleiro.

Aparece-nos entre os primeiros povoadores Brás Cubas, jovem criado de Martin Afonso, que aportou a S. Vicente em 1540, governou mais de uma vez a terra, guerreou contra os Tamoios, fortificou Bertioiga, entrada preferida por êstes inimigos, e fundou a vila de Santos, que possuía melhor pôrto e fácil-

mente superou a primogênita de Martin Afonso. Mais tarde empenhou-se na cata de minas, e consta haver achado algum ouro.

À roda destas vilas fundaram engenhos, além dos portuguezes, os flamengos Schetz ou Esquertes, como o pronunciava o povo, e os Dorias, genoveses. Diz-se até, porém não deve ser exato, que desta procedem as canas plantadas em outras capitánias. Tais engenhos, com as distâncias e a raridade de comunicações, deviam ter desenvolvimento medíocre.

Da vila fundada em Piratininga conhecemos a mera existência ou pouco mais. A situação no descampado dificultava surpresas inimigas. O trânsito do Paraguai dava-lhe algum movimento. As cabanas de João Ramalho e dos mamalucos seus filhos e parentes, no outro lado da serra donde as águas já corriam para o Prata, apregoavam a vitória alcançada sôbre a mata virgem do litoral, vitória obtida aqui mais cedo que em qualquer outra parte do Brasil, porque os colonos apenas continuaram a obra dos indígenas, já achando aberto por cima de Paranapiacaba e aproveitando a trilha dos Tupiniquins.

Na capitania de Pernambuco, depois de estabelecido Igarapé, Duarte Coelho passou algumas léguas mais ao Sul, e assentou a capital de seus domínios em Olinda. O pôrto de somenos capacidade bastava às pequenas embarcações. A vizinhança dos Tabajaras (Tupiniquins) compensava as investidas constantes dos Petiguares (Tupinambás). A energia do donatário continha a turbulência dos colonos. Nas várzeas surgiam canaviais e engenhos; a lavoura de mantimentos aproveitou os altos: pau-brasil existia no litoral e no sertão; e estando esta capitania, de tódas a

mais oriental, a menor distância do Reino, aqui mais que alhures frequentavam os navios de além-mar, e prosperava o comércio. Os mares piscosos traziam a fartura, e alentavam a costeagem; caravelões espantavam os franceses, que desde então começaram a evitar aquelas paragens. O nome de Nova Lusitânia dado pelo donatário à sua colônia, se por um lado figura esperanças de futuro, simbolizava por outro o orgulho da própria obra. Nas armas concedidas por D. João III em 6 de Junho [de] 1545 cinco castelos representavam os cinco centros de povoações criadas por Duarte Coelho. Infelizmente conhecemos só Igarauçu, Olinda e, quiçá, Paratibe.

Da capitania de Itamaracá foram recursos para a de Pernambuco, quando os Pétiguares puseram cerco em Igarauçu e levaram-no aos últimos apuros. Mais tarde as relações estremeram. Queixa-se Duarte Coelho de desrespeitos constantes à sua autoridade; de Itamaracá teve de retirar-se um capitão, por Duarte Coelho haver mandado dar-lhe uma cutilada: a pequena distância gerou dissensões. Contudo, os colonos de Pero Lopes tiveram a habilidade de conciliar os Tupinambás da serra, e como não avançaram pelo litoral para as terras do Paraíba, centro dos Pétiguares amigos dos franceses, seu desenvolvimento correu pacífico e contínuo por algum tempo.

Largos recursos naturais facilitavam a obra de Francisco Pereira Coutinho: baía vasta como um mediterrâneo, esteiros numerosos franqueando entrada a cada passo, correntes numerosas para moverem engenhos, matas virgens ao lado de terrenos mal vestidos, onde o gado podia medrar à lei da natureza, situação vantajosa no centro das outras capitanias.

Faltava pau-brasil na vizinhança ⁽²¹⁾, mas o afastamento dos franceses, daí resultante, compensava bem a pobreza, e, não instigados pelos franceses, os Tupinambás mostrariam disposições menos malévolas. Por que não foi avante, com tudo isso, Francisco Pereira Coutinho?

Não soube dominar os elementos que importou, nem se impôs à índiada das adjacências. Tais apuros sofreu que perceria sem os socorros mandados dos Ithéus.

Mais tarde recolheu-se a Pôrto Seguro, cansado e velho, pouco disposto a continuar; mas os ânimos serenaram na Bahia, e tornava esperançado, quando foi morto ao desembarcar. Nas lutas com os índios mandara matar um dos cabecilhas: prisioneiro agora, foi ritualmente sacrificado por um irmão do finado, de cinco anos, tão pequeno que foi preciso segurarem-lhe a massa do sacrifício, segundo tradição conservada num escrito jesuítico.

VI

CAPITANIAS DA COROA

A morte de Francisco Pereira apenas se divulgou no Reino devia convidar os políticos a meditar sôbre o sistema de colonização vigente.

Sem dúvida satisfazia a alguns dos primitivos intuitos que o inspiraram. As fortalezas espalhadas pelo litoral estorvavam, se não suprimiam de todo, o trato entre os indígenas e os entrelopos. Os franceses, expulsos de Pernambuco, procuravam outros pontos, e dêles seria possível excluí-los com o tempo. Jam nascendo filhos de portuguezes, a população crescia com a mestiçagem, regularizava-se a produção e o comércio.

Mas um vício constitucional minava o organismo. Os donatários entravam para a empresa com recursos próprios ou emprestados: se os primeiros tempos corriam bem, a remuneração natural permitia-lhes continuarem com mais eficácia; no caso contrário perdia-se todo o esforço, como sucedera a Pero de Góis, a Francisco Pereira, a Antônio Cardoso, a João de Barros, a Aires da Cunha, a Fernand'Álvares; ou as capitanias vegetavam mofinas, como as dos Ilhéus, Porto Seguro, Espirito Santo, Santo Amaro e São Vicente.

Acrescia que, sendo iguais os poderes dos donatários, estando as capitanias na condição de estados estrangeiros umas relativamente às outras, impossibilitava-se qualquer ação coletiva: os crimes proliferavam na impunidade, a pirataria surgia como função normal. As cartas de Duarte Coelho ilustram de modo pungente esta anarquia lastimosa ⁽²²⁾. E a anarquia intercapitânica conjugava-se com a anarquia intestina. Autoridades e mais autoridades, leis claras, prescrições restritivas havia: qual o meio de pô-las em atividade e dar-lhes fôrça? Como immobilizariam os donatários em funções de governo recursos que não sobejavam para misteres econômicos?

O remédio preferido por D. João III consistiu em tomar posse da capitania deixada devoluta pela morte de Coutinho, com os recursos da coroa estabelecer uma organização mais vigorosa, criar um governo geral, forte bastante para garantir a ordem interna e estabelecer a concórdia entre os diversos centros de população.

Rasgaram-se assim doações e forais, onde só estavam previstos conflitos entre solarengos e senhores hereditários, e só se fitava equiparar a situação destes à dos reis contra os poderosos vassallos medievais. Os poucos protestos dos interessados passaram desatendidos, e em 1549, sem abolir de todo o sistema feudal, instituiu-se novo regime.

Constava de um capitão-mor ⁽²³⁾, incumbido da administração civil e militar, de um provedor-mor, encarregado dos negócios da fazenda, de um ouvidor-mor, chefe da justiça. Exerciam a autoridade primariamente na Bahia; nas outras capitanias tinham delegados; quando iam a qualquer delas, competia-lhes co-

nhecer de ação nova; na ausência agiam só por meio de recursos. Numerosos, excessivos oficiais distribuíam-se por estes três ministérios ou desfrutavam magras sinecuras.

Acompanhado por quatrocentos soldados, seiscentos degradados, muitos mecânicos pagos pelo crário, partiu de Lisboa em Fevereiro o primeiro governador, Tomé de Sousa, com Pero Borges, ouvidor-geral, António Cardoso de Barros, procurador-mor da fazenda, e aportou à baía de Todos-os-Santos em fins de Março de 1549.

Saltando em terra tratou logo de escolher local apropriado para a cidade que vinha fundar, de fortalecê-la contra os ataques da gente de terra e construir os edifícios mais urgentes.

A gente ia desembarcando à medida que se preparavam as acomodações. Caravelões mandados a diversos pontos da costa, em constante escambo com os naturais, traziam algum mantimento. O peixe abundante variava os gêneros conservados ou, mais provavelmente, avariados, procedentes de Portugal. De Cabo Verde veio algum gado, para cuja propagação o terreno provou admiravelmente. Os pagamentos faziam-se em gêneros, principalmente ferramentas e avelórios, que depois os interessados permutavam entre si ou com os indígenas.

Com estes elementos o governador impediu a desordem na capital. O provedor-mor e o ouvidor-geral em viagens continuadas pelas capitânicas reprimiram muitos abusos.

Em companhia do capitão-mor vieram seis jesuítas, os primeiros mandados a este continente, sobre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar.

Completaram harmônicamente a administração, pois tanto como Tomé de Sousa ou Pero Borges, o padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colônia, e no ardor de seus trinta e dois anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na história.

Seus esforços perdiam-se na indiferença ou hostilidade dos outros eclesiásticos. Por isto, com insistência e franqueza apostólicas lembrava a el-rei a conveniência de mandar um bispo, único meio de trazer ao aprisco as ovelhas e conter os lobos. Criou-se um bispado; em Junho de 52 chegou à diocese D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Salvador.

Com o segundo governador, D. Duarte da Costa (1553-1557), estêve em luta constante o velho prelado, das lutas comuns em mais vasto, e inevitáveis em tão acanhado teatro, dadas as relações vigentes entre o poder civil e o poder eclesiástico. A sociedade de Salvador cindiu-se ao meio, acirravam paixões e cavavam ódios as pessoas de maior responsabilidade, e a multidão ignara atirou-se na refêga, como se meras questões de poderio representassem interêsses vitais. Variando apenas de forma, tais conflitos repetiram-se durante os séculos seguintes. Só perderam importância depois que as constituições modernas eliminaram os resíduos da concepção medieval das duas sociedades perfeitas.

Os jesuitas, superiores e alheios a êste debate, concentraram seus esforços na capitania de S. Vicente:

Transpondo a serra do Mar, estabeleceram na ribeira do Tietê uma primeira missão que tomou o

nome do apóstolo das gentes (25 de Janeiro de 54).

Levaram-nos a este passo a maior abundância de alimentos no planalto, a presença de tribos próprias à conversão por sua índole mansa, e, além do afastamento dos portuguezes, certas idéias vagas de penetração entre os índios de Paraná e Paraguai. O nome de S. Paulo, agora ouvido pela primeira vez, devia ecoar poderosamente no futuro.

Os franceses repellidos de Pernambuco por Duarte Coelho, contidos ao centro pela cidade do Salvador e mais vilas de baixo, afastaram-se dos lugares até ali mais frequentados e passaram à capitania de Pero de Góis e terras vizinhas pertencentes a Martin Afonso, onde por muitas léguas dominavam os fiéis Tamoiós, e existia pau-brasil em abundância.

Navios avulsos, aventureiros conhecedores da lingua geral, identificados com os índios a ponto de lhes não repugnar a iguaria da carne humana, estabeleceram relações que, se não impediram o progresso dos portuguezes, criaram-lhe sérios embaraços, e durante alguns [anos] (23^o) trouxeram indecisa a vitória, e talvez a decidissem contra Portugal se mais persistentes foram seus adversários.

Cumpria coordenar estes elementos. Lembra-ram-se os franceses de um regime híbrido, com parte dos capitais adiantada por particulares, parte fornecida pelo rei, que, entretanto, não se responsabilizaria pela empresa e só a perfilharia em caso de bom êxito.

A frente da expedição collocou-se Nicolas Durand de Villegaignon, notável pela valentia e pelo saber. Partindo de Brest (24), chegou em Novembro de 55 ao rio de Janeiro, seu destino. Estabeleceu-se numa ilha da baía, posição esplêndida contra os índios com cuja

amizade contava, imprópria pela falta de água a resistir aos portugueses, cujos ataques poderiam tardar mas não faltariam; com duas fortalezas formidáveis armou-a; fêz amado e querido dos indígenas circunvizinhos o nome de *Pay Colas*; por mais de uma vez recebeu imigrantes da Europa.

Da assistência na ilha, pequena, rochosa, sem água nativa, surgiram inconvenientes graves para o sustento da guarnição, sujeita assim aos caprichos dos Tamoios. A severidade puritana do chefe descontentou a soldadesca. Os imigrantes trouxeram questões religiosas para a comunidade. O chefe teve de mostrar-se severo, talvez cruel. Chegaram más notícias e sérias queixas ao velho mundo, tolhendo as correntes simpáticas. Afinal, desiludido do futuro imediato da colônia, ou convencido de que sua presença excitaria a tibieza e despertaria a confiança dos armadores da metrópole, ou desejoso de entrar nos conflitos muito mais brilhantes e gloriosos que se fariam além-mar, Villegaignon retirou-se em 59 da França Antártica.

Sucedeu-lhe seu sobrinho Bois le Comte, que manteve a situação sem melhorá-la. Como poderia fazê-lo? Para ser bem sucedidos os franceses deviam ter vindo uns vinte anos antes, quando os portugueses não tinham ainda criado raízes. Era tarde agora. Mem de Sá, à frente de uma armada, penetrando na baía, precisou apenas de três dias de fogo nutrido para desvanecer todos os castelos, em Março de 60.

A vitória portuguesa foi realçada por dois sucessos logo ocorridos nas capitânicas de Martim Afonso e Pero Lopes.

Mem de Sá mudou a antiga vila de Santo André, reunindo-a à missão jesuítica de Piratininga. Por este ou outro motivo, os Tupiniquins se insurgiram e puseram em cerco o povoado. Os catecúmenos dos jesuitas declararam-se contra seus próprios parentes, que foram repellidos, e não tornaram mais. A favor dos portuguezes bateu-se heróicamente Martin Afonso Tibiriçá (Julho de 62).

No ano seguinte Nóbrega pôde realizar o plano longamente amadurecido de entabular pazes com os Tamoios, que navegando pela Bertioga traziam em continuo sobressalto os moradores de Santo Amaro e de S. Vicente. Em companhia de José de Anchieta, jovem jesuíta vindo com D. Duarte da Costa, e já muito conhecedor da língua geral, embarcou para Iperoig, nas cercanias da hodierna Ubatuba, e depois de alguns meses de assistência dramática, em que mais de uma vez a vida de ambos correu perigo, lograram o almejado escopo (Setembro 63).

Desafrentado o sertão, desoprimida a marinha do Norte, o povo da capitania pôde auxiliar Estácio de Sá, mandado em 64 à conquista do Rio, dominado ainda pelos inimigos de aquém e além-mar, sem embargo da vitória recente.

Com os navios e gente levados da Bahia, com indios tomados no Espírito Santo, canoas e auxiliares colhidos em S. Vicente, Estácio começou a fundar a cidade de São Sebastião em 1 de Março de 65.

Ao contrário de Villegaignon, estabeleceu-se em terra firme, logo à entrada da barra, com a frente para o levante. Juntamente com a cerca artilhada, começou as plantações, sem se fiar nos mantimentos que poderiam vir das capitancias. Mesmo assim cur-

tiu bravas fomes. Multiplicaram ciladas e surpresas os índios do recôncavo; duas vêzes o atacaram naus francesas reunidas aos Tamoios de Cabo Frio. O jovem herói resistiu durante dois anos; se não consumou avanços consideráveis, enfraqueceu bastante as forças dos aliados, de modo que à chegada do seu tio Mem de Sá, com fortes socorros, dois combates, um em Ibiraguaçu-mirim (morro da Glória?), outro na ilha de Paranapecu, mais tarde chamada do Governador, bastaram para tornar definitivo o domínio dos portuguezes.

Tendo Estácio de Sá succumbido às conseqüências de ferimentos recebidos em combate, o governador seu tio demorou mais de um ano na cidade, transferiu-a mais para dentro da baía, para o morro agora chamado do Castelo, que muniu de fossos, cercou de muros, enriqueceu de edificios, como cumpria a uma cidade real (1567-1568). Ficou esta sendo a segunda capitania da coroa, conquanto pelos termos da carta de doação devesse pertencer a Martim Afonso.

Outras guerras houve por êste tempo no Espírito Santo, em Porto Seguro, nos Ilhéus, na Bahia, cujos índios ficaram sujeitos desde Camamu até Itapicurú, distância de quarenta léguas.

Com a derrota dos naturais de Paraguaçu e Ilhéus destruiu-se o que poderíamos chamar uma *marca* da lingua geral, e irromperam os Tapuias, até então sopeados. Ninguém lucrou com a substituição: "os Aimorés, homens robustos e feros, andam sempre pelo mato, no qual bastam quatro para destruir um grande exército", geme um contemporâneo. Só no século seguinte se remediou o mal.

Estes feitos bélicos não constituem todo o governo de Mem de Sá, homem da toga, desembargador da casa da Suplicação. Entre todos seus serviços sobreleva o auxilio prestado a Nóbrega para realizar a obra das missões.

Esgotaria todos os préstimos dos Brasis fornecerem matéria prima para a mestiçagem e para os trabalhos servis, meras máquinas de prazer bastardo e de labuta incomportável ⁽²⁵⁾ ? Se não com palavras, isto afirmavam os colonos de modo menos ambíguo por atos repetidos em pertinácia invariável. Ora, os jesuítas representavam outra concepção da natureza humana. Racional como os outros homens, o indígena aparecia-lhes educável. Na tábua rasa das inteligências infantis podia-se imprimir todo o bem; aos adultos e velhos seria difícil azevilhar, poderiam, porém, aparar-se arestas, afastando as bebedeiras, causa de tantas desordens, proibindo-lhes comerem carne humana, de significação ritual repugnante aos ocidentais, impondo quanto possível a monogínia, comêço de família menos lábil. Para tanto cumpria amparar a pobre gente das violências dos colonos, acenar-lhe com compensações reais pela cerceadura de maus hábitos inveterados, fazer-se respeitar e obedecer, tratar da alimentação, do vestuário, da saúde, do corpo enfim, para dar tempo a formar-se um ponto de cristalização no amorfo da alma selvagem. Tal a idéia de Nóbrega, representada essencialmente pela Companhia de Jesus nos séculos de sua fecunda e tormentosa existência no Brasil. Já o tentara em Piratininga; podia agir com mais eficácia agora, escudado pelo governador-geral.

As primeiras missões estabelecidas à roda da baía de Todos-os-Santos ficavam em ponto cuidadosamente escolhido, perto do mar para os índios se poderem manter com suas pescarias, e perto das matas para poderem fazer seus mantimentos; reuniam-se numa várias aldeias, sujeitas a um só chefe ou meirinho, reconhecido pelos padres como o mais capaz de colaborar nesta obra de depuramento, e nela residiam um padre e um irmão, que a tudo superintendiam. A vida nas missões resume-se assim um jesuíta contemporâneo: “Ensinam-lhes os padres todos os dias pela manhã a doutrina, esta geral, e lhes dizem missa. para os que a quizerem ouvir antes de irem para suas roças; depois disso ficam os meninos na escola, onde aprendem a ler e escrever, contar e outros bons costumes, pertencentes à policia christã; à tarde tem outra doutrina particular a gente que toma o Santissimo Sacramento. Cada dia vão os padres visitar os enfermos com alguns índios deputados para isso; e se têm algumas necessidades particulares lhes acodem a elas; sempre lhe ministram os sacramentos necessários... O castigo que os índios têm é dado por seus meirinhos feitos pelos governadores e não há mais que quando fazem alguns delitos, o meirinho os manda meter em um tronco um dia ou dois, como elle quer; não tem correntes nem outros ferros da justiça... Os padres incitam sempre aos índios que façam sempre suas roças e mais mantimentos, para que, se fór necessário, ajudem com elles aos portuguezes por seu resgate, como é verdade que muitos portuguezes commem das aldeias, por onde se pode dizer que os padres da Companhia são pais dos índios, assim das almas como dos corpos” (26).

Começada em 58, a obra das missões tomou um desenvolvimento rápido nos anos seguintes, principalmente no provincialato de Luís da Grã. Com a mesma rapidez decaíu, sobretudo em consequência do fato, misterioso e até agora inexplicável, que condena ao desaparecimento os povos naturais postos em contacto com os povos civilizados. Nem por isso foi abandonada a emprêsa que com vário sucesso aturou até meados do século XVIII.

Em Pernambuco acelerava-se por êsse tempo o movimento para a fronteira meridional no rio S. Francisco. Durante a menoridade de Duarte de Albuquerque Coelho (1554-1560), seu tio Jerônimo de Albuquerque franqueou a vargem do Capibaribe. O jovem donatário e Jorge, seu irmão, vindo de Portugal para o Brasil, conquistaram as terras do cabo de Santo Agostinho e as de Serinhaém. Nas do cabo fundou oito engenhos João Pais Barreto, tronco de família numerosa ainda existente. Seguiram-se guerras pelo interior a pretexto de minas, mas realmente inspiradas pelo desejo de cativar escravos. Nelas figurou Antônio de Gouveia, clérigo epiléptico, sujeito a visões, que pretendia conversar familiarmente com o diabo, em nem um lugar podia estar sossegado, a ponto de fugir até das prisões do Santo Ofício, e era tido e tinha-se por nigromático. Dava-se por entendido em minas esta sinistra ave de arribação, lembrada na imaginação popular com o nome de *Padre do Ouro*. Por sua causa diz-se que Duarte de Albuquerque Coelho foi prêso para o Reino. Antônio de Salema veio a Pernambuco abrir devassa com alçada sôbre êste e outros negócios.

Com a morte de Mem de Sá, em Março de 72, pareceu conveniente dividir o Brasil em dois governos, sujeitos às cidades reais do Salvador e de S. Sebastião.

Luis de Brito de Almeida pretendeu passar além do rio Real e incorporar Sergipe. Já os Jesuítas tinham preparado o terreno para a penetração pacífica por meio de missões, mas a cobiça dos colonos e as manhas de alguns mamalucos tudo arruinaram.

No Rio, Antônio Salema, auxiliado pelo capitão-mor de S. Vicente, deu guerra aos índios de Cabo Frio e pacificou o território entre a cidade de S. Sebastião e Macaé, distância de trinta léguas na estima do tempo. Foram mortos muitos dos Tamoios, escravizados não poucos, e alguns incorporados aos aldeamentos jesuíticos. Quem pôde emigrou para o sertão. Os franceses desta feita receberam um golpe de que não puderam mais recobrar inteiramente.

Aparecem várias tentativas de procurar pedras preciosas, principalmente da Bahia ao Espírito Santo. Sebastião Tourinho e outros varam a serra do Espinhaço, em busca de esmeraldas. Em S. Vicente ocupa-se Brás Cubas na pesquisa de minas. Nada produziram de sólido tais esforços. Mais importante que elles é o desaparecimento dos índios, trazendo como consequência o aumento da importação africana.

“A gente que de vinte anos a esta parte [1583] é gastada nesta Bahia, parece cousa que se não pode crer; porque nunca ninguém cuidou que tanta gente se gastasse nunca, quanto mais em tão pouco tempo”, escreve um jesuíta. “Porque nas quatorze aldeias que os padres tiveram se juntaram 40.000 almas, estas por conta e ainda passaram delas, com a gente com que depois se forneceram, das quais se agora as

três igrejas que ha tiveram 3.500 almas será muita.

“Há seis anos que um homem honrado desta cidade e de boa consciência e official da câmara que então era, disse que eram descidos do sertão de Arabó naquelles dois anos atrás 20.000 almas por conta, e êstes todos vieram para a fazenda dos portuguezes. Estas 20.000 com as 40.000 das igrejas fazem 60.000. De seis anos a esta parte sempre os portuguezes desceram gente para suas fazendas, quem trazia 2.000 almas, quem 3.000, outros mais, outros menos. Veja-se de dois anos a esta parte o que isto podia somar, se chegam ou passam de 80.000 almas.

“Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros de Guiné e mui poucos da terra, e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu. Donde bem se mostra o grande castigo de Deus dado por tantos insultos como são feitos e se fazem a êstes índios, porque os portuguezes vão ao sertão e enganam a esta gente, dizendo-lhes que se venham com êles para o mar e que estarão em suas aldeias como lá estão em sua terra e que seriam seus vizinhos. Os índios crendo que é verdade vêm-se com êles e os portuguezes por se os índios não arreponderem lhes desmancham logo tôdas as suas roças e assim os trazem, e chegando ao mar os repartem entre si, uns levam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos e os vendem” (27).

Por que insistiam os colonos em apossar-se de uma fazenda, cuja pouca valia a cada passo se devia patentear de modo menos inequívoco ?

Já sofriam de um achaque ainda hoje observado a todos momentos entre seus descendentes: a incapacidade de formar convicção firme sôbre um assunto

e por ela pautar seus atos. Acresce que os escravos indígenas com todos êsses percalços, auxiliavam extraordinariamente aos que começaram a vida nestas terras... É a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos, para nêles lhes fazerem suas fazendas, informa Gandavo; e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia dêles (ainda que outra coisa não tenha de scu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e grangeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos nem com êles, nem com suas pessoas ⁽²⁸⁾.

VII

FRANCESES E ESPANHÓIS

Em 1580 extinguiu-se a dinastia de Avis. Filipe II da Espanha, neto de D. Manuel, apoiando suas pretensões pelas armas, succedeu a D. Henrique, e incorporou à casa de Habsburgo o trono português. Com Portugal caíram tôdas suas possessões sob o domínio espanhol.

Para o Brasil as primeiras consequências deste estado de cousas foram favoráveis. Os limites naturais da colônia indicaram-nos o Amazonas e o Prata. De ambos separavam o povoado distâncias sempre enormes. Agora, se as distâncias persistiam as mesmas, podia-se em compensação concentrar os esforços num só sentido, em vez de dissipá-los por ambos. Esperaria o Prata, já occupado em parte;urgia senho-rear o Amazonas, ainda não investido, mas já cobido por diversas nações. Assim, caminho do Prata o trabalho reduziu-se a mera consolidação, ao estreitamento de malhas; para o Amazonas a expansão colonizadora moveu-se acelerada. Por isso, preferindo a ordem cronológica para a expansão amazônica, seguiremos a ordem geográfica no outro extremo.

Vindo do Sul, encontrava-se a Cananéia habitada por gente ida da capitania de São Vicente, que tam-

bém procurava o recôncavo da angra dos Reis, e já se comunicava com a cidade de São Sebastião, pela baixada de Santa Cruz, onde os jesuítas começavam uma fazenda famosa. Nas terras do Cabo Frio os francezes continuavam a freqüentar, naturalmente menos a miúdo e com menor proveito.

Por fim, Constantino Menelau, depois de vencê-los, obstruiu o pôrto, e Estêvão Gomes estabeleceu uma pequena fortaleza. Flagelados pelas be-xigas, os Guaitacás aproximaram-se dos brancos que os poderiam socorrer. Para a conciliação muito contribuiu o jesuíta Domingos Rodrigues.

Este mesmo Domingos Rodrigues, mais tarde egresso da Companhia de Jesus, em Ilheus, ⁽²⁹⁾ Álvaro Rodrigues Adorno, na Cachoeira, levaram a bom termo a pacificação dos Aimorés. Por este modo desde o Rio até a cidade do Salvador cessaram temporariamente suas devastações os tão temidos Tapuias do litoral, que só reapareceu pelos meados do século.

Ao Norte da Bahia apresenta-se como mais notável o fato da conquista de Sergipe. Desde os últimos tempos de Mem de Sá a empresa afigurava-se fácil, pois não cessavam mensagens pedindo aos padres da Companhia que fôsem até lá levar a boa nova. Com os dois jesuítas mandados a este fim partiram soldados e mamaluços ⁽³⁰⁾, ávidos de escravos, que plantaram a sizania entre os Tupinambás, e alienaram sua confiança. Tôdas as desconfianças confirmou o governador Luis de Brito de Almeida no ano 74, fazendo guerra implacável aos índios ⁽³¹⁾, aprisionando uns, afugentando outros, devastando aquelas comarcas, por simples desfastio destruidor, poderia erer-se; pois du-

rante cerca de dois decênios quedou estacionária a obra colonizadora.

Em fins de 89, Cristóvão de Barros, governador interino por morte de Manuel Teles Barreto, repetiu de novo a tentativa, com melhor êxito. Parte da força seguiu por mar; parte por terra, e reunidos deram em várias cercas dos naturais, que foram derrotados.

Acozando êstes, penetraram alguns aventureiros até o rio S. Francisco. No território devoluto Cristóvão de Barros separou uma enorme sesmaria para o filho; esta serviu de craveira para outras, e dentro em pouco não havia mais o que distribuir. Com esta campanha os francezes perderam as antigas ligações no rio Real.

Na capitania de Duarte Coelho continuou o movimento para o rio S. Francisco. Fazendas de gado ou canaviais avançaram pelo território das Alagoas. Entre os povoadores desta região avulta o alemão Lins, que deixou larga descendência, e João Pais, de quem já se falou. Também daqui os francezes tiveram de retirar-se.

Nos primeiros anos do século 17, podia-se viajar e viajava-se efetivamente por terra da Bahia até Pernambuco sem encontrar resistência séria por parte dos naturais, vencidos ou afugentados da marinha. O único obstáculo ao livre trânsito apresentava a passagem dos rios maiores, direito real, como já vimos. Os rios menores eram passados nos vaus, e assim continuaram nos séculos seguintes; pelos vaus pode-se traçar a borda da primitiva ocupação litorânea.

Vejamos agora a marcha para o Amazonas.

Longo tempo estacionara o povoamento na ilha de Itamaracá e no continente fronteiro. Os Peti-

guares da serra entretinham boas relações com os colonos, que visitavam pacificamente as aldeias; os da praia, sempre amigos dos franceses, faziam com estes bons negócios na Paraíba, onde não os perturbavam os portuguezes, contentes com breves excursões à procura de âmbar, abundante por aquelas plagas até o Ceará, e com o pau-brasil trazido do interior pelos próprios índios.

Em 74, por causa de uma cunhã do sertão, desaveio-se a gente d'este com a da Goiana, e começam as hostilidades. Foram assaltados e queimados dois engenhos, e com esta fácil vitória mais se assanharam as paixões dos assaltantes. A guerra levianamente provocada havia de durar vinte e cinco anos.

A mandado de Luís de Brito, o ouvidor-geral, Fernão da Silva, partiu para a Paraíba, afugentou a indiada com a simples presença, lavrou autos que ficaram só no papel. Frutuoso Barbosa, homem de fortuna, ofereceu-se à metrópole para ultimar a conquista se lhe concedessem certas mercês. Com elas chegou em 80 a Pernambuco, mas nada logrou fazer, porque um temporal atirou-o para as Antilhas e de lá à Europa. Da segunda vez não se animou a tentar estabelecimento algum; limitou-se a queimar navios franceses.

Em 83 aportou à Bahia Diogo Flores Valdez, vindo de uma viagem malograda ao estreito de Magalhães. Ao governador insinuou-se como capaz desta conquista, e na monção seguinte partiu com uma armada espanhola e algumas embarcações portuguezas para Pernambuco. Organizou-se ao Recife uma expedição marítima e outra terrestre. Por mar, Diogo Flores chegou sem embaraço a seu destino,

queimou alguns navios francezes carregados de pau-brasil, fundou um forte, nêle deixou uma guarnição de compatriotas seus; a gente ida por terra saiu vitoriosa de vários reencontros e fundou um povoado, a cidade Filipéa, como a chamou Frutuoso Barbosa, em honra do dinasta reinante. O castelhano Castejón ⁽²²⁾ ficou por alcaide do forte, e Frutuoso Barbosa tomou conta da cidade.

Amassaram-se mal o chefe civil e o chefe militar; a discórdia lavrou entre castelhanos e portuguezes. Os Petiguares, aterrados pelos primeiros embates, voltaram logo em chusmas densas e mais arrogantes. Guiavam-nos francezes dos diversos navios queimados, sedentos de vingança, cõscios da importância capital desta partida, em que se disputavam terrenos de seu domínio exclusivo durante tantos anos.

Castejón portou-se com bravura; socorros de Pernambuco expedidos por Martin Leitão, ouvidor-geral, nunca lhe faltaram. O próprio ouvidor-geral lá foi, em Março de 86, com quinhentos homens brancos e muitos índios em sua companhia. Mas os índios e os francezes continuavam cada vez mais afoitos e mais ardentes. Desanimado, Frutuoso Barbosa desistiu de seus direitos e retirou-se para Olinda. Castejón resistiu até Junho; ao retirar-se tocou fogo no forte, quebrou o sino, meteu a pique um navio, lançou a artilharia ao mar. Ficava aniquilado todo o trabalho.

Anos antes, aventureiros pernambucanos, guerreando no rio S. Francisco, houveram-se tão alceivosamente com os Tabajaras, os antigos e fiéis aliados desde o tempo de Duarte Coelho, que êstes os mataram a todos, fugiram dos lugares nefastos, e por uma

das gargantas da Borborema procuraram a terra da Paraíba para combater os brancos, aliando-se embora aos Petiguares, seus inimigos hereditários e irreconciliáveis da língua geral. Martim Leitão, quando saiu de Olinda em auxílio de Castejón, reconheceu-os e entabulou negociações, esperando trazê-los à antiga amizade. Os Tabajaras não se deixaram requestrar e prepararam-se para o combate: traiu-os a sorte, apesar da valentia de Braço de Peixe e Assento de Pássaro, os dois chefes tupiniquins.

Esta derrota despertou o ódio avito dos Tupinambás, que se tornaram contra os novos aliados, mal-sinando-os de covardes, tratando-os de traidores, obrigando-os a tornarem às terras donde vieram. Soube-o Martim Leitão, e mandou emissários a Piragibá, prometeu o esquecimento das injúrias recentes, anunciou auxílios prontos, instou por sua permanência, renovando as antigas pazes. Cedeu o Braço de Peixe; com a intervenção de João Tavares, escrivão de órfãos de Olinda, passaram os Tabajaras a combater ao lado dos portuguezes.

Em Agosto 5, dia de Nossa Senhora das Neves, João Tavares começou a obra aniquilada pela defeecção de Castejón, auxiliada agora pela gente de Braço de Peixe e Assento de Pássaro, mas perturbada sempre pelos Petiguares e pelos franceses. Mais duas vêzes tornou Martim Leitão à Paraíba. Sua ação sempre fecunda e prestigiosa pode resumir-se em poucas palavras: queimou navios, queimou pau-brasil já cortado, queimou aldeias, arrancou plantações, inutilizou mantimentos na baía da Traição, na serra de Copaoba, no Tijucopapo.

Em Maio de 87, Martim Leitão considerou terminada sua missão, e voltou para Pernambuco, depois de lançar os alicerces para um engenho real. Enganava-se, porém; prosseguiram constantes as guerras durante mais dez anos, no sertão, no litoral com as naus francesas, que chegaram a cercar a fortaleza do Cabedelo, com os Petiguares, a quem a presença dos franceses, privados de ir para sua terra pela queima das naus que os deviam conduzir, comunicaram uma audácia e uma persistência bem alheias à índole indígena. Dêstes incidentes ignoramos a história; a crônica apenas guarda os nomes de Pedro Lopes, Feliciano Coelho, Pero Coelho, talvez Ambrósio Fernandes Brandão, o autor possível dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Do lado dos franceses a tradição lembra Rifault, cujos feitos não podem aliás ser precisados à falta de documentos.

Tantos anos agitados e tão desesperada resistência patentearam a urgência de ocupar o rio Grande onde os inimigos perenemente se refaziam. De lá saíram uma vez treze navios para tomar Cabedelo e o combate durara de uma sexta a uma segunda-feira. Em suas águas chegaram a se reunir vinte navios procedentes de França. Muitos franceses mestiçaram com as mulheres indígenas, muitos filhos de cunhãs se encontravam já de cabelo louro: ainda hoje resta um vestígio da ascendência e da persistência dos antigos rivais dos portuguezes na cabeleira de gente encontrada naquella e nos vizinhos sertões de Paraíba e Ceará.

A expedição ao rio Grande, concebida no governo de D. Francisco de Sousa, aparelhada de recursos abundantes, dirigida desde Pernambuco por Ma-

nucl de Mascaranhas Homem, lugar-tenente do donatário, e Alexandre de Moura, que devia suceder no mando, repartiu-se por terra e por mar. A divisão marítima, comandada por Manuel de Mascaranhas, a quem se agregou Jerônimo de Albuquerque, chegou felizmente a seu destino em Janeiro de 98⁽³³⁾. Parte da divisão terrestre, encabeçada por Feliciano Coelho, capitão-mor da Paraíba, venceu a resistência dos inimigos, mas dissolveu-se ante uma epidemia de beixigas. A praga passou também ao inimigo, e serviu para dar folgas a Manuel de Mascaranhas, aliás acometido mais de uma vez no forte que começara.

Em Março, Feliciano Coelho outra vez marchou para o rio Grande, depois de reunir as suas fôrças, reduzidas agora à metade pela doença e pela retirada do contingente de Pernambuco. Com êste reforço, Manuel de Mascaranhas concluiu o forte dos Reis Magos, e entregou-o a Jerônimo de Albuquerque, nomeado para comandá-lo⁽³⁴⁾. A sua sombra medrou o que é hoje a cidade de Natal. Na volta, Mascaranhas⁽³⁵⁾ e Coelho afastaram-se da costa e fizeram novas devastações entre a indiada do sertão.

Nas veias de Jerônimo de Albuquerque circulava sangue petiguar de sua mãe, Maria do Arco-Verde, e disto não se envergonhava, antes o vemos em mais de uma conjuntura proclamando a sua extração. Assim devia sorrir-lhe a idéia de conciliar os parentes, reduzidos aos últimos apuros por tantos trabalhos e tão continuada perseguição, e agora forçosamente abandonados pelos franceses. A um índio aprisionado, principal e feiticeiro, incumbiu esta missão, depois de bem instruí-lo no que devia dizer. O pensamento humanitário foi coroado do melhor êxito.

graças sobretudo às mulheres que, informa um contemporâneo, enfadadas de andarem com o fato continuamente às costas, fugindo pelos matos sem poder gozar de suas casas, nem dos legumes que plantavam, traziam os maridos ameaçados que se haviam de ir para os brancos, porque antes queriam ser suas cativas que viver em tantos receios de contínuas guerras e rebates. Por ordem de D. Francisco de Sousa as pazes foram juradas solenemente na Paraíba, a 15 de Junho de 99 ⁽²⁶⁾. Serviu de intérprete frei Bernardino das Neves, filho de João Tavares, escrivão de órfãos de Olinda, já nosso conhecido. Dêste ato resultou nascer e criar-se na amizade dos portuguezes, António Camarão, um dos heróis da luta contra Holanda ⁽²⁷⁾.

A conquista do rio Grande tinha logrado afastar os franceses e desenganar os índios numa grande extensão de terreno; mas significava, mais que isto, o encurtamento da distância ao Maranhão e Amazonas. Desde os primeiros tempos do governador Diogo Botelho surge com força a idéia de consumir a obra, e trata-se de chegar às regiões onde a mão da natureza assentara os limites do país.

Obrigou-se a incorporar o Maranhão Pedro Coelho de Sousa, cunhado de Frutuoso Barbosa, que com séquito numeroso partiu da Paraíba e chegou ao Jaguaribe em 1603. Os índios daquela ribeira, a principio esquivos, deixaram-se enleiar pelas promessas dos intérpretes e todo o sáfio litoral cearense foi percorrido em paz. Só na serra de Ibiapaba, aliás semi-nário dos amigos Tabajaras, appareceu resistência, promovida por franceses. Venceu-a Pedro Coelho e desceu a serra em busca do rio Punaré, ou Parnaíba,

como é chamado hoje. Como sua gente não quisesse ir mais adiante teve que retroceder.

Tudo corraera bem até aí, tudo começou logo a se danar. Pedro Coelho, na volta para o povoado, capturou os índios que pôde, indiferentemente, Tabajaras, velhos amigos, e Petiguares, aliados recentes. Quando, depois de os ter distribuído pela Paraíba e Pernambuco, novamente tornou ao Ceará, achou a situação insustentável e foi obrigado a retirar-se. Sua retirada lastimável balizaram cadáveres, vítimas dos areais candentes, da fome e da sede.

No provincialado de Fernão Cardim, governando D. Diogo de Menezes, dois jesuítas, Francisco Pinto e Luis Figueira, foram incumbidos de chegar ao Maranhão. Levaram em sua companhia para restituí-los à liberdade alguns dos índios capturados por Pedro Coelho e sua gente; com algum esforço venceram as desconfianças do gentio, atravessaram a serra de Uruburetama, e chegaram a Ibiapaba, bem acolhidos, apesar de tudo. Preparavam-se para prosseguir, quando uns Tapuias assaltaram a aldeia em que assistiam, e mataram Francisco Pinto. Luis Figueira escapou e tornou para Pernambuco, onde anos mais tarde escreveu esta trágica odisséia em carta felizmente hoje salva da voragem do tempo.

Nem a expedição numerosa, aparelhada para a guerra, de Pedro Coelho, nem a missão pacífica dos jesuítas adiantara um passo à questão de avanço para a costa Leste-Oeste, destinada talvez a adiantamento indefinido, se não intervisse Martim Soares Moreno. Chegara de Portugal em 1602, e Diogo de Campos, seu tio, sargento-mor de estado, o incorporou à primeira expedição de Pedro Coelho, para apren-

der a lingua da terra e familiarizar-se com os costumes. Contava apenas dezoito anos. Realizou os desejos do tio de modo superior, e tão bem se houve entre os indigenas que Jacaína, chefe petiguar, distinguiu-o da turba malfeitora e votou-lhe amor de pai. Nomeado tenente da fortaleza dos Reis-Magos, cultivou estas relações, mais de uma vez visitou o fiel amigo, sempre esperançado de dissipar as prevenções e rancores. Afinal o índio permitiu-lhe levar um filho à Bahia, apresentá-lo ao governador, D. Diogo de Meneses, e consentiu-lhe viesse estabelecer-se com dois soldados. Pôde assim lançar, junto ao minúsculo rio Ceará, os fundamentos de um forte, onde resistiu aos ataques da gente não sujeita a Jacaína; com o auxílio d'este tomou duas naus estrangeiras, nu e pintado de genipapo, à maneira de seus auxiliares. Aquêlê ponto, até ali conhecido como excelente aguada dos franceses, passou desde então a ser evitado.

No govêrno de Gaspar de Sousa projectou-se avançar mais para o Norte. Por sua orden Jerônimo de Albuquerque partiu de Pernambuco com quatro barcos, em meados de 1613, nomeado capitão-mor da conquista do Maranhão, comandando cem homens brancos e muitos índios. Na passagem pelo Ceará levou consigo Martin Soares Moreno, como lhe fôra permitido, e navegou até o Camocim, onde pretendeu fundar um forte. Por parecer pouco próprio êste lugar, preferiu a enseada das Tartarugas, em Jererecuacara, onde deixou quarenta soldados num presidio; com o restante voltou por terra; os barcos mandou que costeassem como melhor pudessem e tornassem a Pernambuco.

Do Camocim expediu Martin Soares com vinte soldados ao Maranhão, a colhêr notícias que pudessem guiar no prosseguimento da conquista. Graças ao pequeno calado da lancha, Martin navegou muito pegado à terra, pôde entrar pela bôca do Preá, e alcançou por águas interiores a baía hoje chamada de S. José.

O nome e a amizade de Jacaúna serviram-lhe neste lance arriscado. Os Tupinambás receberam-no com aparente afabilidade, mas preparavam-se para trai-lo, quando um dêles descobriu-lhe a verdadeira situação. Havia um ano estavam aí franceses, com uma fortaleza artilhada de vinte peças, soldados, gente trazida em embarcações, sob o comando de Daniel de Latouche, senhor de la Ravardière. Ao mesmo tempo eram os franceses informados da presença do explorador português, e começavam a dar-lhe caça. Martin Soares escapou incólume com os seus e o índio amigo; o tempo, menos propício, atirou-o às costas da Venezuela, donde, por São Domingos, chegou a Sevilha em Abril do ano seguinte, e tratou logo de mandar notícias para Pernambuco. Na mesma ocasião enviou com igual destino o piloto Sebastião Martins, mestre da lancha, que o acompanhara na peregrinação. Chegou no momento oportuno; Gaspar de Sousa tratava justamente de segunda e mais poderosa expedição para a nova conquista, e suas informações puderam ainda ser aproveitadas.

Ainda esta vez Jerônimo de Albuquerque serviu de capitão-mor. Diogo de Campos, sargento-mor, ia por colateral. Recomendou-lhes o governador as maiores cautelas, lembrava a fortificação de algum ponto além do fortim deixado no ano anterior, a plan-

tação de legumes de rápido crescimento, e indicou a conveniência de, desde Tutóia, ir parte da força por terra, parte por mar.

Depois de receber alguns reforços na fortaleza do Ceará, os expedicionários prosseguiram viagem a 29 de Setembro de 614, para o forte do Rosário, que meses antes provara forças com a gente de uma nau francesa destinada ao Maranhão. Feito o alarde da gente, apuraram-se 220 soldados portugueses, 60 marítimos e 300 índios frecheiros. Deveriam acampar em Tutóia? Confessaram-se os pilotos ignorantes daquele trecho da costa: Bastião Martins só conhecia a barra do Preá; para lá se encaminharam a 12 de Outubro, e na noite de 13 se abalançaram por ela na maior confusão: "houve navios que iam tocando e dando grandes pancadas nos bancos ao entrar da barra, e, por não atemorizarem os que vinham de trás, caíam e paravam sem se ouvir uma palavra de rumor" (18).

Jam a bordo moços impacientes e pouco disciplinados, ansiosos de medir-se com os franceses. Conseguiram do capitão-mor se prosseguisse levianamente pelo Preá a dentro, até avistar o inimigo. Era o melhor plano a executar, provou-o o resultado. Antes da viagem de Martin Soares Moreno, aquela entrada era desconhecida dos franceses; depois dela assentaram um forte ligeiro em Itaparí; todo o esforço de Ravardière applicara-se, porém, à defesa da baía de S. Marcos; nas suas fortificações depositava-se a maior confiança. Claude d'Abbeville, missionário capuchinho, escrevia orgulhosamente: "C'est donc niaiserie de penser que l'on puisse desloger les François de ce lieu, lors qu'ils y seront bien établis: & le

vouloir faire croire, outre que c'est trop raualer leur courage & faire trop peu d'estime de leur valeur & generosité. Si ce n'est une pure malice n'est-ce pas temerité ? & que l'on en parle comme les aueugles des couleurs ? Ceux qui ont veu la situation de cette Isle & qui connoissent par experience les difficultez de ses advenües, n'aduoüeront iamais telle proposition qui ne procede que d'un esprit timide" (39). O ataque pela baía de S. José, devido mais à casual fraqueza da lancha de Martin Soares, deitava por terra todos êstes arreganhos.

A 26 de Outubro chegaram os expedicionários ao porto, depois chamado de Guaxenduba; a 28, começaram no continente o forte de Santa Maria. Na illa fronteira, logo muitos fogos pareceram indicar a transmissão de noticias. Vieram à fala alguns índios esquivos apesar de tôdas atenções e carinhos de Jerônimo de Albuquerque; negavam em geral a assistência dos francezes; um, porém, natural de Pernambuco, denunciou ataque próximo. De fato, a 12 de Novembro, no quarto da lua, deu o inimigo nas embarcações e tomou três.

A êste seguiu-se outro de maior monta a 19. Os francezes desembarcaram duzentos infantes, mais de dois mil índios; como reserva ficou La Ravardiére a bordo, acompanhado de cem soldados. Transportaram esta fôrça cinqüenta e sete embarcações, das quais as três tomadas alguns dias antes, e cinqüenta canoas. Trataram de se entrincheirar e, para ganhar tempo, La Ravardiére dirigiu uma carta ameaçadora a Jerônimo de Albuquerque. Sem dar-lhe resposta começaram os portuguezes uma ofensiva desesperada, indo pela praia Diogo de Campos, Antônio de

Albuquerque, filho do capitão-mor, e Jerônimo Fragoso; pelo monte Jerônimo de Albuquerque, Francisco de Frias e Manuel de Sousa de Sá ⁽⁴⁰⁾.

Dos franceses, escreve este, morreram a espada e a arcabuzação noventa e tantos, que logo ali ficaram, além dos que se afogaram fugindo para as embarcações, ao todo cento e sessenta; foram capturados nove; queimaram-se-lhes quarenta e seis canoas; tomaram-se ao todo duzentas armas de fogo, mosquetes e arcabuzes; dos selvagens averiguou-se depois que faltavam quatrocentos, a maior parte mortos afogados. De parte dos portuguezes as perdas foram insignificantes.

A derrota quebrantou o ânimo de La Ravardière. Em vez de procurar desforrar-se logo, entabulou a 21 uma correspondência com Jerônimo de Albuquerque, concebida em termos duros, que foi abrاندando gradualmente. Os portuguezes achavam-se em situação difícil; o inimigo dominava as entradas com sua frota; socorros só poderiam vir pelo Preá, e o Preá só admitia vasos de pequeno calado. Apesar de tudo sua confiança mantinha-se inalterável: "somos homens que um punhado de farinha e um pedaço de cobra quando o há nos sustenta", escrevia Jerônimo de Albuquerque; "somos gente que não podemos nadar tanto mar quanto há daqui á Espanha: pelo que ainda que hoje tendes a barra, nós temos a terra que pisamos, a qual sempre será de nossos corpos até que Sua Majestade d'el-rei da Espanha, nosso senhor, cujo tudo é, outra coisa ordene", segundava mais difuso Diogo de Campos ⁽⁴¹⁾.

Da correspondência e das práticas nasceu a idéia de tréguas. As duas metrópoles estavam amigas e

aliadas no velho mundo, por que se degladiariam neste? A 27, convencionou-se a suspensão das hostilidades até fim de Dezembro de 615; nem os franceses iriam ao continente, nem os portuguezes à ilha, e evitariam ambos entrar em contacto com os índios de uma e outra jurisdição; seriam permutados sem resgate os prisioneiros; ficaria o mar franco aos portuguezes; socorro de gente de guerra não suspenderia o armistício; a nação obrigada a retirar-se teria três meses para os aprestos; dois representantes de cada beligerante iriam à côrte de Madrid e à de Paris, saber de Suas Majestades Católica e Cristianíssima suas vontades sôbre quem deveria ficar no Maranhão.

Depois disso o capitão-mor da conquista mandou Manuel de Sousa de Sá, num caravelão, a Pernambuco levar a noticia do sucedido ao governador geral. A nau *Regente*, que já se batera com a guarnição do Rosário, em Jererecuacara, partiu a 16 de Dezembro, levando os emissários Du Prat e Gregório Fragoso para França. A 4 de Janeiro de 1615 saiu para Portugal Diogo de Campos com Mathieu Maillart, numa caravela comprada a êste por 500 cruzados; a 3 de Março apresentava-se ao vice-rei D. Aleixo de Menezes. O sargento-mor aproveitou a travessia para escrever a *Jornada de Maranhão* ⁽⁴²⁾.

Na côrte foi acolhido com frieza o resultado da expedição, e a má vontade aumentou quando inesperadamente chegou Manuel de Sousa de Sá, enviado a Pernambuco mas levado pelos ventos e correntes às Índias ocidentais, donde lhe deram condução para a Europa. Conhecida a versão de Manuel de Sousa, diferente em pontos essenciaes da de Diogo de Campos, aprestou-se para o Maranhão um patacho com

munições, pólvora e mais coisas necessárias, que em começos de Junho passou pelo Ceará. Nêle parece ter voltado Martim Soares, com o posto de sargento-mor, na ausência do tio. Falou-se em castigar êste, mas prevaleceu o alvitre de mandá-lo com Sousa de Sá a Gaspar de Sousa, a quem com maior empenho se ordenou a ultimação da emprêsa.

Não se descuidara o governador. Em Junho mandara Francisco Caldeira de Castelo Branco, antigo capitão-mor do Rio Grande, comandando uma armada composta de um patacho, duas caravelas e um caravelão grande, que chegou a Santa Maria de Guaxenduba em 1 de Julho, fazendo a viagem por fora do Preá. La Ravardiére foi, apesar da trégua, intimado a abandonar a terra, e, depois de relutar, cedeu em promessa; mas, porque rebentassem discórdias entre os dois chefes portuguezes, foi-se deixando ficar, Jerônimo de Albuquerque transferiu-se para a ilha, onde fundou uma cêrca e um forte, chamado de S. José. Provavelmente vem daí o nome atual desta baía.

Manuel de Sousa encontrou o governador geral em Pernambuco, e deu-lhe cartas e ordens. Sem demora Gaspar de Sousa aprestou nove navios, cinco dos quais grandes, com mais de novecentos homens, muito armamento e dinheiro, plantas e gado para povoarem a terra.

Conferiu o comando a Alexandre de Moura, que, partindo a 5 de Outubro do Recife, a 17 chegava ao Preá, onde breve se convenceu de não serem para aquêlc canal as suas embarcações. Cumpria navegar por fora, fazer sondagens, arrostar a baía de S. Marcos, as terríveis fortificações, inexpugnáveis no sentir de Abbeville. E não havia tempo a perder, pois a for-

talvez de S. José se incendiara, e Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor antes de nome que de fato, porque os portuguezes achavam-se divididos em dois partidos dominados por ódios violentos, estava reduzido a pouca pólvora e às armas salvas do incêndio.

A 1 de Novembro decidiu-se a investir a entrada de São Marcos; um patacho menor foi adiante, mostrando o caminho, e a armada surgiu fora do alcance da artilharia inimiga. Jerônimo de Albuquerque marchou por terra com fôrças; um posto foi guarnecido com oito peças de artilharia, cento e cinqüenta soldados, duzentos frecheiros; cem homens com seis peças guardariam a entrada da barra. A 3 foi intimado La Ravardiére a entregar a colónia e a fortaleza, com toda a artilharia e munições existentes dentro e fora dela, com todos os navios grandes e pequenos, sem por tudo receber indenização alguma. Obrigava-se Alexandre de Moura a dar condução para a França; os francezes se obrigariam a partir apenas recebessem os navios e deixassem reféns. E este favor se lhe faz, concluía, pelas alianças que hoje há entre os senhores reis Católico e Cristianissimo.

A fortaleza foi entregue; em duas naus sem artilharia, mandadas separadamente, partiram os francezes para a pátria; La Ravardiére teve de acompanhar o vencedor a Pernambuco. Anos mais tarde andava em Lisboa, requerendo mercês e alegando serviços, por haver largado o Maranhão com a sua fortaleza e artilharia. Assim, o mesmo ano de 1615 assistiu à derrocada final dos francezes depois de quase um século de resistência: em Cabo Frio, por mão de Constantino Menelau, no Maranhão pelo antigo capitão-mor de Pernambuco.

Trazia Alexandre de Moura instruções para expulsar os franceses do Pará e ir até o Amazonas. Como no Pará não existisse estabelecimento francês e o Amazonas estivesse desocupado, mandou em seu lugar Francisco Caldeira de Castelo Branco com cento e cinqüenta homens, dez peças de artilharia e três embarcações. Além de colhêr outras vantagens, afastava do Maranhão um elemento perturbador. Em companhia de Castelo Branco seguiu um piloto francês, e o famoso Charles Desvieux ⁽⁴³⁾ “de quem êle, dito capitão-mor, deve fazer muita conta, com a cautela devida”. António Vicente Cochado foi como piloto.

Partiram no dia de Natal, correndo a costa, fazendo sondagens, dando fundo tôdas as noites, tomando as conhecenças da terra, numa extensão de cento e cinqüenta léguas. Entraram na barra pela ponta de Sapará, e seguiram por entre ilhas, bem acolhidos pelo gentio disposto em seu favor, graças à derrota dos frânceses; muitos dos naturais usavam cabelo comprido e de longe pareciam mulheres; encontraram noticias imprecisas de flamengos e inglêses que freqüentavam aquelas regiões.

A 35 léguas do mar, na margem direita do Pará, Francisco Caldeira de Castelo Branco fundou a fortaleza, e chamou-a Presépe.

Estava dado o primeiro passo para a occupação do Amazonas.

Agora um rápido lancear do país, aí pelos anos de 1618, quando escrevia o autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil* ⁽⁴⁴⁾, e Fr. Vicente do Salvador preparava-se para redigir sua história.

Os estabelecimentos fundados por portuguezes começavam no Pará quase sob o Equador e terminavam em Cananéia além do trópico. Entre uma e outra capitania havia longos espaços desertos, de dezenas de léguas de extensão. A população de lingua européa cabia folgadamente em cinco algarismos.

A camada infima da população era formada por escravos, filhos da terra, africanos ou seus descendentes. Aquêles apparecem menos numerosos pela pouca densidade originária da população indigena, pelos grandes êxodos que os afastaram da costa, pelas constantes epidemias que os dizimaram, pelos embaraços, nem sempre inúteis, opostos ao seu escravizamento.

Acima dêste rebanho sem terra e sem liberdade, seguiram-se os portuguezes de nascimento ou de origem, sem terra, porém livres: feitores, mestres de açúcar, officiaes mecânicos, vivendo dos seus salários ou do feitiço de obras encomendadas; em geral o mecânico sabia vários officios, pois um só não garantia a subsistência, e ia trabalhar pelas fazendas quando a simplicidade das ferramentas o permitia ou os proprietários possuíam a ferramenta em casa.

Entre os proprietários rurais occupavam lugar modesto os lavradores de mantimento e os criadores de gado: a criação avultava somente a uma e outra margem do baixo São Francisco: seu grande desenvolvimento se operou mais tarde, quando se separou da lavoura e invadiu os campos e as catingas do interior.

Coroava esta hierarquia o senhor de engenho. Havia engenhos movidos por água e por bois; servidos por carros ou por barcos; situados à beira-mar ou

mais apartados, não muito, porque as dificuldades de comunicações apenas permitiam arcos de limitados raios. O engenho real devia possuir grandes canaviaes, lenha abundante, boiada capaz ou barcos e barqueiros suficientes, escravatura, aparelhos diversos, moendas, cobres, fôrmas, casas de purgar, pessoal adestrado para o preparo do açúcar, pois a matéria prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo: alguns possuíam igreja, capelão melhor remunerado que os vigários, e às vêzes incumbido de ensinar rudimentos de leitura à meninada. O senhor de engenho opulento remetia a safra directamente para o Reino, e recebia o pagamento do alémmar em fazendas finas, vinhos, farinha de trigo, em suma, coisas de gôzo ou de luxo.

A casa da gente rica representava uma economia autônoma: o *nec est quod putes illum quidquam emere, omnia domi nascuntur*, de Petronio, não podia ser praticado ao pé da letra, mas correspondia até certo ponto à realidade. Para os escravos fiava-se e tecia-se a roupa; a roupa da família era feita no meio dela; da alimentação, fornecida por peixe de água doce ou salgada, mariscos apanhados nos mangues ou caça, estavam encarregados os escravos; a criação miúda de voláteis, ovelhas, cabritos e porcos evitava as surpresas de hóspedes da última hora; não havia açougues ou mercados: “as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem o que têm) andam providas de todo o necessário, pois têm escravos pescadores e caçadores, que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e azeite que compram por junto, nas vilas muitas vêzes se não acha isto de venda”.

A mercatura representava-se por embarcações vindas do Reino com carregamentos que tratavam de liquidar, de modo a voltar no mesmo navio, ou de mascates que iam pelos lugares mais afastados, a vender miudezas. Nas transações dominava a permuta ou empréstimo de gêneros; transações a dinheiro não se conheciam ou eram raríssimas, e como ninguém sabia aproximadamente de suas posses, o endividamento era geral.

Na economia naturista, já foi observado, por um economista recente, nunca se produzem demais os gêneros consumidos em casa; se há superabundância de algum, guarda-se, dá-se ou deixa-se estragar; daí, a hospitalidade, as festas pantagruélicas e também o jôgo. Talvez nas paradas achasse seu melhor emprego o pouco dinheiro girante; o resto ia em festas eclesiásticas ou profanas.

A ausência de capitais restringia muito as satisfações da vida coletiva: não havia fontes, nem pontes, nem estradas; se por alguma circunstância favorável, construía-se alguma, á falta de conservação estragava-se ou ficava de todo arruinada. Como não havia dinheiro, os impostos eram levados á praça, e o contratador pagava-se em gêneros. Só as casas de misericórdia eram até certo ponto devidas á ação incorporada. As sedes das capitânias, mesmo as mais prósperas, reduziam-se a meros lugarejos; a gente abastada possuía prédios nas vilas, mas só os ocupava no tempo das festas; a população permanente consistava de funcionários, mecânicos, regulares ou gente de vida pouco edificante.

Ajunte-se a isto a natural desafeição pela terra, fácil de compreender se nos transportarmos às condi-

ções dos primeiros colonos, abafados pela mata virgem, picados por insetos, envenenados por ofídios, expostos às feras, ameaçados pelos índios, indefesos contra os piratas, que começaram a surgir apenas soberanamente de alguma coisa digna de roubar. Mesmo se sobejassem meios, não havia pendor a meter mãos a obras destinadas aos vindouros; tratava-se de ganhar fortuna o mais depressa possível para ir desfrutá-la no além mar. Informa-nos Gandavo que os velhos acostumados ao país não queriam sair mais. Seriam estes seus primeiros entusiastas.

Desafeição igual à sentida pela terra nutriam entre si os diversos componentes da população.

Examinando superficialmente o povo, discriminaram-se logo três raças irreduzíveis, oriunda cada qual de continente diverso, cuja aproximação nada favorecia. Tão pouco próprios a despertar simpatia e benevolência, antolhavam-se os mestiços, mesclados em proporção instável quanto à receita da pele e dosagem do sangue, medidas naqueles tempos, quando o fenómeno estranho e novo, em tóda a energia do estado nascente, tendia a observação ao requinte e superexcitava os sentidos, medidas e pesadas com uma precisão de que não podemos mais formar idéia remota, nós afeitos ao fato consumado desde o berço, indiferentes às peles de qualquer aviação e às dinamizações do sangue em qualquer ordinal ⁽⁴⁵⁾.

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda e livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam

sentir-se profundamente separados. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade.

Em suma, dominavam forças dissolventes, centrífugas, no organismo social; apenas se percebiam as diferenças; não havia consciência de unidade, mas de multiplicidade. Só muito devagar foi cedendo esta dispersão geral, pelos meados do século XVII. Reinos e mazombos, negros boçais e negros ladinos, mamaluços, mulatos, caboclos, caribocas, tôdas as denominações, enfim, sentiram-se mais próximos uns de outros, apesar de tôdas as diferenças flagrantes e irreductíveis, do que do invasor holandês: daí uma guerra começada em 1624, e levada ao fim, sem desfalecimentos, durante trinta anos. Em São Vicente, no Rio, na Bahia, e em outros lugares, por meios diferentes, chegou-se ao mesmo resultado.

Sobre o modo de administração de tôda esta gente informa-nos a fôlha geral do estado, organizada em 1617.

Subiam tôdas as despesas públicas a cinqüenta e quatro contos, cento e trinta e oito mil, duzentos e noventa e oito réis, repartidos pelas quatro rubricas de igreja, justiça, milícia e fazenda.

Constituía todo o país uma só diocese; o Bispo assistia na Bahia com o Cabido; dois administradores, um para as capitãncias do Norte e estabelecido na Paraíba, outro para as capitãncias do Sul e residindo no Espirito Santo, seguiam-se em jerarquia; cada capitãncia formava uma freguesia, com seu vigário e coadjutor, exceto a de S. Vicente, que contava as vigara-

rias de Itanhaém, São Vicente, Santos e São Paulo; a de Espírito Santo, com as de Vitória e E. Santo; a da Bahia com as de Vila-Velha, Santo Amaro, S. Iago, Peruaçu, Paripe, Matoim, N. S. do Socorro, Sergipe do Conde, Taparica, Passé, Pirajá, Cotegipe, Tamari e Sergipe del Rei; a de Pernambuco com as de Olinda, São Pedro, Recife, S. Lourenço, Igarasu, S. Antônio, Várzea, Moribeca, S. Amaro, Pojuca, Serinhaém e Pôrto Calvo; a de Itamaracá, com a da ilha e a da Goiana. A todo êste pessoal o govêrno pagava ordenado e ordinária para a celebração do culto; para isso o rei arrecadava o dizimo, como grão-mestre da Ordem de Cristo.

Havia colégio de jesuítas, conventos Capuchos, Carmelitas ou Beneditinos na Bahia, Rio, Espírito Santo, Pernambuco, e todos recebiam auxílios sob diversas formas, em gêneros ou dinheiro. Quase tôdas as capitánias sustentavam casas de misericórdia, que o govêrno socorria.

À frente da justiça estava a Relação instalada na Bahia com um numeroso pessoal de desembargadores, ouvidor-geral, etc.; nas capitánias reais parece que a jurisdição de primeira instância cabia aos juizes ordinários, renovados anualmente; as dos donatários possuíam ouvidores que muitas vêzes eram os próprios capitães-mores: pouco informa a êste respeito a fôlha geral.

Encabeçava o corpo da fazenda o provedor-mor, estabelecido na capital, a quem estavam subordinados em cada capitania o provedor e escrivão da fazenda, o almoxarife e o porteiro das alfândegas.

Ao lado das capitánias de donatários, São Vicente, S. Amaro, Espírito Santo, Pôrto Seguro, Ilhéus,

Pernambuco e Itamaracá, havia as capitânicas reais do Rio, Bahia, Sergipe, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Maranhão, Pará.

Chefe da milícia e em geral da administração era o Governador Geral com assento na Bahia. A milícia era representada pela tropa paga, e pelas ordenanças, espécie de guarda nacional.

E agora vistas as vantagens do domínio espanhol na eliminação completa dos franceses e na rapidez da marcha para o Amazonas, vejamos o reverso da medalha, nas guerras flamengas d'êlé originadas.

VIII

GUERRAS FLAMENGAS

As relações entre Portugal e Flandres, iniciadas desde a idade média, continuaram ainda depois de descoberto o caminho marítimo das Índias e achado e colonizado o Brasil. Iam os flamengos a Lisboa adquirir as drogas e gêneros exóticos, apenas desembarcados, e retalhavam-nos pela vasta clientela do Norte e Ocidente da Europa, poupando canseiras e garantindo lucros imediatos aos portugueses; estes, além do dinheiro de contado, proviam-se, graças aos seus fiéis fregueses, de cereais, peixe salgado, objetos de metal, aparelhos náuticos, fazendas finas.

Modificou-se esta situação vantajosa para ambas as partes quando a monarquia espanhola abarcou a península inteira e os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal. Em 85, Filipe II mandou confiscar os navios flamengos ancorados em seus portos, aprisionando-lhes as tripulações. O mesmo se fez em 90, 95, 99.

Difícilmente se conceberia mais terrível golpe contra um povo que do comércio marítimo auferia o melhor de suas riquezas, base de uma independência comprada a poder de sangue. Depois de tanto heroísmo teria de sujeitar-se ao domínio ⁽⁴⁸⁾ do Meio-Dia? Para escapar a estes apuros brotaram os mais desen-

contrados alvitres: procurar pelo Norte da Ásia outro caminho marítimo para a China e Índia; transferir a atividade comercial para o Mediterrâneo; apossar-se do estreito de Magalhães. Tudo isto se tentou, de tudo se tirou resultado negativo. Por que não se afrontaria o cabo da Boa Esperança, a buscar os gêneros do Oriente nos próprios lugares de sua procedência?

Em 95, mercadores de Amsterdam arriscaram a primeira viagem ao oceano Índico, viagem demorada, de pouco proveito imediato, mas fecundíssima em consequências, pois logrou a certeza da fragilidade do domínio peninsular naquelas regiões alongadas. Da mesma cidade partiram outros navios em Maio de 98, terceira expedição em Abril, quarta em Dezembro de 99. Em várias provincias surgem negociantes arrojados, improvisam-se companhias opulentas, ávidas de despojos e aventuras no amplo teatro que agora se abria. A emulação salutar ameaçava degenerar em rivalidade perniciosa. Homens sagazes anteviram o perigo; intervieram os Estados Gerais, e por meio de concessões e privilégios conciliaram as pretensões divergentes, fundando a Companhia das Índias Orientais no começo de 1602.

A trégua de doze anos, assentada em 1609 entre os Países Baixos e a Espanha, em nada interrompeu a carreira aventureira da Companhia, que com poucos anos de existência se impôs aos príncipes indígenas, repeliu os ingleses, derrocou a aparatosa fábrica luso-hispânica, monopolizou o trato das especiarias, distribuiu dividendos enormes, prestou serviços inestimáveis ao governo das Provincias Unidas.

Na constância do armistício sazonou a idéia de uma companhia das Índias ocidentais, análoga à outra nos intuítos e na organização, que obteve fôral a 3 de Junho de 1621. Seu capital seria de sete milhões, cento e tantos mil florins; o privilégio duraria vinte e quatro anos; constaria de cinco câmaras, representando os acionistas de Amsterdam, Zelândia, cidades do Maas, o distrito do Norte e a Frísia; os diretores, em número de dezenove, funcionariam alternadamente em Amsterdam e Middelburg. A esfera privilegiada seria, na África, do trópico de Câncer ao cabo da Boa Esperança; ao Ocidente, desde Terra-Nova, no Atlântico, até o estreito de Anian no Pacífico.

Os Estados Gerais concederam-lhe faculdade de construir fortes na região outorgada, contraír tratados com os príncipes e povos indígenas, nomear autoridades e funcionários; obrigaram-se a subvencioná-la, para ficar com direito a certa parte dos dividendos; forneceriam soldados e naus de guerra em condições especificadas. Em suma, deixando de parte diferenças patentes, a Companhia das Índias Ocidentais filiou-se ao sistema dos donatários iniciado por D. João III.

A Companhia deixou sinais de sua passagem no território africano, nas costas dos Estados Unidos, nas Antilhas, no Brasil, no Chile. A nós só importam os feitos ocorridos em nossa terra.

Sua criação foi acolhida com frieza na Holanda; ainda em 622 não estava subscrito um quinto sequer do capital que só ficou integralizado depois de obtidas vantagens suplementares, entre outras, o monopólio de exportação do sal brasileiro, em 1624.

Desde 623 começou a preparar uma expedição contra a Bahia. Vinte e três navios e três iates com quinhentas bôcas de fogo, tripulados por mil e seiscentos marinheiros, foram aos poucos se reunindo em S. Vicente do Cabo-Verde nos fins dêste e no comêço do seguinte ano. A 26 de Março partiram rumo de SW, a 4 de Maio descobriram costa do Brasil, a 8 surgiram diante da baía de Todos-os-Santos e foram vistos de terra.

Governava a cidade do Salvador e o Brasil em geral Diogo de Mendonça Furtado. Tinham-lhe chegado noticias do perigo iminente e procurara prevenir-se.

Sobejavam-lhe coragem e boa vontade, faltava-lhe tudo o mais: as fortalezas já arruinadas umas, outras por acabar, a barra larga e franca, acessivel sem prático às maiores embarcações a qualquer hora do dia e da noite, a guarnição reduzida e inbele, a população trépida, prestes a fugir mal avistava qualquer vela suspeita, não encerravam elementos de resistência eficaz. Acresciam dissensões entre o governador e o bispo, e, como de costume, entre uma e outra metade do povo, sempre ávido de questões entre os potentados.

A 9 de Maio a armada enfiou a barra e dirigiu o ataque por terra e por mar. Na ponta de S. Antônio, à entrada, desembarcaram mil e duzentos soldados e duzentos marinheiros; e à sua aproximação a força dos colonos postada retirou-se às carreiras, semeando o pânico. Dos fortes houve alguns disparos, alguns navios pareceram dispostos a resistir; quando o inimigo se aproximou, recorreu-se ao incêndio para evitar fôssem cair-lhe às mãos os ricos car-

regamentos de açúcar, pau-brasil, fumo e peles. Mesmo assim, muitos foram salvos.

À noite, bispo, eclesiásticos, os moradores que puderam abandonaram a cidade. Ao amanhecer, além de escravos e gente baixa sem nada a perder, encontravam-se apenas o governador e alguns fiéis na cidade deserta. Com facilidade os invasores prenderam-nos e mais tarde mandaram-nos para a Holanda. Os fugitivos acomodaram-se como puderam em engenhos próximos, aldeias de índios, debaixo de árvores, ao céu aberto. Quantas privações passaram e como foi difícil sustentar e conter esta multidão, pode-se bem imaginar. Ainda depois de reunidos em arraial e estabellecida certa ordem, a cunprêsa nada tinha de fácil.

As vias de sucessão, então abertas, nomeavam para substituto do governador a Matias de Albuquerque Coelho ⁽⁶⁷⁾. Estava em Pernambuco, capitania hereditária de seu irmão, em cujo nome governava, a mais de cem léguas de distância. Antes que recebesse a notícia e tomasse qualquer providência, perder-se-ia tempo, um tempo precioso. Elegeu-se, pois, capitão-mor interino o desembargador Antão de Mesquita; dentro em pouco, por motivos pouco conhecidos ainda, ficou sendo governador de fato o bispo, Dom Marcos Teixeira.

Uma só coisa havia a fazer com os recursos da terra: cercar o invasor dentro da cidade, impedindo que penetrasse pelas cercanias para renovar provisões, impossibilitando as adesões das classes baixas, indiferentes à mudança do senhor, pois o cativeiro prosseguiria invariável. A falta de armamentos apropriados, a escassez e por fim a carência completa de pól-

vora limitaram as operações à arma branca, à flecha, ao combate singular, à tocaia; as companhias de emboscada, em número de trinta, composta cada uma de poucas dezenas de combatentes, pelo subitâneo da aparição nos lugares mais diversos, mantiveram o inimigo sobressaltado; a multiplicidade dos assaltos, quase sempre coroados de êxito, alimentava a coragem e fortaleceu o espírito patriótico.

Entretanto chegava a Pernambuco a notícia de ser tomada a cidade. Matias de Albuquerque, infante contemporâneo, nem de dia, nem de noite, se poupava ao trabalho. Não quis nunca andar em réde, como no Brasil se costuma, senão a cavalo ou em barcos, e quando nestes entrava não se assentava, mas em pé ia êle próprio governando. Tinha grande memória e conhecimento dos homens, ainda que uma só vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele pôrto. Esta atividade fervorosa, unida a uma energia indomável, ver-se-á melhor no decurso da narrativa.

Por sua ordem partiu logo Francisco Nunes Marinho em dous caravelões, com pólvora, munições de fogo e de bôca e trinta soldados. Trataram-no mal as tormentas; de vergas e mastros quebrados, arribou a Sergipe; mas já em começos de Setembro juntava-se à gente do arraial. Sob o seu govêrno as guerrilhas avançaram para o interior da Bahia até Itapagipe, para o lado da barra até a ponta de Santo Antônio; novas e mais fortes trincheiras foram levantadas. Dois barcos, um no Itapoã, e outro no morro de S. Paulo, vigiavam o mar, avisando os navios portugueses que evitassem o pôrto, para não serem aprisionados como já o haviam sido outros.

Pequenos socorros do Reino iam chegando a Pernambuco e Matias de Albuquerque reforçava-os, e encaminhava-os sem perda de tempo. Graças a éle, D. Francisco de Moura, vindo com o título de capitão-mor do recôncavo, conduzindo três caravelas, partiu de Recife depois de demora de oito dias, levando seis caravelões, oitenta mil cruzados de provimentos novos. A 3 de Dezembro troava a artilharia no acampamento, e os holandeses, curiosos da novidade, só então souberam como ao bispo, poucos dias antes de falecer, succedera Francisco Nunes Marinho, rendido agora no mando por D. Francisco de Moura, antigo governador do Cabo Verde.

Na cidade conquistada as coisas corriam mal para o inimigo. Johannes van Dorth, governador pela Companhia, foi morto numa emboscada. Albert Schout, seu successor, tratou das fortificações, mas em festas e banquetes apanhou uma enfermidade, que em poucos dias o levou. Willem Schout, seu irmão, mostrou-se alheio às responsabilidades do cargo ⁽⁴⁸⁾.

Contudo a situação poderia manter-se indefinidamente, máxime dominando o oceano a armada da Companhia; tratava-se de saber quem receberia primeiros socorros de além-mar. Por uma felicidade nunca mais repetida foram os nossos. A côrte espanhola, geralmente desatenta e inerte, desta vez sentiu a gravidade do golpe; o rei, ou antes Olivares, seu ministro onipotente, percebeu a ameaça implícita contra o México e o Peru; cartas régias do próprio punho, procissões, novenas, excitaram o espirito público; a nobreza da Espanha e a de Portugal alistaram-se com entusiasmo na cruzada contra o hereje rebelde; fidalgos e prelados fizeram largos donativos, fretaram

navios, custearam companhias; as armadas de Portugal, do Oceano, do Estreito, de Biscaia, das Quatro-Vilas, de Nápoles, somaram cinquenta e dois navios de guerra; mais de doze mil homens d'armas embarcaram para o Novo Mundo. Comandante geral de tôdas as fôrças era D. Fadrique de Toledo.

A armada chegou à Bahia sábado da aleluia, 29 de Março de 1625, no mesmo dia que aí aportara Tomé de Sousa, o fundador da cidade, setenta e seis anos antes. Formou em meia-lua, da ponta de Santo Antônio à de Itapagipe, fechando a saída aos navios holandeses ancorados.

A tropa desembarcou em Santo Antônio e tomou logo posição em São Bento, Palmeiras, Carmo e outros morros. A 2 de Abril travou-se o primeiro combate, seguido de outros. O cerco apertou-se por terra e por mar. Os sitiados foram obrigados a render-se. A 30 de Abril assinava-se a capitulação. A 1 de Maio abriram-se as portas e entrou o exército vencedor. A 26 appareceu na barra o socorro holandês, trinta e quatro naus, comandadas por Boudewijn Hendriks-zoon. Ambas as armadas evitaram pôrém travar novos combates e os holandeses foram piratear em outras regiões mais indefesas.

Nos anos seguintes a Companhia mandou diversos navios que estiveram no Brasil e em outras partes da África e da América, devastando e saqueando. Seu triunfo mais completo foi a tomada da frota espanhola, junto à costa de Cuba, por Pieter Heyn, em Setembro de 1628. De uma só vez entraram-lhe para os cofres mais de quatorze milhões, o duplo do capital inicial; os dividendos subiram a 50 %. Com as finanças restauradas, preparou nova expedição ao

Brasil; agora preferiu Pernambuco para ponto de investida.

A 26 de Dezembro de 629 zarpou de S. Vicente uma armada de cinquenta e dois navios e iates, e treze chalupas, poderosamente artilhados, com três mil setecentos e oitenta marinheiros, três mil e quinhentos soldados; a 3 de Fevereiro de 630 avistou o Brasil; a 13 chegou em frente a Olinda; no dia seguinte abriu o ataque.

Comandava a capitania Matias de Albuquerque, neto do velho Duarte Coelho, irmão do quarto donatário. Com as notícias da próxima invasão, partira de Lisboa a 12 de Agosto de 629, trazendo vinte e sete soldados e alguma munição em uma caravela. Chegou ao Recife a 18 de Outubro, e entregou-se com todo o devotamento à obra desesperada.

As fortalezas estavam arruinadas como na Bahia. Se a barra do Recife não oferecia as comodidades da baía de Todos-os-Santos e não custaria cegá-la, em compensação dava fácil desembarque desde Pau-Amarelo ao Norte, até Candelária ao Sul, na extensão de sete léguas. Poder-se-ia ao menos contar com o sangue frio da população?

O inimigo dividiu a ofensiva por três pontos. O grosso da armada, comandada pelo almirante Loncq, investiu a barra, e estacou por achá-la obstruída. Outro troço dirigiu-se directamente para Olinda. Com três mil homens o coronel Diedrich van Weerdenburgh aprobeu primeiro para o rio Tapado, depois para o Pau-Amarelo, mais ao Norte, onde desembarcou na tarde de 15 de Fevereiro. Na manhã seguinte, formado em três colunas, marchou para o Sul; as pequenas resistências esporádicas da nossa gente cederam à

tropa numerosa e às embarcações de que saltara, que navegavam a pequena distância, apoiando-lhe os movimentos.

A entrada da vila alguns militares sacrificaram-se nobremente. O troço da armada mandado de véspera contra ela apossou-se das trincheiras da praia. Quando anoiteceu, o pavilhão batavo flutuava sôbre a antiga Marim.

A população abandonou a vila e procurou abrigo nos matos e nos engenhos. A soldadesca invasora entregou-se ao saque e à embriaguez. Matias de Albuquerque mandou tocar fogo nos navios e nos armazéns para ao menos arrancar das garras da Companhia o fruto do trabalho amargamente suado. A povoação de Recife, iluminada pelos clarões de incêndio, converteu-se num montão de ruínas. Defendiam-na ainda dois fortes: um no istmo que vai para Olinda, outro no próprio Recife. Reforçou-os o general com gente e munições, e mais de um ataque foi repellido com vantagem; mas a 2 de Março o de S. Jorge, velho, capaz só de resistir a ataques de índios, capitulou, e o de São Francisco da barra seguiu-lhe o exemplo. Só então a armada holandesa entrou no porto.

Durante este tempo Matias de Albuquerque trazia sempre inquieto o inimigo. Entregue aos próprios recursos não lograria desalojá-lo, mas tirava-lhe o sossego, diminuia-lhe a confiança, reduzia-lhe o número, impedia-lhe as comunicações com a gente da terra e nesta substituíia o soçóbro do primeiro momento pelo desejo de lutar e desprezo de morrer: a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado.

A 4 de Março o general escolheu uma eminência quase a uma légua do Recife e de Olinda, próximo do rio Capibaribe e ainda mais do riacho Parnamirini, ponto de boa água e lenha. Com vinte pessoas começou a fortificação, plantando quatro peças. Deus à obra o nome de arraial do Bom-Jesus. Pouco a pouco foram chegando adherentes: aventureiros, senhores de engenhos sós ou seguidos de escravos, índios aldeados. Entre êstes entra logo a aparecer com um brilho que irá sempre crescendo Antônio Camarão, chefe petiguar de vinte e oito anos de idade, o mais fiel e precioso dos auxiliares. Dez dias mais tarde o arraial já repelia com grandes perdas um assalto do inimigo. Será esta a sua história perene durante os cinco anos seguintes.

Como contar os sucessos desta guerra sem precedentes? Os conflitos feriam-se diários, houve dias de mais de um. Holandeses que procuravam faxina ou frutos, destacamentos que pelo istmo saíam de um para outro ponto, caíam em emboscadas que surdiavam a cada passo. Trincheiras tomadas a peito descoberto, socorros mandados por terra aos pontos mais afastados, em concorrência com os navios e não raro vencendo-os na rapidez; passagens de rios no momento da maré, para atacar o centro das fortificações inimigas; fome, nudez, falta de pólvora, de médicos e botica, tudo isso de tão comum passava despercebido. Estando, havia quase dois anos, assente na vila de Olinda e povoação do Recife, ainda o invasor não podia, nem o deixava nosso general por si e seus capitães, colher uma só vaca, informa Duarte de Albuquerque. E acrescenta: "Solamente comian de lo que les embiava Olanda; con que bien licitamente se

puede decir que sobre estar de tanto tiempo em tierra, aun navegavan, pues no tenian otros bastimentos mas de los salados”.

As notícias transmitidas à península não provocaram o alvoroço da tomada da Bahia. Vieram socorros em pequena quantidade, a grandes intervalos e nem sempre aproveitáveis, porque a Companhia dominava no mar, e ora se apossava das caravelas mandadas para Pernambuco, ora as obrigava a vararem em terra, perdendo os carregamentos ou deixando-os a grande distância dos lugares onde faziam falta. Encapava-se esta desídia na côrte sob um profundo maquiavelismo: a melhor guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais, alegavam êstes calculistas insondáveis, consistia em obrigá-la a despesas que com o tempo arrastariam seu descalabro econômico !

Só em 631 partiu de Lisboa o famoso D. Antônio de Oquendo com uma armada de vinte navios, a 5 de Maio. Trazia socorros para Paraíba, Pernambuco e Bahia, e na volta deveria comboiar as embarcações carregadas de açúcar para o Reino. Procurou primeiramente a Bahia, como se quisesse dar tempo de prepararem-se aos holandeses. Êstes, apenas souberam da sua vinda, despediram com o mesmo destino uma armada mandada por Adrian Pater.

Deu-se o encontro nas alturas dos Ilhéus, quando Oquendo demandava já Pernambuco, a 12 de Setembro; atos de heroísmo houve de parte a parte; o almirante batavo sepultou-se nas ondas com a capitânea; o resultado ficou indeciso, isto é, a Companhia das Índias continuou dominando no mar. Com Oquendo vieram e continuaram no Brasil Duarte de Albuquerque, donatário de Pernambuco, admirável historiador

desta guerra, desde o desembarque do Pau-Amarelo até o assalto da Bahia por Nassau (1630-1638), e João Vicente de San Felice, conde de Bagnoli, que já aqui estivera com D. Fadrique de Toledo. Depois do combate dos Ilhéus, o inimigo incendiou Olinda, desesperado de fortificá-la eficazmente, e concentrou-se no Recife.

Até aqui saíram frustrados todos os esforços da Companhia para romper o circulo de ferro em que a envolvera Matias de Albuquerque; apenas fundara na ilha de Itamaracá o forte de Orange. Começa agora a sorrir-lhe a sorte. A 20 de Abril de 32 passou para seu lado Domingos Fernandes Calabar, mulato natural de Pôrto Calvo, aonde tinha mãe e alguns parentes. Segundo se pode concluir das poucas e suspeitas noticias encontradas a seu respeito nos escritos contemporâneos, Calabar exercia a profissão de contrabandista, nem de outro modo se podem explicar os roubos feitos à fazenda real de que o accusam os nossos, pois não deviam ter andado dinheiros públicos por suas mãos; para professar o contrabando assimalavam-no a audácia, a presença de espírito, a fertilidade de invenções, o profundo conhecimento das localidades. Era o único homem capaz de se medir com Matias de Albuquerque, e como tinha sôbre êste a vantagem de dispor do mar, desfechou-lhe os golpes mais certos. Qual móvel o levou a abandonar os compatriotas, nunca se saberá; talvez a ambição, ou a esperança de fazer mais rápida carreira entre estranhos, tornando-se pela singularidade de seus talentos indispensável aos novos patrões ou, talvez, o desânimo, a convicção da vitória certa e fácil do invasor.

Entre os feitos mais notáveis inspirados por Calabar contam-se o ataque ao Igarapé, várias incursões ao rio Formoso, a ocupação de Afogados, séria ameaça ao arraial de Bom-Jesus, entradas por Alagoas, a tomada de Itamaracá e Rio Grande. Estes últimos successos deixavam bem iniciada a conquista da Paraíba, agora mera questão de tempo. Em fins de Fevereiro de 34, uma armada para lá se dirigiu, e durante dois dias não cessaram combates; tratava-se, porém, de simples diversão: a verdadeira mira era, como se verificou logo no começo de Março, o cabo de Santo Agostinho. Neste pôrto desembarcavam os socorros vindos da Bahia; ali embarcavam os frutos da terra destinados ao comércio; apossar-se d'êles era senão impossibilitar de todo, pelo menos paralizar qualquer resistência ulterior.

O inimigo dividiu o ataque em três armadas, uma de treze, outra de onze navios, outra composta de lanchas com mil homens encabeçados por Calabar.

Graças a seu conhecimento da localidade, os holandeses entraram no pôrto e fortificaram-se no pontal. Um ataque violento dirigido contra êles, e começado sob os melhores auspícios, fracassou devido ao pânico. Uma fortaleza nossa colocada no monte provou de pouca efficácia. Matias de Albuquerque conseguiu apenas transportar para aqui as companhias de emboscada, os ataques permanentes, o cêrco insuperável. O arraial passava agora ao segundo plano: heroísmo sobraria sempre ali; o cabo de Santo Agostinho reclamava a efervescência do general.

Com os auxílios recebidos de fresco, o inimigo dirigiu-se depois para a Paraíba, sob o comando de Sigmundo von Schkoppe ⁽⁴⁹⁾. Governava a praça An-

tônio de Albuquerque, filho do conquistador do Maranhão, que bem mostrou não desmerecera o sangue paterno. Foi-lhe, porém, impossível impedir o desembarque do inimigo a 4 de Dezembro. Os socorros, idos por terra, de Pernambuco, chegaram tarde. Os fortes foram capitulando; véspera de Natal a cidade estava em poder da Companhia. Antônio de Albuquerque ainda tentou fundar um arraial à semelhança do de Bon-Jesus; não encontrou companheiros; os que não se quiseram sujeitar ao domínio estrangeiro emigraram com êle para Pernambuco, e foram batalhar com Matias.

No fim de cinco anos o invasor mandava desde o Rio Grande até o Recife; agora resistiam-lhe apenas o arraial e o forte de Nazaré, no cabo de S. Agostinho. Arciszewski ⁽⁵⁰⁾ desde Paraíba marchou por terra a apertar o cêrco do arraial; Sigismundo von Schkoppe seguiu do Recife para Guararapes a apertar o cêrco de Nazaré. Matias de Albuquerque, deixando-o entregue a soldados de confiança, transferiu-se a Serinhaém, para de lá organizar e mandar os socorros. Por terra, por mar, em caravelas, em jangadas, pelos caminhos mais desícos socorreu os companheiros enquanto pôde; mas a resistência tem limites. “Afinal faltou o que tudo rende, que é o sustento, e não já de rocins, que isto seria regalo, mas de couros, cachorros e gatos e ratos”, escreve Duarte de Albuquerque. “E quando disto houvesse o necessário, já não havia pólvora nem outra munição. Não é de admirar, pois, que se perdesse, não por certo; o admirável é que em tal estado o sustentasse o governador André Marin com seus capitais três meses e três dias”. À rendição do arraial em 3 de Junho seguiu-se a do forte de Na-

zaré a 2 de Julho de 635. “Al salir nuestra gente cayeron algunos soldados muertos de que parece los sustentava vivos el no moverse”.

Bagnoli tinha-se retirado antes para Alagoas, e Matias de Albuquerque foi reunir-se a êle com duzentos soldados de linha, menos de cem de emboscada, e alguns índios. A 3 abalou de Serinhaém êste éxodo dos que não desesperavam.

“Iam sessenta índios com seus capitães Antônio Cardoso e João de Abncida, ambos bem valentes, descobrindo adiante os caninbos e bosques, por serem nisto tão práticos, como quem havia nascido nêles. Seguiam-nos os capitães D. Fernando de la Riba Agüero, Afonso de Albuquerque, D. Pedro Taveira Souto Mayor, Francisco Rabelo, Luiz de Magalhães, Leonardo de Albuquerque.

“Logo succediam os moradores que se iam retirando, e levavam duzentos carros. Atrás dêstes os capitães Martim Ferreira, João de Magalhães, D. Pedro Marinho, Manuel de Sousa e Abreu, Rodrigo Fernandes, D. Gaspar de Valcáçar e Paulo Vernola. Era retaguarda o capitão-mor dos índios Antonio Filipe Camarão, com oitenta dos seus, armados de mosquetes e arcabuzes” ⁽⁵¹⁾. Confiavam-se a índios os postos de maior perigo! Precisam de outra justificativa os esforços de Nóbrega?

O caminho mais praticável passava em Pôrto Calvo, occupado pelo inimigo. Matias de Albuquerque, para facilitar a passagem, teria de atacá-lo; sua resolução tornou-se inflexível quando soube da chegada de Calabar com um reforço de duzentos soldados. Mandou adiante a gente imbele. O combate começou a 12 de Julho e continuou nos dias seguintes. A 19 o

inimigo propôs capitular. Os sitiantes, sem os índios, eram apenas cento e quarenta; o inimigo, além de Picard, chefe holandês, e numerosos oficiais, contava trezentos e sessenta homens. Foram desarmados e logo mandados aos pequenos troços para Alagoas, a fim de não conhecerem a insignificância da força atacante e romperem o pacto à última hora. De todos Matias de Albuquerque reservou para a justiça real o Domingos Fernandes Calabar. No dia 22, "strangulatusque, jugulo defectionem expiavit, et dissectos artus infidelitatis ac miseriae suae testes ad spectaculum reliquit" (82).

Desde muito anunciava-se a chegada de nova e mais forte frota espanhola com socorros. Matias de Albuquerque deixara em diversos pontos do litoral pessoas fiéis incumbidas de darem notícias da terra aos navegantes e fornecerem-lhes indicações sobre o ponto mais conveniente para o desembarque. Devia partir em Março, depois em Maio, só partiu em 7 de Setembro. Reunidos em Cabo Verde os navios espanhóis e portugueses, comandados aquêles por D. Lope de Hoces y Córdoba, êstes por D. Rodrigo Lôbo, decidiram aproar a Pernambuco.

A 26 de Novembro avistaram Oliúda, e logo em frente ao Recife surtas nove naus do inimigo, carregadas de açúcar, pau-brasil, tabaco, algodão e gengibre, de partida para a Holanda, cada uma com cinco ou seis homens apenas a bordo. Resolveu-se atacá-las mas o almirante espanhol, a pretexto de suas naus serem de maior calado, deu contra-ordem. Nem ao menos se deteve um pouco à espera de algum mensageiro de terra.

Sigismundo ante o aparelho bélico julgou-se perdido, mas a viração soprava de Nordeste, as águas corriam para o Sul, e era agradável entregar-se às seduções da corrente. No cabo de S. Agostinho um jangadeiro desfraklando a vela pôde comunicar o recado: deitassem a gente no rio Serinhaém, mandassem um navio buscar Matias de Albuquerque ! As duas armadas entregaram a solução ao vento e às águas; ao anoitecer de 28 ancoravam em Alagoas.

Vinham a bordo Pedro da Silva, nomeado sucessor de Diogo Luís de Oliveira no govêrno geral do Brasil, Luis de Rojas y Borja, sucessor de Matias de Albuquerque. Devia êste recolher-se ao Reino; Duarte de Albuquerque continuaria no govêrno politico da sua capitania; a Diogo Luís de Oliveira comedia-se a reconquista de Curaçau, antes de voltar para o Reino.

Matias informou largamente a Rojas y Borja do estado de cousas. Em summa, a situação não era desesperada; urgia desandar o caminho percorrido, voltar para o Norte, inquietar, expulsar o inimigo. Callaram êstes conselhos: D. Luis pôs-se a caminho de Pernambuco e apossou-se de Porto Calvo, occupado pelo inimigo apenas os nossos prosseguiram para o Sul, depois da execução de Calabar. Têria fôrças para continuar as tradições e estaria à altura do seu heróico antecessor ? Na batalha de Mata Redonda (18 de Janeiro), um musquetaço na perna derrubou-o do cavallo, outro no peito levou-lhe a vida, aos cinqüenta anos de idade. Pelas vias de sucessão assumiu o comando supremo o conde de Bagnoli, velho militar muito difficil de se julgar com justiça. Nossos escritores tratam-no sempre com menosprêzo, co-

brenho de apodos, negam-lhe até a virtude elementar da coragem individual. Constituí uma exceção apenas Duarte de Albuquerque, sempre discreto e circunspecto, mas sente-se que não expõe todo o seu pensamento. De Bagnoli, se alguma linha já foi publicada relativa ao período holandês, anda perdida em alguma coleção escura: não sabemos como se defenderia dos acusadores. Em todo caso uma honra lhe cabe: nunca desesperou.

Bagnoli assinalou seu comando pelo emprêgo de companhistas, aventureiros destemidos, que iam até as barbas do inimigo, aprisionando, degolando gente, jarreteando gado, se não podiam conduzi-lo, queimando os canaviaes, os açúcares, o pau-brasil, os engenhos. Alguns avançaram até as fronteiras da Paraíba. Era sempre o pensamento de Matias de Albuquerque: a conquista nunca seria fato consumado. Algum tempo Bagnoli pensou em mover-se para o Norte e fortificou ligeiramente o passo do rio Una, seis léguas ao Sul de Serinhaém. Talvez contribuisse a animá-lo nesta iniciativa tão estranha à sua maneira habitual a presença de Duarte de Albuquerque. Com êste avanço os holandeses abandonaram Paripuera e Barra Grande.

Tomado o arraial de Bom-Jesus, occupada a fortaleza de Nazaré, a Companhia das Índias Ocidentais achou a occasião própria para nomear um governador geral, como lhe permitia seu regimento.

Escolheu João Mauricio, conde de Nassau-Siegen, membro da família de Orange, e confiou-lhe interinamente o cargo por cinco anos. A 27 de Janeiro de 637 aportou Nassau a Pernambuco ⁽⁶³⁾, onde deveria permanecer um octênio. Em sua companhia ott logo de-

pois vieram consideráveis reforços. Tratou sem demora de retomar Pôrto Calvo. Do Recife partiram ao mesmo tempo trinta navios com dois mil infantes mandados por Arciszewski, que a 12 de Fevereiro fundearam em Barra Grande, e o próprio Nassau com Sigismundo, levando três mil soldados e quinhentos índios, que incólumes passaram o rio Una, já desguarnecido por Bagnoli.

Reunidos apresentaram-se a 17 diante do povoado; a 18 travaram um combate de que a nossa gente não saiu com o melhor partido; a 20 subiram lanchas pelo rio das Pedras, conduzindo artilharia e material; com o canhoneio, respondido sempre galbardamente, baquearam os parapeitos do forte de Pôrto Calvo, misturando terra nos mantimentos; a 5 de Março a falta de viveres obrigou Miguel Giberton, comandante da praça, a render-se.

Na noite de 18 de Fevereiro, depois de mandar Alonso Ximénez com parte da força pelo caminho da praia, escoltando a gente que se queria retirar para Alagoas, Bagnoli tomou o mesmo destino pelo interior. A 25 chegava à vila de Madalena, onde não julgou prudente demorar. A 10 de Março continuou a marcha e a 17 chegava à vila de S. Francisco, recentemente erigida pelo donatário na margem esquerda do rio, a meia distância entre a barra e a região encachoeirada. Duarte de Albuquerque aconselhou-lhe fortificar-se no rio Piaguá, para resistir ao inimigo, caso avançasse por terra; tão pouca atenção prestou a este como antes ao conselho de fortificar eficazmente o passo do Una. Em ambos os casos o inimigo não deparou ⁽⁶⁾ tropeços.

A 18 Bagnoli fêz os terços napolitano e castelhano atravessarem o rio para a capitania de Sergipe; a 19 passou parte do terço de Portugal, a 26 passou o resto; a 27 chegaram os holandeses à vila e acharam-na vazia. Com a confusão, muitos dos retirantes ficaram prisioneiros, salvaram-se outros perdendo todos os haveres. No local abandonado por Bagnoli resolveu Nassau construir um forte chamado Maurício: lá existe hoje a cidade de Penedo. Sigismundo foi incumbido da construção e do comando. Nassau voltou para Pernambuco.

A 31 de Março Bagnoli chegou a S. Cristóvão. Por sua ordem diversos companhistas avançaram ⁽⁶⁵⁾ para Alagoas, ora acima, ora abaixo do forte, fazendo suas costumadas façanhas. Trouxeram também a noticia de uma invasão planejada no forte Maurício contra Sergipe, no intento de arrebanhar as numerosas manadas de gado, e vingar-se dos audazes que não deixaram os holandeses sossegados em suas novas conquistas. De fato, a 17 de Novembro Sigismundo chegou a S. Cristóvão, já deserta, a 25 de Dezembro queimou a cidade e retirou-se para o outro lado do rio.

A 14 de Novembro, sabendo da entrada do inimigo pelo território sergipano, Bagnoli prosseguiu para a Bahia, com grande pesar e indignação dos emigrados de Paraíba e Pernambuco, que haviam conecgado suas roças; a 24 alcançou ⁽⁶⁶⁾ a Torre de Garcia d'Ávila, onde recebeu ordem do governador geral para se deter. Com alguns companheiros encaminhou-se a 15 de Dezembro para a cidade do Salvador a avistar-se com Pedro da Silva, governador geral do Estado. Recoso de próximo ataque dos holandeses contra a capital do Brasil, vinha lembrar a conveniência de esta-

belecer-se com sua gente na antiga povoação de Pereira, onde poderia com suas forças auxiliar a resistência.

Nem Pedro da Silva, nem o povo acreditaram na iminência de tal perigo, ninguém queria a soldadesca na vizinhança. Concordou-se que permaneceriam na Torre e, contrariado embora, Bagnoli submeteu-se. Em breve, porém, seus companhistas ⁽⁶⁷⁾ trouxeram notícia que Nassau preparava uma expedição destinada a tomar a Bahia e, apesar de pactuado, marchou para Vila-Velha a 14 de Março de 38.

Prisioneiros feitos por Sebastião do Souto, chegados ao acampamento em 8 de Abril, dissiparam as últimas dúvidas. A 16 numa forte armada Nassau entrava de fato pela baía de Todos-os-Santos, com três mil e quatrocentos soldados europeus e mil índios, e desembarcou em Itapagipe.

Nos dias seguintes apossou-se de alguns fortes, construiu trincheiras e baluartes, despejou artilharia contra partes da cidade. A continuação correspondeu mal a tão brilhante estréia: as tropas de Bagnoli e a guarnição, deixadas de parte rivalidades mesquinhas, bateram-se com entusiasmo; a população, a princípio tumultuária e desconfiada, acreditou por fim na bravura e capacidade dos defensores; embarcações veleiras traziam sem cessar farinha de Camamu; entrou abundante gado de Itapicuru e do Real; emboscadas repetidas faziam prisioneiros pelos quais se ficava a par de todos os passos do inimigo; realizaram-se sortidas felizes. Na noite de 25 para 26 de Maio Maurício de Nassau encerrou as seis semanas de carnificina, embarcando furtivamente para o Re-

cife, não com tanta festa como se prometia, nem com tanto contentamento como desejava.

A vitória foi conhecida na península quando se preparava uma forte armada restauradora, composta de trinta e três navios, comandada por D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre. Partiu de Lisboa a 7 de Setembro; depois de danosa demora no pestilencioso clima do Cabo Verde, passou à vista de Recife em 23 de Janeiro de 39, sem, tão pouco como as duas que a precederam, ousar atacá-lo, e seguiu para a Bahia. Nassau aproveitou o aviso, e no prazo de quase um ano pelo almirante português proporcionado, melhorou as fortificações, organizou um serviço de informações rápidas e aparelhou uma esquadra.

Só a 19 de Novembro a armada restauradora partiu da Bahia em demanda do Norte, já então elevada a oitenta e seis embarcações com onze a doze mil homens. A situação de Nassau era aproximadamente a de Matias de Albuquerque dez anos antes, com a grande vantagem de possuir a força naval que faltava àquela.

O conde da Torre poderia desembarcar nas proximidades de Santo Agostinho ou Srinhaém; preferiu abordar o Pau-Amarelo. Não lho permitiu a vigilância do inimigo. Apareceu depois a armada holandesa; entre a ponta de Pedras, o ponto mais oriental do continente americano ⁽⁶⁸⁾, e Canhaú, na costa do Rio Grande, renhiram-se combates a 12, 13, 14 e 17 de Janeiro de 40. Apenas cerca de mil soldados nossos lograram tomar terra na ponta do Touro, donde Luiz Barbalho, por entre inimigos e pelo sertão, novo Xenofonte, levou-os heróicamente à Bahia. Já o precedera por via marítima com os destroços que

pôde salvar o conde da Torre, acompanhado do velho Bagnoli, que não tardou a falecer. O resto da esquadra dispersara-se em várias direções.

Os flamengos sofreram grandes perdas; alguns de seus oficiais portaram-se covardemente e foram executados; mas a vitória coube às suas armas e sua posição consolidou-a mais do que nunca.

Podemos deixar em silêncio vários feitos navais dos holandeses e numerosas incursões dos companhistas ocorridos em seguida; outro sucesso reclama de preferência a atenção. A 1 de Dezembro de 640 Portugal declarou-se independente da Espanha, aclamou rei o duque de Bragança, tratou pactos de amizade com os adversários da monarquia espanhola. A 12 de Junho de 41 concluiu com a Holanda um tratado de aliança ofensiva e defensiva na Europa, e nas colónias uma trégua de dez anos, que devia vigorar para os domínios da Companhia das Índias Orientais um ano depois da ratificação do tratado, e nos da Companhia das Índias Ocidentais apenas a noticia de haver sido ratificado fôsse transmitida oficialmente. Esta cláusula pouco lisa deve ter sido lembrada pelos portugueses, na esperança de melhorarem a situação durante o interstício; de outro modo não se explica terem demorado a ratificação até 18 de Novembro. Em Fevereiro de 42 os Estados Gerais ordenaram às duas companhias cumprissem fielmente o pactuado.

Governava na Bahia, como primeiro vice-rei do Brasil, D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, quando chegou a noticia dos sucessos de Portugal. Suas medidas preventivas ⁽⁹⁹⁾ inutilizaram a pequena guarnição espanhola; todos os magnatas aderiram à independência de Portugal e à aclamação do

Bragança, e o resto do país acompanhou-os, mesmo a capitania de S. Vicente, onde havia muitas famílias de estirpe castelhana.

O vice-rei comunicou a novidade a Maurício de Nassau, que a recebeu contente e celebrou-a com festas. O inimigo tradicional era o espanhol; tudo de contrário a êste resultava em proveito das Províncias Unidas. As relações melhoraram ainda com a notícia do tratado de 12 de Junho; como, porém, a ratificação se demorasse, Maurício ampliou os domínios da Companhia no Maranhão e na África.

Os últimos anos do seu govêrno cabem em poucas palavras. Da obra do administrador nada sobrevive; seus palácios e jardins consumiram-se na voragem de fogo e sangue dos anos seguintes; suas coleções artísticas enriqueceram vários estabelecimentos da Europa e estão estudando-as os americanistas; os livros de Barlaeus, Piso, Markgraf, devidos a seu mecenato, atingiram uma altura a que nenhuma obra portugueza ou brasileira se pode comparar, nos tempos coloniais; parece mesmo terem sido pouco lidos no Brasil apesar de escritos em latim, a língua universal da época, tão insignificantes vestígios encontramos dêles.

A cidade Mauricéia não guardou seu nome, mas prosperou e conserva sua memória. Com o título de desforra, legado, vingança ou coisa semelhante, de Maurício de Nassau, poderia um amante de fantasias históricas interpretar a guerra dos Mascates adiante narrada, e não precisaria de esforço maior do que o empregado para transformar Domingos Fernandes Calabar em patriota e vidente. A origem principesca de Maurício lisonjeou os colonos e tornou-lhes mais repugnantes os outros governadores, simples burgue-

ses, meros dependentes da Companhia. Ele próprio preveniu disto os sucessores, ao entregar-lhes o mando.

Frei Mantel Calado, que o conheceu e frequentou, apresenta-o como fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas nem sempre do gosto mais delicado, admirador das belezas tropicais, isento da preocupação de voltar a terras mais civilizadas. Em limpeza de mãos ficou infinitamente abaixo de Matias de Albuquerque: está provado o seu conluio em contrabandos com Gaspar Dias Ferreira, que, como era natural, logrou-o no ajuste das contas, feito em Holanda quando o príncipe já não governava.

À partida de Maurício de Nassau, em Maio de 1644, seguem-se dez anos profundamente agitados.

Dos emigrados com Matias de Albuquerque alguns tinham voltado para as antigas propriedades e procuravam reconstituir sua antiga abastança. O regime holandês era duro, as extorsões contínuas; mesmo se Nassau fôsse o justiceiro, em que pretendem transfigurá-lo, não tinha braço bastante longo e bastante forte para amparar tôdas as vítimas.

Os invasores desarmaram a população rural, preferindo deixá-la entregue às devastações inclementes de companhistas a ter de se preocupar algum dia com qualquer tentativa de insurreição.

Como poderia reagir ?

O foco do irredentismo, entretanto, lavrava na Bahia.

Norteiros emigrados e reduzidos à miséria, baianos, cujos engenhos devastaram tantas vèzes as expedições marítimas dos flamengos, alimentavam pro-

fundu rancor contra os seus malféitores; padres e frades espoliados e expulsos irritavam a consciência religiosa. O sucessor de Montalvão, Antônio Teles da Silva, tão abrasado católico que quis fundar e dotar à sua custa um Santo Officio para o Brasil, a exemplo de Goa onde estivera, não podia suportar herejes na vizinhança.

Ainda no tempo de Nassau a religião católica gozava de tolerância embora limitada e instável. Com sua partida, protestantes e judeus ultrajavam a toda hora as crenças da população indígena. Por isso o primeiro título assumido pelos chefes dos insurgentes foi o de governadores da liberdade divina: em linguagem moderna tanto valeria dizer da liberdade de consciência.

Da Bahia devia partir a iniciativa contra o flamengo, pois só de lá podiam sair o armamento, os officiais, a gente de guerra, em torno da qual se adensassem os pernambucanos bisonhos; precisava-se, entretanto, de um chefe em Pernambuco, para o esforço não ficar perdido nos primórdios.

Um só homem havia ali capaz de assumir esta responsabilidade, se quisesse: João Fernandes Vieira. Natural da ilha da Madeira, passara aos onze anos para aquela capitania, batera-se ao lado de Matias de Albuquerque, e foi um dos prisioneiros do arraial de Bom-Jesus, em Junho de 635. Preferiu ficar com os holandeses, depois da rendição, e a sorte protegeu-o. Adquiriu a maior fortuna da terra. Os compatriotas respeitavam-no, e elle os ajudava e protegia liberal e generosamente. Conciliou igualmente as graças dos invasores. Por que artes explica-o no seu testamento: "Também me são devedores [os flamengos]

de mais de cem mil cruzados, que no decurso de oito ou nove anos lhes dei por remir minha vexação e por segurar a vida de suas tiranias, de peitas e dádivas a todos os governadores e seus ministros e com grandiosos banquetes que ordinariamente lhes dava pelos trazer contentes” (60).

À primeira vista ninguém menos próprio para o papel de herói e libertador. Entretanto Vidal de Negreiros, paraibano que começou a se distinguir com Matias de Albuquerque, e oficial da guarnição da Bahia, sondou o espirito de Vieira e achou-o disposto à empresa. Notou, porém, a falta de munições, de armamento, de gente entendida em guerra para o levante não degenerar em manifestação estéril; para suprir tôdas estas faltas precisava-se de tempo e de socorros estranhos. De fato foi-se fazendo tudo com as maiores precauções possíveis. Apesar de tôdas as cautelas, os holandeses tiveram noticias vagas dos preparativos, admira, até, que as tivessem tão tarde, quando o segredo andava por tantas bôcas, e mandaram duas embaixadas a Antônio Teles, queixando-se dos baianos que fomentavam a revolução nas possessões dos recém-aliados.

Um dos embaixadores, D. von Hoogstraten, comprometeu-se a trair os patrões, entregando o forte de Nazaré de seu comando quando lhe fôsse exigido.

Por ocasião da segunda embaixada, Camarão e seus índios, Henrique Dias e seus negros, de acôrdo com o governador da Bahia, a convite de Vieira tinham passado para o lado de Pernambuco. Peguem-nos e castiguem-nos como merecem, intimava Antônio Teles aos agentes da Companhia das Índias Ocidentais, desde que não pôde mais negar a sua ausên-

cia. E quando a gente de Vieira começou a se agitar, mandou embarcados dois terços da força paga sob o mando do velho Martin Soares Moreno e do ardente Vidal de Negreiros, a pretexto de conterem os rebeldes. Os dois mestres de campo a 28 de Julho de 45 desembarcaram próximo de Serinhaém; logo a 4 de Agosto rendeu-se-lhes o forte holandês ali situado; a 3 de Setembro Hoogstraten entregou-lhes o forte de Pontal, como tratara.

Para se ajuizar da importância deste ponto basta lembrar que Matias de Albuquerque nunca mais assistiu no arraial de Bom Jesus depois de tomado o Pontal. Assim a restauração começava por onde findara a conquista. O êxito dos terços balanços seria maior se o flamengo não destruisse a esquadrilla de Serrão de Paiva em que tinham vindo até Serinhaém e se Salvador Correia colaborasse com sua armada, como lhe foi mandado, para fechar o ataque do Recife por terra e por mar.

Desde Junho, antes de chegado o reforço da Bahia, a insurreição rebentara em Pernambuco. Com pouca gente, sem armamentos, sem munição, Vieira devia empenhar-se sobretudo em não se encontrar com o inimigo. Isto conseguiu graças às medidas cautelosas anteriormente tomadas, ao requintado serviço de espionagem, apoiado no conhecimento das localidades. Só a 3 de Agosto houve o primeiro combate no monte das Tabocas, e a vitória ficou de nosso lado. Aos que censuram as hesitações de Vieira, suas delongas à espera de Camarão e Henrique Dias, sua insistência por socorros da Bahia, basta lembrar um fato: na batalha das Tabocas muita gente combateu ainda de pau tostado e foice por falta de espingarda.

Uma das vantagens da vitória foi proporcionar armas de fogo e munições tiradas aos inimigos mortos. A tomada da Casa-Forte em 16 de Agosto propagou o incêndio. Com a rendição de Serinhaém e do Pontal a Martin Soares e André Vidal, insurgiu-se o Sul até o rio de S. Francisco e a situação voltou ao que era em começos de 35. As fôrças baianás, mandadas a pretexto de pacificá-los, reuniam-se sem reboço aos insurgentes.

Formou-se logo um arraial à margem direita do Capibaribe, e deram-lhe o nome de arraial Novo do Bom Jesus. Daqui partiram ataques incessantes contra a gente do Recife. Uma fortaleza no continente, a fôrça do Asseca, sobretudo, causava-lhe grandes estragos. Lembrou-se Sigismundo de repetir a tática pela qual isolara o antigo arraial do forte de Nazaré e obrigara os dois a se renderem. Desta vez o plano mangrou: a batalha dos Guararapes (19 de Abril de 48) terminou em derrota completa dos invasores, que deixaram o campo juncado de mortos e despojos. Uma compensação tiveram valiosa: a devastadora fôrça de Asseca passou para seu poder e em seu poder persistiu até o fim da guerra.

Poucos dias antes da batalha dos Guararapes assumira o comando supremo dos pernambucanos o general Francisco Barreto de Menezes, mandado do Reino a êste fim. O estado em que achou as cousas descreve assim um historiador dêstes feitos, arauto enfático de Vieira: "Sem armas e soldados venceu [Vicira] o inimigo que o buscava com soldados e armas na battalia das Tabocas. Depois unido com o mestre de campo André Vidal de Negreiros ganharam a vitória ao flamengo no engenho de D. Ana Pais, e

nove fortalezas, com outros redutos e casas fortes; perto de oitenta peças de artilharia de diversos calibres, a maior parte de bronze; armas, munições e pertrechos de guerra em tanta quantidade quanta bastou para sustentar a guerra viva em cinco anos contínuos" (61).

A primeira seguiu-se a segunda batalha dos Guararapes, em 19 de Fevereiro de 49, com o mesmo resultado contrário aos flamengos. Depois dela não houve mais combates notáveis por terra nem por mar. A Companhia estava exausta, apesar dos largos subsídios dados pelos Estados Gerais. Dentro em pouco estes não puderam mais auxiliá-la, envolvidos em guerra contra a Inglaterra. Em compensação Portugal organizara uma companhia de comércio que appareceu na costa pernambucana por Dezembro de 53. Os patriotas puseram-se de acôrdo com ela, como outrora a gente da Bahia com a armada de D. Fadrique de Toledo; o almirante português desembarcou no rio Tapado, o primeiro ponto em que Weerdenburgh tentara o desembarque, e em Olinda combinou com os chefes pernambucanos a marcha a seguir.

Um a um foram caindo os fortes holandeses; a 26 de Janeiro de 54 assinava-se a capitulação da Taborda, e terminava esta guerra, levada quase sem interrupções durante trinta anos (62).

O desfecho fôra previsto e publicado anos antes por Pierre Moreau, natural de Charolais, na Borgonha, que passara algum tempo entre os holandeses, em Pernambuco. Suas palavras patenteiam algumas das mais profundas causas do insucesso final da Companhia das Índias Ocidentais.

“Não há aparência”, publicava em 1651, “de que os holandeses possam nunca se restabelecer e restaurar no Brasil como eram antes, mesmo se sua frota derrotasse a dos portugueses; mesmo se lhes enviassem outro socorro semelhante ao último, apenas perderiam homens e esgotariam seus tesouros, sem nada adiantar; porque o território que lhes resta desde o Ceará até a cidade de Olinda está inteiramente perdido e sem habitantes, as casas, povoados, aldeias ou vilas, as próprias fruteiras queimadas e arruinadas, portanto seu estado inútil e sem proveito; e embora sejam senhores das fortalezas do Rio Grande e Paraíba, as únicas que resistem com o Recife, para pouco prestam e delas não podem tirar socorros; os que se animam a reconstruir tijupás para cultivar a terra ou se aventuram a alguma distância são surpreendidos e mortos quando menos pensam pelos corsos ordinários dos portugueses, dos Tapuias e dos brasis bravos (*desumís*) que não têm dó de ninguém.

“Os portugueses têm bloqueado o Recife, por terra, de todos os lados, por meio da cidade de Olinda, do cabo de S. Agostinho, das fortalezas construídas em redor; são absolutos por toda a campanha fértil e abundante, e de todas as praças fortes, portos, abras e passagens desde o Recife até a outra extremidade do Brasil além do Rio de Janeiro. Todo o país que possuem é muito bem povoado, com gente de guerra numerosa, sabem subsistir e vivem do que a terra produz com abundância, dispensam facilmente as produções da Europa, coisa impossível aos holandeses, que aliás têm apenas soldados arrebanhados de diversas nações, comprados antes que escolhidos, de cuja fidelidade não podem estar seguros, impróprios aos cos-

tunes e ao ar estranho do país, ignorantes dos desvios e das emboscadas dos lugares. Ao passo que os portugueses em sua maioria ali nasceram, dêle são originários desde a quarta geração, são robustos, um mesmo povo, dos mesmos costumes e complexões, que se sustentam entre si, não deixam de valorizar e tirar proveito da terra, sabem-lhe até os mínimos recantos, e basta-lhes esperarem os inimigos nas passagens para derrotá-los” (82).

Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo (82a). Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, masombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamalucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina.

Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos.

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis. Nesta convicção os confirmaram os testemunhos do reconhecimento oficial, os encarecimentos dos historiadores, como Manuel Calado e Rafael de Jesus, cujas obras foram logo publicadas, Diogo Lopes de Santiago, inédito até nossos dias, os sobreviventes das lutas, os herdeiros das tradições ligeiramente alteradas com o tempo (84). Um documento de 1703 resume tais sentimentos nos seguintes termos:

“Entre tôdas as nações do orbe são os portugueses os que se têm empenhado nas empresas mais

árduas e conseguido os maiores triunfos, tendo pelo mais heróico brasão a fidelidade e intimo afeto com que não só venceram mas adoram aos seus Príncipes naturais; e sendo isto assim parece que em Pernambuco se souberam sinalar com maior ventaje, pois quando mais oprimidos, mais sujeitos e mais desamparados, sem favor e sem humana ajuda, desprezando aquêlê trato que a continuação de tantos anos pudera por familiar ter facilitado, e mais sabendo grangear os ânios com liberal mão os holandeses, desprezando tudo com soberano impulso, intentaram e conseguiram a mais illustre ação e digna de immortal fama, não só porque com invicto sofrimento suportaram o duro pêso de tóda a guerra, até se extinguir de todo a hostilidade, mas ostentando-se ainda mais generosos, nem um privilégio procuraram impetrar por serviço tão relevante, havendo despendido por conseguí-lo todos os seus bens e ficando pobres; e assim sem mais prêmio que o interêsse do glorioso nome de leais vassallos, fidelísimos ao seu rei e amantísimos de sua pátria, recuperada e isenta de alheio domínio lha restituíram como usurpada, sendo uma tão nobre parte da sua real coroa, a custa do caro preço de tantas vidas e de tanto sangue vertido, recuperando, o que é o mais, o culto ao sagrado que tão profanamente viram da heresia infestado tantos anos.”

Passado o primeiro momento de entusiasmo, os reinóis quizeram reassumir a sua attitude de superioridade e proteção. Data daí a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos e portugueses.

IX

O SERTÃO

A invasão flamenga constitui mero episódio da occupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeitos o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o ténue fio litorâneo.

* * *

Podemos começar pela capitania de São Vicente. O estabelecimento de Piratininga, desde a era de 530, na borda do campo, significa uma vitória ganha sem combate sobre a mata, que reclamoir alhures o esforço de várias gerações. Dêste avanço procede o desenvolvimento peculiar de São Paulo.

O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. Transpunha-se uma garganta fácil e encontrava-se o Paraíba, encaixado entre a serra do Mar e a da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte. Para o Sul estendiam-se vastos descampados, interrompidos por capões e até manchas de florestas, consideráveis às vêzes, mas incapazes de sustarem o movimento expansivo por sua descontinuidade. A Este apenas uma vereda quase intransitável levava à beira-mar, vereda fácil de obstruir, obs-

truida mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridades da marinha, pois um punhado de homens bastava para arrostar um exército, e abrir novas picadas, domando as asperezas da serra, rompendo as massas de vegetação, arrostando a hostilidade dos habitantes, pediria esforços quase sôbre-humanos.

Sob aquella latitude, naquella altitude, fôra possível uma lavoura semi-europêia, de alguns, senão todos os cereais e frutos da península. Ao contrário o meio agiu como evaporador: os paulistas lançaram-se a bandeirantes.

Bandeiras ⁽⁶⁴⁶⁾ eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados. Abaixo dêle com certa graduação marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente.

Figura obrigada era o capelão. “Meu capelão saiu para fora estando eu para sair para a campanha”, escrevia Domingos Jorge Velho em Novembro de 692, “mandei-o buscar; não quis vir; de necessidade busquei o inimigo; sem êle morreram-me três homens brancos sem confissão, cousa que mais tenho sentido nesta vida; peço-lhe pelo amor de Deus me mande um clérigo em falta de um frade, pois se não pode andar na campanha e sendo com tanto risco de vida sem capelão” ⁽⁶⁶⁾. Montoya fala nestes “lobos vestidos de pieles de ovejás, unos hipócritones, los cuales tienen por officio mientras los demás andan robando y

despojando las iglesias y atando indios, matando y despedazando niños, ellos, mostrando largos rosarios que traen al cuello, lléganse á los padres [jesuítas espanhóis] pidenles confesion... y mientras están hablando de estas cosas van pasando las cuentas del Rosario muy aprisa” (66).

Escravos serviam de carregadores. Compunha-se a carga de pólvora, bala, manchados e outras feramentas, cordas para amarrar os cativos, às vèzes sementes, às vèzes sal e mantimentos. Poucos mantimentos. Costumavam partir de madrugada, pou-savam antes de entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suplementos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos.

Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões. Alguns ficaram tanto tempo no sertão que “volviendo a sus casas hallaron hijos nuevos, de los que teniendolos ya a ellos por muertos, se habian casado con sus mujeres, llevando tambien ellos los hijos que habian engendrado en los montes”, informa-nos Montoya (67). Os jesuítas chamam à gente de S. Paulo

mamalucos, isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata, pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas.

Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira. Nesta monotonia trágica os Caiapós introduziram mais tarde uma novidade: “a de nos cercar de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que impedida a fuga nos abrasemos: este risco evitam já alguns lançando-lhe contrafogo, ou arrancando o capim para que não se lhe comuniquem as suas chamas; outros se untam com mel de pau, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados”.

À parte geográfica das expedições corresponde mais ou menos o seguinte esquema: Os bandeirantes deixando o Tietê alcançaram o Paraíba do Sul pela garganta de São Miguel, desceram-no até Guapacaré, atual Lorena, e dali passaram a Mantiqueira, aproximadamente por onde hoje a transpõe a E. F. Rio e Minas ⁽⁶⁸⁾. Viajando em rumo de Jundiá e Mogi, deixaram à esquerda o salto do Urupungá, chegaram pelo Paranaíba a Goiás. De Sorocaba partia a linha de penetração que levava ao trecho superior dos afluentes orientais do Paraná e do Uruguai. Pelos rios que desembocam entre os saltos do Urubupungá e Guará, transferiram-se da bacia do Paraná para a do Paraguai, chegaram a Cuiabá e a Mato-Grosso.

Com o tempo a linha do Paraíba ligou o planalto do Paraná ao do S. Francisco e do Parnaíba, as de Goiás ⁽⁶⁹⁾ e Mato-Grosso ligaram o planalto amazônico ao rio-mar pelo Madeira, pelo Tapajós e pelo Tocantins.

As bandeiras no século XVI devastaram sobretudo o Tietê, cujos numerosos Tupiniquins depressa desapareceram, e o alto Paraíba, chamado rio dos Surubis em Piratininga, segundo informa Glimmer; com o tempo foram-se alongando os raios do despovoamento e depredação, característico essencial e inseparável das bandeiras.

O movimento paulista para o sertão ocidental chocou-se com o movimento paraguaio à procura do mar: Ciudad Real, no Piqueri, próximo do salto das Sete Quedas, Vila Rica, no Ivaí, datam da segunda metade do século XVI, antes do Brasil cair sob o domínio da Espanha. Com estes colonos a gente de São Paulo cultivou a princípio boas relações; nas caçadas humanas foram às vezes sócios e aliados. Além disso a viagem por terra do Paraguai para a costa fazia-se mais facilmente procurando Piratininga, do que repetindo a incômoda travessia de Cabeza de Vaca. A harmonia entrava assim no interesse de ambas as partes. Só mais tarde houve conflitos e as duas povoações desapareceram.

Por 1610, jesuítas castelhanos partidos de Asunción começaram a missionar na margem oriental do Paraná. Fundaram Loreto e San Ignacio, no Paranapanema, e em compasso acelerado mais onze reduções no Tibagi, no Ivaí, no Corumbataí, no Iguaçú. Transposto o Uruguai, assentaram outras dez entre o Ijuí e o Ibicuí, outras seis nas terras dos Tape, em

diversos tributários da lagoa dos Patos. De San Cristóbal e Jesús María ⁽⁷⁰⁾, no rio Pardo, poucas léguas os separavam agora do mar.

Esta catequese grandiosa não consistia simplesmente em verter as orações da cartilha para a língua geral, fazê-las repetir pela multidão ignara, submetendo-a à observância maquinal do culto externo. “Reduções, escreve um dos jesuitas contemporâneos que mais concorreram para avultarem, chamamos aos povoados dos índios, que vivendo à sua antiga usança, em matos, serras e vales, em escondidos arroios, em três, quatro ou seis casas apenas, separados, uma, duas, três e mais léguas uns de outros, os reduziu a diligência dos padres a povoações grandes e a vida política e humana, a beneficiar algodão com que se vistam, porque comumente viviam em nudez, ainda sem cobrir o que a natureza ocultava” ⁽⁷¹⁾.

Não se imagina presa mais tentadora para caçadores de escravos. Por que aventurar-se a terras desvairadas, entre gente boçal e rara, falando línguas travadas e incompreensíveis, se perto demoravam aldeamentos numerosos, iniciados na arte da paz, afeitos ao jugo da autoridade, doutrinados no *abaneen* ?

Houve alguns salteios contra as reduções desde o seu comêço, mas a energia e o sangue frio dos jesuitas contiveram os arreganhos dos mamalucos, que se retiraram proferindo ameaças. Para pô-las em prática precisavam, porém, da conivência da gente de Asunción. Isto conseguiram em fins de 628, e muito concorreu para assegurá-la Luís Céspedes Xeria, governador do Paraguai, casado em família fluminense, senhor de engenho no Rio. Fêz por terra

a viagem para seu governo; estêve em Loreto do Pirapó e Santo Ignacio de Ipãumbuçu, admirou as igrejas, "hermosísimas iglesias, que no las he visto mejores en las Indias que he corrido del Perú y Chile", e fêz sinal aos bandeirantes para avançarem ⁽⁷²⁾.

A primeira das reduções invadidas, a de S. Antônio, demorava na margem direita do Ivaí; invadiram depois San Miguel, Jesús María, San Pablo, San Francisco Xavier, no Tibagi; as outras, ainda mais depressa do que as agremiara uma inspiração ideal, foram sucessivamente destruídas pela fúria devastadora. Restavam apenas as de Loreto e San Ignacio, no Paranapanema; os jesuítas resolveram transplantá-las para abaixo do salto das Sete Quedas, entre o Paraná e o Uruguai, doloroso êxodo cuja narrativa ainda hoje penaliza. Depois de devastadas as missões de Guairá, os mamalucos passaram às do Uruguai e dos Tape.

A entrada em Jesús María, no rio Pardo, já em águas da lagoa dos Patos, qual a descreve Montoya, dará idéia resumida dos processos empregados nestas expedições ⁽⁷³⁾.

No dia de São Francisco Xavier (3 de Dezembro de 637), estando celebrando a festa com missa e sermão, cento e quarenta paulistas com cento e cinquenta tupis, todos muito bem armados de escopetas, vestidos de escupis, que são ao modo de dalmáticas estofadas de algodão, com que vestido o soldado de pés à cabeça peleja seguro das setas, a som de caixa, bandeira tendida e ordem militar, entraram pelo povoado, e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes. Pelejaram seis horas, desde as oito da manhã até as duas da tarde.

Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriram um postigo e saindo por êle a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros.

Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas ?

Apenas vagamente se conhece o caminho seguido nas bandeiras contra Guairá, Uruguai e Tape. Certamente Sorocaba, último povoado, representava papel importante. Em canoas ou balsas feitas no planalto desciam os rios, e uma ou outra que garrava servia de aviso do perigo iminente às reduções; eram, pois, viagens mistas. À volta, as jornadas deviam ser inteiramente por terra; de outro modo não poderiam trazer as chusmas de prisioneiros de coleira, amarrados uns aos outros.

Que destino davam a esta gente ? Diz-nos Montoya que eram empregados em transportar nas costas para a marinha carne de vaca e porco; naturalmente carregariam sal na volta; outros passavam para o Rio, onde havia interessados nestas piratarías; outros finalmente juntavam-se nas fazendas dos administradores. Em campanha "las mujeres que en este, y otros pueblos (que destruyeron) de buen parecer,

casadas, solteras o gentiles, el dueño las encerraba consigo en un aposento, con quien pasaba las noches al modo que un cabron en un curral de cabras" (74).

O número considerável dos escravizados nas reduções jesuíticas manifesta-se na frequência de Carijós, posteriormente encontrados nos lugares mais distantes de sua primitiva assistência: Carijós chamavam em São Paulo aos Guaranis. Estes índios, devidamente amestrados, serviam também para as conquistas de outros; eram o grosso das forças dos bandeirantes, cujo papel se limitava ao de oficiais.

Os sucessos dos Tape provaram mais uma vez não haver remédio em Asunción, Rio ou Bahia. Os missionários esperavam ser mais felizes no além-mar e embarcaram Antonio Ruiz de Montoya para Madrid, Francisco Dias Taño para Roma. Conseguiu este bulas e censuras fulminantes (75), trouxe aquêle as ordens mais precisas e encarecidas para as autoridades coloniais. Tudo perdido. Conhecidas as letras pontifícias no Rio, alborotou-se a população, e a bula ficou suspensa. A irritação propagou-se pela marinha e intensificou-se em serra acima. Defendidos por seu caminho inexpugnável, os paulistas expulsaram os jesuítas que só voltaram anos depois, à força de negociações e concessões. Implantou-se, portanto, o sistema seguido nas terras espanholas de encomendas ou administração dos índios; algumas encomendas por testamento couberam finalmente à Companhia de Jesus. Imagina-se mal neste figurino oportunista a consciência heróica de Manuel da Nóbrega.

Montoya conseguiu licença para aparelhar os índios com armas de fogo e adestrá-los na arte militar. Em breve os bandeirantes perderam a superioridade: derrotados, procuraram conquistas mais fá-

ceis, na serra de Maracaju, no alto Paraguai, entre os Chiquitos, e por fim entre o gentio de corso, de lingua travada. Esta caçada não rendia tanto, as bandeiras foram perdendo parte dos primeiros atrativos e decaíram. Das reduções destruídas nunca mais se estabeleceram as de Guairá e dos Tape; no Uruguai foram novamente fundados sete povos, mais tarde incorporados ao Brasil, como veremos.

Melhores serviços prestaram os paulistas na Bahia e ao Norte do rio S. Francisco. Em tórno do Paraguaçu reuniram-se tribos ousadas e valentes, aparentadas aos Aimorés convertidos no princípio do século, que invadiram o distrito de Capanema, trucidaram os moradores e vaqueiros do Aporá, e avançaram até Itaporocas. Pouco fizeram expedições baianas mandadas contra êles, e houve a idéia de chamar gente de São Paulo. Acudindo ao convite Domingos Barbosa Calheiros embarcou em Santos; na Bahia se dirigiu para Jacobinas, mas deixou-se iludir por Paiaias domesticados, e nada fez de útil. Acompanhando-o na jornada mais de duzentos homens brancos, raros tornaram do sertão.

Com este malôgro não admira se repetissem as incursões de Tapuias, a ponto de a 4 de Março de 1669 ser-lhes declarada guerra e outra vez convidados paulistas para fazê-la. Em Agôsto de 71 chegou a gente embarcada, com cuja condução a câmara do Salvador despendeu mais de dez contos de réis. Eram dois os chefes principais, Brás Rodrigues de Arzão e Estêvão Ribeiro Baião Parente. Fizeram de Cachoeira base das operações que duraram anos. Brás Rodrigues retirou-se depois de tomar, na margem esquerda do Paraguaçu, a aldeia do Camisão. Estêvão Ribeiro

guerreu sobretudo na margem direita, onde conquistou a aldeia de Massacará. Em paga dos serviços foi-lhe dado o senhorio de uma vila chamada de João Amaro, nome de seu filho. A vila, depois de vendida com as suas terras a um ricoço da Bahia, extinguiu-se; o epônimo ainda é lembrado nos cattingais baianos.

A estas expedições marítimas sucederam outras por via terrestre. Talvez a mais antiga fôsse a de Domingos de Freitas de Azevedo, de quem apenas consta haver sido derrotado no rio S. Francisco. Facilitaram estas entradas a abundância de matas no trecho superior do rio, as suas condições de navegabilidade dentro do planalto, o emprêgo de canoas. Paulistas houve que fizeram canoas e desceram para vendê-las próximo do trecho encachoeirado, onde a escassez da vegetação tornava preciosa a mercadoria. Das expedições feitas pelo interior conhecemos as de Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, Moraes Navarro, todos empregados em combater os Paiaçus, Janduís, Icós, nas ribeiras do Açu e do Jaguaribe. Domingos Jorge auxiliou a debelação dos Palmares, mocambo de negros localizado nos sertões de Pernambuco e Alagoas, que já existia antes da invasão flamenga e zombara de numerosas e repetidas tropas contra elle mandadas. Ficou assim livre todo o território entre as matas do cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo.

Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornaram mais a S. Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas

sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do S. Francisco havia mais de cem famílias paulistas, entregues à criação de gado.

Conhecemos mal, para ajuizar dela, a vida levada em São Paulo pelos bandeirantes recolhidos aos lares, pela gente rica e poderosa. O seguinte trecho de Pedro Taques só em parte supre a lacuna, pois refere-se a época posterior às minas, o que altera em muito a situação:

“Na casa de Guilherme Pompeu de Almeida, celebrava-se anualmente a festa a 8 de Dezembro com um oitavário de festa de missas cantadas, sacramento exposto e sermão a vários santos de sua especial devoção e se concluía o oitavário com um aniversário pelas almas do purgatório, com officio de nove lições, missa cantada e sermão para excitar a devoção dos fiéis ouvintes. De São Paulo concorria a maior parte da nobreza com os religiosos de maior autoridade das quatro comunidades, Companhia de Jesus, Carmo, São Bento e São Francisco, e os clérigos de maior graduação. Era a casa do Dr. Guilherme Pompeu naqueles dias uma populosa vila ou cõrte pela assistência e concurso dos hóspedes. Para a grandeza do tratamento da casa dèste herói paulista, basta saber-se que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado próprio, lençóis finos de bretanha, guardanapos de rendas, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir-se nada emprestado. Tinha, na entrada de sua fazenda da Araçariguama, um pórtico, do qual até as casas mediava um plano de 500 passos, todo murado, cujo terreno servia de pátio à igreja ou capela da Conceição.

“Neste portão ficavam todos os criados dos hóspedes, que ali se apeavam, largando esporas e outros trastes com que vinham de cavallo, e tudo ficava entregue a criados, escravos, que para este politico ministério os tinha bem disciplinados.

“Entrava o hóspede, ou fôsse um, ou muitos em número, e nunca mais nos dias que se demoravam, ainda que fôsem de uma semana ou de um mês, não tinha nenhum dos hóspedes notícia alguma dos seus escravos, cavalos e trastes. Quando porém qualquer dos hóspedes se despedia, ou fôsse um, quinze ou muitos ao mesmo tempo, chegando ao portão cada um achava o seu cavallo com os mesmos jaezes, em que tinha vindo montado, as mesmas esporas, e os seus trastes todos, sem que a multidão da gente produzisse a menor confusão na advertência daqueles criados, que para isto estavam destinados. Os cavalos recolhiam-se ás cavalariças, onde tinham todo o bom penso de herva e milho, que é o que se dá diâriamente no Brasil aos cavalos, principalmente na capitania de São Paulo... Esta advertência era uma das ações de que os hóspedes se aturdiam, por observarem que nunca jamais, entre multidão de várias pessoas que diâriamente concorriam a visitar e obsequiar dias e dias ao Dr. Guilherme Pompeu de Almeida, se experimentava a menor falta, nem ainda uma só troca de trastes a trastes. Foi tão profusa a mesa do Dr. Guilherme Pompeu, que nela as iguarias de várias viandas se praticava com tal advertência, que se acabada a mesa, passadas algumas horas, chegassem hóspedes não houvesse para banqueteá-los a menor falta.

“Por esta razão estava a ucharia sempre pronta. A abundância de trigo nesta casa foi tanta que todos os dias se fazia pão, de sorte que para o seguinte já não servia o que tinha sobrado do antecedente; o vinho era primoroso de uma grande vinha que com acerto se cultivava e suposto o consumo era sem miséria, sempre o vinho sobrava de ano a ano” .

A vida do povo comum dizia mal com estes esplendores: a cangica, alimento da maioria da população, dispensava sal, porque este ingrediente não chegava para todos.

Os paulistas não se limitaram a passar de bandeirantes a conquistadores. Houve sempre alguma mineração em Iguape e Paranaguá: em maior número ainda, entregaram-se a pesquisas minerais a partir da era de 670, depois que o monarca português apelou para seus brios. Antes da grande dispersão provocada pelos descobertos auríferos, a população agrupava-se nas margens do Tietê e nas do Paraíba. Na ribeira do Tietê, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itu, Sorocaba; na do Paraíba, Jacaricé, Taubaté, Guaratinguetá precedem os descobertos. A maior densidade provavelmente notava-se no Paraíba, cujo vale estreitado à direita pela serra do Mar, à esquerda pela da Mantiqueira, produzia o efeito de condensador. Entretanto, a abundância de vilas não importa forçosamente população considerável. Em terras de donatários deviam facilitar as fundações o orgulho de poder juntar ao próprio nome o título de senhor de tais e tais vilas e o interesse de nomear tabelães, etc. (*)

(*) Segundo Azeredo Marques as vilas do sertão de São Paulo foram criadas nas seguintes datas, que entretanto precisam de revisão (77):

Já neste tempo, Piratininga não se impunha como entrada única do planalto: formaram-se grupos conjugados do sertão e da marinha: Parati e Taubaté; S. Vicente, Santos, São Paulo, Mogi e quiçá Jacaré, que, pelo menos mais tarde, possuiu ligação direta com o litoral; Iguape, Paranaguá, São Francisco e Curitiba: esta última, aparentemente destinada a situação preponderante, atraiu pouca população, e medrou precariamente enquanto não lhe deu vida o comércio de trânsito, principalmente de muares, procedentes do Sul.

Um escritor anônimo dizia a respeito dos paulistas pouco depois de 1690: “Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo, fazendo-lhes honras e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. E suposto que estes paulistas, por alguns casos sucedidos de uns para com outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão todo que temos povoado neste Brasil elles o conquistaram do gentio bravo que tinha destruido e assolado as vilas de Cairu,

Mogi das Cruzes	3 de Setembro de 1611
Parnaíba	14 de Novembro de 1625
Taubaté	5 de Dezembro de 1630
Jacaré	1653
Jandiaí	14 de Dezembro de 1656
Guaratatingá	13 de Fevereiro de 1657
Itá	18 de Abril de 1657
Sorocaba	3 de Março de 1661
Pindamonhangaba	10 de Julho de 1703

Boipeba, Camamu, Jaguaripe, Maragogipe e Peruaçu no tempo do governador Afonso Furtado de Mendonça, o que não puderam fazer os mais governadores antecedentes por mais diligências que fizeram para isso.

“Também se lhes não pode negar que foram os conquistadores dos Palmares de Pernambuco, e também se podem desenganar que sem os paulistas com o seu gentio nunca se há de conquistar o gentio bravo que se tem levantado no Ceará, no Rio Grande e no sertão da Paraíba e Pernambuco, porque o gentio bravo por serras, por penhas, por matos, por catinga só com o gentio manso se há de conquistar e não com algum outro poder, e dos paulistas se deve valer Sua Majestade para a conquista de suas terras”¹⁷⁵¹.

* * *

Alexandre de Moura deixou Jerônimo de Albuquerque por capitão-mor do Maranhão; da capitania subordinada de Cuná encarregou Martin Soares Moreno; a do Pará, confiada a Francisco Caldeira de Castelo Branco, ficaria independente, para evitar novos atritos entre os recentes rivais. Capitão de entradas elegeu Bento Maciel Parente, reinol criado em Pernambuco, que estivera nas guerras da Paraíba e Rio Grande, andara na jornada de salitre na Bahia, acompanhara D. Francisco de Sousa a São Vicente, e lá assistira um triênio empenhado em minas e bandeiras, outro de sargento-mor em cinco vilas do Sul.

Faltavam a Jerônimo de Albuquerque alguns requisitos para governar bem, na opinião insuspeita de Gaspar de Sousa; acusações lhe fizeram, bem graves

se forem verdadeiras; algumas das recomendações de Alexandre de Moura parece ter descurado; mostrou-se mais próprio aos rompantes da guerra que às artes da paz. Faleceu em Fevereiro de 618 legando o cargo a seu filho Antônio de Albuquerque, assessorado por Bento Maciel e Diogo da Costa Machado. O jovem de vinte e dois anos desprezou os limites postos pelo pai à sua autoridade; quando, havendo prêso aquêlc, o governador geral impôs-lhe a assistência do segundo, preferiu retirar-se para o Reino. Substituiu-o no mando desde Abril de 619 Diogo Machado; de suas mãos recebeu-o Antônio Muniz Barceiros em Maio de 622, e occupou-o até Agôsto de 626.

Durante esta primeira década, Bento Maciel fêz diversas entradas nos rios Mearim e Pindaré, seguindo os exemplos e processos dos bandeirantes e construiu um forte no Itapicuru, bastante acima da barra. Outras entradas fêz Francisco de Azevedo, o primeiro a penetrar nos sertões de Turi e Gurupí. O gentio de Cumá insurgiu-se apenas Martim Soares saiu para o Reino, urgido por antigas enfermidades. Sob seu sucessor Matias, irmão de Antônio de Albuquerque, a guarnição portugûesa foi quase tôda trucidada, e o levante estendeu-se quase à ponta de Saparará. A devastação nos índios foi enorme; os jesuítas Manuel Gomes e Diogo Nunes, convictos da inutilidade de seus esforços em favor dos indígenas, procuraram as Índias occidentais; Fr. Cristóvão de Lisboa, chefe dos capuchos, viu desrespeitadas as leis mais explicitas e até as censuras.

No govêrno de Diogo da Costa Machado chegaram a São Luís algumas centenas de açorianos, engajados para povoadores. Nada encontraram feito

para recebê-los, e padeceram as maiores privações e misérias. A imigração, iniciada sob fagueiras esperanças, não recobrou o alento originário com o livro de propaganda de Simão Estação da Silveira.

No empenho de criar engenhos, o governo geral contratou a construção de dois ou três com Antônio Barreiros; a nomeação do filho para capitão-mor do Maranhão visava facilitar a execução do trato. Um engenho construiu Bento Maciel. A terra prestava-se bem à cultura da cana; braços podiam fornecer os índios sujeitos às administrações usadas nas colônias espanholas e transplantadas por Bento Maciel; a dificuldade grande pendia dos transportes. Ficava próximo Pernambuco, o maior mercado do país, mas só se navegava para lá durante certa parte do ano, nas monções; a viagem terrestre pela costa, feita na estação das águas, para escapar aos tormentos sofridos por Pedro Coelho quando tentou colonizar o Ceará, apenas poderia servir à passagem de escravos. Parece ter servido efetivamente: fala um contemporâneo na "grande quantidade de patações que os moradores do Maranhão houveram pelo comércio com os de Pernambuco, enviando-lhes de quando em quando escravos".

Além da cana plantava-se algodão e fumo; o fio e o pano de algodão correram como moeda. Os navios partiam para o Reino em Agosto ou Setembro.

As dificuldades de comunicações marítimas entre o Maranhão e o resto do Brasil sugeriram a idéia de criar ali um estado independente. Isto se ordenou em 621. Começava no Ceará, próximo do cabo de São Roque, e ia à fronteira setentrional, ainda indefinida, do Pará. Francisco Coelho de Carvalho, pri-

meiro governador, aportou a Pernambuco ao tempo da invasão holandesa na Bahia. Deteve-o ali Matias de Albuquerque; depois, sob vários pretextos, foi se deixando ficar; só em Agosto de 26 chegou a seu destino, levando Manuel de Sousa de Sá, capitão-mor do Pará, declarado agora dependente do Estado do Maranhão.

Na capitania do Pará, Francisco Caldeira de Castelo Branco, recebido amigavelmente pelo gentio, apanhara o primeiro pretexto para guerreá-lo. A imensidade das águas inspirou-lhe a adaptação de um suplício medieval, que devia parecer novo e terrível aos rudes filhos da natureza: amarrava o condenado a diversas canoas, mandava remar em sentidos opostos, até os membros despregarem do tronco. Seu gênio rixento, já revelado em presença dos franceses, malquistou-o com os compatriotas; cansados de aturá-lo, depuseram-no, meteram-no a ferros, e substituíram-no por Baltasar Rodrigues em Novembro de 618. Nem assim arrefeceu a sanha dos índios; o movimento de Cumá soldou-se ao do Pará. Teve-se de reclamar auxílio de Pernambuco; vieram socorros sob as ordens de Jerônimo Fragoso, nomeado capitão-mor por D. Luís de Sousa, governador geral, com ordem, logo cumprida, de mandar presos Castelo Branco, Rodrigues e outros cabeçilhas. Castelo Branco morreu na prisão do Limoeiro, em Lisboa.

Bento Maciel, que fôra a Pernambuco depois das questões com Antônio de Albuquerque, voltou com gente nova recrutada nas duas capitánias vizinhas, e repetiu com maior fúria suas costumadas façanhas. De Tapuitapera até dentro do Amazonas tamanhas foram suas devastações que Jerônimo Fragoso intimou-

-lhe cessasse as hostilidades; êle, porém, desrespeitou a intimação porque, sendo o comandante da guerra por investidura do governador geral, não estava subordinado ao capitão-mor do Pará. Fragoso faleceu logo; houve diversos pretendentes à sucessão; por fim saiu nomeado Bento Maciel, que abriu um caminho terrestre para o Maranhão, ligando talvez o rio Capim ao Pindaré, como se tentou mais tarde, e governou quatro anos, até chegar Manuel de Sousa de Sá, em 1627.

Francisco Caldeira ióra logo à chegada informado de viagens e fortalezas de inglêses e flamengos nas plagas amazônicas. No próprio ano da fundação de Belém, Pedro Teixeira aprisionou uma nau holandesa, cuja artilharia serviu a reforçar a do Presepe. Os inglêses preferiam a foz do rio e seu estabelecimento mais ocidental assentava no Cajari; os flamengos avançaram até o Xingu. Diversas expedições, em que se distinguiram Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Feliciano Coelho, Jácome Raimundo de Noronha tomaram navios, fizeram muitos prisioneiros e arrasaram um a um todos os fortes. No assalto ao forte inglêz de Filipe, gaba-se Noronha de haver tomado quatro peças de artilharia grossas e roqueiras e muitas armas, com a morte de oitenta e três estrangeiros, o aprisionamento de treze, a destruição de todos os gentios confederados, "com que ficaram tão aterrorizados que nunca mais tiveram pazes com os estrangeiros" (78).

A falta de índios amigos, fornecedores de fumo, algodão, urucu (anoto, em língua cariba) e outras drogas, bastaria a dissuadir os entrelopos de novos cometimentos. Veio ainda mais dificultá-los a fortaleza

de Gurupá, estabelecida no local de um antigo forte holandês, no começo do delta amazônico, excelente posto de observação para todos os movimentos da margem esquerda, obra avançada e complemento precioso do forte de Presepe na margem direita. O último estabelecimento holandês de que temos notícia tomou-o Sebastião de Lucena em 1646, no Maiacaré, junto ao cabo do Norte; os ingleses já havia anos não apareciam. Ficou assim firmada a soberania de Portugal desde o cabo do Norte até a ponta de Saparará, e desassombrado de inimigos todo o baixo Amazonas.

No tempo de Francisco Coelho, foi dividido o Estado do Maranhão em várias capitanias hereditárias: as de Tapuitapera e Cameté couberam a um irmão e ao filho do governador, a de Caeté ou Gurupi a Álvaro de Sousa, filho de Gaspar de Sousa, que tantos serviços prestara à conquista; para si a metrópole reservou no Maranhão o território entre o Parnaíba e o Pindaré, no Pará as terras de Maracanã ao Tocantins. Mais tarde Bento Maciel obteve a capitania do cabo do Norte limitada pelos rios Vicente Pinzon ou Oiapoque, Amazonas e Paru, e Antonio de Sousa de Macedo a da ilha Marajó.

A penetração no Amazonas prosseguia lentamente: pela margem setentrional tratara-se apenas de eliminar os entrelopos; ao Sul a aldeia Maturu, na margem direita do Xingu, também chamado Parnaíba, durante algum tempo permaneceu o posto mais ocidental; ante as frechas envenenadas do gentio do Tapajós estacaram as entradas. A marcha precipitou-se a partir de 1637 com a chegada de dois leigos franciscanos vindos do pé dos Andes. Jácome de Noronha, que com certo atropêlo de formas sucedera

no governo por falecimento de Francisco Coelho de Carvalho, resolveu abrir relações com as dependências cisandinas de Castela. Pedro Teixeira, incumbido desta missão, partiu a 17 de Outubro águas a riba do rio-mar, em 15 de Agosto de 38 alcançou o Paiamino, afluente do Napo, e seguiu para Quito. Depois de receber as ordens do vice-rei do Peru, regressou e chegou ao Pará em 12 de Dezembro do ano seguinte. Já de volta, a 16 de Março de 39, na barra do Aguarico, tomou posse em nome da coroa de Portugal das terras que para o Oriente se estendiam até beira-mar. Bento Maciel, então governador do estado, recompensou êstes e outros serviços durante mais de quatro lustros prestados por seu companheiro de armas, concedendo-lhe por três vidas a encomendação de trezentos casais de índios.

Mal suspeitava então o velho capitão de entradas os perigos que se avizinhavam. Desde 1637, Gedeon Morris, flamengo prêso em combate no Amazonas e lá conservado prisioneiro durante oito anos, lograra repatriar-se e chamava a atenção da câmara de Zelândia para a conquista do Maranhão. Tal conquista, alegava, traria a aquisição de mais de quatrocentas léguas de costa, ocupadas apenas por mil e quatrocentos a mil e quinhentos portuguezes, e quarenta mil índios; os índios estavam sujeitos mais por medo que por afeição, os portuguezes com as forças disseminadas, os soldados descontentes e rebeldes pelo des-governo e falta de pagamento, os fortes pouco defensáveis; os índios considerariam os flamengos como libertadores. A Companhia das Índias Ocidentais se apossaria de belos açúcares, fumos, algodão, laranjas, anil, tintas, óleos e bálsamos, gengibres, gomas e vá-

rias sortes de excelentes madeiras. Poderia vender escravos para Pernambuco "como os portuguezes faziam outrora, antes de começar a guerra naquela capitania, e este era o seu maior negocio".

Quando Morris expunha estas idéias em Middelburg, ocorria na colônia um fato próprio a facilitar-lhes a execução. Atendendo a repetidos chamados do gentio cearense, a Companhia mandou uma expedição que desembarcou no Mocuripe, e após brava mas inútil resistência da guarnição apossou-se do forte fundado por Martin Soares Moreno. Havia agora um ponto de apoio para as operações apregoadas como tão proveitosas; Gedeon Morris foi nomeado comandante do Ceará, onde descobriu as salinas do Ipanema, como que a preparar a avançada.

A noticia da viagem de Pedro Teixeira, apenas divulgada, ainda mais confirmou-o em suas traças e aspirações. A tôdas as vantagens apresentadas, a conquista do Maranhão juntava ainda a da contiguidade com as terras do Peru, e seria portanto o mais terrivel golpe contra as possessões espanholas, insistia novamente Gedeon. Não foi comprehendido. Nassau e as autoridades superiores preocupavam-se antes com a conquista de Buenos Aires e do Chile, procurando longe o que lhes acenava de tão perto. Só mais tarde atenderam a suas incitações; em Novembro de 641 apresentou-se uma esquadra holandesa na baía de São Marcos.

Vigorava o estado exquisito criado pela politica hesitante de D. João IV. Não havia guerra, pois fôra decidida na Europa uma aliança ofensiva e defensiva entre Portugal e Hollanda; não havia paz nas colônias, porque faltava a ratificação do tratado. Iludido ou

decrépito ou aterrado, Bento Maciel entregou-se sem combater e a Companhia das Índias mais uma vez alargou seus domínios. Morris, que tomou parte na operação, ficou descontente com o modo de proceder de Nassau. Por que depois de tomada a ilha não passavam logo no Pará? Por que não expulsavam os portuguezes ricos deixando apenas os mais pobres como feitores? Onde se viu em todo o Brasil um portuguez, quatro meses apenas depois de tomada a terra, embarcar por sua conta com caixas de açúcar, como fêz o provedor-mor Inácio do Régo, que se passou para as Índias? Que valia a posse do Maranhão sem a incorporação do Amazonas?

Enquanto dominaram, os flamengos houveram-se com a cobiça e a venalidade já correntes em Pernambuco. Entretanto, a população calava-se e parecia mesmo disposta a não reagir, se não fôssem Antonio Muniz Barreiros, o antigo capitão-mor, e os jesuítas Benedito Amadeu e Lopo do Couto, êste chegado em companhia de um coadjutor desde 1624. Impeliram a êstes chefes insurgentes sobretudo considerações religiosas: o holandês era o herege e a fé católica perigava. O movimento começou no Itapicuru, libertado em poucos dias, e passou à ilha. Aqui a resistência foi maior: vieram socorros de Pernambuco para o flamengo, também os nossos receberam-nos do Pará, mas a falta de armas e munições obrigou-os a passarem para a capitania de Tapuitapera, no continente. Mais tarde, chegados recursos da Bahia, acometeram novamente a obra libertadora. A Teixeira de Melo, sucessor de Barreiros, morto em consequência de ferimentos, coube a glória de restaurar S. Luis em 1643. O exemplo do Maranhão propa-

gou-se a Ceará, onde os índios trucidaram os holandeses, que entretanto voltaram mais tarde e se mantiveram até 1654. Também produziu impressão em Pernambuco, e alentou os anhelos patrióticos ainda desconexos, apontando um exemplo a seguir.

Nos anos seguintes o fato mais notável foi a introdução dos jesuítas. A Alexandre de Moura acompanharam dois, mas retiraram-se, reconhecendo a inutilidade de seus esforços na defesa dos índios. Luís Figueira, vindo com Antônio Barreiros, logrou apagar as prevenções dos colonos, limitando e encobrindo a sua ação, e depois de algum tempo recolheu-se à Europa. Lopo do Couto, além de isolado e portanto impotente, soube conquistar as simpatias no ardor da reconquista, de que foi a alma. Figueira, que desde 638 preparava uma missão no além mar, afinal com muitos sócios partiu do Reino mais Pedro de Albuquerque, nomeado sucessor de Bento Maciel. Por estarem ainda os holandeses senhores de S. Luís, passaram ao Pará; junto à baía do Sol, Figueira e a maior parte dos companheiros afogaram-se ou foram mortos pelos índios, em Junho de 643. Os sobreviventes pouco puderam fazer no Maranhão para onde se transportaram apenas as condições o permitiram; logo trucidaram-nos selvagens de Itapecuru. Em 1649 não havia mais um só padre da Companhia de Jesus em todo o Estado.

Entretanto, na Europa movia-se o padre Antônio Vieira, grande valido de Dom João IV e um dos maiores escritores da língua. Pupilo de Fernão Cardim, colhera dos lábios d'este amigo de Anchieta a história das primeiras missões, e a carreira de missionário formara uma das primeiras aspirações de sua alma ambi-

ciosa. Mandado para o Reino quando se divulgou na Bahia a noticia da independência de Portugal, passara dez anos em terras européas por vontade da Companhia ou insistência do rei, triunfando na tribuna sagrada, ajudando as mais espinhosas negociações diplomáticas, engenhando combinações financeiras como a da Companhia do Comércio, tão útil na guerra pela libertação de Pernambuco, influindo nos conselhos da coroa, dando idéias e defendendo as próprias ou alheias, estas principalmente, com uma abundância de expressões, uma sutileza de raciocínios, um bisantismo de argumentos, uma fertilidade de distiuições verdadeiramente admiráveis. Um dia appareceu-lhe o vácuo de tôdas estas pompas, invadiu-o a saudade da primeira infância e da segunda pátria e aspirou missionar no Maranhão.

Em Setembro de 652 partiram adiante nove missionários, trazendo por superior o padre Francisco Veloso: dois dêstes continuaram a viagem para o Pará, onde fundaram casa. Em seguida a primeira leva embarcou no Tejo o padre Vieira acompanhado de outros três jesuitas, que a 16 de Janeiro de 53, véspera de S. Antão, fundearam diante da capital do estado. Afinal chegavam defensores aos índios. Para que narrar esta história? Com os índios só havia duas políticas racionais: ou deixá-los aprisionar à vontade como então se fazia, ou proibir expressamente tôda e qualquer escravidão. Nem uma das duas observaram quer o govêrno, quer os próprios jesuitas. Daí lutas contra os colonos cubiçosos, contra os governadores venais, contra padres e frades simoniacos, contra os legisladores incoerentes e a legislação instável, viagens pelo sertão e rios, travessias do oceano, sermões

cáusticos, papéis sediciosos, expulsões e exprobações, em suma uma série de tumultos trágicos ou burlescos. Mais interessa que tais historietas apresentem o organismo do estado cêrca de 1662, tal qual o deseca o valente escritor em uma página memorável, ainda palpitante no pálido resumo aqui feito ⁽⁸⁰⁾.

Os alicerces assentaram sôbre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edificio e as pedras se desfazem, separam e arruinam. As terras se esterilizam; as plantações de mandioca não bastam para garantir o sustento; tem-se de buscar longe as madeiras e as terras de tabaco; minguaram a caça e a pesca; as povoações são muito distantes uma das outras e o trabalho de remar consome as forças da indiada. Não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda para vender as cousas usuais para o comer ordinário, nem ainda um arratel de açúcar, com se fazer na terra. No Pará, onde todos os caminhos são por água, não há uma canoa de aluguel. Para um homem ter o pão da terra há de ter roça, e para comer carne há de ter caçador, e para comer peixe pescador e para vestir roupa lavada lavadeira, e para ir à missa ou a qualquer parte canoas e remeiros: os moradores de mais cabedal têm a mais de tudo isto costureiras, fiandeiras, rendeiras, teares e outros instrumentos e officios de mais fábrica, com que cada família vem a ser uma república.

Os povoadores primeiros foram gente pobre: soldados idos de Pernambuco, mal pagos a ponto de raras poderem calçar sapatos e meias; ilhéus nobres, mas gente necessitada, impelida à emigração pela procura de meios não existentes no arquipélago; soldados rôtos e despedidos tomados na guerra e aban-

donados nas costas pelos holandeses; finalmente degradados.

Não guarda proporção com a população o número de frades; o Pará, com oitenta moradores, tem quatro conventos e sai dos moradores a paga de missas, officios e enterros, servem grande número de confrarias com grandes e involuntários gastos nas suas festas, porque sem serem perguntados, se ouvem apregoar dos púlpitos e não basta o que grangeiam num ano para satisfazer os empenhos desta forçada devoção. Apenas a Companhia de Jesus não pesa sobre a gente, porque a renda concedida pela fazenda real a põe a coberto das necessidades.

As drogas do estado baixaram de preço, e mal bastam para pagar os fretes; em compensação os gêneros vindos da Europa vendem-se por preços excessivos. Dominam a ociosidade, a preguiça e o luxo; grassa o alcoolismo; só na cidade do Pará gastam anualmente quinze mil cruzados em aguardente da terra, sem falar na que vai do Reino. Os governadores e officiais de fazenda pagam-se em primeiro lugar, pouco deixando para os vigários e soldados; confiam os melhores officios aos criados; prendem, processam, recrutam, atravessam os gêneros.

Finalmente os índios, por sua natural fraqueza e pelo ócio, descanso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar por muito tempo o trabalho em que os portuguezes os fazem servir, principalmente das canas, engenhos e tabacos, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo; e como nas suas vidas consiste tôda a riqueza e remédio dos moradores, é mui ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que se tinham por

mais ricos e afazendados, porque a fazenda não consiste nas terras que são comuns senão nos frutos da indústria com que cada um as fabrica e de que são os únicos instrumentos os braços dos índios. — Até aqui Antônio Viciara, com esta vívida descrição da economia naturista.

Excetuando a de Bartolomeu Barreiros de Ataíde ao rio de Ouro, isto é, às terras de que Pedro Teixeira tomara posse em nome da coroa de Portugal, e a de João Betencourt Muniz contra os Anibás do Jari, as expedições tinham de preferência procurado a margem direita do Amazonas. Em 1663 Antônio Arnau Vilela dirigiu-se à outra margem e foi pouco feliz numa entrada do rio Urubu; a vingá-lo saiu Pedro da Costa Favela, que matou setecentos, aprisionou quatrocentos índios dos Guaneenas e Caboquenas, queimou trezentas aldeias. Atrás destes vieram outros, atraídos pela densidade da indiada. Logo em seguida começou a ser freqüentado o rio Negro e finalmente o Branco. A fortaleza da barra do rio Negro, nas proximidades da atual cidade de Manaus, ponto de partida para este movimento de penetração, foi fundada logo depois.

No ano de 1693 foram determinados os territórios em que cada uma das ordens poderia estabelecer missões: aos jesuítas concedeu-se a margem meridional do Amazonas; aos franciscanos as terras do cabo do Norte até o rio Urubu; aos carmelitas coube o rio Negro.

Entrementes os jesuítas espanhóis no seu ardor de catequizar foram descendo o Solimões, como os do Paraguai procuraram o Paranapanema, Ivaí, Iguaçu e Uruguai. Samuel Fritz, natural da Boêmia, atraiu

ao grêmio da igreja diversas tribos de línguas travadas, e os Cambelas ou Omagoas da língua geral, missionando até o Juruá ou talvez mais a Este. Motivos de saúde levaram-no ao Pará em Setembro de 1689, onde sob vários pretextos o detiveram cerca de dois anos. Na volta, apesar de suas excusas, deram-lhe uma escolta para acompanhá-lo às reduções e, lá chegado, o official comandante protestou pertencerem a Portugal as terras que se estendiam até o rio Napo. Enquanto o apóstolo dos Mainas se dirigia a Lima, no intuito de avisar da próxima usurpação ao vice-rei do Peru, que não quis tomar providências, desde 1695 se discutia no Pará e em Lisboa a idéia de aumentar o domínio português por aquêles lados. Forneceu ensêjo próprio o caso da sucessão da Espanha. Inácio Corrêa de Oliveira expulsou os jesuítas castelhanos do Solimões. Assim a guerra entre as duas coroas produziu ao Norte os mesmos efeitos que de sua união resultaram em Guairá, Uruguai e Tape. A estas invasões e às seguintes uniram-se os frades do Carmo, dignos confrades dos capuchos das bandeiras meridionais. Nestas missões aprenderam os invasores o emprêgo do caucho.

As entradas pelos afluentes da margem direita iam também continuando: em 1669 Gonçalo Pires e Manuel Brandão descobrirem cravo, canela e castanha no Tocantins; em 1716 João de Barros Guerra derrota os Torás no Madeira; em 1720 marcha uma expedição contra os Juínas do Juruá; em 1724 Francisco de Melo Palheta sobe o Madeira até as aldeias espanholas. Com o descobrimento das minas, procura-se chegar a elas pelos afluentes meridionais. Mais de uma das tentativas foi bem sucedida e o Maranhão

reclamou como pertencentes a seu distrito as minas de S. Félix e da Natividade, ribeirinhas do Tocantins. Desde a terceira década do século XVIII descem ao Amazonas mineiros de Goiás e Mato Grosso. Destas descidas a mais fértil em conseqüências foi a de Manuel Félix de Lima, que em 1742 navegou o Sararé, Guaporé, Mamoré, Madeira e alcançou o Maranhão. Quando o governador de Mato Grosso assentou a capital na margem do Guaporé apenas tirou a conseqüência do achamento dêste caminho, que com o tempo se tornou o mais freqüentado.

Lentamente a população ia crescendo, embora epidemias freqüentes inutilizassem em poucos meses o progresso de anos. Como sinais evidentes de melhores condições, basta citar a fundação de um pesqueiro real em 1692 na ilha de Marajó, por Antônio de Albuquerque Coelho, e o desenvolvimento assumido pela criação de gado na mesma ilha, a partir dos primeiros anos do século seguinte. Na Páscoa de 1726 começou a funcionar um açougue em Belém. Quando La Condamine passou por Belém em 743 a única moeda corrente eram grãos de cacau; desde Maio de 1749 principiou a correr dinheiro amodado de ouro, prata e cobre.

Em 1751, o Pará, a que agora estava subordinado o Maranhão, contava 9 freguesias e seis ermidas paroquiais, sete fortalezas, vinte e quatro engenhos de açúcar, quarenta e duas engenhocas de aguardente, sessenta e três aldeias de índios missionados. Muitas medidas concertou o govêrno para desenvolver a agricultura, mas só o conseguiu nas cercanias de Belém. O café, levado de Caiena por Francisco de Melo Palheta, pareceu despertar o torpor da popu-

lação. Pouco tempo durou a experiência; preferiu-se a apanha de produtos florestais, cravo, canela, cacau, salsa, mais rendosos e criados à lei da natureza.

Os anos seguintes à partida de Antônio Vieira para a Europa em 1661 assinalam-se pela legislação caótica a respeito de aldeias, jurisdição espiritual e temporal, descimentos, salários e escravidão dos índios. Em 1680 uma lei proibiu que os índios fossem escravizados ⁽⁸¹⁾, única solução lógica e justa, se houvesse gente bastante honesta e bastante enérgica para fazê-la respeitada.

Para mitigar as queixas dos colonos criou-se uma companhia de comércio com o privilégio de vender certos gêneros de primeira necessidade, que compraria tôda a produção do estado e forneceria escravos africanos ⁽⁸²⁾, mais fortes e mais próprios para a pesada labuta agrícola.

Pouca repugnância provocou no Pará, cujos interesses, em parte divergentes, a distância resguardava; no Maranhão produziu grande alborôto. Foram expulsos os jesuítas, deposto e prêso o capitão-mor, mandados procuradores à Côrte para apresentar as queixas do povo e impetrar o perdão régio. Manuel Bequimão, reinol de origem teutônica, primeira figura da assuada, pôs-se à frente da governança. O movimento iniciado com tamanha valentia ficou estacionário; nem a fronteira capitania de Tapuitapera aderiu; dos aderentes da primeira hora, muitos foram-se esgocirando.

Nota-se agora o caso repetido tantas vêzes em nossa história: depois do triunfo, obtido antes por desidia ou pusilanimidade do atacado que por habilidade ou fortaleza do atacante, e só depois do triunfo

comprado tão barato, comprehende-se que o fato importa conseqüências, e começa-se a indagação de quais poderão ser. Desta mandrice intellectual ou miopia politica não se eximiu Bequimão. Quando appareceu na barra Gomes Freire de Andrada, nomeado governador do Estado e acompanhado de força armada para se fazer obedecido, veio-lhe a velocidade de opor-se ao desembarque. Nada previra, nada preparara, agora era tarde. O governador empossou-se do poder sem opposição.

Restava a esperanza de ter trazido o perdão régio; mesmo este não veio. Prestes instaurou-se o processo, e saíram condenados à morte Manuel Bequimão, Jorge de Sampaio e Deiró. Este padeceu o supplicio em effigie; os outros subiram ao patibulo. Com os figurantes o governador mostrou benevolência: de bondoso e benévolo deixou tradição entre os governados. Por seu conselho aboliram-se a companhia e o estanco; a questão índia prosseguiu com os avanços, recuos e sobressaltos do costume.

Durante seu govêrno preocupou-o a questão máxima do Estado: achar communicações com o Brasil, independente do capricho das monções, sobranceira à linha dos vaus à beira-mar.

Poucos anos antes Vital Maciel Parente, filho do velho prisioneiro dos flamengos, depois de derrotar os Tremembés, desafrontando o caminho da praia para o Ceará, navegara muitas léguas pelo Parnaíba e reconhecera a direção meridional de seu curso. Deve manar daí a idéia da proximidade senão identidade entre o Parnaíba ou Paraguaçu e o São Francisco. Assim a questão apresentava-se com certa nitidez: a

Bahia representava o objetivo e o Parnaíba o rumo a seguir.

João Velho do Vale incumbido de resolver o problema levou-o a bom termo; escreveu mesmo a narrativa do descobrimento, entregue mais tarde a Gomes Freire, no Reino, livro hoje extraviado ou perdido, e muito importante para a etnografia e história pátria, a julgar pelas indicações ligeiras, fornecidas por Fr. Domingos Teixeira, biógrafo do governador:

“Depois de dar em larga relação notícia exata dos sertões que penetrou, rios, e nações várias que os habitam, sinalando pelos graus as alturas do polo, mais gasto do trabalho, que dos anos, veio a acabar [João Velho do Vale] em beneficio da pátria, com serviços maiores que a gratidão. Descansam suas cinzas em jazigo humilde na cidade de São Salvador, onde veio consumir com último termo seus trabalhos com mais honra que interêsse” ⁽⁸³⁾.

Vale fêz duas viagens. Na primeira chegou à serra de Ibiapaba, onde deixou três estradas; da segunda alcançou a Bahia, naturalmente partindo da mesma serra, o que indica traçado bastante oriental, talvez pelas ribeiras do Poti e contravertentes do rio São Francisco, Cabrobó, Ibó e Jeremoabo ⁽⁸⁴⁾.

E' impossível decidir se a esta ou a outra estrada se refere uma carta de Antônio de Albuquerque, sucessor de Gomes Freire, escrita em Julho de 1694 e entregue na Bahia a D. João de Lencastro, governador geral, em 19 de Abril do ano seguinte ⁽⁸⁵⁾. Dois dias depois chegava à mesma cidade o sargento-mor Francisco dos Santos com quatro soldados e vinte índios, que tinham acabado de descobrir o caminho, trazendo uma carta de Antônio de Albuquerque datada de 15 de

Dezembro. Para retribuir a fineza e ver se podia encurtar o caminho, o governador geral mandou o capitão André Lopes ao Maranhão, com carta para Antônio de Albuquerque datada de 21 de Maio. André Lopes alcançou a capital do Estado em Novembro mas teve de esperar pela volta de Antônio de Albuquerque, ido ao Pará. Com resposta de 15 de Março de 1696 estava na Bahia em 22 de Setembro.

O trecho mais difícil a vencer ficava no Maranhão propriamente dito: nos rios Piauí e Canindé, nas ribeiras do Ceará, a uma e outra margem do São Francisco já abundavam fazendas de gado e deviam existir numerosas vias de comunicação. Com o gado desta procedência povoaram-se os sertões de Pastos Bons, cujas transações durante algum tempo se fizeram só com a Bahia, exatamente como as de Pernambuco a montante de Paulo Afonso.

Mais tarde o padre Malagrida levou a catequese até o rio Codó; seu sucessor João Ferreira fundou as Aldeias Altas, hoje Caxias. Conhecida a pequena distância neste trecho entre o Itapecuru e o Parnaíba começou a ser preferida esta passagem. Já em 1747 dela se servia D. Manuel da Cruz, trasladado do sôlio do Maranhão para o de Mariana.

Maranhão começou a decair desde ou antes do govêrno de Gomes Freire, e explica-se o fato pelo abandono da agricultura, devido a produtos florestais semelhantes aos do Pará. Ao cravo, à canela, à castanha sucumbiram os engenhos.

“Erigiram cêrca de cinqüenta engenhos”, escrevia um contemporâneo em 1703, “que fabricaram enquanto se não descobriu o cravo e cacau, total ruína daqueles homens, como causa de ócio com que todos

deixaram perder a fábrica de tabaco e açúcar em que se iam aumentando... Terrível é a dificuldade que têm os senhores de engenho em acomodar a conveniência de seus lavradores, em quem também é impraticável o querer lavrar canas; uns e outros confessam esta pela melhor conveniência, clamando que por falta dela estão miseráveis e que quando dela usavam viviam prósperos; porém, não há remédio ajustarem-se; os lavradores com justa causa queixosos e teimosos com notável sem-razão; os senhores de engenho tiranos de suas próprias consciências: esta desunião é capaz de impedir a fábrica dos engenhos e não o é menos outro êrro a que aquêles homens estão amarrados, querendo fabricar tudo o que gastam, como são lenhas, cinzas, azeites, farinhas, tabuados e canoas, em cuja fábrica divertindo a gente dos engenhos lhes não fica lugar de fabricar açúcar”.

Informando êste papel, acrescentava Antônio de Albuquerque: como estejam só com o sentido no sertão, feitos hidrôpicos do gentio que só apetece e procuram por único remédio, não tratam de se disporem a outro algum menceio.

Em 1751 a capitania contava oito freguesias, cinco engenhos de açúcar, duzentas e três fazendas a criar gado, das quais quarenta e quatro em Pastos Bons e trinta e cinco em Aldeias Altas.

As questões de limites com a Espanha, não menos que a importância crescente do Pará, foram causa da metrópole declarar-lhe subordinado o Maranhão e transferir para a bacia do Amazonas a capital do Estado. Breve, porém, graças à cultura do algodão e do arroz, à introdução de escravos africanos e à intervenção de nova companhia de comércio, abriu-se

uma era de prosperidade relativa, muito inferior entretanto a seus imensos recursos naturais.

* * *

Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos. Além de certo raio vegetava-se indefinidamente, a prosperidade real nunca bafejaria o proprietário. Com a economia naturalista, o equívoco podia prolongar-se por muito tempo, mas por fim patenteava-se que só próximo do mar ou no pequeno trecho dos rios navegáveis graças à ausência de corredeiras e saltos, a labuta agrícola encontrava remuneração satisfatória. Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa.

A solução foi o gado vacum.

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia

num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões.

A criação de gado primeiro se desenvolveu nas cercanias da cidade do Salvador; a conquista de Sergipe estendeu-a à margem direita do São Francisco. Na outra margem veio dar menos forte e menos acelerado movimento idêntico partido de Pernambuco. Ao romper a guerra holandesa estavam inçadas de gado as duas bandas do rio em seu curso inferior. Nem por outro motivo as incorporou Maurício de Nassau ao território da Companhia das Índias Ocidentais, e os patriotas da liberdade divina com tanto afincos as defenderam.

Foi o gado acompanhando o curso do São Francisco. O povoado maior, a Bahia, atraiu todo o da margem meridional, que para lá ia por um caminho paralelo à praia, limitado pela linha dos vaus.

Mais tarde, à medida que a criação se afastou do litoral, outros caminhos se tornaram necessários. Um dos mais antigos passava por Pombal no Itapeturu, Jeremoabo no Vasabarris, e atingindo o São Francisco acima da região encachoeirada, chamou o gado da outra margem. Esta, pertencente a Pernambuco por todos os titulos, ficou de fato baiana, foi povoada por baianos, e como o chapadão do São Francisco se estreita depois da grande volta, onde ao contrário atinge sua maior expansão o do Parnaíba, consumou-se aqui a passagem de um para o outro, e en-

contraram-se os baianos com a gente vinda do Maranhão. O riacho do Terra Nova e o do Brígida facilitaram a marcha para o Ceará. Pelo do Pontal e pela serra dos Dois Irmãos passaram os caminhos do Piauí. Nem o Parnaíba teve poder para conter a onda invasora: Pastos Bons foi povoado por balanos, e até meados do século XVIII teve comunicações exclusivamente com a Bahia.

Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e o Parnaíba senhoreava mais oitenta léguas ⁽⁸⁶⁾. Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios, geralmente de uma légua, à razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII. Um de tais rendeiros, Domingos Afonso, por alcunha o Sertão, partindo de um dos muitos Sobrados existentes no São Francisco, aos quais se dá este nome por causa de vagamente semelharem um edifício, fundou numerosas e importantes fazendas nos rios Piauí e Canindé, legadas por sua morte à Companhia de Jesus, a quem a coroa as confiscou em proveito próprio, por ocasião de suprimir a Ordem.

Por esta margem do São Francisco existiam numerosas tribos indígenas, a maioria pertencente ao tronco cariri, algumas caribas como os Pimenteiras, e até tupis como os Amoipiras. Com elas houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra a vontade dos donos. Estes conflitos foram

menos sanguinolentos que os antigos: a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar. Entretanto, muitos foram escravizados, refugiaram-se outros em aldeias dirigidas por missionários, acostaram-se outros à sombra de homens poderosos, cujas lutas esposaram e cujos ódios serviram.

Resistiram bastante os índios do Pajeú, mas em tempo de D. João de Lencastro e por sua ordem Manuel de Araujo de Carvalho atacou-os. Simultaneamente penetrava da Paraíba Teodósio de Oliveira Ledo. Graças aos esforços dos dois, ficaram pacificados os sertões de Pajeú, Piancó e Piranhas. Parte deles abriu comunicações com Pernambuco, para onde mandava seus gados. Pajeú, apesar da proximidade, só fez isto em começos do século XIX; até então gravitava para a Bahia.

Ao compasso do afastamento do gado, novas passagens e novos caminhos iam sendo trilhados. Basta citar o de Jacobinas e a passagem do Juazeiro, pelo qual pautou-se uma estrada de ferro. Com o crescimento de Cachoeira e o impulso do plantio de fumo, abriu-se um ramal importante em busca do baixo Paraguaçu.

A margem baiana do São Francisco criou gado em não menor quantidade, embora no terreno cortado de serras e nas matas litorâneas ou ribeirinhas se conservasse numerosa população indígena, sempre disposta a salteios. As bandeiras de Arzão e Estêvão Parente e outras enfraqueceram, mas não extinguiram a resistência do gentio, e anos depois guerreava-

-se ainda nas cabeceiras do rio de Contas, Pardo, etc. O grande proprietário desta banda chamava-se Antônio Guedes de Brito, com cento e sessenta ⁽⁸⁷⁾ léguas, contadas do morro do Chapéu até águas do rio das Velhas. Merecem também ser mencionados João Peixoto Viegas, que incorporou as terras do alto do Paraguaçu; Matias Cardoso e Figueira ^(87a), conquistadores paulistas, estabelecidos em situações muito próprias a favorecerem o tráfego com S. Paulo. Os caminhos destes lados entroncaram primeiramente nos que pela margem esquerda do S. Francisco demandavam o chapadão do Parnaíba; só mais tarde o Paraguaçu foi procurado desde o curso superior e seguido até Cachoeira, perto da barra.

Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro tódas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as

bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêsso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A êste cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu officio vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. Desde começos do século XVIII, as sesmarias tinham sido limitadas ao máximo de três léguas separadas por uma devoluta. A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor anônimo do

admirável *Roteiro do Maranhão a Goiás* ⁽⁸⁸⁾, tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo tôda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são títulos honoríficos entre elles.

As hoiadas procuravam os maiores centros de população, isto é, as capitais da Bahia e Pernambuco.

Sobre as que iam para a Bahia escreve o seguinte André João Antonil, andagrama do benemérito jesuita João Antônio Andreoni:

“Constam as hoiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinqüenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde tem pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam hoiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saíam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Porém, aonde há falta de água, seguem o caminho de quinze, e vinte léguas, marchando de dia e de noite, com pouco descanso, até que achem paragem aonde possam parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a hoiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar” ⁽⁸⁹⁾.

Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar a marcha. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam êste gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso, faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura. No rio S. Francisco, desde a barra do Salitre até São Romão, descobriram-se jazidas de sal na extensão de três graus geográficos, que preparado com algum trabalho provou excelente. Graças a estas circunstâncias, formou-se no trajeto do gado uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas, nas cercanias do Rio.

Perdeu assim os terrores a viagem do sertão, e cêrca de 1690 havia antes motivos a aconselhá-la. Um contemporâneo muito bem informado fala no preço altíssimo dos gêneros estrangeiros, na depreciação dos frutos da terra, na menor feracidade do solo em consequência do cansaço, nas limitações impostas à cultura do tabaco, “gênero fabricado por pretos, por brancos, por forros, por cativos, por ricos, por pobres, de que todos em sua qualidade se alimentavam e vestiam”, nos excessos do contrato do sal, na prepotência da magistratura, na dificuldade de cobrar dividas, no desenvolvimento anormal da mão-morta. “Das fazendas, terras, lavouras e propriedades possuídas das religiões nem Sua Majestade tem tributos, nem subsídios, nem ainda dizimos, nem as

misericórdias, nem os hospitais, nem as sés, matrizes e mais igrejas, nem as confrarias e irmandades, nem as pobres órfãs e viúvas têm esmola alguma; só são úteis às religiões que as possuem e não a outra pessoa alguma. . . Anualmente vão indo às religiões muitas propriedades, terras e fazendas, ou por compra, ou por deixa, ou por herança, ou por demanda de preferências de sessenta, setenta, oitenta, noventa e cem anos, as quais em poder dos vassallos seculares eram sujeitas a dízimos, tributos e mais pensões e incorporadas em religiões logo ficam isentas, e o pior é que aquêlles tanto ou quanto que pagavam de fintas, tributos, subsidios e outros impostos, tornam a cair sôbre os miseráveis seculares” (90).

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de rêdes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância.

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluiam a corrente baiana e perpambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pomal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se para o Pa-

raíba e Capibaribe, avantajava-se a tôdas nesta região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já fica indicado.

Sôbre a extensão de terras ocupada pelo gado vacuum oferece-nos dados positivos o maravilhoso Antonil-Andreoni: “Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio de S. Francisco, oitenta léguas por costa; e indo para o rio acima até a barra que chamam de Água-Grande, fica distante a Bahia da dita barra cento e quinze léguas; de Santunse cento e trinta léguas; de Rodelas, por dentro, oitenta léguas; das Jacobinas, noventa, e do Tucano cinqüenta... Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Parauiririm, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambupe, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vasabarris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários, que correram êste sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais...

“E pôsto que sejam muitos os currais da parte da Bahia chegam a muito maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa, desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco, oitenta léguas; e continuando da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçu, contam-se dízentas léguas. De Olinda para Oeste até o Piagui, freguesia de Nossa Senhora da Vitória, cento e sessenta léguas, e pela parte do Norte estende-se de Olinda até o Ceará-mirim, oitenta léguas, e daí até o Açu trinta e cinco, e até o Ceará Grande, oitenta; e por tôdas

vem a estender-se desde Olinda até esta parte, quase duzentas léguas. . .

“Os currais desta parte hão de passar de oitocentos; e de todos êstes vão boiadas para o Recife e Olinda e suas vilas e para o fornecimento das fábricas dos engenhos desde o rio de São Francisco até o rio Grande: tirando os que acíma estão nomeados desde o Piaguá, até a barra de Iguaçú e de Paranaguá e rio Prêto; porque as boiadas dêstes rios vão quase tôdas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam. . .

“As [cabeças de gado] da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco, ainda que destas se aproveitam mais os da Bahia, para onde vão muitas boiadas, que os pernambucanos” (81).

Muito tempo viveu esta gente entregue a si mesmo, sem figura de ordem nem de organização. Como eram católicos e a igreja obriga à freqüência dos sacramentos, naturalmente qualquer vigário ou algum mais animoso, mais zeloso ou mais cúbido saía de tempos em tempos a desobrigar as ovelhas remotas. Depois da instalação do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais. Ali era cobrado o impôsto meio civil meio eclesiástico do dízimo. Os dizimeiros que o arrematavam, depois de ter feito a experiência, preferiram deixar a outros o trabalho da arrecadação: um dos fazendeiros ou qualquer pessoa capaz do interior em seu nome ia pelos vizinhos recolher os bezerros dizimados, pois a paga realizava-se em gênero; depois de alguns anos, três ou quatro conforme a convenção,

prestava contas: cabia-lhe pelo trabalho um quarto do gado, exactamente como aos vaqueiros.

A carta régia de 20 de Janeiro de 1699⁽⁹²⁾, primeiro esforço para introduzir alguma ordem naquela massa amorfa, mandou criar nas freguesias do sertão juizes à semelhança dos de vintena, que saíam dos mais poderosos da terra, e em cada freguesia um capitão-mor e cabos de milícia obrigados a socorrer e ajudar os juizes. A resistência contra estes se equiparava à resistência contra os juizes de fora, e ficariam sequestrados os bens do réu até sentença final; as penas pecuniárias deveriam ser preferidas por não se poder facilmente executar as corporais. Ouvidores, corregedores eram obrigados a uma visita trienal. Se tais ordens foram cumpridas e nos arquivos de além-mar existirem relatórios das correções, nem um documento poderá nos ajudar tanto no estudo e conhecimento da vida sertaneja.

Os capitães-mores deixaram fama de violentos, arbitrários e cruéis; não eram, porém, incontrastáveis e maior ou menor sempre encontraram opposição. Reinava respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos; a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, cousas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. Por desgraça não se dava o encontro em campo aberto: por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta descuidosamente, na passagem de algum lugar êrmo ou sombrio lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de longa série de assassinatos e vendetas. Com a economia naturista dominante, custava pouco

ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis. Para apossar-se destes régulos só havia dois recursos: a astúcia ou o auxílio de vizinhos.

Além do sentimento de orgulho inspirado pela riqueza, pelo afastamento de autoridades eficazes, pela impunidade, a criação de gado teve um efeito, que repercutiu longamente. Graças a ela foi possível descobrir minas. Desde 1618 o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* dizia que o problema da mineração não consistia em encontrar metais, — êstes existiam não restava dúvida, pois o Oriente é mais nobre que o Ocidente e portanto o Brasil mais opulento que o Peru; o problema verdadeiro consistia na dificuldade de alimentar os mineiros. E expunha um plano: “O primeiro que se devia fazer antes de bulir nelas, depois de estarem certos que eram de proveito, houvera de plantarem-se muitos mantimentos ao redor do sítio onde elas estão e como os houvesse em abundância tratar-se-ia da lavoura das minas; mas isto se faz pelo contrário, porque sem terem mantimento entenderam em tirar o ouro e como as minas estão muito pelo sertão os que vão levam de carreto o mantimento necessário e como se lhe acaba tornam-se e deixam a lavoura que tinham começado. E esta cuida que é a verdadeira causa de darem as ditas minas pouco de si” (93).

O plano decorria da natureza das cousas e Fernão Dias Pais, sem nunca ter lido os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, conservados inéditos até muito poucos anos, obedeceu-lhe na famosa jornada das esmeraldas; seria suficiente enquanto os mineiros se limitassem a bandos mais ou menos numerosos, e a alimentação vegetal pudesse ser suprida com a caça e a

pesca; depois do alborôto provocado pelos descobertos era indispensável recurso menos aleatório, e impunha-se a necessidade de gado vacum e de muito gado.

Não podia ir de S. Paulo: em Março de 1700 o capitão-mor Pedro Taques de Almeida confessava a D. João de Lencastro, governador geral: “destas vilas não é possível fazer-se [a remessa das boiadas], porque sendo vinte já perecem os povos, nem se vende pêso de carne, e valendo uma rês dois mil réis promettem os mineiros oito, pelo que interessam nas minas, porque o preço geral até o presente foi cinqüenta oitavas e em alguma necessidade cem” (94).

O recurso só podia partir da bacia do rio S. Francisco. “Pelo dito rio ou pelo seu caminho, expõe um documento pouco posterior a 1705, lhe entram os gados de que se sustenta o grande povo que está nas minas, de tal sorte que de nem uma outra parte lhe vão nem lhe podem ir os ditos gados, porque não os há nos sertões de São Paulo nem nos do Rio de Janeiro. Da mesma sorte se provêm pelo dito caminho de cavalos para suas viagens, de sal feito de terra no rio S. Francisco, de farinhas e outras cousas, tôdas precisas para o trato e sustento da vida”.

“O rio S. Francisco”, acrescenta, “desde a sua barra que faz no mar junto à vila de Penedo, em igual distância de oitenta léguas da Bahia e Pernambuco, de uma e outra parte, assim do que pertence à jurisdição de Pernambuco como à da Bahia (para os quais serve de divisão o dito rio) tem às suas beiras várias povoações, umas mais chegadas, outras mais distantes do dito rio; e na mesma forma se vão continuando por êle acima, por espaço de mais de seiscentas léguas, até se ajuntarem na barra que nêle faz o rio das

Velhas, em cuja altura se acham hoje as últimas fazendas de gados de uma e outra banda do dito rio de S. Francisco, sem ter da dita barra até esta altura parte despovoada nem deserta em a qual seja necessário dormir ou alvergarem no campo os viandantes, querendo recolher-se na casa dos vaqueiros, como ordinariamente fazem, pelo bom acolhimento que nelas acham”.

Assim, como o alto Paraíba do Sul, mas em proporções muito mais grandiosas, também o rio de S. Francisco serviu de condensador da população.

À vista disto poder-se-ia esperar muitas vilas nestas regiões tão povoadas. Puro engano: só foram criadas no século XVIII, mais uma prova da diferença entre as capitânias del-rei e as de donatários na apreensão das municipalidades.

As câmaras do sertão não divergiam das do litoral, isto é, possuíam direito de petição, podiam taxar os gêneros de produção local, davam os juizes ordinários, mas eram antes de tudo corporações meramente administrativas.

Dos assentos da câmara do Itó no Ceará, instalada em 1738, constam posturas relativas ao plantio de mandioca para farinha e de carrapateira para o fabrico de azeite, à proibição de exportar farinha por causa da carestia, aos salários que deviam cobrar alfaiates, sapateiros e outros officiais, à morte de periquitos, etc.

Nada confirma a onipotência das câmaras municipais descoberta por João Francisco Lisboa ⁽⁹⁵⁾, e repetida à porfia por quem não se deu ao trabalho de recorrer às fontes.

* * *

À preocupação de minas cederam já Cristóvão Jaques e Martim Afonso. Nas suas capitánias esperavam encontrá-las João de Barros e sócios. Duarte Coelho contava descobri-las no rio de S. Francisco, e só deixou de ir pesquisá-las pessoalmente por circunstâncias alheias à sua vontade. Em Pôrto Seguro correram notícias de ouro uns quarenta anos depois da viagem de Pedr'Álvares. Luís de Melo da Silva embarcou-se à sua procura para as terras do Amazonas.

Tomé de Sousa dispôs uma expedição que transpôs a serra do Espinhaço. Sob seus sucessores volveram outros com pedras preciosas, especialmente esmeraldas. Pareceram por fim tais e tantos os vestígios de haveres a uma inteligência perspicua como a de Gabriel Soares, que abandonou o próspero engenho de Jeriquiriçá e perdeu anos com requerimentos junto às côrtes de Lisboa e de Madrid para prestar à pátria o serviço de revelar-lhe as riquezas ocultas.

“Dos metais de que o mundo faz mais conta, que é o ouro e prata, — escreve no último capítulo de seu monumental *Tratado* ⁽⁹⁶⁾, — fazemos aqui tão pouca que os guardamos para o remate e fim desta história, havendo-se de dizer dêles primeiro, pois esta terra da Bahia tem dêle tanto quanto se pode imaginar; do que pode vir a Espanha cada ano maiores carregações do que nunca vieram das Índias Ocidentais, se Sua Majestade fôr disso servido”.

A tentativa em que se meteu não provou a verdade dêstes assertos, mas perpetuou-lhe o nome. A

êle prende-se a tradição de grandes viagens ao interior e de inexauríveis minas de prata. Melchior Dias, seu parente, ofereceu mostrar o metal branco em quantidade igual à do ferro em Biscaia; após muitas negações, intimado a cumprir a promessa, levou o governador geral do Brasil com alguns mineiros às serras de Itabaiana. As experiências feitas com azougue deram nada, com fogo deram fumo, informa testemunha de vista. Apesar de tudo continuou inabalável a crença nos tesouros ocultos de Melchior e na riqueza argentífera. Ainda no último quartel do século XVII procurava-se, esperava-se prata.

Partilhando das crenças de Gabriel Soares, D. Francisco de Sousa mandou do Espírito Santo às esmeraldas e de S. Vicente a Sabarabuçu. Quando veio-lhe substituto dirigiu-se para Madrid, onde conseguiu a separação do Estado em dois governos, em 1608; coube-lhe o do Sul com a superintendência exclusiva das minas em tôda a colônia. Nestes trabalhos perdeu a vida em São Paule; a esperança conservou sempre e soube comunicá-la a outros.

A incumbência dada a D. Francisco passou por sua morte a Salvador Correia e a alguns de seus descendentes, que durante quatro gerações pesquisaram ouro, prata, esmeraldas nos pontos mais diversos. Salvador neto adquiriu por fim certo cepticismo a propósito de metais; antes de qualquer outro convenceu-se da não existência de prata: “em sua consciência o declara que de Itabaiana para o Sul, quarenta léguas do mar, não há minas de prata, porquanto nestas partes andou êle conselheiro e fêz tôdas as experiências para a descobrir, e é diferente terreno do de Potosi”, concluiu no Conselho Ultramarino em 3 de Maio de

1677⁽⁹⁷⁾. De Potosi podia falar com pertinência, pois fôra até os Andes.

Por que se generalizou e persistiu esta crença com tanta pertinência? Porque se acreditava na identidade estrutural do Ocidente e do Oriente da América; porque tomaram a malacacheta por prata, como Salvador afirma de Melchior Dias; porque nas idéias do tempo o Oriente era mais nobre que o Ocidente, e não podia faltar aqui o que abundava lá: “por boa razão de filosofia esta região deve ter mais e melhores minas que a do Peru”, lê-se em documento escrito cêrca de 1610, “por ficar mais oriental que ela e mais disposta para a criação de metais”. Talvez influíssem também o nome do rio da Prata legado pelos primeiros navegadores e os informes confusos dos indigenas.

O ouro, não procurado ou procurado com menor afinco, aparecia entretanto às pequenas quantidades na capitania de S. Vicente. Desde o tempo de Mem de Sá encontraram alguns grãos Brás Cubas, provedor da fazenda, e Luis Martins, mineiro ido de Portugal.

Foram igualmente felizes outros. A crer na tradição houve descobertos riquissimos; Afonso Sardiha, dizia-se, deixara oitenta mil cruzados de ouro em pó. Há de entrar exagêro nesta conta, ou pelo menos muito ogô haveria no monte. Se tanto abundasse o metal, a população teria afluído aos bandos e os paulistas não levariam tanto tempo vida de bandeirantes.

Antonil-Andreoni parece mais próximo da verdade, quando diz a respeito destas primitivas lavras “que de um outeiro alto distante três léguas da vila de S. Paulo, a que chamam Jaraguá, se tirou quantidade de ouro que passava de oitavas a libras. Em Par-

naíba, também junto da mesma vila no sêrro Ibituruna, se achou ouro e tirou-se por oitavas. Muito mais e por muitos anos se continuou a tirar em Parnaaguá e Curitiba, primeiro por oitavas, depois por libras, que chegaram a alguma arrôba pôsto que com muito trabalho para o ajuntar, sendo o rendimento no catar limitado" (88).

Mais que as libras e oitavas, importam porém o gôsto pelas pesquisas auríferas assim mantido e a prática do ouro de lavagem. Esta familiaridade influíu de maneira benéfica sôbre o desenvolvimento ulterior da mineração.

D. Pedro II, depois de ver frustadas ou mal correspondidas tôdas as esperanças concentradas nas minas, resolveu dar um grande passo: dirigiu as mais lisonjeiras cartas à gente principal de São Paulo, confiando-lhe por assim dizer a questão.

Este apêlo aos brios paulistas provocou o maior entusiasmo: um rei ainda se reputava então semi-deus, e uma carta régia honra quase sobre-humana. De chôfre aparelharam-se e partiram nos rumos mais opostos numerosas bandeiras, e desde logo se evidenciou que, se o Brasil contivesse haveres minerais, não poderia conservá-los encobertos por mais tempo.

O mais famoso dêstes bandeirantes, transformado agora em mineiro pelo pedido do rei, chamava-se Fernão Dias Pais. Administrava algumas aldeias de índios Guanãan, desfrutava a casa grande característica da economia naturalista e transmontara já o pino da vida. Alistou-se na cruzada do metal, apesar de tudo isto. Dez anos consumiu na porfia, e ao falecer nas matas do rio Doce levou a certeza de haver

descoberto as célebres esmeraldas, secularmente esquivas ⁽⁹⁹⁾.

Sua morte precedeu de pouco o despontar dos descobertos fenomenais. Garcia Rodrigues Pais era seu filho, uma filha sua esposara Manuel da Borba Gato, ambos astros de primeira grandeza nestes cometimentos.

De Minas Gerais o nome indica a fartura, a onipresença dos haveres. Quem os descobriu primitivamente é impossível apurar, tanto se contradizem as versões; o fato ocorreu pouco depois de 1690. Segundo Antonil-Andreoni ⁽¹⁰⁰⁾, um mulato de Curitiba encontrou no riacho chamado Tripuí uns granitos cor de aço, que vendeu em Taubaté a Miguel de Sousa por meia pataca a oitava; levados ao Rio reconheceu-se nêles ouro finíssimo. Foi êste o primeiro descoberto.

Seguíram-se o de Antônio Dias, a meia légua de Ouro Preto, o de João de Faria, o de Bueno e Bento Rodrigues pouco mais distantes, os do ribeirão do Carmo e do Ibupiranga, todos nas cercanias de Ouro Preto e Mariana; parte da bacia do alto rio Doce foi escavada, justificando o nome de minas gerais primeiramente aplicado a êste distrito.

Outros centros foram o rio das Mortes nas proximidades de São João e São José de El-Rei, caminho de São Paulo; o rio das Velhas, revelado por Manuel da Borba Gato, caminho da Bahia; Caeté e, ainda e sempre no alto rio Doce e na cordilheira do Espinhaço, o sêrro do Frio. Novas minas foram descobertas em Pitangui, Paracatu e alhures; já pertencem à segunda corrente e dispensam enumeração especial.

Dos caminhos primitivos um partia de S. Paulo, acompanhava o Paraíba, transpunha a Mantiqueira, cortava as águas do rio Grande e além bifurcava para o rio das Velhas ou o Doce, conforme o destino; outro ou saía de Cachocira na Bahia e subia o rio Paraguaçu, ou tomando outras direções, passava a divisa do São Francisco, margeava-o a maior ou menor ⁽¹⁰⁾ distância até o rio das Velhas que perlongava; o caminho do Rio seguia por terra ou por mar até Parati, pela antiga picada dos Guaianá galgava a serra do Facão nas cercanias da atual cidade do Cunha e em Taubaté entroncava na estrada geral de São Paulo. Mais tarde o entroncamento fêz-se em Pindamonhangaba.

Artur de Sá, primeira autoridade que visitou os descobertos, tratou com Garcia Rodrigues Pais a abertura de uma linha mais direta de comunicações com a cidade de São Sebastião, a verdadeira capital do Sul. O filho de Fernão Dias deu conta cabal da incumbência. Nas proximidades da hodierna Barbacena reuniam-se os caminhos do rio das Mortes, o do rio das Velhas, e o do rio Doce; começou daí, venceu a Mantiqueira, procurou o Paraíba, seguiu-o até sua barra no Paraíba e pela serra dos Órgãos chegou à baía do Rio, passando em Cabaru, Marcos da Costa, Couto e Pilar. O trecho entre o Paraíba e a baía já estava ligado em 1725 por outro caminho, devido a Bernardo Soares de Proença, correspondendo em parte ao traçado da E. de F. de Petrópolis a Entre-Rios, em parte acompanhando o rio Inhomirim.

Ainda uma década depois dos primeiros descobertos, custava um boi cem oitavas, a mão de sessenta

espigas de milho trinta oitavas, um alqueire de farinha de mandioca quarenta oitavas, uma galinha três ou quatro oitavas, um barrilote de aguardente, carga de um escravo, cem oitavas, um barrilote de vinho, carga de um escravo, duzentas oitavas, um barrilote de azeite duas libras (libra = 128 oitavas) ⁽¹⁰²⁾.

“Não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento”, informa Antonil-Andreoni. “Porém tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. . . E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer coisa eram oitavas”.

“Com vender coisas comestíveis, aguardente e garapas muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro, — continua o mesmo autor. Porque como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia tiram ouro para si, a maior parte d’este ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual continuando a regá-los sem estrondo, os faz muito férteis. E por isso até os homens de maior cabedal não deixaram de se aproveitar por êste caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas

doceiras e crioulos taverneiros ocupados nesta rendosíssima lavra, e mandando vir dos portos de mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar" (102).

Sem serem procuradas apareceram as minas de Cuiabá. Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros andavam à cata de índios quando encontraram os primeiros grãos de ouro em 1719, em tamanha abundância que extraía-se com as mãos e paus pontudos; tirava-se ouro da terra como nata de leite, na expressão pitoresca de Eschwege. Os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer. A experiência das desordens das minas gerais foi aproveitada, e não houve aqui as terríveis desordens que fizeram tristemente célebre o rio das Mortes.

As notícias desta facilidade única de minerar, levadas ao povoado, agitaram a população, e levianamente se lançou à terrível jornada que começava no Tietê próximo do Itu, prosseguia pelo Paraná até junto das Sete Quedas, varava para as águas do Mboteteú até sua barra no Paraguai e subindo por este procurava o São Lourenço e o Cuiabá. Muitos naufragaram; morreram outros de inanição ou devorados pelas feras; dos escapos à morte muitos perderam nos saltos e corredeiras as fazendas com que pretendiam negociar; as fazendas salvas chegavam pobres a seu destino, porque não toldavam as canoas. E depois de tantos perigos encontravam a mais negra miséria em Cuiabá.

Alguns fatos narrados por Barbosa de Sá, testemunha e cronista desse período, mostram o horror da situação.

Só em 1721 chegou a primeira ferramenta para a mineração. Não havia pescadores e um dourado

colhido acaso vendia-se por sete e oito oitavas. Muitos andavam opilados e hidróticos, todos em geral com pernas e barrigas inchadas, com côres de defuntos; apetezia-se comer terra e muitos o faziam. Em 1723 apareceram os primeiros porcos e galinhas. Em 1725 chegou-se a dar por um frasco de sal meia libra de ouro (256\$, a câmbio de 27). O milho, antes de brotado, era comido pelos ratos; depois de nascido caíam-lhe em cima os gafanhotos; se espigava, o sabugo saía sem grãos; o que granava tinha de ser colhido verde para os pássaros o não comerem. As ratazanas eram tantas que um casal de gatos foi vendido por uma libra de ouro, e os filhotes a vinte e trinta oitavas. Em 1729, por falta de fazendas, venderam-se camisas de alguns lençóis que se desfuziam a doze oitavas de ouro; a vara de algodão da terra a três e a quatro oitavas; sal não havia nem para batizado.

A situação melhorou muito lentamente. Em 1725 começou-se a navegação pelo Pardo, Coxim e Taquari, o que facilitava bastante a viagem, principalmente depois de se fazerem roças, criação de gado e até carros para transportar canoas no varadouro de Camapuã, entre o Paraguai e o Paraná.

Em 1728 plantou-se cana: “logo começaram a moer nas moendinhas que chamamos escaroçador e a estilar em lambiques que formavam de tachos, apareceram logo águas ardentes de cana que vendiam a cinco e seis oitavas de ouro e as frisqueiras a quarenta oitavas. Com isto foi que se começou a lograr saúde, a cessarem as enfermidades e terem os homens boas côres que até então tinham-nas de defuntos, foram a menos as hidropisias e inflamações de bar-

rigas e pernas e a mortandade de escravos que té aí se experimentava enterrando-se cada dia aos montões” (104).

Até então a gente se concentrava nas cercanias de Cuiabá. Em 1734 transpuseram a serra e na região dos Parecis afloraram novas minas. Grandes florestas encontradas ali são a origem do nome de Mato Grosso. Em 1736 descobriu-se caminho por terra de Cuiabá ao Paraguai, e pelas águas do Guaporé a mineração foi se estendendo. Aquêlê ponto mais remoto ainda do que Cuiabá sofreu iguais misé-rias; despertou, porém, risonhas esperanças conhecer-se a existência de aldeias de jesuitas espanhóis a distâncias relativamente pequenas. Os primeiros que foram às reduções encontraram bom acolhimento e obtiveram algum gado. Brotou a idéia de entabular comércio e logo outros aventureiros realizaram mais de uma expedição sem o fruto apetecido, porque ordens restritas vedaram quaisquer transações com os portugêses. Nas reduções encontraram noticia de estarem na bacia do Madeira.

Poucos anos antes Francisco de Melo Palheta chegara às aldeias do Mamoré, partindo do Pará. Animado por êste exemplo, Manuel Félix de Lima em 1742 atirou-se ao rio Guaporé e foi sair em Belém. Mais tarde João de Sousa de Azevedo embarcou no Arinos, foi dar no Tapajós e voltou pelo Madeira. Apesar das dificuldades de navegação ainda hoje não vencidas, a viagem de um e outro rio foi repetida e aquêles sertões de Noroeste ficaram ligados à baixada do Amazonas.

Outra ligação se estabelecera antes com S. Paulo por via terrestre para evitar os índios brabos. Desde

a barra do São Lourenço começaram os Paiaguás e Guaicurus a perseguir as pessoas que iam para Cuiabá ou de lá tornavam. Apareciam de súbito em inúmeras canoas, e conhecendo os mínimos acidentes dos pantanaes escolhiam os pontos de ataque e sabiam furtar-se aos que os perseguíam. Diz-se que obravam incitados pelos castelhanos de Asunción e é muito possível, porque mineiros e bandeirantes não eram vizinhos para se desejar. Em todo caso o ouro que tomavam encontrava saída no Paraguai e tanto bastava para estimulá-los em seus saltérios.

O primeiro destes sucessos ocorreu em 1725. Diogo de Sousa com muita gente entrava no Xané, no delta do S. Lourenço, quando appareceu o gentio. Foram mortas seiscentas pessoas: salvaram-se apenas um branco e um prêto: como troféu e despôjo, os Paiaguás levaram vinte canoas. Repetiram-se os ataques nos anos seguintes, ora mais perto, ora mais longe do Taquavi, ponto obrigado depois das plantações do Camapuã e da navegação do Pardo. No meio de expedições para tomar vingança dos Bárbaros, surgiu a idéa de abrir caminho para Goiás e o povo concorreu com três mil oitavas para a obra. Realizou-a Antônio Pinto de Azevedo, que já estava de volta a Cuiabá em Setembro de 1737, com cavalarias e gados, os primeiros ali introduzidos.

Os descobertos de Cuiabá lembraram a Bartolomeu Bueno da Silva que, uns quarenta anos antes, percorrendo os sertões em companhia de seu pai, o primeiro Anhangüera, vira entre os índios Guaiá 1 epitas de ouro servindo-lhes de ornatos. Deviam ser muito auríferas aquelas regiões, pois o metal chegara a atrair a atenção do aborigene. Sentiu-se capaz de

achá-las outra vez, ofereceu-se a tentá-lo e seu oferecimento aceito, partiu de São Paulo em Janeiro de 722.

Fiara demais de sua retentiva; durante mais de três anos andou a êsmo em todos os sentidos, até as cabeceiras do Araguaia; parte de sua gente desceu o Tocantins e chegou ao Pará; parte caiu em encontro com os índios, parte morreu de fome; depois de comidos os cachorros e alguns cavalos, “fiz trinta e cinco sermões sem mudar de tema”, conta um companheiro do segundo Anhangüera, “animando a todos que não esmorecessem, certificando-lhes para diante rios de muitos peixes, campos de muitos vacados, matos de muita caça, mel e guarirobas. Pergentavam os miseráveis: quando? Respondia-lhes: nestes dias, e nestes permitia Deus que chegássemos e tudo se achava certo. Com isto cessaram as mortes e não morreu mais ninguém, e mal de muitos se não fóra o pregador” (105).

Afinal, em 21 de Outubro de 725, Bartoloméu Bueno chegou triunfante a S. Paulo, assegurando iguais grandezas às de Cuiabá, com a vantagem dos ares não serem tão contagiosos. Os rios, cujas passagens lhe foram concedidas e a seu sócio Bartolomeu Pais de Abreu, pai do benemérito historiador paulista Pedro Taques, dão idéia aproximada do seu itinerário, a trechos seguido no traçado da E. F. Mogiana: Atibaia, Jaguari, Mogi, Sapucaí, Pardo Grande, Velhas, Paranaíba, Corumbá, Meia-Ponte e Pasmados.

A primeira mineração condensou-se no rio Vermelho, afluente do Araguaia; mas também aqui apareceram minas generalizadas e os mineiros se dispersaram.

Em 733 Domingos Rodrigues do Prado descobriu as de Crixás, Manuel Dias da Silva as de Santa Cruz e Calhamare as de Antas; no mesmo ano Manuel Rodrigues Tomar descobriu as de Água-Quente e nos seguintes as de S. José e Trairas; em 734 Carlos Marinho descobriu as de S. Félix, em 736 descobriu as de Cachoeira, Santa Rita e Moquém; em 737 Francisco de Albuquerque Cavalcante descobriu as que guardam seu nome; datam de 739 o descoberto de Anaro Leite, de 740 o de Arraias, devido a Francisco Lopes, de 740 o de Pilar, devido a João de Godói Pinto da Silveira, de 746 o de Santa Luzia, devido a Antônio Bueno de Azeredo. Estas datas são aproximadas, e variam com os cronistas.

A situação geográfica de Goiás permitia-lhe facilmente communicar-se com a hãixada amazônica e com os chapadões de Parnaíba, de S. Francisco e do Paraná; sua apariçã tardia na história e relativa proximidade do povoado pouparam-lhe muitas das privações sofridas por Minas Gerais e Mato Grosso. O primitivo caminho de São Paulo pouco tempo conservou-se único; apesar das proibições repetidas e arbitrarias abriram-se mais outras picadas, e gados e aventureiros afluíram de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí e Maranhão. Já se viu que poucos anos depois daqui partiram recursos para os cuiabanos.

Várias expedições se organizaram à procura de jazidas particularmente abundantes, sibilinameute annunciadas em roteiros misteriosos: — Martirios, assim chamados da semelhança entre as formas das rochas vizinhas e os instrumentos da Paixão, Araez, rio Rico, etc. Nos roteiros, observa Eschwege ⁽¹⁰⁶⁾, que ainda alcançou alguns, guardados ciosamente nas fa-

milhas, três irmãos ou três irmãs podem ser três serras ou três rios; juntamente com a trindade, anda em geral a alavanca encostada à gameleira, ou a corrente pregada ao cedro, ou o prato de estanho largado numa loca, designados como conhecenças inequívocas do tesouro e nunca vistos. Os Martírios, se de fato existem, aguardam ainda descobridor.

A estas três capitánias auríferas cumpre agregar a da Bahia, não menos rica. Jacobinas e rio de Contas, êste sobretudo, justificaram tôdas as esperanças do velho Gabriel Soares; mas a metrópole julgou êstes descobertos demasiado próximos do litoral, expostos portanto a assaltos de piratas, e proibiu fôsem minerados. O veto respeitou-se o menos possível, embora se guardassem as aparências; daí certo ar de clandestinidade associado à mineração baiana e a impossibilidade de especificá-la. Mais tarde a proibição foi levantada; contudo Bahia continuou antes agrícola e pastoril que mineira, e Goiás afogou-a com o seu esplendor.

As Ordenações do Reino enumeravam as minas entre os direitos reais. Como a experiência de quase um século patenteasse a dificuldade de desfrutá-las, triunion a idéia, sugerida talvez por D. Francisco de Sousa e incorporada no regimento de 1603, de permitir a lavrança, com a ressalva do quinto para a Coroa. Enquanto o ouro andou por oitavas e libras, a porcentagem foi por assim dizer deixada aos escrúpulos de cada mineiro, mera afirmação de um princípio teórico; com os descobertos gerais de Cataguanes transformou-se em propulsor de todo o mecanismo colonial.

No caos inicial a única autoridade, o guarda-mor, demarcava os lotes e apartava para o rei uma data, adjudicada em licitação a quem mais desse. O quinto cobravam provedores *ad hoc* ou arrecadavam registos colocados em pontos de passagem forçada: Taubaté, para quem procurava São Paulo, ou Parati, no caminho do Rio. Nas ribeiras do São Francisco a colêta ficava mais difficil, porque a partir do arraial de Matias Cardoso, perto da actual Januária, abriam-se muitos caminhos para o Norte e Nascente; pelo rio desciam canoas e muitos preferiam êste veiculo, mais seguro e mais economicô. A difficuldade de arrecadação ainda avultou quando Garcia Pais estabeleceu communicação directa com a baia do Rio de Janeiro. Mesmo assim o rendimento foi considerável.

Nova era começa em 1711, com a chegada de Antônio de Albuquerque, a criação de vilas e a installação das municipalidades. Albuquerque reuniu as câmaras e pessoas mais notáveis, para assentarem o melhor meio de garantir os interesses da Coroa. Parecia racional uma capitação paga por cada bateia empregada na lavra; as câmaras preferiram impostos de entrada sobre fazendas sêcas, molhados e escravos. A invasão de Duguay-Trouin chamou o governador ao Rio; o ponto ficou suspenso; continuaram os registros e o sistema antigo.

Brás Baltasar da Silveira, novo governador, accitou o oferecimento feito pelas câmaras de Vila Rica, Sabará e Carmo, de darem anualmente, em pago do quinto, trinta arrôbas de ouro (1 arrôba = 16:834\$000, ao câmbio de 27); para auxilio da cobrança, concedeu-lhes D. Brás uma quota no direito das entradas. Durou esta avença um quinquênio, sem

que o govêrno da metrópole jamais parecesse satisfeito.

De 1718 a 722, as câmaras abriram mão da quota de importação e obrigaram-se a pagar anualmente vinte e cinco arrôbas. A côrte encheu-se, porém, de escrúpulos com a injustiça da capitação até ali vigente; preferiu casas de fundição, a que seria recolhido todo o ouro em pó, reduzido a barras e desde logo quintado. Avêssas a êste sistema, as municipalidades propuseram pagar trinta e sete arrôbas e assim se fêz até 1725.

De então até 1750 vigorou, ora o sistema de capitação, ora o de casas de fundição. Estas foram definitivamente estabelecidas desde o comêço do reinado de José I; aijançaram as câmaras o rendimento anual de cem arrôbas; havendo sobra, poderia servir para cobrir o déficit do ano seguinte; se êste apresentasse também sobra, a do ano anterior ficava pertencendo definitivamente à Coroa; se houvesse déficit e não pudesse ser suprido pelo modo indicado, proceder-se-ia à derrama, isto é, cada municipalidade concorreria proporcionalmente, de modo a completar-se a centena de arrôbas. A câmara mais opulenta, a de Vila-Rica, tinha, como recursos exclusivos, os aferimentos de pesos e medidas, os foros das casas, a renda dos açougues e a da cadcia; somado tudo não chegava a cinco contos ânuos. Quer isto dizer que a escrupulosa metrópole passava adiante a responsabilidade na odiada capitação.

Levariam longe os pormenores do regime fiscal, imposto a Minas Gerais e, até onde o permitiam as distâncias e a população esparsa, à Bahia, Goiás e Mato Grosso; a proibição de abrir novas picadas, a

proibição de fundar novos engenhos, a proibição de andar com ouro em pó, a proibição de andar com ouro amoeado, a proibição de exercer o ofício de ourives, os impostos múltiplos, os donativos implorados por prazo certo e curto e depois exigidos imperiosamente por prazo muito maior, estranhando-se a ousadia de suspendê-los nos têrmos do acôrdo inicial, mostrariam até onde pode chegar uma administração sem melindres e sem inteligência e uma gente sem energia, se não fôsse o distrito adiamantino.

Apenas uma amostra. Divulgada em 1730 a existência de diamantes no Tijuco, logo D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, estabeleceu a capitação de 5\$ por cada escravo empregado nas lavras; no ano seguinte mandou despejar as minas, expulsar da comarca do Sêrro negros, mulatas e mulatos forros, limitar a mineração a certa zona, pagando-se pelo menos 60\$ anualmente, afinal por muito favor reduzidos a 20\$, proibiu vendas fora do povoado e só as permitiu na povoação com o sol de fora; em 1734 a capitação foi elevada a 40\$, e logo em seguida vedada a mineração e mandado que nem um dos habitantes do distrito pudesse ter bateia, almocrafe, alavanca ou qualquer outro instrumento de minerar. Com o tempo foi-se tornando mais tirânico o regime, de modo a permitir que a Coroa portugûesa ficasse senhora do mercado de diamantes do mundo inteiro.

O ouro produzido no Brasil escapa a qualquer avaliação exata. Levando em conta uma porção de dados, Calógeras ⁽¹⁰⁷⁾ calcula que Goiás e Mato Grosso, desde o comêço da mineração até 1770, deram uma produção total de nove mil arrôbas; daquela data a 1822 mais umas duas mil e quinhentas: ao todo cento

e noventa mil quilogramas. Entre São Paulo, Bahia e Ceará haveria mais setenta e cinco a oitenta mil. Chega-se assim ao total de duzentos e setenta mil quilos para a produção destas partes do Brasil, durante o período colonial até 1822.

Para Minas Gerais avalia-a em sete mil e quinhentas arrôbas do principio até 1725; em seis mil e quinhentas arrôbas a produção dos onze anos seguintes; em doze mil arrôbas de 1736 a 1751; em dezoito mil arrôbas de 1752 a 1787; em três mil e quinhentas a quatro mil arrôbas de 1788 a 1801; em três mil e quinhentas arrôbas de 1801 a 1820. Até 1820 a extração total em Minas devia andar por 51.500 arrôbas, digamos 772.500 quilogramas.

Os quintos representavam apenas uma parte do regime fiscal: havia mais os dizimos, os direitos das entradas, as passagens dos rios.

Os dizimos, estabelecidos em 1704, rendiam no tempo de Teixeira Coelho ⁽¹⁰⁰⁾ mais de sessenta contos anuais: para os seis anos e cinco meses decorrentes do primeiro de Agosto de 1777 ao último de Dezembro de 1783 o contrato foi arrematado por 388 contos.

Os direitos de entrada cobravam-se nos registros do caminho novo, da Mantiqueira, do Itajubá, do Jaguará, do Ouro-fino, do Jacuí, de Sete Lagoas, do Jequitibá, do Zabelê, do ribeirão da Areia, de Nazaré, de Olhos d'Água, de S. Luís, de Santo Antônio, de Santa Isabel, do Pé do morro, do Rebêlo, do Inhacica, do Cactê-mirim, do Galheiro, do Bom-Jardim, de Simão Vieira, de Jequitinhonha, de Itacambira, do rio Pardo. Pagavam entrada os escravos introduzidos pela primeira vez, cabeças de gado vacum, muar ou cavalari, e as cargas de fazenda sêca ou molhada.

Por molhados entendiam-se os comestíveis, ferro, aço, pólvora e tudo o mais impróprio para se vestir. O rendimento das entradas em 1776 foi de mais de cento e quarenta e sete contos.

Pagava-se passagem nos rios Sapucaí, Verde, Mortes, Grande, Parampeba, Velhas, Urucuia, Bacpendi, Pará, São Francisco, Jequitinhonha. Offícios de justiça e fazenda pagavam também donativos, térias e novos direitos.

Na constância da derrama surgiram os primeiros fenômenos da decadência da mineração. Explicaram-na pelos extravios cada vez mais numerosos, graças à multiplicidade de vias de comunicação. Teixeira Coelho, que passou onze anos em Minas, ocupando altos empregos, e deixou escrito precioso sobre a capitania, indica outras causas: a pobreza dos mineiros; falta de negros, monopólios deles e direitos excessivos que pagavam; abusos nas concessões dos guardas-mores; demandas sobre terras e águas minerais; mau método de minerar; demandas sobre os privilégios dos mineiros a que chamam da trintada, divisão das fábricas por heranças, etc.

Todos estes males influem sensivelmente na decadência das minas, observa Eschwege, mas todos elles procedem de duas únicas causas, e são terem se franqueado ao povo as minas sem limitação e sem inspecção sobre seus trabalhos e a falta de leis montanísticas adequadas a este país... Os mineiros do país aproveitam só o que podem separar mecânicamente e de uma maneira muito imperfeita. Assim, contando tôdas as perdas que sofrem, causadas pela sua ignorância, desde que tiram o ouro do seu leito natural até que sai fundido da casa de fundição e da da moeda,

não será por certo exagerado quem avaliar estas perdas em a metade do mesmo ouro... (109)

Desenganada de ouro, a população procurou outros meios de subsistência: a criação do gado, a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo, de algodão; com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos históricos e honrados tropeiros.

Diversas tentativas se fizeram para atravessar a mata e comunicar diretamente com o mar. A mais feliz consistiu na passagem do alto rio Doce para o Pomba, iniciada por 1766. A presença de poaia facilitou o comércio com os índios daquelas regiões. Coroados, Coropotos, extratores da erva medicinal, cujo emprêgo, segundo uma tradição encontrada por Martius, lhes ensinou a irara: "asseguraram-nos", escreve êle, "que êstes filhos da natureza aprenderam o uso da raiz hemética com a irara, espécie de marta, que costuma, quando bebeu de mais água impura ou salgada de muitos riachos e tanques, mastigar a raiz e a erva para provocar vômito. Contudo isto pode muito bem ser uma das muitas histórias infundadas que sem exame os portuguezes receberam dos índios" (110).

Assim, a penetração ou melhor a exteriorização fêz-se rápida através da zona da ipecacuanha. Já na era de 780 Miguel Henriques, o Mão de Lova, chegava por êste caminho às minas de Cantagalo. Mais tarde plantou-se café naquela comarca, que desceu o Paraíba ou procurou o pôrto de Magé (por Aparecida, Serra do Capim, Paquequer, estrada construída pelo barão de Aiuruoca), enquanto não pôde servir-se da

Estrada de Ferro de Pedro II e da Estrada de Ferro da Leopoldina.

* * *

Os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do começo do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, pelas magnificências da terra natal, contavam-se entre os maiores beneméritos da coroa portugueza.

Tal transfiguração não se deram pressa em reconhecer os filhos do além-mar. Dai atritos frequentes. Gregório de Matos, baiano que se formara em Coimbra e aliás não revela simpatia particular pelos patricios, já na segunda metade do século XVII manejava o látego da sátira contra o reinol: vem degradado por crimes ou fugido ao pai, ou por não ter o que comer, salta no cais descalço, despido, rôto, trazendo por cabedal único piolhos e assobios, curte vida de misérias, amíuda roubos, ajunta dinheiro, casa rico e ocupa os cargos da república! De outra parte não faltariam respostas mordazes e remosques equivalentes.

Dêstes atritos e malquerenças a primeira manifestação pública explodiu nas terras do ouro com a chamada guerra dos Emboabas, uma das designações

dos reinóis na lingua geral. Para o caso de que vamos agora tratar a designação era pouco rigorosa. Naquelas brenbas tão alongadas do litoral devia haver poucos portuguezes; é provável, quase certo, estivessem em minoria nos combates: mas a alcunha, além de afrontosa, resolvia uma questão difficil: como chamar os adversários, em sua maioria gente da ribeira do São Francisco, se muitos vieram de São Paulo ou procediam de paulistas, e eram baianos os de uma, pernambucanos os de outra margem? Chamavam emboabas a todos os que não saíram de sua região, explica Rocha Pita.

Os paulistas afetavam profundo desprezo pelo emboaba, tratavam-no por vós, como se fôra escravo, informa o cronista destes successos. Durante o prazo de sua prepotência entre a serra da Mantiqueira e a do Espinhaço, nas primeiras décadas da anarquia incompressível, entregaram-se aos maiores excessos e só a força deu leis. Um dia, ante a violência praticada à sua vista contra um pobre diabo, protestou Manuel Nunes Viana, emboaba poderoso, afazendado nas margens do Carinhanha, pratico em guerras contra o gentio do S. Francisco, nas quais conquistara o pôsto de mestre de campo. Tanto bastou para promoverem-no a chefe dos oprimidos. Os paulistas por sua vez sentiam-se espoliados com a presença de tantos forasteiros. Conservam ódio aos reinóis, lembra António Rodrigues da Costa, no Conselho Ultramarino de que era membro, porque os reputam por usurpadores daquelas riquíssimas minas, que elles entendiam firmemente serem patrimônio seu, que lhes havia dado ou a sua fortuna ou a sua indústria. Entre espoliados e oprimidos o conflito era fatal.

A morte da gente miúda não se levava em conta, mas um dia os forasteiros mataram José Pardo, paulista poderoso, e seus patricios começaram a se armar, para em Janeiro do seguinte ano de 1709 dar cabo dos emboabas. Estes, fogosos agora com o prestígio do chefe eleito, anteciparam a ameaça e saíram à procura do inimigo para dar-lhe combate. A fôrça de São Paulo, que desceidosa acampava junto ao rio das Mortes, recolheu-se a um capão quando chegou a multidão arrebanhada no rio das Velhas e alto rio Doce. De cima das árvores os paulistas dispararam tiros certeiros, mas sua resistência não podia aturar muito, por estar cercado o mato de modo a não permitir saída e além disso falecerem viveres. Espalhou-se que os emboabas se contentariam com desarmar os contrários, e estes, fiados na promessa vaga, pediram bom quartel, prometendo entregar as armas. Concedeu-lho Bento do Amaral Gurgel ⁽¹¹¹⁾, cabo da fôrça atacante, fluminense de instintos sanguinários; apenas, porém, os viu indefesos “fêz um tal estrago naqueles miseráveis que, deixando o campo coberto de mortos e feridos, foi causa de que ainda hoje se conserve a memória de tanta tirania, impondo àquele lugar o infame título de capão da Traição” ⁽¹¹²⁾.

Ensoberbecidos com esta vitória, os emboabas proclamaram Manuel Nunes Viana governador daquelas minas. O aclamado, alheio às malfetorias e crueldades de Bento do Amaral, praticadas longe de suas vistas e sem seu assentimento, mostrou-se capaz do cargo; elevou-se de chefe de partido a cabeça de govêrno, criou juizes, distribuiu postos, officios e patentes, regularizou a concessão das minas, cobrou os quintos devidos ao régio erário, arrecadou direitos

sobre os gados e fazendas importadas, sopeou a anarquia reinante. Excessos praticou necessariamente, nem com facilidade poderia evitá-los, mas sua obra foi benéfica e depois dela percebe-se o atrefecimento da barbárie universal. Era aliás um espírito de certa cultura; gostava de ler a *Cidade de Deus* e obras congêneres; a suas expensas se imprimiu o *Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira, um dos mais apreciados livros para nossos avós do século XVIII, como provam suas numerosas edições.

A notícia dos sucessos do rio das Mortes atraiu às minas Fernando de Lencastro, governador do Rio. Os espíritos estavam ainda muito excitados para reconhecer-lhe a autoridade, mesmo se admitissem sua imparcialidade e desta com razão ou sem ela duvidavam. Em Congonhas, próximo de Ouro Preto, Nunes Viana saiu-lhe ao encontro, rodeado de cavalaria e infantaria, e o governador intimidado fêz-se de volta para sua capital. Diz-se que secretamente procurou-o o chefe dos emboabas, assegurando-lhe sua lealdade, prometendo sujeitar-se à ordem legal apenas serenasse a efervescência de sua gente. Parece exata a história, pois quando mais tarde acudiu Antônio de Albuquerque, sucessor de D. Fernando, acompanhado apenas de dois capitães, dois ajudantes e dez soldados, Nunes Viana entregou-lhe voluntariamente o mando e recollheu-se a suas fazendas na margem pernambucana do São Francisco.

Donde menos se esperava anunciou-se nova procela. Os paulistas, sobreviventes ao morticínio do capão da Traição, foram recebidos em sua terra com desprezo até das próprias mulheres, que “blasonando de Pantasiléas, Semiramis e Zenobias, os injuriavam

por se haverem ausentado das minas fugitivos, e sem tomarem vingança dos seus agravos, estimulando-os a voltar na satisfação dêles com o estrago dos forasteiros” (113). Estas palavras ardentes encontraram eco; Piratininga tornou-se praça de guerra; numerosos voluntários, sedentos de vingança, gruparam-se à roda de Amador Bueno da Veiga e se encaminharam para além da Mantiqueira. Sua marcha foi bastante vagarosa. Saiu-lhes ao encontro Antônio de Albuquerque, esperançado em ser tão bem sucedido com êles como fôra com os emboabas. Enganou-se, porém; a marcha vagarosa dos paulistas não provinha de hesitações ou receios e por tal modo receberam o governador que dali mesmo seguiu para o Rio pelo velho caminho de Parati, receioso de ser prêso por aquêles súditos turbulentos. Da cidade, pelo caminho novo de Garcia Pais, mandou avisar os emboabas do perigo que os ameaçava.

Assim tiveram tempo de se aparelhar e fortalecer até chegar Amador Bueno com seus mil e trezentos soldados. Feriu-se logo o combate e durou vários dias; alguns paulistas, desanimados com a resistência, falaram em levantar o cêrco; alguns emboabas, à vista da mortandade nas próprias fileiras, pensaram em se render. O ódio era demasiado forte de parte a parte para prevalecer qualquer solução mais humana. Afinal, quando os emboabas já não podiam se manter e dispunham uma sortida desesperada, misteriosamente retiraram-se os paulistas, talvez com o boato de marcharem do rio das Velhas e de Outro Prêto fôrças consideráveis. Não deram com isso a partida por perda e trataram de preparar ou fingiram preparar outra expedição mais forte para recommençar a

luta; interveio, porém, D. João V, com o prestígio semi-divino da realza naquelas inteligências rudimentares: "entendendo o soberano que ânimos generosos se deixam vencer com qualquer afago, lhes enviou pelo novo governador um retrato seu... para que entendessem que visitando-os daquele modo, já que pessoalmente o não podia fazer, tomava aos paulistas debaixo de sua real proteção" (116). Com este singular presente se satisfizeram, e esquecidos dos agravos passados depuseram as armas.

Depois da guerra dos emboabas, houve ainda desordens em Minas Gerais, uma delas, em 1720, sufocada enérgicamente; não mais inspirou-as o espírito de nativismo, isto é, a queixa de espoliação e sua importância é meramente provinciana.

Mal estavam pacificadas as terras do ouro e já rebentava manifestação análoga na capitania de Pernambuco.

Depois da expulsão dos flamengos, o governador fixou residência em Olinda, e nela o primeiro bispo estabeleceu a sede da diocese em 1688. A nobreza antiga reedificou a casaria destruída, que ocupava só por ocasião das festas, pois a maior parte do ano passava nos engenhos. O Recife, graças à superioridade do porto, continuou a prosperar e adquiriu população numerosa e permanente; preferiam-no para morada os negociantes, gente que em geral procurava enriquecer depressa, para ir desfrutar a fortuna no além-mar. Os olindenses olhavam para eles com tóda a soberania de sua prosápia e de seus postos, desdenhosamente chamavam-nos mascates, e andavam sempre em rusgas por causa de contas, queixan-

do-se uns de usura e extorsão, outros de mau pagamento e má fé.

Depois de enriquecer, alguns recifenses procuravam ter também parte no govêrno, obter hábitos e ganhar postos de milícia. Conseguiram-no com grande indignação da nobreza, acostumada ao privilégio destas honrarias. Em 1703 fizeram não só eleitores como um vereador. Com isto tanto mais se exacerbaram as paixões. Olinda aproveitou sua dupla superioridade de capital civil e eclesiástica para a todo propósito anesquinhar a rival. Desde então empenharam-se os mascates em obter para o Recife o titulo de vila, condição de autonomia dos negócios municipais. Enquanto reinou D. Pedro II, lembrado ainda da guerra dos vinte e quatro anos, valeu a opposição da nobreza; D. João V cedeu à influencia contrária poucos anos depois de haver subido ao trono.

A solução ofendeu os brios olindenses, mas talvez não provocasse violências se a outro coubesse executar a ordem régia. Governava a capitania Sebastião de Castro Caldas, ex-governador do Rio e da Paraíba, português leviano, sarcástico, desdenhoso dos subordinados, adito dos reinóis. A 15 de Fevereiro de 1710 levantou o pelourinho da vila nova ⁽¹¹⁵⁾, em honra sua chamada de S. Sebastião; a 3 de Março levantou outro com maior solenidade, por não ser bastante o primeiro. A delimitação do termo de Recife, a jurisdição dos juizes ordinários, a serventia dos diversos officios malquistaram o ouvidor, o juiz de fora e o juiz ordinário com o governador. Correu que se pretendia depô-lo, como em 1666 se fizera a Jerônimo de Mendonça Furtado. Sob este pretexto, verdadeiro ou falso, começou êle a prender pessoas importantes, e ameaçava

ainda outras quando a 17 de Outubro desfecharam-lhe um tiro às 4 horas da tarde, no meio da rua. Já tardava êste desfecho: “em Pernambuco se acha que mais gente se tem morto a espingarda depois de sua restauração do que matara a mesma guerra”, escrevera-se alguns anos antes.

Não foram pegados os três mandatários nem se descobriu mandante. Caldas, ligeiramente ferido, proibiu que a dez léguas do Recife andasse alguém armado e mandou prender mais gente. O fato de superintender a tudo sem se recolher ao leito deu azo aos agitadores para espalharem ser fingido o ferimento e o tiro mandado dar por êle próprio; a proibição de andar-se armado apontaram como prova de estar disposto a entregar a terra aos franceses, que acabavam de atacar o Rio. Com isto cresceu a fermentação; perdendo a calma, o governador expediu vários destacamentos às freguesias da mata, a efetuar novas prisões. Levantou-se o povo; parte da tropa foi cercada, parte capitulou, parte fraternizou, e levadas numerosas de populares puseram-se em marcha para o Recife.

A 5 de Novembro chegou à praça a notícia do levante; a 6, Caldas tentou negociar com os levantados, que a nada quizeram atender; a 7 de madrugada embarcou numa sumaca para a Bahia, levando consigo alguns dos mais odiados de seus partidários.

Dos populares, recrutados pela maior parte em Santo Antônio, S. Lourenço, Jaboatão, Varge, Muri-beca, alguns eram movidos sobretudo pela pretensa traição do governador; a outros instigava ódio aos mascates, e formava artigo de seu programa o saque do Recife. Tê-los dissuadido dêste projeto deveu-se

principalmente aos religiosos regulares e seculares. Na entrada da nova vila houve algumas violências, mas de pequeno vulto e a tempestade desfez-se sem os estragos temidos. O pelourinho foi derribado, anulada a eleição, inutilizados os pelouros, privados de insígnias os oficiais mascates; um ou outro devedor menos consciencioso liquidou as contas sumariamente; contudo houve mais farsas e desfeitas que violências e desforços.

Com a retirada de Sebastião de Castro vagara o lugar de governador; abertas as vias de sucessão para saber o nome do substituto, saiu o do bispo da diocese. Alguns insurgentes opuseram-se à posse. Bernardo Vieira de Melo, sargento-mor, um dos cabos na guerra dos Palmares, propôs se proclamasse uma república à moda de Veneza ou se procurasse a proteção de alguma potência cristã. Hoje é festa estadual em Pernambuco o dia 10 de Novembro, em honra deste gesto peregrino. Que idéia formava de república e da adaptabilidade a terras tão atrasadas, a povo tão alheio às práticas políticas e administrativas, de organismo complexo e delicado qual a constituição veneziana, provavelmente se ignorará até a consumação dos séculos. Ouvira, talvez, falar no seu caráter aristocrático e ingenuamente equiparava a nobreza de Olinda aos cultos patricios das lagunas. Do protetorado de qualquer nação cristã que se poderia seguir? Esperava-o fim idêntico ao da invasão flamenga, — bem o provava o atual movimento, triunfante graças principalmente à crença que se divulgou da conivência do governador expulso com os franceses. De resto podem ser falsas estas alegações; transmitidas só por adversários rancorosos, empenha-

dos em agravar as culpas dos vencidos. Acabou-se reconhecendo legítimo o sucessor indicado pelas vias de sucessão, Sua Ilustríssima o Senhor D. Manuel.

D. Manuel Álvares da Costa, chegado de Portugal no comêço do ano, mantivera com o representante do poder civil as relações antes frias que cordiais de praxe entre os cabeças das duas sociedades perfectas. Ao ser informado do tiro, foi visitar o ferido de quem na mesma ocasião se despediu por ter de partir para a Paraíba. Em caminho agregou-se à comitiva, como dias antes convencionara, José Inácio Arouche, o ex-ouvidor malquistado com o governador a propósito da divisão do têrmo do Recife, e objeto de ódio muito particular seu e dos mascates, apesar de português. Sebastião de Castro implicou-o entre os mandantes do crime e fautores da conspiração, deu ordem de capturá-lo e, não sendo achado em casa, mandou seguí-lo até onde fôsse encontrado: era fácil a diligência, pois Arouche não andara com mistérios.

A 20 de Outubro amanheceu cercada a igreja de Tapirema, onde pernoitara o bispo, por uma tropa de soldados encarregada de realizar a prisão. D. Manuel escreveu a Sebastião de Castro protestando contra a desatenção à sua pessoa e descomposição imerecida e obrigando-se a dar conta do perseguido. A resposta foi remessa de fôrça mais numerosa, accusações odiosas contra o ex-ouvidor, ordem de trazê-lo vivo ou morto: "se o dito doutor está inocente, tenho bens com que satisfazer-lhe a injúria e cabeça com que pague quando por êste respeito mereça castigo... Êste doutor ficou em Pernambuco ou por pecado da terra ou pelos meus, pois não só embarçou o meu govêrno, mas pôs a V. S.^a em ódio com as suas ove-

lhas, como é público e notório, pois todos reconhecem as letras e virtudes de V. S.^a e atribuem aos seus conselhos e vinganças tudo quanto se tem visto e experimentado” ⁽¹¹⁶⁾. Arouche escapou à prisão porque sacerdotes do lugar deram-lhe escapula e por caminhos desviados levaram-no à Paraíba.

D. Manuel voltou para Olinda no dia 10 de Novembro, a 15 tomou posse do govêrno e logo, para aquietar os povos sublevados desde São Francisco até Paraíba, perdoou-lhes a revolução e o tiro, “confiado na grandeza de el-rei nosso senhor que Deus guarde, o haja de confirmar” ⁽¹¹⁷⁾.

Seguem-se alguns meses de calma aparente. A nobreza desfrutava ruidosamente a vitória, dando tudo por terminado; apenas em Junho do ano seguinte falou-se de tirar proveito das fortalezas para impedir o desembarque do novo governador, se não trouxesse o perdão esperado, ou permiti-lo somente sob certas condições.

Entretanto a inércia dos mascates encobria um trabalho de mina muito ativo. Com habilidade foram separadas da causa de Olinda as freguesias situadas entre o cabo de Santo Agostinho e o rio S. Francisco, obtida a cooperação do capitão-mor da Paraíba, do mestre de campo dos Henriques, do governador dos índios, do comandante da fortaleza de Tamandaré; aos poucos, para não despertar atenção, reunidos víveres em quantidade suficiente para resistir a um cerco; aliciado o têrço do Recife com seus oficiais, fiéis a Sebastião de Castro até a última hora. Esta pelo menos é a versão olindense. Como nada transpirou até o momento decisivo difficilmente se comprehende; não se sabe o que mais admirar, se a manha

da gente mascatal, se a cegueira da nobreza, e ganha foros de verossímil a história depois contada pelos mascates de que nada se previra, nada se preparara, tudo surgira de momento. Até hoje só têm triunfado no Brasil movimentos improvisados, que dispensam longas combinações e prodigalidades cerebrais.

Soldados do têrço do Recife e os de Bernardo Vieira de Melo entraram em rusga por causa de mulheres à toa; o sargento-mor tomou o partido dos seus e exigiu o castigo dos outros; êstes imploraram-lhe perdão, mas encontrando-o mal disposto e implacável, saíram para a rua disparando tiros, dando vivas ao rei e morras aos traidores, prenderam o cabo dos Palmares e levaram-no para a cadeia. O bispo e Valenzuela Ortiz, antigo juiz de fora que interinamente substituía a Arouche na ouvidoria, assistiram à prisão e aprovaram-na. Como por encanto ocupou as fortalezas a gente recifense; tudo isto a 18 de Junho de 1711. No outro dia o bispo assinou comunicações às freguesias rurais aquietando-as. Se houvera de fato plano, a execução correu magistral; de um só golpe ficavam guarnecidas as fortalezas com pessoal amigo, imobilizado o mais resolutu cabecilha do grupo adverso e a legalidade de tudo atestada pela presença e aprovação explícita do chefe religioso e civil da capitania e de seu primeiro magistrado. Depois de três dias o bispo e o ouvidor saíram de Recife para Olinda, onde o inesperado dos sucessos provocara a maior agitação.

D. Manuel era varão virtuoso e letrado, mas facilmente suggestionável, timorato e violento a um tempo, impellido numna direção pelos ditames da consciência e logo atirado em sentido oposto pelas intrigas dos conselheiros. Sem grande custo convenceu-

-se na cidade de que os mascates quiseram prendê-lo, que a guarnição das fortalezas embuçava os mais negregados horrores e não podia, nem devia permitir desrespeito à majestade real depositada em suas mãos. Mandou diversas intimações aos do Recife para abandonarem as fortalezas, desvanecerem as fortificações feitas para terra, reconhecerem a fidelidade dos olandenses. Depois da quarta, tão inútil como as outras, a 27 de Junho demitiu de si parte do poder temporal em favor de Valenzuela Ortiz, do mestre de campo Cristóvão de Mendonça Arrais, e oficiais do senado, "contanto que não haja efusão de sangue e assim o protesto uma e mil vêzes, como já protestado tenho, e que para esta restauração e negócio e tudo o mais que dêle se pode seguir, não concorro direta nem indiretamente, porque só quero a paz e sossego nos vassallos de Sua Majestade que Deus guarde" (118).

Se quisesse tornar inevitável a efusão de sangue, o pobre prelado não teria achado melhor caminho. Escudada em sua cumplicidade, a nobreza cercou o Recife e as hostilidades abriram-se com violência de parte a parte. Bombardeios, sortidas, recriminações, fôlhas avulsas mostrando a sem-razão dos adversários compõem este pouco interessante episódio. Comandava os mascates João da Mota, natural de Alagoas, elevado a capitão mandante por ser o oficial mais antigo. Era-lhe fácil manter a resistência, pois os sitiados sabiam que desta vez, se se rendessem, seria fatal o saque da vila. Disponha a mais de sangue frio, bravura, entusiasmo, bom humor e presença de espírito. A exemplo do bispo, constituiu uma espécie de governo eclesiástico de frades, principalmente recoletos e carmelitas, letrados e canonistas, para con-

trabalhar as censuras e excomunhões episcopais. Nunca os mensageiros do prelado puderam fazer as intimações necessárias, e portanto ninguém se considerou nunca excomungado. A terrível arma mentiu fogo.

Na campanha houve dois combates: no primeiro venceram os mascates, no segundo os cidadãos. Apesar de seu furor partidário, o cronista olindense reconhece um quê de providencial no resultado dos dois encontros: "Mistérios foram ambas estas ocasiões da Divina Providência, que não permitiu o conseguir-se de outra sorte, livrando-nos sempre do maior mal, que por cegos o não víamos; pois é certo que se os nossos na primeira vez vencessem, como desejavam, escandalizados do seu atrevimento e sem o seu amparo os do Recife, entrariam de fora os moradores a abrasar quantos dentro nêle achassem. E se nesta segunda batalha nos vencessem, vinham do mesmo modo sobre nós a acabar-nos" (119).

A notícia dos primeiros sucessos chegou a Lisboa em Fevereiro de 711. Com êles occupou-se o Conselho Ultramarino na consulta de 26. A impressão produzida foi veemente: "êste caso não só é gravíssimo, mas o maior que até agora aconteceu na nação portugueza", e a variedade nos alvites, a virulência nas propostas, chegando um membro a fixar o mínimo dos que deveriam ser condenados à pena última, patenteram o soçobro dos conselheiros. Quase tanta indignação como o tiro e o levante suscitou a fuga de Sebastião de Castro, largando um govêrno de que prestara menagem nas mãos do soberano; o perigo da vida, mesmo se houvesse, não era o motivo para desculpá-lo.

Chegaram depois noticias mais tranqüilizadoras: a posse do bispo, o perdão concedido aos revoltosos, a paz e a obediência sucedendo ao motim. A consulta de 8 de Abril já revela mais calma. Só a 1 de Junho, porém, o governo metropolitano resolveu confirmar o perdão, prender Sebastião de Castro por abandono do cargo, enviar novo governador, acompanhado de ouvidor, juiz de fora e alguma tropa.

Félix José Machado, nomeado governador, appareceu ao longe sobre Pau Amarelo em 6 de Outubro, e logo os dois partidos mandaram a bordo ⁽¹²⁰⁾, expondo a seu modo o estado das cousas. Só então devia ter sabido do cerco do Recife e mais successos d'ele decorrentes. Exigiu que João da Mota entregasse as fortalezas, fêz levantar o cerco e restituir tôda a autoridade política a D. Manuel, de cujas mãos unicamente as receberia.

Êstes atos revelaram espírito bem orientado, disposto a collocar-se sobranceiro às facções que se degladiavam. E' bem possível mantivesse esta attitude até o fim se houvesse maneira de chegar a qualquer conciliação entre os combatentes, ou de arredar a questão fundamental: quem eram os verdadeiros criminosos? os de Olinda que atentaram contra a vida de Sebastião de Castro, derribaram o pelourinho, queimaram as pautas eleitorais? os do Recife que negaram obediência ao bispo-governador, guarneceram as fortalezas por autoridade própria, abocaram a artilharia contra a terra? Os cidadãos haviam sido anistiados pelo rei; o governador geral desde a Bahia anistiaara os mascates, mas êstes, desvanecidos e orgulhosos, diziam não precisar de perdão, antes reclamavam recompensas e agradecimentos.

A resposta seria fácil havendo terceiro levante, e logo um partido denunciou o outro de o estar tramando. A acusação era absurda, como o ato inexecutível. Os de Olinda não tinham encontrado apoio ao Norte de Itamaracá ou ao Sul de Santo Agostinho; menos o encontrariam agora, com tropas vindas de Portugal e navios de guerra fundeados no pôrto. A gente mascatal obtivera a restauração da vila, o recrutamento do pelourinho, novas eleições: que mais poderia aspirar ?

Entretanto, convenceu-se o governador de que os olindenses conspiravam, e logo começaram prisões, perseguições e processos. Ouvidores e desembargadores chamados a devassar o caso mostraram não só parcialidade odienta a favor dos reinóis, como às vêzes ordenaram prisões pelo simples desenfado de desfeitear o adversário e de se divertir com a gente de sua roda. O bispo teve ordem de sair de Olinda para o S. Francisco e como, por ser tempo das águas, viajasse devagar, intimou-lhe um desembargador que andasse mais depressa. Se a primeira dignidade eclesiástica não escapava destas afrontas, pode-se imaginar o que passariam pessoas sem imunidades. Foram anos bem calamitosos os de 712 e 713.

No fim dêste, Antônio de Albuquerque, depois de ter governado Maranhão, Rio, S. Paulo e Minas, aportando a Pernambuco de passagem para a Europa, pôde observar o estado de miséria e atribulação daquella pobre gente, e na côrte expôs a verdadeira situação.

Os serviços prestados durante anos em cargos tão importantes davam pêso a suas palavras e a êle se atribui a disposição mais benévola desde logo mos-

trada. Cartas régias datadas de 7 de Abril de 714 lembraram que estavam perdoados tanto o levante de 710 como o de 711; não havia mais devassar e prender por causa déles; só constituía crime o de 713.

Por implicados neste foram conservados presos Bernardo Vieira de Melo e um filho, Leonardo Bezerra e dois filhos, e Leão Falcão, o estouvado e leviano que, ainda depois da chegada de Félix José Machado, teve a veleidade de tentar resistir e insurgir-se, nos limites de Goiana, poderoso centro mascatal.

Leonardo Bezerra, depois de desterrado para a Índia, conseguiu fugir para a Bahia, onde terminou a vida. Segundo a tradição escrevia aos amigos: “não corteis um só quiri das matas; tratai de poupá-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros”. Marinheiro era uma das designações dos portuguezes na capitania de Pernambuco, quiri o nome de madeira tão rija como ferro. Se as palavras são autênticas, devia possuir optimismo incurável o velho insurgente que fiava a república ou a independência de sua pátria de costas e cacetes quebrados.

Entre estas agitações publicou-se na metrópole um livro intitulado *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra de André João Antonil, lê-se na primeira página da edição impressa com as licenças necessárias pela officina real Deslenderina em 1711. Hoje sabemos que se tratava de anagrama e deve-se ler João Ant. Andreoni L. (luquense) ⁽¹²¹⁾. Filho de Luca em Toscana, Andreoni veio ao Brasil em 1689 como visitador da Companhia de Jesus e terminada a comissão ficara na provincia. Ocupava o cargo de reitor da Bahia quando expirou Antônio Vieira, em 1697. Era provincial ao rebentar a guerra

dos Mascates; há queixas, provavelmente fideiúgnas, de haver manifestado simpatias a favor da nobreza de Olinda.

A obra de Andreoni, dividida em cinco partes, trata de engenhos e açúcar, de fumo, minas e gado. Sem amplificações, em forma tersa e severa, adunava algarismos e mostrava o Brasil tal qual se apresentava à visão de um espírito investigador e penetrante. Ficava-se agora sabendo da existência de cento e quarenta e seis engenhos, moentes e correntes na Bahia com a produção anual de quatorze mil e quinhentas caixas de açúcar; de duzentos e quarenta e seis engenhos em Pernambuco, produzindo doze mil e trezentas caixas; de cento e trinta e seis engenhos no Rio, produzindo dez mil duzentas e vinte. Somava tudo trinta e sete mil e vinte caixas, de trinta e cinco arrôbas cada uma, apurando 2.535:142\$800.

A Bahia produzia vinte e cinco mil rolos de fumo, Pernambuco e Alagoas dois mil e quinhentos, rendendo anualmente 334:650\$000.

No decênio anterior, a extração de ouro importaria mil arrôbas; oficialmente andava agora por cento cada ano, mas na realidade importaria trezentas, uma por dia, descontados domingos e dias santos.

Para avaliar o gado bastava lembrar que os milhares de rolos de fumo iam encourados para bordo; além disso Bahia exportava anualmente cinquenta mil meios de sola, Pernambuco quarenta mil e Rio, com os que iam da colônia do Sacramento, vinte mil, — ao todo cento e dez mil meios de sola, na importância de 201:800\$000.

E não são tudo estes 3.743:992\$800 da opulência do Brasil em favor de Portugal ⁽¹²²⁾.

Cumprе acrescentar “o que rende o contrato das baleias que por seis anos se arrematou últimamente na Bahia por 110 mil cruzados, e no Rio de Janeiro por três anos por 45.000 cruzados; o contrato anual dos dízimos reais, que na Bahia, nestes últimos anos, fora as propinas, chegou a perto de 200.000 cruzados; no Rio de Janeiro, por três anos, por 190.000 cruzados, em Pernambuco, por outros três anos, por 97.000 cruzados; em São Paulo por 60.000 cruzados, fora os das outras capitánias menores, que em tôdas notavelmente cresceram; o contrato dos vinhos, que na Bahia se arrematou por seis anos em 195.000 cruzados, em Pernambuco por três anos em 46.000 cruzados, e no Rio de Janeiro por quatro anos por mais de 50.000 cruzados; o contrato de sal na Bahia arrematado por doze anos a 28.000 cruzados cada ano; o contrato das águas ardentes da terra e de fora, avaliado por junto em trinta mil cruzados; o rendimento da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, que, fazendo em dois anos três milhões de moeda de ouro, deu de lucro a El-Rei, que o compra a doze tostões a oitava, mais de seiscentos mil cruzados; além das arrôbas dos quintos que cada ano lhe vão; os dircitos que se pagam nas alfândegas dos negros que vêm cada ano de Angola, S. Tomé e Mina em tão grande número aos portos da Bahia, Recife e Rio de Janeiro, a 3.500 réis por cabeça; e os dez por cento das fazendas no Rio de Janeiro, que importam um ano por outro oitenta mil cruzados” (122).

A conclusão tirada destes algarismos escrupulosamente dispostos não podia ser mais modesta. Devem ser multiplicadas as igrejas, pois tanto cresce a população, amoestava o sagaz jesuíta; devem ser pró-

postas pessoas idôneas nos concursos e provimentos das igrejas vacantes, pois tanto avultam os dizimos; deve-se pagar com pontualidade a soldadesca das praças e fortalezas marítimas e adiantá-la nos postos em igualdade de serviços; deve-se deferir as petições dos moradores, e aceitar os meios que para seu alívio e conveniência as câmaras tão humildemente propõem. “Se os senhores de engenhos e os lavradores do açúcar e do tabaco são os que mais promovem um lucro tão estimável, parece que merecem mais que os outros preferir no favor e achar em todos os tribunais aquela pronta expedição que atalha as dilações dos requerimentos, e o enfado e os gastos de prolongadas demandas” (123).

O governo metropolitano deu ao livro uma resposta fulminante: confiscou-o, e com tamanho rigor que ainda hoje raríssimos exemplares se encontram da edição princeps. Pretextou para esta violência, estar divulgado nêle o segredo do Brasil aos estrangeiros. Não se vê bem como podia fazê-lo: cultivava-se cana e fabricava-se açúcar em colônias de outras nações; plantava-se também fumo, criava-se gado, trafegavam-se minas. Que lhes poderia ensinar de novo a *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*? A verdade é outra: o livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros, mostrando tôda a sua possança, justificando tôdas as suas pretensões, esclarecendo tôda a sua grandeza.

Sob a arquetetônica severa dos algarismos colhidos pelo benemérito jesuíta conservou-se inviolado o segredo do Brasil aos brasileiros; transpirou, porém, sob outras formas, em adumbrações significativas.

Surdou em ditirambos, exaltando a riqueza sem

par do país. Apareceu em vastas compilações dedicadas à nobiliarquia, como a de Borges da Fonseca para Pernambuco, a de Jaboatão para a Bahia, e sobretudo a de Pedro Taques para S. Paulo ⁽¹²⁵⁾, entroncando as famílias do Brasil na primeira nobreza de Espanha, Itália e Flandres. Como falcia-lhe senso histórico, Loreto Couto apanhou centenas de nomes para mostrar Pernambuco ilustrado com virtudes, com as letras, pelas armas, pelo sexo feminino.

No mesmo Loreto Couto, beneditino pernambucano que escrevia por 1757, encontramos manifestação ainda mais característica: o exalçamento, a glorificação do indígena, em confronto com a antiga gente de Portugal e até com povos mais adiantados do velho mundo.

Para provar suas virtudes morais, cita o nome de índios notáveis pelo valor e pela fidelidade, um Tabira, os Camarões e tantos outros auxiliares nas guerras flamengas e na conquista do país. Entre as manifestações de suas virtudes intelectuais aponta os conselhos em que os velhos da tribo discutiam as questões pendentes, o conhecimento das enfermidades e mezinhas, os ardis de caça e pesca.

Ignoravam a verdadeira religião? Não adoravam como os gentios antigos moradores da Beira e marinha de Setúbal uma balcão arrojada à praia, nem lhe ofereciam em sacrifício anualmente uma donzela e um moço. “Se os erros mui repugnantes aos princípios naturais provam barbaridade, é preciso declarar por bárbaros aos inglêses, dinamarqueses, suevos e muitos alemães, pois em tôdas estas nações está muito dominante o erro de que não pecamos por

eleição, senão por necessidade, que Deus nos obriga a pecar e nos é impossível evitar o pecado” (126).

Se tivessem cultura, desenvolveriam a inteligência. “No nosso reino de Portugal entre Celorico e Trancoso habitavam povos tão brutos e silvestres como animais indômitos, tão rudos que uma família não entendia a lingua de outra com menos de duas léguas de distância, pelo que eram julgados pelos povos confinantes como bêstas mais feras que as mesmas feras” (127).

Entregavam-se à antropofagia? “Nem nos deve admirar a barbaridade dêstes povos, quando sabemos que dos descendentes de Tubal e de outras nações politicas com que se povoou Portugal se reduziram muitos dos seus descendentes a tanta brutalidade que matavam e comiam aos que dos povos vizinhos apañavam ou em guerra ou em ciladas” (128).

Servindo-se dos mesmos raciocínios, trata da lingua geral cujas excelências celebra, da côr dos primitivos habitantes, etc. Suas idéias, discursivamente expostas e fundamentadas, aparecem sob forma sintética nos poetas contemporâneos; de modo ainda mais intuitivo revelam-nas os apelidos tomados na época da independência: Araripe, Braúna, Canguçu, Guaicuru, Jucá, Montezuma, Mororó, Sucupira, Tupinambá e muitos outros. Por tôda parte transparece o segrêdo do brasileiro; a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, seus bichos e o próprio indígena.

Com ar triunfante, o escritor beneditino agita o decreto real de 4 de Abril de 1755, declarando “que

os meus vassallos d'este reino e da América que casarem com as índias dela não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos de minha real atenção e que nas terras em que se estabelecerem serão preferidos para aquêles lugares e occupaões, que couberem na gradação de suas pessoas, e que seus filhos e descendentes serão hábéis e capazes de qualquer emprêgo, honra ou dignidade, sem que necessitem de dispensa alguma", etc. ⁽¹²⁹⁾

Êste decreto constitui episódio de longa história que se pode resumir em poucas palavras.

Apenas aportou à Bahia em 1549, Manuel da Nóbrega interessou-se pelos indígenas, por seu bem-estar físico, por sua formação espiritual e incorporação ao catolicismo. A experiência convenceu-o da necessidade, para colhêr resultado útil e duradouro, de isolar o indígena do colono, para afeiçoá-lo ao trabalho moderado, resguardar-lhe a segurança pessoal e garantir-lhe economia independente. Que fôsse permitido escravizar índios, nunca contestou êle nem qualquer de seus sucessores: exigiram apenas o preenchimento de certas condições para a escravidão ser lícita. Cometeram um erro capital, mas inevitável: como poderiam negar o direito de cativar brasis, se os contemporâneos e as gerações seguintes durante mais de dois séculos ⁽¹³⁰⁾ reconheceram a escravatura africana?

Apesar de todos os embaraços criados pelas hesitações da metrópole e pelas paixões da colônia, a obra de Nóbrega prosseguiu e, na região amazônica sobretudo, prosperou. Aos missionários foi entregue a administração temporal das aldeias, cuja abastança e fartura excediam às das vilas dos brancos. Não se falava senão das riquezas dos jesuítas, e de fato sua

parcimônia, gerência metódica e desapêgo pessoal figuravam uma magnificência de que levaram o segrêdo, como depois se verificou.

Com o tempo as aldeias tornaram-se não só um estado no estado como uma igreja na igreja. O primeiro bispo do Pará quis chamar à sua jurisdição os missionários, mas estes, escudados em numerosos privilégios pontifícios e mercês régias, recusaram submeter-se. Suas razões deviam pesar alguma coisa, pois a decisão final exigiu largos anos.

Aos 24 de Setembro de 1751 tomou posse do cargo em Belém Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado Governador Geral do Estado. Recomendavam-lhe suas instruções velasse pela liberdade dos índios e coibisse os excessos dos missionários. Uma excursão começada em Fevereiro do ano seguinte permitiu-lhe visitar as aldeias distribuídas entre a ilha de Marajó e o estreito de Pauxis. Em Caiá, ouvindo o discurso de um cacique, satisfeito com os melhores tempos que se annunciavam, exclamou: "E estes são os homens de quem se diz que não têm juízo nem são capazes de nada ! Dêles se pode fazer uma nação como qualquer outra de que se pode tirar grande interesse".

Sua correspondência oficial neste e nos anos immediatos insiste na liberdade dos indígenas, nos abusos dos missionários, nos bens de raiz possuídos contra lei expressa, etc. Em Fevereiro de 54, escrevendo a Diogo de Mendonça Côrte-Real, mostra-se convencido da impossibilidade de civilizar os índios com o auxílio dos regulares. Suas palavras eram genéricas, sem referência alguma especial à Companhia de Jesus. De suas reclamações resultaram duas leis, datadas

de 6 e 7 de Junho do ano seguinte ⁽¹³¹⁾, uma abolindo a administração temporal dos missionários nas aldeias, proclamando a outra mais uma vez a liberdade absoluta dos indígenas. Deixou-se ao arbitrio do governador geral o modo e a ocasião de publicá-las.

Incumbido de dirigir a demarcação das fronteiras do Norte, Mendonça Furtado reclamou das aldeias as centenas de remeiros necessários ao progresso da comissão, os milhares de alqueires de farinha e outros gêneros necessários à manutenção de toda esta gente durante anos. O Pará moderno, servido por navios a vapor, comerciando com os dois mundos, estaria à altura de tamanhas exigências; não estava a Amazônia antiga, ocupada na extração do cravo, da salsaparrilha, do cacau, sustentada quase exclusivamente pela pesca, muito feliz quando a pequena produção agrícola bastava para o consumo ordinário.

Mendonça parece não ter tido idéia clara desta situação, e todos os embaraços fatais, decorrentes da natureza das cousas, atribuiu às intrigas, à malevolência e perfídia dos jesuitas, criminosos obstinados e relapsos de uma monstruosidade sem nome: não terem domesticado as leis demográficas e econômicas às impaciências do irmão de Pombal. Para castigar tão nefando crime, reuniram-se as duas sociedades perfeitas; só uma expiação bastaria: extinguir a igreja na igreja, o estado no estado, que realmente era e não podia deixar de ser o regime dos aldeamentos.

Em 5 de Fevereiro de 57 ⁽¹³²⁾, Mendonça publicou a lei retirando aos missionários a administração temporal das aldeias, que deviam ter daí por diante uma organização puramente civil. Os missionários conti-

nuariam como párocos sujeitos à jurisdição do prelado. Todos sujeitaram-se a isto exceto os jesuítas por não lho permitirem suas constituições. Ofereceram-se para coadjutores, mas isto não aceitaram o governador nem o bispo.

Mendonça formulou um diretório em cerca de noventa e cinco artigos, datado de 3 de Maio, para reger provisoriamente ⁽¹³³⁾. Neste código da nova ordem de cousas, o missionário era substituído pelo director. A 14 do mesmo mês explicava esta criação do seguinte modo: “E não sendo possível que passassem [os índios] de um extremo a outro sem se buscar algum meio por que se pudesse chegar àquele importante fim, me não ocorreu outro mais proporcionado do que pôr em cada povoação um homem com o título de director, ao qual, sem ter jurisdição alguma coativa, lhe pertencesse só a diretiva para lhe ir ensinando não a forma de se governarem civilmente, mas a comerciarem e a cultivarem as suas terras, e tirarem destes frutuosos e interessantíssimos trabalhos os lucros que êles sem dúvida alguma hão de dar de si e fazerem-se êstes até agora desgraçados homens por esta forma cristãos, civis e ricos, que é o que sem dúvida alguma lhe há de succeder, se os directores fizerem a sua obrigação” ⁽¹³⁴⁾.

Em seguida passou a elevar as aldeias maiores a vilas e as menores a lugares. Um contemporâneo, suspeito por ser jesuíta e não ter presenciado os successos, dá interessante descrição destas novidades; também sua cronologia não parece rigorosamente exata.

“Veio-lhe pois ao pensamento dar o nome e os privilégios de vilas á semelhança das que há em Portugal a muitas aldeias que os índios habitavam, não

obstante constarem tôdas de pobres, e rústicas choupanas, a exceção da igreja e casas dos párrocos. Para isto mandando levantar um grande pau no meio de um terreiro, dava a êste sitio o nome de pelourinho; depois escolhendo entre todos aquêles selvagens alguns, que lhe pareceram ou pela fisionomia do rosto ou pela mole do corpo, mais hábeis para os empregos, a que os queria elevar, os constituiu como vereadores ou juizes dos mais, dizendo-lhes que êles eram tão bons, como os portuguezes: que se governassem a si, sem dependência, ou sujeição alguma dos missionários. Além disto mandou vestir e calçar estas suas novas criaturas, assentá-las à sua mesa, fazendo-lhes nela muitos brêndes, e ensinando-lhes *inter pocula*, por meio de um lingua ou intérprete, o modo como se haviam de portar dali em diante, administrando a todos Justiça, etc. etc. Os Índios porém, acabada a comêda, e a companhia desfeita, esquecendo-se de quanto lhes tinha dito o senhor Mendonça, apenas saíram da sua presença tiraram os sapatos e vestidos e se emborracharam com os seus vinhos a que chamam *mocôrorôs*, e em sinal de alegria e contentamento pelos cargos, a que tinham sido elevados, gritavam todos dizendo: *Vinha del-Rei, vinha del-Rei*, querendo dizer *Viva el-rei, viva el-rei*. Mas passada a bebedice e tornando em si, se fizeram insolentes não só com os Missionários, perdendo-lhes o respeito e desobedecendo-lhes ainda nas cousas espirituais, senão também com os outros Índios; e isto com tal excesso, que saindo os Jesuítas e os mais Religiosos, que até ali foram párrocos nas Aldeias, aléni dos clérigos, que os substituíram, se viu o senhor Mendonça obrigado a mandar alguns portuguezes com o titulo de dire-

tores praa os governar, e meter em sojeição: e ainda muitos dêstes portugûes repugnaram a ir para as novas vilas sem terem sempre consigo alguns soldados, que os defendessem dos insultos daqueles bárbaros” (132).

Mendonça tratou em seguida da lei relativa à liberdade dos índios. Havia uma bula de Benedito XIV, passada em 20 de Dezembro de 1741 a instâncias de D. João V, conuinando excomunhão *latae sententiae* a quem por qualquer motivo cativasse indígenas do Brasil (136). No panffeto pombalino intitulado *Relação abreviada da república*, etc. (137), lê-se que o bispo do Pará D. Miguel de Bulhões ao tratar de executar a mesma bula se concitou contra êle uma sublevação que impediu por então aquella providência apostólica. A alegação é absolutamente caluniosa. Em data de 11 de Junho de 1757 escrevia Mendonça Furtado (138): “cuja bula foi dada a êste prelado por ordem de S. Magestade para publicar e fazer observar na sua diocese, o que pretendendo excutar quando veio para esta cidade foi embaraçada pelos mesmos fundamentos com que eu suspendi a publicação da liberdade”, etc. Os fundamentos para a suspensão da lei da liberdade foram meras considerações de oportunidade, como se verifica em tôda a correspondência do governador geral; nunca houve sublevação. E tanta consciência tinha o escriba de estar caluniando, que acrescenta: “ao mesmo prelado não pareceu participar à côrte uma tão estranha desordem, em tempo no qual a noticia de um tão escandaloso fato, temeu que alterasse a tranquillidade do ânimo do dito monarca, que já se achava com a grave enfermidade de que veio

a falecer em 31 de Julho de 1750⁹¹. Assim se escreve a leitura.

A 25 de Maio foi publicada a bula de Benedicto XIV pelo bispo ⁽¹³⁹⁾. A 28 Mendonça publicou a lei da liberdade dos índios. Não despertaram protestos, e diga-se a verdade, não foram respeitadas, apesar das aparências.

O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798 ⁽¹⁴⁰⁾. As misérias provocadas por êle, direta ou indirectamente, são nefandas. Por fim D. Francisco de Sousa Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação. Chegava tarde a medida salvadora: o mal estava feito. Em 1850 o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes; as devastações da cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas remotas de 1820 a 1836 contam entre as raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

As leis retirando aos missionários a administração das aldeias e libertando os índios, ditadas só para o Estado do Maranhão, foram feitas extensivas ao resto do Brasil por alvará de 8 de Maio ⁽¹⁴¹⁾ de 1758. Também aqui miraculosamente pulularam as vilas, tôdas com legítimos nomes portuguezes. Nestas partes a questão do indígena já perdera a importância, e as violências não foram tamanhas. Um escritor pernambucano das primeiras décadas do século passado mostra a situação antes ridícula que tétrica:

“Os Índios têm vilas, e câmeras; e são nelas juizes, sem saberem nem ler, nem escrever, nem discorrer ! tudo supre o escrivão; o qual, não passando muitas vezes de um mulato sapateiro, ou alfaiate, di-

rige a seu arbitrio aquellas câmeras de irracionais quase, pelo formulário seguinte:

“Na véspera do dia, em que há de haver na aldeia vereação, parte o escrivão da sua moradia, se é longe; e neste caso sempre a cavallo; e vem dormir, nessa noite, em casa do senhor juiz, o qual immediatamente se encarrega do cavallo do senhor escrivão, leva-o a beber água; e por fim vai peá-lo aonde possa cômodamente pastar.

“Fica entretanto o escrivão descansando, senhor aliás da casa, mulher, e filhas do officioso juiz, que na volta lhe cede o melhor lugar da choupana, para dormir e passar a noite. Logo em amanhecendo começa o juiz a ornar-se com os velhos e emprestados arreios da sua dignidade, e a horas competentes marcha para um pardieiro, com alcunha de casa da câmara, aonde lidas as petições, que o escrivão fêz na véspera, são despachadas pelo mesmo escrivão em nome do senhor juiz ordinário; e pouco depois se desfaz o venerando senado, e apparecem os senadores de camisa, e ceroulas, e de caminho para as suas tarefas”.

A declaração da liberdade e o diretório dos índios foram seguidos de outras medidas em que igualmente colaboraram a igreja e o Estado. A Santa Sé nomeou visitador e reformador geral apostólico da Companhia de Jesus o cardeal F. de Saldanha, que contra os jesuítas vibrou um tremendo mandamento, subscripto a 15 de Maio de 1758 ⁽¹⁴²⁾. A 7 de Junho o patriarca de Lisboa suspendeu-os do exercício de confessarem e pregarem na sua diocese. Aproveitando uns tiros dados no rei, Pombal fêz assinar pelo régio manequim uma lei declarando-os rebeldes, traidores, e havendo-os por desnaturalizados e proscritos.

No correr do ano seguinte foram embarcados para o Reino as centenas de sucessores de Nóbrega encontrados no Brasil. Durou duzentos e dez anos a sua atividade em nossa terra, e sua influência deve ter sido considerável. Deve ter sido, porque no atual estado de nossos conhecimentos é impossível determiná-la com precisão. No tempo de sua prosperidade publicaram apenas a redundante, díficil e nem sempre fidedigna crônica de Simão de Vasconcelos, que vai só de 1549 a 1570. O que se encontra nas crônicas gerais, ânuas e outras publicações reduz-se às poucas páginas reunidas por A. H. Leal na *Rev. Trim. do Inst. Hist.* Biografias como as de Anchieta, Almeida, Vieira, Corrcia, pouco adiantam. Uma história dos jesuítas é obra urgente; enquanto não a possuírmos será presunçoso quem quizer escrever a do Brasil ⁽¹⁴³⁾.

Nas suas diferentes casas devem ter ficado numerosos e importantes documentos, que o desleixo ou propósito aniquilou; salvaram-se apenas os títulos de suas propriedades. A julgar por algumas publicações e documentos fornecidos a Eduardo Prado e a Studart os arquivos europeus devem ser ricos.

Enquanto não se fizer a luz sobre tão obscuros assuntos, um juízo definitivo a respeito da famosa ordem pecará pela base. Em todo caso pouca, muito pouca inteligência revelam os ataques dirigidos contra ela. Instintivamente a simpatia volta-se para os discípulos e companheiros de Nóbrega, Anchieta, Cardim, Vieira, Andreoni, os educadores da mocidade, os fundadores da linguística americana.

O mapa anexo foi extraído da *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*, escritas em quatro volumes, acompanhados de dois de cartas geográficas, por Luís dos Santos Viçena, professor de grego na capital da Bahia em começo do século passado. O precioso códice, pertencente outrora à biblioteca dos condes de Linhares, é hoje propriedade de José Carlos Rodrigues, que gentilmente permitiu a divulgação do interessante inédito.

Seria conveniente organizar trabalho semelhante para as outras capitanias do Brasil. Enquanto isto não se faz, pode prestar algum serviço a lista seguinte das aldeias existentes antes da revolução pombalina.

A lista do Pará e Amazonas refere-se a 1751; compô-la João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, e publicou-a J. Lúcio de Azevedo *Os Jesuítas no Grão-Pará*, Lisboa, 1901. Há nela mais de um equívoco (144).

Os jesuítas administravam no Pará as aldeias de Cacté, Maracanã, Cabu, Vigia, Mortigura, Sumaúma, Araticu, Aricuru, Aricarã, no Amazonas; Ilacruçá, Pirauiri, Aricarã no Xingu; Tapajós, Borari, Cumaru, Santo Inácio e S. José, no Tapajós; Abacaxis e Troceno, no Madeira.

Os capuchos de S. Antônio administravam as de Caviana na ilha do mesmo nome, Menino Jesus, Sococas ou Joanes, S. José, Anataluba, Bôcas, Urahucara, Acarapi e Paru.

Os capuchos da Conceição ou de S. Boaventura administravam Mangabiras, Caiá, Conceição, Iari, Tuari, Uramucu.

Os capuchos de S. José ou da Piedade administravam Gurupá, Arapijó, Caviana, Maturú, Jamundá, Pauxia, Curuá, Maema, Sarubiú e Gurupatuba.

Os carmelitas administravam no Solimões Coari, Tefé, Manerua, Paraguari, Turucuatuba, S. Paulo, e S. Pedro, e no rio Negro Jaú, Caragai, Aracuri, Comaru, Marina, S. Caetano, Caboquena, Bararuá, Dari.

Pela soma de Diniz Pinheiro são sessenta e três as aldeias: dezoito regidas por jesuítas, doze por capuchos de Santo Antônio, seis por capuchos da Conceição, nove por capuchos da Piedade, dezessete por carmelitas, e uma pelos mercenários no rio Urubu.

Os nomes dados a aldeias quando se retirou a administração temporal dos missionários encontram-se mais ou menos no ensaio corográfico de Baena. Precisa-se, porém, de uma revisão crítica, a que felizmente está procedendo Manuel Barata, grande conhecedor da história amazônica. Um documento próprio a resolver todas as dúvidas seria o *Mapa geral do bispado do Pará repartido nas suas freguesias*, existente na Biblioteca Nacional, construído pelo engenheiro Henrique Antônio Galuzi em 1759, se ao lado das modernas trouxesse as designações antigas.

A C. R. de 19 de Março de 1893 confiou aos jesuítas os índios

da margem meridional do Amazonas, sem limitações do sertão; aos frades de Santo Antônio o sertão do cabo do Norte e a margem setentrional do grande rio, compreendendo os rios Jari, Paru e a aldeia de Urubucara, fundada pela Companhia de Jesus; aos da Piedade o distrito do Gurupá com as aldeias vizinhas, as da margem setentrional do Amazonas desde o rio Trombetas até o rio Negro, e também o rio Xingu.

No Maranhão e capitanias dependentes existiam, segundo Diniz Pinheiro, dezessete aldeias (146): Aruazes e Faracatis, no Piauí; duas de Araidó e Araperuá, junto ao Parnaíba; mais uma de Tarabambés, uma de Gametas, outra de Tapijaras, chamada S. José, no Maranhão; S. João, Maracu e Pinaré, administradas por jesuítas, uma administrada por carmelitas e outra por mercenários, na capitania de Cumá.

Uma mss. do Instituto Histórico, *Proc.*, 8, redigido cerca de 1761, dá como aldeados no Itapicuru os Guegués, Barbaços, Calcalses, Arauhé e Tupinambá; no Piajaré os Guajajaras Marava e Guatajara-açu.

A carta de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador do Maranhão, escrita a Diogo de Mendonça Corte-Real em 21 de Fevereiro de 1759, trata da criação de diversas vilas. Há cópia deste documento no Instituto Histórico.

As aldeias existentes em Pernambuco, desde as divisas com Minas Gerais pelo interior até as fronteiras do Piauí na marinha, constam da *informação geral de Pernambuco*, organizada em 1749, mss. que a Biblioteca Nacional tem no prelo (145*).

Na capitania de Pernambuco existiam cinquenta e quatro aldeias, dezessete de lingua geral, seis misturadas, as outras de linguas travadas administradas por jesuítas, franciscanos, teresianos, carmelitas, beneditinos, capuchinhos, italianos ou não, oratorianos, e sacerdotes do hábito de S. Pedro. No seguinte, l. g. = lingua geral, J = jesuita, F = franciscano, Cm. = Carmelita, Cp. = Capuchinhos, Ci = Capuchinhos italianos, B = beneditinos, O = oratoriano, H. = hábito de S. Pedro, Th. = teresianos, Sm. = sem missionário.

Segue-se a ordem adotada pela *informação geral de Pernambuco*.

Na villa de Recife havia a aldeia de N. S.^a da Escada, l. g., O; na de Igarauá a do Limoeiro, l. g., O; na de Golana, Arataquí, l. g., O; Siri, l. g., Cm.

Parnaíba: Na cidade de Parnaíba, Jacoca, l. g., B; Utinga, l. g., R; em Mamanguape, S. Miguel da baixa da Traição, l. g., Cm.; Prexilha, l. g., Cm.; Boa-Vista, Canindés e Sucurus, Th.; Taiçu, Cariris, Cp; Cariri, Campina-Grande, Cavalcantes, H, e Brejo, Pagundes, Cp; no rio Piancó, Panatí, Tapuios, Th.; Curema, Ta-

putos, Cp.; no rio Piranhas: Pega, Tapuias, Sm.; no rio do Peixe, Icó pequeno, Tapuios, Sm.

Rio Grande do Norte: Guajaru, I. g. e Paiaçu, J.; Apodi, Paiaçu, Th.; Mipibu, I. g., Cp.; Guratrás, I. g., J.; Gramació, I. g., Cm.

Ceará: Ibiapaba, I. g.; Acaracus, Irariú e Anacés, J.; Tramambés, Tramambés, H.; Caucaia, I. g., J.; Parangaba, I. g.; Anacés, J.; Paupina, I. g., J.; Palacus, Palacus, J.; Palma, Canlidés e Gentapapos, II.; Telha, Quixelós, Quixeré, Jucá, Condadu e Cariú, H.; Miranda, Quixeré, Cariú, Cariuané, Calabaça e Icozinho, Cp. Srinhaém: Una, I. g.; Cm.

Vila de Alagoas: Santo Amaro, I. g., F.; Gamelaira, Cariris e Uruás, H.; Uruçu, I. g., Sm.

Vila de Penedo: São Brás, Cariris, Frogés, J.; Alagoa-Comprida, Carapotós, Sm.; Pão de Açúcar, I. g.; Chocós, H.; Serra do Cumonati, I. g.; Carnijós, II.

Freguesia de Ararobá: Ararobá, Chururus, O.; Carnijós do rio Panema, Tapuias, H.; Macaco, Paraquióis, Sm.

Freguesia de Rodelas: São Francisco do Brejo, Tapuios, F.; N. S.ª do O da ilha de Sorobahé, Porcás e Brancararus, F.; N. S.ª de Belém da ilha de Acará, Porcás e Brancararus, Cl.; Beato Serafim, Porcás e Brancararus, Cl.; N. S.ª da Conceição do Fambu, Cariris, Cl.; S. Francisco de Aracapá, Cariris, Cl.; S. Félix da ilha do Cavalo, Cariris, Cl.; S. Antônio de Irapná, Cariris, Cl.; N. S.ª da Piedade na Ilha de Iuhumum, Cariris, F.; N. S.ª do Pilar na ilha de Coripós, Coripós, F.; N. S.ª dos Itemedios na ilha do Pontal, Tamaquióis, F.; S. Cristo de Araripé, Iehus, Cl.

Rio Grande do Sul (antigo nome do afluente ocidental do S. Francisco): Arirobés, I. g., F.

A sinonímia é facilitada pela *Ideia da população de Pernambuco* (146), manuscrito da Biblioteca Nacional, organizado no governo de José César de Menezes. As aldeias do Ceará elevadas a vilas já foram estudadas pelo indefesso erudito barão de Studart.

Segundo Joaquim Norberto, *Rev. Trim. do Inst. Hist.*, 17, 109 e seguintes (147), existiram no Rio as aldeias de S. Lourenço, S. Barnabé, S. Francisco Xavier, N. S.ª da Guia, S. Pedro, Ipuca e Guarulhos. Na interessante monografia acham-se reunidos os documentos elucidadores do assunto. Pode-se também consultar com proveito *Regimento das Câmaras Municipais de Cortines Laxe*, Rio, 1868; há segunda edição revista e acrescentada por A. J. Macedo Soares.

Machado de Oliveira, *Rev. Trim.*, 8, 200 (148), enumera para S. Paulo as seguintes aldeias: Pinheiros ou Carapicuíba, Barueri, Uruari, N. S.ª da Escada, Conceição dos Guarulhos, S. João de

Perolba, S. José, Nossa Senhora da Ajuda do Itaquequetuba, Embó, ou Mboá, Itapetirica e Conceição de Itanhaém. Ao mesmo autor parece que existiram no Paranapanema as aldeias de São Xavier, S. Inácio e Encarnação.

Não precisam de especificação as aldeias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

**Mapa curioso que contém não vulgares notícias de muitas Aldeias de Índios
que, por Ordem Régia, são hoje Vilas**

Números das aldeias	Nomes que tinham no tempo que eram aldeias	Vilas de que eram terno	Freguesias a que pertenciam	Missões que as doutrinaavam	Novas vilas que hoje são	Oragos das suas paróquias	Dioceses a que pertencem	Capitanias a que pertencem	Comarcas em que se acham	Extensão de terras que se lhes deu	Casas com que ficaram	Nação dos gentios que as habitavam	Léguas de distância da Bahia
1	JURU	Lagarto	N. S. dos Campos do Rio Real	Jesuítas	Távora	N. S. do Socorro	Bahia	Sergipe d'El-Rei	Sergipe d'El-Rei		60	Quiriris	50
2	SACO DOS MORCEGOS	Itapicuru	Santa Ana dos Tucanos	Jesuítas	Mirandela	Ascensão de Cristo	Bahia	Bahia	Bahia	Bastante	100	Quiriris	65
3	CANA BRAVA	Itapicuru	S. João de Jerimoabo	Jesuítas	Pombal	Santa Teresa	Bahia	Bahia	Bahia	Poucas	110	Quiriris	60
4	NATUBA	Itapicuru	N. S. de Nazaré de Itapicuru	Jesuítas	Soure	N. S. da Conceição	Bahia	Bahia	Bahia	Muito poucas	110	Quiriris	50
5	IPITANGA	Bahia	Santo Amaro	Jesuítas	Abrantes	Espírito Santo	Bahia	Bahia	Bahia	6 léguas quadradas	140	Tupis ou tupinambás com mistura Goianás etc.	7
6	SERINHAÉM	Camamu	Assunção do Camamu	Jesuítas	Santarém	S. Miguel e S. André	Bahia	Ilhéus	Ilhéus	Bastante	160	Paiajá	30
7	ESALA DOS ILHÉUS	S. Jorge dos Ilhéus	Sta. Cruz dos Ilhéus	Jesuítas	Oliveira	N. S. da Escada	Bahia	Ilhéus	Ilhéus		130	Tabajaras ou Tupiniquins	50
8	MARAÚ	Camamu	S. Sebastião do Camamu	Jesuítas	Barcelos	Nossa Senhora das Candeias	Bahia	Ilhéus	Ilhéus		86	Tupiniquins	30
9	GRENS	S. Jorge dos Ilhéus	Santa Cruz da Vila de S. Jorge	Jesuítas	Almada	N. S. da Conceição	Bahia	Ilhéus	Ilhéus	Muitas	95	Grens	60
10	S. JOÃO DOS TOPES	Santa Cruz	N. S. da Pena	Jesuítas	Trancoso	S. João	Rio de Janeiro	Pôrto Seguro	Pôrto Seguro		120	Tupinambás Tupiniquins	70
11	PATATIBA	Santa Cruz	N. S. da Pena	Jesuítas	Vila Verde	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Pôrto Seguro	Pôrto Seguro		80	Tupiniquins Jontutus	80
12	RERITIBA	Guruparim	N. S. da Conceição	Jesuítas	Benevente	Nossa Senhora da Assunção	Rio de Janeiro	Esp. Santo	Esp. Santo	12 léguas de costa	250	Tupinambás	150
13	REIS MAGOS	Vila da Vitória	Serra	Jesuítas	Almeida	Santos Reis Magos	Rio de Janeiro	Esp. Santo	Esp. Santo	Muitas	300	Tupinambás	120
14	POXINO	S. Jorge dos Ilhéus	S. Boaventura de Poxino	Clérigo	Nunca foi vila	S. Boaventura de Poxino	Bahia	Ilhéus	Ilhéus				
15	ARAMARIS	S. João da Agua Fria	Espírito Santo do Inhambuque	Clérigo	Nunca foi vila	S. Boaventura de Poxino	Bahia	Bahia	Bahia	Muito poucas	51	Quiriris	40
16	MANGUINHOS	S. João da Agua Fria	Espírito Santo de Inhambuque	Clérigo	Nunca foi vila	S. Boaventura de Poxino	Bahia	Bahia	Bahia	Muito poucas	120	Caramuru	35

7	CONQUISTA DA PEDRA BRANCA	Maragogipe	Oiteiro Redondo de N. S. do Destêrro	Clérigo	Nunca foi vila	S. Boaventura de Pozino	Bahia	Bahia	Bahia	Muito poucas	20	Quiriris	30
8	OUTRA NO MESMO SÍTIO	Maragogipe	Oiteiro Redondo de N. S. do Destêrro	Clérigo	Nunca foi vila	S. Boaventura de Pozino	Bahia	Bahia	Bahia	Muito poucas		Tapulas	30
19	RODELAS	Pambu	Santo Antônio do Pambu	Capucho italiano	Nunca foi vila	S. João Batista	Bahia	Sergipe	Jacobina	uma légua	Almas 200	Periás	170
20	PORTO DA FOLHA	Vila Nova Real d'El-Rei	S. Antônio do Urubu de Baixo	Capucho italiano	Nunca foi vila	S. Pedro	Bahia	Sergipe	Sergipe	uma légua	Almas 250	Urumas	124
21	PACATUBA	Vila Nova Real d'El-Rei	S. Antônio de Vila Nova Real	Capucho italiano	Nunca foi vila	S. Félix	Bahia	Sergipe	Sergipe	uma légua	Almas 466	Caxago	106
22	UNA DO CAIRU	Vila Cairu	N. S. do Rosário	Italiano	Nunca foi vila	S. Félix	Bahia	Bahia	Ilhéus	uma légua	Almas 160	Tupinambás	16
23	ITAPICURU DE CIMA	Itapicuru	N. S. de Nazaré	Franciscano	Nunca foi vila	S. Antônio e N. S. da Saúde	Bahia	Bahia	Bahia	Menos de uma légua	Casais 80	Tupinambás	45
24	MASSACARA	Itapicuru	S. João de Jerimoabo	Franciscano	Nunca foi vila	Santissima Trindade	Bahia	Bahia	Bahia	uma légua	Casais 200	Quiriris e Catrimbis	60
25	BOM JESUS DA JACOBINA	Vila Santo Antônio de Jacobina	Santo Antônio	Franciscano	Nunca foi vila	Bom Jesus	Bahia	Bahia	Jacobina	Muito poucas	Casais 100		80
26	SAI	Jacobina	Santo Antônio de Jacobina	Franciscano	Nunca foi vila	N. S. das Neves	Bahia	Bahia	Jacobina	uma légua	Casais 150		80
27	JUAZEIRO	Jacobina	Santo Antônio	Franciscano	Nunca foi vila	N. S. das Brotas	Bahia	Bahia	Jacobina		Casais 100		100
28	CURRAL DOS BOIS	Vila Nova da Rainha ou Penedo	Pambu	Franciscano	Nunca foi vila	S. Francisco	Bahia	Bahia	Jacobina		Casais 80	Quiriris	100
29	ALDEIA DO RIO REAL	Vila da Abadia	N. S. da Abadia	Carmelita calçado	Nunca foi vila	Jesus, Maria e José	Bahia	Sergipe	Bahia	Muito poucas	Casais 80	Quiriris	52
30	JAPARATUBA	Abadia	Jesus, Maria e José S. Gonçalo	Carmelita calçado	Nunca foi vila	N. S. do Carmo	Bahia	Sergipe	Bahia	Muito poucas	Casais 120	Boimé	65
31	AGUA AZEDA	Cidade de Sergipe	N. S. da Vitória	Carmelita calçado	Nunca foi vila	N. S. do Carmo	Bahia	Sergipe d'El-Rei	Sergipe d'El-Rei			Boimé	65
32	MASSARANDUPIÁ	Santa Luzia do Rio Real	Santo Amaro da Ipitanga	Carmelita calçado	Nunca foi vila	Santo Antônio de Arguim	Bahia	Bahia	Bahia	6 léguas	Casais 50 Almas 240	Tupis ou Tupinambás	18
33	SANTO ANTÔNIO DA ALDEIA	Maragogipe	S. Bartolomeu	Clérigo	Nunca foi vila	Santo Antônio	Bahia	Bahia	Bahia			Tupis ou Tupinambás	18
34	JQUIRIÇA	Jaguaripe	S. Antônio	Clérigo	Nunca foi vila	N. S. dos Prazeres	Bahia	Bahia	Bahia			Tupis ou Tupinambás	18
35	JAGUARIFE DO RIO D'ALDEIA	Jaguaripe	Nazaré	Clérigo	Nunca foi vila	N. S. de Nazaré	Bahia	Bahia	Bahia			Tupis ou Tupinambás	18
36	ALDEIA DO SALITRE	S. Antônio do Urubu de Cima	S. Antônio	Clérigo	Nunca foi vila	N. S. Madre de Deus	Bahia	Bahia	Jacobina			Tupis ou Tupinambás	134

X

FORMAÇÃO DOS LIMITES

Os papas Nicolau V, Calixto III, Xisto IV concederam à coroa portuguesa as terras e ilhas novamente descobertas sob o influxo do infante D. Henrique e dos seus sucessores imediatos. Com surprêsa de Portugal obtiveram os reis católicos uma concessão do mesmo gênero depois de Cristóvão Colombo tornar de sua primeira viagem: em Maio de 1493 attribuiu-lhes Alexandre VI tôdas as terras e ilhas descobertas e por descobrir, situadas cem léguas a Oeste de qualquer das ilhas dos Açores e do Cabo Verde.

Protestou contra o ato pontifício D. João II, julgando-o lesivo de seus direitos; depois do protesto entabulou negociações com os monarcas vizinhos; afinal concluíram um acôrdo em Tordesilhas. O convênio, aí assinado em 7 de Junho de 1494, manteve o princípio enunciado pelo Papa: a divisão do mundo em dois hemisférios, pertencentes nem a Portugal, outro à Espanha; modificou, porém, o número de léguas, elevando-as de cem a trezentas e setenta, e o ponto de partida para a contagem, que seria uma ilha, não especificada então nem depois, do arquipélago do Cabo Verde. O arreglo foi meramente formal e teórico: ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com êle no ajuste das contas.

O descobrimento do Brasil, realizado alguns anos depois por Pedr'Álvares Cabral, foi precedido pela expedição de Vicente Yañez Pinzon; mas os espanhóis não alegaram prioridade nem duvidaram contesse a terra dos Papagaios dentro na raia portugêsa. Seus interêsses estavam ao Norte, não ao Sul da equinocial, que só começou a ter valor com a expedição de D. Nuno Manuel.

As primeiras dúvidas sobre a linha divisória surgiram no mediterrâneo austral-asiático. Segundo o parecer de Fernão de Magalhães compreendiam-se nos domínios da Espanha as Molucas, tão cobiçadas por suas especiarias. Para prová-lo empreendeu a viagem em que descobriu o estreito ainda hoje conhecido por seu nome, atravessou o oceano Pacífico, chegou pelo Poente ao Levante como nebulosamente concebida e nunca realizou Colombo. Depois de sua morte Sebastian d'Elcano concluiu o périplo incomparável e na volta à pátria, em Setembro de 1522, manifestou a mesma crença nos direitos de sua nação e a urgência de reivindicá-los. A côrte espanhola deixou-se vencer. Entre ela e a de Portugal estabeleceu-se uma discussão enfadonha, alegando-se ora a prioridade do descobrimento, ora a legitimidade do domínio no arquipélago prestigioso. Do debate resultou a capitulação de Saragoça, em Abril de 1529. Admitindo que as Molucas pertenciam legitimamente à coroa espanhola, João III comprou os direitos de Carlos V, por trezentos e cinqüenta mil ducados; se mais tarde verificassem a não existência de tais direitos, o imperador restituiria a soma recebida; a linha divisória passaria naquele hemisfério duzentas e noventa e sete e meia

légua ao Oriente das Molucas; e a légua seria das de dezessete e meia o grau no equador.

O machado de metal levado em 1514, as expedições de Solis, Cristóvão Jaques, Cabot e Garcia deram importância às terras platinas e levantaram a questão de limites no continente americano. Surgiram e arrastaram-se os debates a propósito da expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), sempre sob a dupla face de prioridade proclamada por Portugal e legitimidade de domínio, alegada por Castela. Em Setembro de 32, exprimia D. João III a idéia de distribuir em capitânicas hereditárias o território situado entre Pernambuco e rio da Prata; nas doações feitas mais tarde, avançou apenas até 28° 1/3, à vista das reclamações espanholas, ou, segundo parece, de observações astronômicas de Martim Afonso, assim reconhecendo que seus domínios não iam mais longe. Os espanhóis estendiam, porém, suas pretensões mais para o Norte. Em 534, Rui Mosquera estabeleceu-se no Iguape, repeliu com vantagem um ataque de Pero de Góis e saqueou S. Vicente; diversos documentos oficiais contemporâneos traçam a linha divisória desde Cananéia e até de S. Vicente para o Sul.

Com a união das duas coroas decresceu a importância dos limites meridionais e a atenção concentrou-se na Amazônia. Ante as incursões de flamengos e ingleses, conhecidas apenas no Pará se estabeleceu Castelo Branco, pareceu acertado confiar as novas conquistas à guarda dos portugueses mais próximos e melhor preparados para defendê-las; a criação do governo separado do Maranhão representou um primeiro passo neste sentido. Ainda mais decisiva foi

a criação de duas capitánias hereditárias, sujeitas ambas à coroa portugueza, em terreno indiscutivelmente espanhol pelo espírito e pela letra de Tordesilhas: a de Cameté, concedida a Feliciano Coelho de Carvalho, limitada a Oeste pelo Xingu na margem direita, a do cabo do Norte na margem esquerda do Amazonas, concedida a Bento Maciel Parente, limitada a Oeste pelo Paru. Em 1639, Pedro Teixeira, voltando de Quito, tomou posse em nome del rei de Portugal das terras situadas entre o rio Aguariço, afluente do Napo, e o mar; faltava-lhe autoridade para tanto; mas este ato foi mais tarde e muitas vezes invocado e accito como título de posse.

No Sul, o movimento de occupação se operou com muita lentidão por parte de Portugal, acompanhando o litoral do Paraná e Santa Catarina, e continuou do mesmo modo ainda depois de 1640. Por sua parte os espanhóis não curaram de occupar a margem esquerda do Prata, descuido verdadeiramente inexplicável, se não duvidavam de seus direitos, a menos que se não explique pela certeza de sua intangibilidade.

Se persistissem as reduções dos Tapes e de Guairá, avançariam naturalmente para o Oriente, chegariam à marinha. Se outros elementos os reforçassem, o conflito poderia ser evitado ou talvez a vitória lhes coubesse. Mas os jesuítas só reergueram as missões do Uruguai, e as relações destas gravitavam para Buenos Aires e Asunción, como estas capitais para os Andes e o Pacifico.

Autores portuguezes discutiam entretanto o meridiano de Tordesilhas, traçando-o uns pela foz do Prata, outros pelo gôlfo de São Matias, na Patagônia. Tais idéias tornaram-se correntes. Depois de assi-

nada a paz que reconheceu sua independência, o monarca de Portugal outorgou uma capitania a um dos netos de Salvador Correia ⁽¹⁴⁾, balisando-a pelo estuário platino. Em 1680 mandou fundar na margem septentrional do Prata, a dez léguas de Buenos Aires, a colônia do Sacramento.

Apenas certificou-se de sua existência, o governador espanhol atacou-a e tomou-a. A notícia transmitida à Europa quase desencadeou nova guerra. Procurou-se ainda uma vez, e agora com mais veras, apurar o verdadeiro alcance da linha de Tordesilhas. Não se conseguiu. A Espanha condescendeu em reconstruir a fortaleza e restituir provisionalmente o território, para afastar qualquer motivo de irritação do debate, que deveria continuar no terreno científico.

Ao reventar a guerra da sucessão da Espanha, el-rei de Portugal esposou a causa do duque de Anjou, que por isso lhe cedeu o território disputado no Prata. Mais tarde mudou de partido e aliou-se à Inglaterra a favor do pretendente austríaco. Daí resultou novo ataque e nova tomada da colônia do Sacramento, que permaneceu em mãos do inimigo de 1706 a 1715. Levava até então vida bem singular. “A nova colônia do Sacramento por mercê de Deus se conserva”, escrevia alguém pouco depois de 1690, “por meterem nela um presidio fechado sem mulhério que é o que conserva os homens, porque se não tem visto em parte alguma do mundo fazerem-se novas povoações sem casais”. Este ninho, antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gauchos os gaudérios, originários da margem esquerda do Prata, famosos durante largas décadas e ainda não assimilados de todo à civilização. A quan-

tidade de meios de sola exportados do Rio no começo do século XVIII não se explica pela simples produção indígena nem por contrabando de Buenos Aires: implica o processo sumário dos gauchos na matança das reses, resultante da abundância e depreciação do gado vacum, do pululamento da cavallhada e do espaço indefinido e livre para as correrias.

O tratado de Utrecht mandou restituir a colônia a Portugal e foi restituída com seu território. Qual era seu território? Tôda a margem esquerda do Prata, pretenderam os portuguezes; o espaço alcançado por um canhão da fortaleza, entendiam os espanhóis. Triunfaram êstes. Aquêles tentaram estabelecer-se em Montevidéu, mas seus esforços foram perdidos. Também os espanhóis em 1735 tentaram apossar-se da colônia e sujeitaram-na a um assédio aspérrimo de vinte e dois meses. Antônio Pedro de Vasconcelos, comandante da praça, resistiu heróicamente e obrigou o inimigo a retirar-se.

A fundação da colônia do Sacramento devia servir de ponto de partida para um povoamento que, partindo do Prata, iria ter à beira-mar. Êste plano ia-lhara; restava o plano contrário: estabelecer-se na marinha, estender-se pelo interior até chegar às águas platinas, em outros têrmos, povoar o rio de S. Pedro, mais tarde chamado Rio Grande do Sul.

Em Fevereiro de 1737 entrou José da Silva Pais pelo canal que sangra a lagoa dos Patos e a Mirim. No local que lhe pareceu mais apropriado desembarcou, fortificou-se. À sombra da fortaleza foi-se adensando a população. Dos Açores vieram várias famílias e agregaram-se a êste núcleo primitivo; as capi-

taíñas do Norte por força ou por vontade forneceram não poucos colonos.

A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, no Mato Grosso até o Guaporé e agora no Sul, urgiu a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre possessões portuguezas e espanholas, no velho e no novo mundo, sempre adiada, sempre renascente, interpretando autenticamente o convênio de 1494. Com êste fim, os dois monarcas da península assinaram um tratado em Madrid a 13 de Janeiro de 1750.

Ambas as partes contratantes reconheceram neste documento ter violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na América. Começaram, portanto, abolindo “a demarcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas do Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao Sul e ao Norte donde havia de principiar a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana”. Na mesma ocasião aboliram quaisquer outras convenções referentes a limites, que exclusivamente seriam regidos pelo tratado agora assinado:

A linha meridiana, até então vigente pelo menos nos instrumentos públicos, seria substituída por limites naturais, tomando por balisas as passagens mais conhecidas para que em tempo nem um se confundam, nem dêem ocasiões a disputas, como são a origem e curso dos rios e os montes mais notáveis. Salvo mútuas concessões inspiradas por conveniências comuns

para os confins ficarem menos sujeitos a controvérsia, ficaria cada parte com o que atualmente possuísse.

Maior importância que às terras prestou-se ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencessem à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar pelo canal. Para ficar com a navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a colônia do Sacramento pelas missões do Uruguai. Encarregadas de assentar os limites iriam duas tropas de comissários, uma pelo Amazonas, outra pelo Prata.

Da comissão do Amazonas foi plenipotenciário e principal comissário português Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal. Como vimos, já exercia o cargo de governador do Pará, quando foi nomeado para o trabalho das demarcações. A 2 de Outubro de 1754 saiu para o rio Negro, levando em sua companhia setecentas e noventa e seis pessoas, distribuídas em vinte e cinco barcos. Escolheu para residência a aldeia de Mariúá, chamada mais tarde Barcelos, e nela mandou construir aposentos para acomodar a partida espanhola. À frente desta, de estado-maior ainda mais numeroso, partiu de Cádiz D. José de Iturriaga, a 13 de Janeiro do mesmo ano, e chegou ao Orinoco aos fins de Julho. Em 1756 fundou São Fernando de Atabapo, para escala da grande peregrinação e caixa de viveres ⁽¹³⁰⁾. Daí por diante, arcando com o áspero sertão despojado, tais embaraços encontrou, apesar das ordens mais expressas e das facilidades extraordinárias proporcionadas por seu governo, que gastou anos no caminho.

A partida de Mendonça tinha de se ocupar de três questões principais: a do rio Negro, a do Japurá e a do Madeira e Javari; a cada uma caberia uma tropa. Tomou as providências necessárias para organizá-las e como Iturriaga continuasse ausente, voltou em 756 para Belém com os engenheiros da demarcação, onde absorveram-no outras preocupações mais instantes.

Em Janeiro de 758, recebendo aviso da próxima chegada dos comissários espanhóis, dirigiu-se novamente para Barcelos. Com efeito, no ano seguinte ali se apresentaram D. José de Iturriaga e seu grandioso séquito de comissários, matemáticos, engenheiros, desenhistas. Quase ao mesmo tempo chegou a notícia da substituição de Mendonça na capitania do Pará e no trabalho dos limites, que daí em diante seria dirigido da parte de Portugal por Antônio Rolim de Moura, governador de Mato Grosso, mais tarde vice-rei do Brasil e conde de Azambuja. No mesmo dia e hora da partida de Mendonça Furtado para a capital os comissários espanhóis volveram ao Orinoco. Tal é pelo menos a versão referida por Baena ⁽³⁵¹⁾. Os escritores venezuelanos e colombianos contestam o encontro dos dois comissários e, parece, com melhores fundamentos.

Depois de tantos anos e de tantas canseiras nem um passo se dera para realizar o ideal afagado pelo tratado de Madrid. Para os interesses de Portugal a solução não foi desvantajosa: estribado no *uti possidetis*, dando-lhe uma extensão inconciliável com o tratado de Madrid, pôde agora satisfazer a sua avidez de terras.

No tempo de Mendonça instalou-se a capitania

de S. José de Javari. Mandara-lhe a coroa assentar a capital no Solimões próximo dos limites ocidentais; êle achou mais conveniente situá-la no rio Negro, donde os espanhóis estavam muito afastados, como o provara a lenta marcha de Iturriaga. Ai, portanto, a expansão se faria sem tropeços. Além disso, a proximidade relativa de Belém e de Portugal garantia uma superioridade esmagadora. Em seu tempo foram fundados o forte de Marabitanas no rio Negro, o de S. Joaquim na confluência do Uraricoera e Tacutu, cabeceiras do Branco.

Pelas instruções, a tropa de comissários destinados à demarcação do Sul devia subdividir-se em três troços: um reconheceria o terreno desde Castilhos Grandes até a barra do Ibicuí, no Uruguai; outra o Uruguai desde o Ibicuí até o Pepiri-guaçu e, passada sua contravertente, desceria o Iguacu até marcar a barra do Iguereí, aquêlê afluente oriental, êste ocidental do Paraná; a terceira deveria demarcar o Iguereí em todo o curso, por seu concabeçante descer para o Paraguai e subir por êste até a barra do Jauru.

As duas últimas tropas deram conta de sua comissão pacificamente; a primeira andou com menos fortuna. Em troca da colônia do Sacramento e navegação exclusiva do Prata, a Espanha cedera a Portugal a navegação do Uruguai com os sete povos das missões jesuíticas: São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo, fundados entre 1687 e 1707, alguns com os restos de reduções que escaparam à sanha dos mamalucos. Ceder terras com habitantes é amputação dolorosa, ainda hoje praticada; entregar as terras, deixando os bens de raiz, levando os moradores ape-

nas os móveis e semoventes reporta à cruzeza dos Assírios. Entretanto as duas côrtes julgaram consumir facilmente êste ultraje à humanidade se os jesuítas as ajudassem, pesando sôbre o espirito dos índios. Os jesuítas acreditaram-se poderosos para tanto e bem caro pagaram êste acesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram, desmentindo ou antes engrandecendo seus⁹ padres, mostrando que a catequese não fôra mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na consciência, aos jesuítas foi atribuída a responsabilidade exclusiva em um movimento natural, humano e por isso mesmo irresistível.

Os chefes da missão demarcadora do Sul, Gomes Freire de Andrada por parte de Portugal, o marquês de Valdelirios pela de Espanha, encontraram-se na fronteira marítima do Rio Grande do Sul em comêço de Setembro de 1752, e no mês seguinte iniciaram os trabalhos. Em Janeiro, assentado o terceiro marco, Gomes Freire ausentou-se para a colônia do Sacramento e o marquês para Montevidéu. A primeira partida luso-espanhola continuou na tarefa, que deveria se estender até a barra do Ibicuí; mas ao chegar a Santa Tecla, dependência do povo de São Miguel; situado um pouco ao Norte da actual cidade de Bagé, deifrontou índios armados que se opuseram a seu avanço. Fôra prevista a hipótese e havia ordem dos dois governos para domar a resistênciã pelas armas, pois os jesuítas já se haviam felizmente convencido de sua inpotência.

Reunidos Gomes Freire e Valdelirios na ilha de Martin Garcia, resolveram mandar emissários às missões a ver se ainda era possível conciliar os índios.

Se elles continuassem tímidos, marchariam Andonaegui, governador de Buenos Aires, pelo Uruguai até São Borja, e Gomes Freire pelo rio Pardo até Santo Angelo. Depois de tomadas estas duas reduções, prosseguiriam até se encontrar. Em Março de 54 Andonaegui pôs-se em movimento, mas o mau estado da cavallhada e outras causas não menos fortes obrigaram-no a recuar até Daiman, junto á presente cidade do Salto. Ai os índios atacaram os espanhóis e perderam trezentos homens, dos quais duzentos e trinta mortos, canhões, armas brancas e cavallhada. Menos feliz foi Gomes Freire, obrigado a assinar um armistício com os levantados a 18 de Novembro.

Viu-se que melhor andariam unidos os dois exércitos. Partiu Gomes Freire do rio Pardo e em Sarandi, no rio Negro, juntou-se ás fôrças de Andonaegui. A 21 de Janeiro de 56 marcharam para as missões. Quase só encontraram os obstáculos criados pela natureza. Os índios, embora numerosos, nial armados, mal ou antes não dirigidos, pouca resistência podiam oferecer; de todos os rencontres saíram derrotados. A 17 de Maio entregou-se São Miguel sem resistência, e os outros povos foram seguindo-lhe o exemplo. Podia-se agora operar a permuta, Gomes Freire empossar-se das sete missões e entregar a colônia do Sacramento. Não se fêz isto; dir-se-ia que, como os primitivos, estes manaluços póstumos tinham por móvel único a destruição. Em Janeiro de 59 Gomes Freire embarcou para o Rio, donde não mais voltou.

Entretanto, falecia Fernando VI, subia ao trono Carlos III, inimigo do tratado de 1750 desde o tempo de seu reinado em Nápoles. Um dos primeiros cui-

dados do novo rei foi anulá-lo pelo pacto firmado no Pardo, a 12 de Fevereiro de 1761. Ficaram outra vez de pé todos os atos reguladores de limites, a principiar pelo de Tordesilhas, tantas vézes desrespeitado por ambas as partes, como de público haviam reconhecido poucos anos antes. O tratado de Madrid, exatamente porque resolvia uma questão secular, fóra atacado com violência em ambas as côrtes e a cordialidade dos dois monarcas que o assinaram não teve eco nos respectivos povos. Agora com razão condenavam-no os representantes dos dois governos á vista de seus resultados, fáceis de evitar, a não ser a cláusula bárbara relativa aos sete povos do Uruguai: “estipulado substancial e positivamente para estabelecer uma perfeita harmonia entre as duas Coroas e uma inalterável união entre os vassallos delas, se viu pelo contrário que desde o ano de 1752 tem dado e daría no futuro muitos e muito freqüentes motivos de controvérsias e contestações opostas a tão louváveis fins” ⁽¹⁵²⁾.

A insistência de Portugal em não aderir ao famoso pacto de família, dirigido pelos Bourbons contra a Inglaterra, desencadeou as hostilidades na península e nos domínios da América do Sul. Pedro Cevallos, sucessor de Andonacgui no govêrno de Buenos Aires, pôs cerco á colônia do Sacramento em Outubro de 62 e tomou-a sem grande esforço. Dirigiu-se depois ás plagas rio-grandenses, num passeio militar apossou-se do forte de Santa Teresa próximo ao Chuí, da vila capital, da margem setentrional da lagoa dos Patos. Um convênio assinado no povo de São Pedro em 6 de Agosto de 1763 declarou o pôrto privativo do domínio da Espanha, fechado, portanto, ao comércio de qualquer outra nação.

O tratado concluído em Paris a 10 de Fevereiro 763 mandou voltarem as cousas ao estado anterior à guerra. Cevallos restituiu a colônia do Sacramento, guardou o Rio Grande, deixando os portuguezes reduzidos à fortaleza do rio Pardo e às cercanias de Viamão. Mesmo estas nesgas procurou retirar-lhes Vertiz y Salcedo, novo governador de Buenos Aires, atacando o rio Pardo em 773, não com tanta felicidade como esperava.

Portugal fingiu accitar a situação criada por Cevallos, mas foi se preparando manhosamente para modificá-la em seu proveito. Readquiriu, sem combate, S. José do Norte à entrada da barra; a pouco e pouco mandou fôrças por terra; uma esquadra entrou pelo canal apesar das fortalezas inimigas; em Março de 76, combinadas as fôrças de terra e mar atacaram e tomaram as fortificações dos castelhanos; em Abril a vila de São Pedro foi evacuada. O domínio espanhol durara treze anos: data d'êle a fortuna do pôrto dos Casais, hoje Pôrto Alegre.

Muitos dos colonos portuguezes transplantados para além do Chuí não tornaram mais para as antigas estâncias.

Apenas chegou ao velho mundo a notícia da reconquista do rio de S. Pedro, preparou-se em Espanha uma forte armada para tirar a desforra. Comandava-a Cevallos, nomeado para assumir o vice-reinado do Prata, então criado. Deveria tomar Santa Catarina, Rio Grande e Sacramento. Santa Catarina entregou-se logo sem resistência; na colônia propuseram a entrega apenas se apresentou o inimigo. O Rio Grande ficou livre de ser acometido por via marítima graças aos ventos contrários; quando ia ser atacado

por via terrestre, chegou ordem de suspender as hostilidades. Cevallos, como se votasse ódio pessoal à Colônia do Sacramento, secular pomo de discórdia entre os dois povos, não quis deixar pedra sobre pedra. A 8 de Junho de 77 começou a demolição pela fortaleza; foram depois destruídas as casas, o pôrto obstruído; as famílias que não quizeram recolher-se ao Brasil, transportadas para Buenos Aires, distribuíram-se pelo caminho do Peru.

Expirava a este tempo José I, extinguia-se o poderio do truculento Pombal, pela primeira vez uma rainha ascendia ao trono portuguez; todos estes motivos devem ter influido certa brandura no tratado de limites firmado em Santo Ildefonso a 1 de Outubro de 1777, em quase tudo semelhante ao de Madrid, e mais humano e generoso que este, pois não impunha êxodos cruentos.

O *uti possidetis*, reconhecido em 1750, anulado em 761, veio outra vez a prevalecer. Se não se explicasse pela superioridade relativa das posições portuguezas nas zonas litigiosas, seria uma das ironias da história averiguar que do mero apêgo à posse das Filipinas procederam tôdas as concessões por parte da Espanha.

As modificações mais notáveis apanharam a fronteira meridional. Espanha não concordou mais que Portugal tivesse direito a navegar no Uruguai e por isso impôs uma fronteira tal que as possessões portuguezas só abeirassem o rio ao Oriente do Pepiriguaçu. Desenvolvendo um principio já formulado no tratado de Madrid, cujo artigo 22 não permitia fortificações nem povoações nos cumes das raias, a partir das lagoas Mirim e da Mangueira, o tratado de Santo

Hdefonso estabeleceu no artigo 6 "um espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura à das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações, por nenhuma das duas partes, nem construir-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que os tais espaços sejam neutros, pondo-se marcos e sinais seguros, que façam constar aos vassallos de cada nação o sítio, de que não deverão passar; a cujo fim se buscarão os lagos e rios, que possam servir de limite fixo e inalterável, e em sua falta o cume dos montes mais sinalados, ficando estes e as suas faldas por termo natural e divisório, em que se não possa entrar, povoar, edificar nem fortificar por alguma das duas nações" (153).

Para o trabalho de demarcar a fronteira foram criadas quatro divisões: operaria a primeira do Chuí ao Iguaçu; a segunda do Igureí ao Jauru; a terceira do Jauru ao Japurá; a quarta daí ao rio Negro. Pela parte de Portugal ficaram dependentes do vice-rei no Rio, dos governadores de S. Paulo, Mato Grosso e Pará. O trabalho efetuado limitou-se à fronteira do Chuí ao Iguaçu, e do Javari ao Japurá, isto durante anos de argúcias, dilações, inação, de que cada nação lançava à outra a culpa exclusiva. As divisões confiadas aos governadores de S. Paulo e Mato Grosso nunca se encontraram com as divisões espanholas. Poder-se-ia dizer que com isso ganhou a geografia das respectivas regiões, pois os cientistas exploraram rios, descreveram plantas e animais, enviaram curiosos espécimes dos três reinos para os estabelecimentos de além-mar... poder-se-ia dizê-lo, se tais trabalhos, ciosamente guardados, fôsem dados então à publicidade.

Dois episódios mostrarão como as cousas passaram.

O tratado de Madrid nos artigos 5.º e 6.º, repetidos pelo de Santo Ildefonso nos artigos 8.º e 9.º, dispunha que a fronteira desde a barra do Iguazu prosseguiria pelo álveo do Paraná acima, até onde pela parte occidental se lhe ajuntasse o Igureí, acompanharia este até descer o concabeçante mais próximo, afluente do Paraguai, chamado talvez Corrientes ⁽¹⁵⁴⁾.

Próximo do Iguazu não desemboca pela margem occidental ⁽¹⁵⁵⁾ do Paraná rio chamado Igureí, próprio a servir de fronteiras, alegou Sá e Faria, português passado agora para o serviço de Castela; rio Corrientes tão pouco se conhece no Paraguai. Convencionou-se, pois, que a fronteira partiria do Iguatemi, primeiro afluente oriental do Paraná, acima das Sete Quedas. Mais tarde, o vice-rei do Brasil escreveu ao do Prata que a convenção fôra condicional, para a hipótese de não existir o Igureí; ora, Igureí existia abaixo das Sete Quedas. Cândido Xavier o descobriu e o seu correspondente no Paraguai é o Jejuí. Pelo Igureí e pelo Jejuí devia passar portanto a linha divisória.

Tem razão o vice-rei do Brasil, respondia Félix de Azara, comissário espanhol; a convenção foi condicional e desaparece apurada a existência do Igureí; mas o Igureí existe: é o Iaguareí, Monici ou Ivinheima, e corresponde-lhe pelo Paraguai outro rio caudaloso, que desemboca aos 22º. Isto, acrescentava, nos dará as únicas terras não inundadas daquelas regiões; teremos ervaes, barreiros, salinas, pastos, aguadas, madeiras; as frotas de Cuiabá e Mato Grosso cairão em nossas mãos na bôca do Taquari, ou mais acima; podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio

que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários a seus ilegítimos donos e affim cairão em nossas mãos com o tempo. “No es posible que no tengamos las minas de Cuyabá y Matogrosso, cuando las podemos atacar con fuerzas competentes, llevadas por el mejor rio del mundo, sin que los portugueses puedan sostenerlas ni llegar á ellas, sino por el enbudo obstruido del rio Tacuari, en cañas y con los trabajos que nadie ignora” (156).

Seriam melhores os portuguezes? O caso Chermont-Requena, narrado brevemente, responderá de modo satisfatório.

Tinham os commissários de demarcar a fronteira do Javari á bóca mais occidental do Japurá e seguir por este acima até um rio que resguardasse os estabelecimentos portuguezes do rio Negro. A bóca mais occidental do Japurá originou graves discussões, por um chamar bóca o que o outro considerava furo, isto é, um canal que levava as águas do Solimões ao Japurá em vez de trazê-las. O rio que devia resguardar as possessões portuguezas do rio Negro seria o Apaporis, o Comiari ou dos Enganos, ou qualquer outro? Nunca se decidiu, à vista dos múltiplos varadouros, imaginários ou verdadeiros, alegados por parte de Portugal. Em todo caso, Tabatinga demorava a Oeste da mais occidental das bôcas do Japurá, demorava mesmo a Oeste do Içá, não compreendido nas pretensões portuguezas mais exageradas; quando, porém, Requena reclamou a posse de Tabatinga, Chermont negou-se a assumir responsabilidade tão grave e declinou da sua para a competência de João Pereira Caldas, chefe daquela divisão. Este declarou-se prestes a fazer a en-

trega de Tabatinga se os espanhóis lhe entregassem São Carlos, forte do alto rio Negro, fundado na expedição de D. José de Iturriaga, malgrado commissário da primeira demarcação.

Nestes dares e tomares consumiu Requena um decénio. Afinal conseguiu de seu rei licença de voltar para a Europa, e o de Portugal permitiu-lhe que descesse até o Pará. “De ordem do governador do Rio Negro o acompanhou o tenente-coronel engenheiro José Simões de Carvalho com a recomendação secreta de dirigir a viagem de maneira que êle não visse povoação alguma, nem pudesse tomar nota topográfica de qualquer ponto do Amazonas. Destina-lhe o governador [do Pará] para sua morada a fazenda de Val de Cães. Ali o teve como em custódia até prosseguir a viagem, permitindo-lhe vir à cidade [de Belém] só de noite, e acompanhado de um official de tropa regular quando intentava fazer-lhe visitaçào, na qual também era recebido pelos cidadãos mais qualificados que segundo a disposiçào do governador o esperavam em grande cerimônia”.

Em suma, valiam-se bem os commissários das duas altas partes contratantes. Teria razão ou talvez não tenha quem afirmasse sua má fé; entretanto, uma ou outra opinião seria superficial. Os termos dos tratados prestavam-se às vèzes a mais de uma interpretação; os mapas trazidos do Reino applicavam-se mal aos terrenos; nem dêstes nem daqueles resultava uma hermenêutica forçada; cada funcionário procurava ostentar zêlo, isto é, adiantar sua carreira. E em nome dêstes sêres heterônomos ainda hoje nossos vizinhos propagam e herdã o ódio ao Brasil desde os bancos escolares ! Felizmente no Brasil já não

somos prisioneiros destas paixões inferiores de colonos fossilizados.

Portugal saiu mais favorecido da sorte por ter criado a capitania independente de Mato Grosso logo depois do tratado de 1750⁽¹⁶⁷⁾ e a capitania subordinada do Rio Negro em seguida. De Vila Bela via-se bem claro que o problema decompunha-se em duas partes: absorver a navegação do Madeira, paralyzando as hostilidades das vizinhas aldeias dos Moxos e dos Chiquitos, — e isto fez principalmente o conde de Azambuja; passar além dos Xarais, até onde o Paraguaí não transborda do leito, limitando assim as possibilidades dos ataques e surpresas, garantindo ao mesmo tempo a navegação de S. Paulo, — isto fizeram Luís de Albuquerque, com a fundação de Corumbá e Coimbra, e Caetano Pinto com a de Miranda. Na capitania subalterna Mendonça Furtado sentiu a importância capital do rio Negro e do rio Branco; escolhendo Barcelos para capital, assinalou nitidamente o rumo a seguir pelos sucessores. Tanto em Mato Grosso como no Rio Negro houve pequenos conflitos sem importância, de que os espanhóis não tiraram o melhor partido e os portuguezes puderam continuar na sua maneira original de entender e aplicar o *uti possidetis*.

Os debates inanes das demarcações ainda continuavam em 1801 ao rebenlar a guerra entre Portugal e Espanha. *Ipsa facto*, caducaram os tratados. José Borges do Canto, desertor do regimento dos dragões, e Manuel dos Santos Pedroso, sem ordem de ninguém, congregaram um troço de aventureiros, e atiraram-se contra os sete povos do Uruguaí. Foram, viram, venceram; voltou novamente a ser lindeiro o rio Ibicuí.

Depois disto não houve mais questões sobre limites americanos entre as duas metrópoles peninsulares.

O histórico dos limites com a França e Holanda, desde o rio Branco a Oeste até o cabo de Orange a Este, conta-se em poucas palavras.

A capitania do cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente, foi limitada a beira-mar pelo rio Vicente Pinzon, cuja denominação indígena é Oiapoque. Apenas se fixaram em Caiena, os franceses lançaram olhos cobiçosos sobre o Amazonas, e reclamaram-no como limite.

Para afirmar seus direitos, em 1697 tomaram os fortes portuguezes de Araguari, Toeré e Macapá, logo retomados. Um tratado provisional assinado em 1701 neutralizou o território, mas o de Utrecht restituiu-o aos portuguezes ⁽¹⁵⁴⁾. Pelo inequívoco artigo 8, Sua Majestade Cristianíssima desistiu “pelos têrmos mais fortes e mais autênticos e com tôdas as cláusulas que se requerem, assim em seu nome como de seus descendentes, sucessores e herdeiros de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do cabo do Norte, e situadas sobre o rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vicente Pinsão, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por Sua Majestade Portuguesa”, etc.

A disposição por sua clareza não permitia dúvidas; os franceses acharam meio de perpetuá-las, descobrindo mais de um Vicente Pinzon e mais de um Oiapoque, de modo a aproximarem-se o mais possível do Amazonas, seu verdadeiro e constante objetivo. Isto lograram durante a revolução francesa e o in-

pério. O tratado de Paris, de 23 Thermidor V, traçou o limite pelo Calçoene até as cabeceiras e destas por uma reta até o rio Branco. O de Badajoz de 6 de Junho de 1801 transportou-o para o Araguari, desde a foz mais apartada do cabo do Norte até a cabeceira e daí até o rio Branco. O de Madrid de 29 de Setembro do mesmo ano fixou-o no Carapanatuba desde a foz até as cabeceiras, donde acompanharia as inflexões da serraia divisora das águas até o ponto mais próximo do rio Branco, cêrca de 2° 1/3 N. O de Amiens de 27 de Março de 1802 trouxe-o novamente para o Araguari ⁽¹⁵⁹⁾. Todos êstes tratados caducaram com o de Fontainebleau, que desmembrou Portugal e produziu a trasladação da côrte portugûesa para o Brasil.

Depois de na era de 1750 terem passado do rio Branco para o Rupununi, os portugûeses aproximaram-se das possessões holandesas. Nunca entretiveram, porém, contacto, ou travaram conflito com elas, nem convenção alguma interveio entre as duas metrópoles.

XI

TRÊS SÉCULOS DEPOIS

Três séculos depois do descobrimento os habitantes do Brasil exprimiam-se por sete algarismos. Repartidos na superfície reclamada como sua pela metrópole, tocavam dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo.

A população ocupava a marinha desde Marajó até o Chuí, e uma e outra margem do Amazonas desde a foz a Tabatinga e ao Javari. Nos tributários desta havia os povoados, de preferência estabelecidos nos caudais de água preta, paravam a pouca distância da barra, exceto no rio Negro, onde preocupações de limites tinham requintado a expansão natural, no Madeira, Tapajós e Tocantins, ligados a Mato Grosso e Goiás. Desde Piauí à linha singela do litoral correspondiam uma ou mais linhas interiores de povoamento nas beiras dos rios e nos chapadões do Parnaíba, do S. Francisco, do Paraná e regiões intermédias. Estas linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam pontos indicando um traçado a realizar.

Observando a distribuição geográfica dos povoadores notavam-se duas correntes fáceis de distinguir. A corrente espontânea do povoamento tendia à continuidade e procurava a periferia a Oeste, ao Norte e ao Sul. A corrente voluntária, determinada por ação

governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas, aparecia saltada e desconexa, e começando da periferia procurava rumos opostos. Nas terras auríferas a ocorrência irregular dos minérios trouxe primitivamente a desconexão dos núcleos, mais tarde corrigida onde foi possível.

A maioria constava de mestiços; a mestiçagem variava de composição conforme as localidades. Na Amazônia prevalecia o elemento indígena, abundavam mamalucos, rareavam os mulatos. Na zona pastoril existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios. À beira-mar e nas comarcas dos metais sobressaia o negro, com todos os derivados d'êste radical. Ao Sul dos trópicos elevava-se a porcentagem dos brancos. Das três raças irreductíveis, oriunda cada qual de um continente e compelidas à convivência forçada, eram os africanos a que maior número de representantes puros possuía, em consequência das levas anualmente fornecidas pelo tráfico dos negreiros.

Na baixada amazônica o predomínio da água e da mata restringiam as ocupações agrícola e pastoril. Lavoura existia apenas nas proximidades dos povoados maiores, limitada à cana, ao café, a poucos cereais e à mandioca: esta desfazia-se em farinha d'água, mais resistente à umidade; o tucupi ou manipuera dava um mólho apreciado; cru servia também para apañhar aves. O gado vacum criado na ilha do Marajó, perto do Paru, em Óbidos, no Tapajós, nos campos do rio Branco, não chegava para o consumo interno. De gado cavalari ainda menos se curava: as embarcações, desde a montaria, verdadeira sucedânea do cavalo, como o nome está indicando, até as grandes

canoas, arqueando centenas de arrôbas, e durante parte do ano impelidas rio arriba pelos ventos gerais, eram o quase exclusivo meio de transporte.

O povo alimentava-se de peixe, fresco, pegado diariamente pelos múltiplos e engenhosos processos recebidos dos indígenas, ou salgado, como o pirarucu, a tainha e o peixe-boi; de tartaruga, mais abundante à medida que se caminhava para Oeste, ou porque assim estivesse distribuída originariamente, ou por se não ter adiantado tanto por aquelas bandas a obra de devastação. Verdadeira vaca amazônica, gado do rio como a chamavam, podia-se guardar às centenas em currais, e fornecia manteiga; a gema do ovo de uma espécie tomava-se com café, como leite. Sua manteiga, além de condimento usual, fornecia iluminação; o casco, sem brilho e por isso imprestável para obras delicadas, empregava-se como vasilha.

A extração de produtos florestais, cacau, salsa, piaçaba, cravo, ocupava a maioria da população masculina em certas quadras do ano, marcadas pelas enchentes e vasantes do rio-mar, durante as quais as aldeias ficavam reduzidas a velhos, meninos e mulheres. Estas fabricavam louça, pintavam coités, não raro reveladoras de talento artístico, fiavam e teciam. A seringueira, já conhecida e utilizada, entrava apenas no fabrico de objetos caseiros, como o que lhe deu o nome, ou no tornar impermeáveis botas e tecidos. Nem de longe se poderia ainda prever a importância que lhe adveio depois de descobertos os modernos processos de manipulação.

“Nenhuns [cuidados] parecem ter comumente no estado”, escrevia Fr. João de São José em tempo de Pombal, e continuava a ser verdade: “havendo

rêde, farinha e cachimbo, está em termos. A frugalidade da mesa pode passar se fôsse coerente a de beber; e quanto ao mais é expressão vulgar a da seguinte endecha ou trova: ⁽¹⁶⁰⁾

Vida do Pará,
Vida de descanso:
Comer de arremêso,
Dormir de balanço."

Da bacia amazônica passando à zona pastoril, notava-se logo a falta de mata e a escassez de água. A mata aparece apenas às margens das correntes mais caudalosas ⁽¹⁶¹⁾, em algumas baixadas úmidas, em serras elevadas de mil metros mais ou menos de altitude. A água, excetuando alguns rios permanentes, limitava-se a ipueiras, olhos d'água, poços naturais, mais ou menos grandes e constantes; fora destes casos tem-se de procurá-la no seio da terra, operação fácil nos álveos secos, em outros casos empresa árdua e até frustânea. Em geral não prima quanto ao gosto, em consequência da salinidade dos terrenos que a filtram. O caráter salino do solo, a abundância de pastos suculentos, os campos nimosos e agrestes, determinaram a multiplicação do gado vacum. Vivia solto o maior do tempo. Na época da parição, as vacas eram recolhidas ao curral, por causa dos cuidados exigidos pelo bezerro, e também do leite, e mais tarde do queijo e do requeijão; pouco valia a manteiga, se merece este nome o exquisito produto guardado em botijas, que se aquecia para extrair o conteúdo.

O gado não se prendia ao descampado; internava-se pelas catingas e amontava. O vaqueiro corria-lhe ao encalço, e com uma vara de ferrão em alguns

pontos, em outros pela simples apreensão do rabo, deitava a rê em terra e subjugava-a. “Quando o vaqueiro se aproxima o boi foge para o mato mais próximo”, informa Koster; “segue-o o homem tão de perto quanto possível, a fim de aproveitar a aberta que o animal faz apartando os galhos, os quais se aproximam logo depois e retomam sua posição antiga. Algumas vêzes o boi passa sob o grosso e baixo galho de uma árvore grande; o cavaleiro passa igualmente por baixo do galho; para consegui-lo inclina-se tanto à direita que pode agarrar a silha com a mão esquerda; ao mesmo tempo prende-se com o calcanhar esquerdo à aba da sela; nesta posição, roçando quase em terra, de aguilhada em punho segue sem diminuir a andadura, endireitando-se novamente no assento desde que transpôs o obstáculo. Se pode alcançar o boi, metelhe o aguilhão na anca e, fazendo-o com jeito, derriba-o. Apeia então, liga as pernas do animal, ou passa-lhe uma das mãos por cima dos chifres, o que o segura do modo mais eficaz. Êstes homens recebem muitas vêzes ferimentos, mas raro é que occasionem mortes” (182). A tradição popular celebrou alguns dos barbatões mais famosos, como o boi Espaço (espaço, isto é, de chifres espaçados, não espaço, como José de Alencar escreveu e outros têm repetido), o Surubim, o Rabicho da Geralda.

Na bôca dèste uma poesia publicada por Silvio Romero põe as seguintes quadras (162):

Foi uma carreira feia
Para a serra da Chapada,
Quando eu cuidei era tarde,
Tinha o cabra na rabada.

Tinha adiante um pau caído
Na descida de um riacho,
O cabra passou por riba,
O russo passou por baixo.

Apertei mais a carreira
Fui passar no boqueirão,
O russo rolou no fundo,
O cabra pulou no chão.

O gado cavalar dava bem no sertão, mas nunca se multiplicou tanto como o outro, por falta de forragem apropriada. Talvez isto, mais que a falta de cruzamento, explique a diminuição da estatura; em todo caso sua resistência ao trabalho é incomparável, a exigüidade do porte apropriava-o às corridas pelo catingal. As viagens eram sempre interrompidas nas horas de maior calor; não se ferravam os cavalos, cujo casco rijo resistia às pederneiras sem estropeio. O gado muar quase, senão de todo, se desconhecia no comêço. Havia poucas ovelhas e cabras: o desenvolvimento destas data dos últimos trinta anos, depois de reconhecida a superioridade de sua pele.

Na alimentação entrava naturalmente a carne, mas em quantidade menor do que se poderia supor. Uma rês tinha grande valor relativo, porque ficavam próximos consideráveis centros de consumo, como Bahia e Pernambuco. Além disso dos sertões do Parnaíba e São Francisco e das ribeiras concabecantes partiu o gado que abasteceu e inçou Minas Gerais, Goiás e indirectamente Mato Grosso; tal abastecimento encareceu ainda mais a mercadoria, desfalcando-a. Cumpre não esquecer a calamidade das

sécas. Assim consumia-se principalmente carne secada ao sol, ou a do gado miúdo, de preferência à de ovelha.

No comêço nada se plantava, julgando o terreno estéril; mais tarde introduziu-se o feijão, o milho, a mandioca e até a cana. São ainda hoje três épocas alegres do ano sertanejo; a do milho verde, a da farinha e a da moagem. Do milho sêco, quase exclusivamente reservado para os cavalos, só se utilizavam torrado ou feito pipoca, transformado no raro cuscus ou no insípido aluá. O milho verde, cozido ou assado, feito panonha ou cangica (no sentido do Norte, muito diverso do Sul), o milho verde durante semanas tirava o gôsto das outras comidas. A farinhada com a farinha mole, os beijus de côco ou de fôlha, as tapiocas, os grudes, etc., as cenas jôviaes da rapagem de mandioca, representavam dias de convivência e cordialidade. A moagem era a cana assada, a garapa, o alfenim, a rapadura, o mel de engenho.

Estas festas, exceto a do milho, provâavelmente herdada dos indígenas, pressupunham a *casa grande*, isto é, proprietários abastados que residiam em suas terras e escravos que as cultivavam. Nas proximidades moravam agregados, livres e dedicados. Muitas vêzes por motivos fúteis entre os donos de duas casas grandes irrompiam questões que podiam pôr em armas populações inteiras. São características as lutas de Montes e Feitosas no Ceará. Os inventos mecânicos, que no século dezoito revolucionaram a indústria dos tecidos, aumentando o consumo do algodão, levaram o plantio aos terrenos mais afastados, por onde difundiram o bem-estar.

O dono da casa grande, como tôda a população masculina, exceto quando viajava, andava de ceroula e camisa, geralmente com rosários, reliquias, orações cuidadosamente cosidas e escapulários ao pescoço. Nas ocasiões solenes, recebendo visitas, revestia-se de quimão, tinão ou chambre. “Quando um brasileiro põe-se a usar um desses hábitos talares começa a se considerar personagem importante (*gentleman*) e com título portanto a muita consideração”, informa Koster ⁽¹⁶⁴⁾. A roupa caseira das mulheres constava de camisa e saia; o casebeque só apareceu mais tarde. As moças solteiras dormiam juntas num gineceu chamado camarinha. Não apareciam aos estranhos. Era comum verem-se os noivos pela primeira vez no dia do casamento. Entre as jóias prezava-se sobretudo o collar: o número de varas de cordão possuído pela mulhet indicava até certo ponto sua jerarquia. Até as alongadas brenhas penetravam os bufarinhos levando onros, fazendas, utensílios domésticos. Quando os objetos se permutavam em gado, alugavam gente para arrebanhá-lo, e podiam voltar com grande número de cabeças. O mesmo sucedia aos dizimeiros, e até a eclesiásticos ambulantes. Um fenômeno daquelas regiões, ainda hoje existente, eram as feiras de gado ou de outros gêneros. Algumas feiras deram origem a povoados.

A zona criadeira começava um pouco acima da foz do São Francisco, acompanhava-lhe as margens a entestar com a fronteira de Minas Gerais, transpunha as vertentes do Tocantins e do Parnaíba, alcançava já enfraquecida o alto Itapicuru, compreendia as ribeiras de todos os rios de meia-água metidos entre a baía de Todos-os-Santos e a de Tutóia. A trechos

se aproximava muito da beira-mar, de que em Ilhéus e Porto Seguro separavam-na a serra do Espinhaço e suas matas litorâneas. Em Pernambuco ocorria fato semelhante, porque como as ligações beiravam o rio de São Francisco, a maior ou menor distância, grande número de sertanejos achavam mais fácil e mais vantajoso comunicar-se com a Bahia, deixando deserta uma região intermédia, variável em comprimento e largura; o caminho entre Pajeú e Capibaribe, que regulou esta anomalia, data dos primeiros anos do século XIX.

Como vimos, pode-se chamar pernambucanos os sertões de fora, desde Paraíba até o Acaracú no Ceará; baianos os sertões de dentro, desde o rio S. Francisco até o Sudoeste do Maranhão. Entre os sertanejos de um e outro grupo deve ter havido diferenças mais ou menos sensíveis. Talvez se venha a determiná-las um dia, quando forem divulgadas as relações dos missionários, corredeiros, etc.; em todo caso as semelhanças entre os moradores de ambos os sertões avultam mais que entre quaisquer outros habitantes do Brasil.

Nas margens do rio S. Francisco encontram-se baianos e pernambucanos com os paulistas. Ao Sul e ao Ocidente pode-se determinar até certo ponto os limites das duas correntes opostas, marcando os lugares em que os altos deixam de ser preferidos para a habitação, mesmo quando não há perigo de ser inundado o terreno, e entram a funcionar os monjolos.

Predileção pelas baixas para as casas de vivenda, freqüência de monjolo para pilar o milho sêco, milho como alimentação habitual, sob as formas de cangica (no sentido do Sul), fubá e farinha fermentada antes

da torrefacção definitiva, carne de porco preferida à de boi indicam a presença de paulistas ou de seus descendentes. Como raiz de tôdas estas vergôntees aparece a falta de sal, que impedia o desenvolvimento rápido do gado vacum e ainda hoje não tempera o angu nem a cangica. O porco, apesar do enorme consumo interno, tornou-se mais tarde gênero de exportação, em toucinho e em pé.

Para o terreno acidentado provavam melhor os muares, mais sóbrios, mais resistentes, de passo mais seguro, importados de além Uruguai. A viagem, não partida como ao Norte, arrastava-se vagarosamente quase de sol a sol. As cavalgadas eram ferradas; nos caminhos mais freqüentados, junto às vendas que forneciam milho, havia ferradores, e seus serviços reclamavam a cada instante os terríveis caldeirões.

O ouro, passado o alborôto primitivo, quase só occupava faiscadores. A mineração de ferro, aprendida de africanos, segundo informa Eschwege ⁽¹⁶⁵⁾ pouco deu de si pelo atraso dos processos e sobretudo pela ausência de lenha, devastada cruelmente. A agricultura, além de cereais comuns, encontrou applicação rendosa no algodão: o de Minas-Novas procurava-se muito pela excelente qualidade. A cultura do café começou relativamente tarde, depois de verificada a superioridade das regiões serranas sôbre as de beira-mar, nas proximidades do Rio, e desde o comêço revestiu os caracteres que conservou até o fim.

Perguntou Augusto de Saint-Hilaire a um seu compatriota, conhecedor da localidade, em que os fazendeiros gastavam o dinheiro: "Como vê, respondeu-lhe, não é em construir belas casas nem em mobiliá-las. Comem arroz e feijão; muito pouco lhes custa

também o vestuário, tão pouco dispendem na educação de seus filhos, que se rebolem na ignorância; são de todo estranhos aos prazeres da sociedade; mas é o café que lhes dá dinheiro, não se pode apanhar café senão com negros; é pois em comprar negros que gastam todos os seus rendimentos, e o aumento de sua fortuna serve muito mais para satisfazer-lhes a vaidade que para aumentar-lhes os gozos. Não têm luxos de habitação, nada apregoa sua riqueza. Mas é impossível que se ignore nas cercanias que têm tantos escravos, tantos pés de café; empertigam-se, com-prazem-se consigo mesmo e vivem satisfeitos, não se distinguindo realmente dos pobres senão por uma vã nomeada que se estende a alguns tiros de espingarda de sua casa” (166).

Esta instalação sumária e pobre appareceria nos lugares recentemente desbravados (167); nos de occupação mais antiga notava-se espectáculo bem diferente. “As fazendas apartadas fallece todo o auxilio da grande sociedade, escreve Martius, entre Vila-Rica e a demarcação diamantina; cada fazendeiro rico é por isso obrigado a preparar os escravos para tôdas as necessidades da sua casa. Assim comumente acham-se numa casa todos os officiaes e a aviação para elles, como sapateiros, alfaiates, tecelões, serralheiros, ferreiros, pedreiros, oleiros, caçadores, mineiros, agricultores... À frente dos negócios está um feitor, mulato ou negro de confiança, e determina-se a ordem do dia como num convento. O dono faz ao mesmo tempo de regedor, juiz e médico em sua propriedade. Muitas vezes é um eclesiástico ou vem um clérigo da vizinhança celebrar em sua capela particular” (168).

Como alguns frades figuraram nas primeiras de-

sordens, a metrópole proibiu severamente a fundação de conventos nas três capitánias auríferas, e, caso raro, nunca variou a tal respeito. Em tanto maior número appareceram os clérigos do hábito de S. Pedro, a princípio importados, ordenados mais tarde no ribeirão do Carmo, depois de criada a diocese de Mariana sob D. João V, por Benedito XIV. “Desde a nomeação do bispo de Mariana, D. Joaquim Borges de Figueiroa (1782), se tem conferido ordem a um sem número de sujeitos, sem necessidade e sem escolha. Tem-se visto alguns que, tendo aprendido officios mecânicos e servido de soldados pedestres, se acham hoje feitos sacerdotes. Tendo o doutor Francisco Xavier da Rua, governador que foi do bispado com procuração do dito bispo, ordenado os sacerdotes que eram precisos, não foi bastante para que o Dr. José Justino de Oliveira Gondim, que lhe sucedeu, deixasse de ordenar em menos de três anos cento e um pretendentes, dispensando sem necessidade em nullatismos e illegitimidades. O Dr. Inácio Correia de Sá, que sucedeu a este José Justino no govêrno do bispado, ordenou oitenta e quatro pretendentes em menos de sete meses e entre elles um que era devedor à fazenda real” (168). Estas facilidades só começaram a desaparecer no correr do século XIX.

Junte-se a tal fartura de sacerdotes a abundância de irmandades, o gôsto geral pela música, a proximidade dos povoados nos distritos em que primeiro se extraiu o metal amarelo, os numerosos vadios sustentados pela hospitalidade e indiferença indigenas, a falta de divertimentos públicos e se comprehenderá a freqüência das festas religiosas. Sobressaíam principalmente as procissões pelo grande luxo, pelo nú-

mero de figuras simbólicas, por um certo aparato teatral e jogralesco. No extremo Goiás, em Trairas, Pohl assistiu a uma festa de Santa Efigênia, padroeira dos negros, feita com tôdas estas visualidades: imperador, imperatriz, tiros de roqueira, dutos aos imperantes, cavalhadas, lanças, leilão, etc. ⁽¹⁷⁰⁾

O mineiro e o paulista diferiam bastante de aspecto. "O mineiro em geral é esbelto e magro, de peito estreito, pescoço comprido, rosto um tanto alongado, olhos negros e vivos, cabelo preto na cabeça e no peito; tem por natureza um nobre orgulho e no exterior um modo brando, afável e inteligente, é sóbrio e parece gostar de uma vida cavalheiresca, assegura Martins. Em tôdas estas feições assemelha-se mais ao árdego pernambucano que ao paulista pesadão. . . Seu vestuário nacional difere do paulista. Em geral usa jaqueta curta, de algodão ou de manchêster preto, colete branco de botões de ouro, calça de veludo ou de manchêster, longas botas de couro branco, prêsas acima do joelho por fivelas; um chapéu de feltro de abas largas abriga-o do sol; a espada e não raro a espingarda são com o guarda-chuva seus companheiros inseparáveis, desde que sai de casa. As viagens, mesmo as mais breves, são feitas em mulas. Os estribos e as rédeas são de prata e do mesmo metal o cabo do facão que enfia na bota abaixo do joelho. Nestas jornadas as mulheres são carregadas em liteiras por negros ou bêstas, ou sentam-se, vestidas de longa montaria azul com chapéu redondo, em uma cadeirinha prêsa à mula" ⁽¹⁷¹⁾.

A pequena estatura do paulista, o cabelo corrido, a face pálida, os olhinhos penetrantes revelavam a procedência americana, no entender de Eschwege, que

acrescenta em desacôrdo com Martius: “Sua coragem, sua impavidez no perigo, sua agilidade e espirito de iniciativa, sua repugnância a canseiras, sua sede de vingança, patentciam a procedência selvagem pelo lado materno, assim como sua finura e a vivacidade de seu espirito denunciam a ascendência portuguesa pelo lado paterno”.

De resto, chamando pesadão ao paulista, Martius parece referir-se apenas ao aspecto físico, pois antes escrevera: “O paulista goza em todo o Brasil da fama de grande franqueza, impavidez e amor romanesco às aventuras e perigos. Associa a isto um temperamento apaixonado, que o leva à cólera e à vingança, e seu orgulho e inflexibilidade são temidos pelos vizinhos... Muitos paulistas se conservaram sem mescla com os índios; os mamelucos, conforme os graus da mescla, têm a pele quase côr de café, amarela ou quase branca. Traem a mistura indiana antes de tudo a cara larga, com maçãs salientes, os olhos pretos e não grandes e certa incerteza de olhar. A estatura elevada e ao mesmo tempo larga, feições fortes, sentimento de liberdade e desassombro, olhos brunos, ou raramente azuis, cheios de fogo e afoiteza, cabelo cheio, preto e liso, musculatura reforçada, decisão e rapidez nos movimentos, são, aliás, os principais característicos na fisionomia dos paulistas. Em geral pode-se attribuir-lhes um caráter melancólico, misturado com alguma coisa de colérico... Em parte alguma do Brasil há tantos coléricos e histéricos como aqui” (172).

Escreve ainda o mesmo viajante:

“Em S. Paulo, homens e mulheres viajam sempre a cavalo ou em mulas; muitas vêzes o homem leva uma mulher na garupa. Os cavaleiros usam de um

chapéu de feltro pardo de abas largas, um poncho azul, comprido e muito largo, em cujo meio há uma abertura para a cabeça; jaqueta e calças de algodão escuro, botas compridas por tingir, apertadas no joelho por uma correia e um fivelão; uma longa faca de cabo de prata, metida na bota ou presa à cinta, serve para a comida e outros misteres. As mulheres usam longos sobretudos e chapéus redondos. Segundo um provérbio corrente eram dignos de aprêço na Bahia êles não elas, em Pernambuco elas não êles, em S. Paulo elas e elas. Não raro ouve-se dizer nesta provincia: se não fôssemos os primeiros que descobriram as minas de ouro, seríamos ainda beneméritos da pátria graças à cangica e à réde, que primeiros imitamos dos índios".

A cangica paulista, preparada pelo monjolo, preguiça ou negro velho, dominava nos lugares de águas correntes, que dispensavam os pilões: nos sertões do Norte, onde tal abundância de água não era comum, o mungusá que lhe corresponde só se usava nas casas grandes, com escravos para a pilação.

Aos paulistas attribui Martius a descoberta das propriedades medicinaes das plantas indígenas, que não podiam ter aprendido com os índios. Desde Pindamonhangaba notavam-se papudos, e em geral os paulistas levaram o papo aos lugares onde foram. "Muitas vêzes o pescoço é todo occupado pela grande intumescência; entretanto, parecem considerar esta disformidade como beleza particular, pois não raro vêem-se mulheres com enorme papeira à mostra, ornada de ouros e pratas, sentadas em frente a suas casas, de cachimbo no queixo ou fiando algodão" (173).

No principio do século, começavam a despertar da hibernação devida às minas e aos grandes êxodos por

elas provocados em S. Paulo. A agricultura aos poucos se reanimava; existiam numerosos engenhos de açúcar e de aguardente; duvidava-se ainda que o clima permitisse a grande cultura do algodão e do café. A mais importante fonte de receita consistia no comércio de trânsito, de Mato Grosso, de Goiás, de parte de Minas e dos sertões do Sul. Já funcionava a famosa feira anual de Sorocaba.

Um paulista sem vivacidade poderia se chamar o goiano, ainda notável pela aversão à vida de casado.

Segundo uma estatística de 1804, extratada na obra de Pohl, existiam 7.273 brancos, 15.585 mulattos, 7.992 pretos, 19.285 escravos, ao todo 50.135 habitantes. Descontando das 24.371 pessoas do sexo feminino 7.868 escravas, sobre as quais não apresenta informações, havia casadas 809 brancas, 1.668 mulattas, 575 pretas, ao todo 3.052, e solteiras 2.663 brancas, 6.639 mulattas, 4.179 pretas, ao todo 13.481 ⁽¹⁷⁴⁾. Por esta sinopse vê-se também como o elemento africano era numeroso.

A gente de Cuiabá tinha certa semelhança com os mineiros no aspecto; dormitava, porém, nela um gênio sanguinário, talvez aprendido com os Guaicurus, que se revelou estrepitosamente na era regencial, e com mais freqüência se tem manifestado depois de proclamada a república. A gente do Paraguai e Guaporé era fraca e doentia.

Nos campos gerais do Paraná viviam bastantes criadores, mas a verdadeira zona pastoril do Sul ostentava-se nas terras rio-grandenses.

Exceto as faldas da serra geral ainda desertas, capões saltcados e alguns trechos ribeirinhos, o terri-

tório era ocupado por pastagens suculentas, tão propícias à propagação de bois como de cavalos, que dispensavam rações de sal. Abundava a água perene; nunca passavam anos sem chuva; não havia as enredadas catingas de outras regiões menos favorecidas. A proporção entre o gado cavalariço e vacum era muito maior do que ao Norte: basta dizer que havia lotes de baguaís, cavalos bravios e sem dono; os donos só conheciam os cavalos pela marca, e matavam éguas para extrair o couro. Para viagens mais longas não chegava uma cavalgada; era preciso levar uma cavalhada.

Como difere isto dos sertões nortistas, com poucos cavalos, todos bem conhecidos e estudados, e o cavalo da sela, ensinado no passo, na estrada, na baralha, no esquípado, e várias outras marchas de que há mestres habilidosos, promovido quase a parente da família !

Quando começou o povoamento já pululava esta criação, procedente das destruídas missões jesuíticas; apossava-se cada um do que lhe convinha, e o uso da bola e do laço, conhecido dos Charruas, dispensava as corridas violentas pelo mato do sertão baiano-pernambucano. O valor do gado era até certo ponto negativo; sobejava para a população e não havia para onde exportá-lo; consumi-lo sem parcimônia parecia ato de prudência, pois mais facilmente se amansava e os pastos não se esgotariam; os trabalhos de rodeio, únicos reclamados quando a situação se regularizou, eram antes um divertimento que uma canseira.

“Toda a guerra era contra as vitelas”, informa Aires de Casal, “e de ordinário uma não chegava para o jantar de dois camaradas, porque acontecendo

quererem ambos a língua, tinham por mais acertado matar segunda do que repartir a da primeira. Havia homem que matava uma rês pela manhã para lhe comer o rim assado; e para não ter o incômodo de carregar uma posta de carne para jantar, onde quer que pousava fazia o mesmo àquela que melhor lhe enchia o olho. Não havia banquete em que não apparecesse um prato de vitelinha recém-nascida" (175).

Aos poucos, a gente se desacostumou do sal, da farinha (comer do arremêso no Pará) e de qualquer conduto. A escassez de lenha obrigava a comer a carne quase crua, apenas sapecada no lume, produzido por dejeções animais ou gravetos, e comida quase sempre sem mastigar. Ao mate, beberagem primeiro descoberta nos sertões de Guairá e depois propagada pelos jesuítas, attribui-se a atenuação dos males que deviam resultar desta dieta.

A superfície ligeiramente ondulada, o descampado quase onipresente, a facilidade de alimentação, a abundância de cavalgadas convidavam à locomoção. Viajava-se principalmente no verão, quando raras vezes chovia, os rios levavam pouca água e aumentava o número de vaus; a importância destes em capitania onde não havia pontes manifesta-se nos passos sem conta que a cada instante se encontram designando localidades. Serviam-se às vezes de pelotas, canoas frágeis feitas de pele. De passagem fique notado que também aqui houve uma época do couro.

Dormia-se ao relento: os aperos do animal serviam de leito. Estendiam por terra a grande peça chamada carona, o lombilho substituíra o travesseiro, sobre a carona punham o pelego e por cima de tudo

deitavam-se embrulhados no poncho e de cabeça descoberta.

Avigorou-se a tendência ao nomadismo com a circunstância de passar por ali a fronteira, uma fronteira disputadíssima, que qualquer dos confinantes ambicionava estender, e de entre ambos meterem-se os campos neutrais, em que nenhum tinha direito de penetrar, por isso mesmo violados a cada instante, máxime da parte do Rio Grande. Os combates regulares não subiram a muitos, mas as surpresas, as arreatas, os encontros singulares, as incursões de contrabandistas constituíam fato quotidiano. Forçosamente os rio-grandenses tornaram-se aventureiros e soldados; só por militares tinham atenção; a Saint-Hilaire deram o título de coronel. A quem não montava bem ou não sabia laçar de cavalo xingavam de baiano ou maturrango.

Este desbarato semibárbaro modificou-se graças ao aumento da população em parte, em parte graças às sêcas do Norte. O Ceará não pôde mais fornecer a carne a que acostumara parte da gente do litoral, e experimentou-se o charque do Rio Grande; diz-se que cearenses concorreram para a fundação de S. Francisco de Paula, mais tarde Pelotas. Abriu-se assim uma fonte de riqueza, o gado cresceu de valor e as estâncias, também aqui estabelecidas geralmente nas eminências, começaram a ter alguma organização. Com as charqueadas foram introduzidos os negros, que chegaram a muitas dezenas de mil. Algumas estâncias rendiam milhares de cruzados, esbanjados no jôgo e nas apostas.

Na Bahia, por 1803, cerca de quarenta navios, de duzentas e cinqüenta toneladas cada um, emprega-

vam-se no comércio do charque do Rio Grande, que mal completavam a viagem dentro de dois anos. Levavam da Bahia aguardente, açúcar, louça, mercadorias européias, principalmente inglêsas e alemãs, que passavam por prata de contrabando em Maldonado e Montevidéu. Durante êste tempo as tripulações empregavam-se em carregar couro e carne sêca. Os navios chegando à Bahia vendiam o charque a retalho, a dois vinténs a libra. Dispondo da carga por êste modo em vez de desembarcá-la, detinham-se no pôrto cinco meses e até mais, de modo que, observa Lindley, no tempo consumido por uma só viagem podiam ser feitas três.

A agricultura nunca ficou de todo descurada. A produção do trigo atingiu a milhares de alqueires; cultivaram outros cereais, a própria mandioca. Aos inconvenientes da proximidade do gado sôlto obviava-se abrindo valados, fazendo sebes vivas de sabugueiro e cactos, levantando cêrcas de cabeças com chifres. Entretanto, a faixa agrícola ocupava uma área insignificante, que só se dilatou depois da chegada de imigrantes alemães. A decadência na lavoura do trigo, atribuída a certas medidas anti-econômicas tomadas pelo govêrno central e à deterioração das sementes em consequência da ferrugem, deve ter causas mais profundas, pois não foi ainda possível reerguê-la.

Saint-Hilaire, que percorreu a região, pinta-nos o rio-grandense da campanha como vivo, corado, em geral de côr branca, de estatura avantajada, sem curiosidade intelectual, de maneiras agrestes, incrivelmente voraz e pouco sensível, senão cruel... Falando de alvorôço tôdas as vêzes que se carneava

alguma rês, repara: “A idéia de em pouco poder se fartar de carne é um dos motivos do prazer, mas não é o único; o maior é matar a vaca e espedaçá-la, independente de tôda a esperança de poder satisfazer logo a sua gula. Entretanto, cumpre confessá-lo, esta paixão é uma das que dominam os hallifantes da capitania do Rio Grande” (176).

Ao mesmo autor deve-se uma observação que explica uma porção de fatos decorridos desde a regência. Os mineiros, afirma, não se apegam ao seu país. Com efeito, nem um hábito particular ali os retém, e não lhes custa acharem outro melhor. Acresce que a inteligência, que lhes é natural, garante-lhes por tôda a parte meios fáceis de subsistirem. Os habitantes desta capitania, ao contrário, nunca saem de sua terra, porque sabem que alhures seriam obrigados a renunciar a andarem sempre a cavalo e em parte alguma achariam carne em tamanha abundância.

Na formação do rio-grandense entraram sobretudo açorianos, nortistas, principalmente de S. Paulo, e não poucos espanhóis imigrados ou incorporados. Sobretudo na fronteira meridional deu-se a penetração das duas línguas. Havia poucos mulatos. Notava-se a certos respeito um quê de mocidade fogosa ausente das outras capitánias. O combate contra seres animados difere muito nos efeitos da luta travada contra as massas da vegetação ou contra as inclementes forças cósmicas, como ao Norte.

À beira-mar pobres pescadores arrastavam existência miserável; as armações de baleias davam trabalho durante uma estação apenas e apenas em poucos pontos; a pescaria feita em maior escala, como em

Pôrto Seguro e alhures, não dispensava a importação do peixe sêco; o bacalhau contava-se entre as espécies de maior consumo. O contrabando universalizado zombava de tôdas as medidas de repressão.

Os proprietários rurais, possuindo melhores avia-mentos, casas mais espaçosas e mobílias menos sumárias, prosseguiam na lavoura aleatória de drogas de luxo para o estrangeiro, esbanjando as riquezas naturais, indiferentes às culturas dos gêneros de primeira necessidade e à formação de mercados internos. Ví-tima desta latronicultura, a escravidão africana condenava-a por sua vez à imobilidade e ao recuo. As crises agrícolas repetiam-se; as valorizações disfarçavam sem extinguir o vício congênito.

Os antigos povoados, assentes, como Igarapé e Pôrto Calvo, nos limites da cabotagem fluvial, defini-haram à medida que as embarcações cresceram de calado. A prosperidade mercantil pedia o contacto do oceano. Os centros de maior movimento eram São Luis do Maranhão, Recife, Bahia e Rio.

Nas cidades costeiras o pobre índio sumia-se ante o europeu e o negro com seus descendentes puros ou mesclados. O preconceito de côr agonizava no exclusivismo dos corpos armados, como o dos Henriques, composto só de pretos, nas confrarias, de que algumas só admitiam pretos, pardos ou brancos, na especialização de certos padroeiros, como a Senhora do Rosário, São Benedito, São Gonçalo Garcia. A impedir ou sequer minorar a mestiçagem não chegava seu alento; era antes uma tradição meio delida do que uma força viva.

O serviço doméstico tocava aos escravos, sempre em número excessivo, pois vivia-se com pouco, e graças à criação miúda, aos mariscos abundantes, ao peixe barato, aos engenhosos e múltiplos quitutes, grassavam a prodigalidade e a imprevidência da economia naturista. Alguns deles empregavam-se na faina dos transportes por terra e por água; alguns aprendiam ofícios; outros, pagando jornais convenionados com os donos, procuravam ocupações a seu gôsto. Conversavam às vêzes em lingua africana, constituíam grêmios secretos e praticavam feitiçarias. Sua alegria nativa, seu otimismo persistente, sua sensualidade animal sofriam bem o cativoiro.

Nunca ameaçaram a ordem de modo sério, e os carregadores davam certa animação às ruas. “São mandados com cestos vazios e longas varas a procurar emprêgo em benefícios de seus senhores, escreve John Luccock. Mercadorias pesadas transportam-se ao ombro entre dois parceiros por meio destas varas, às quais se passam umas alças, que levantam o fardo um pouco acima do solo. Se a carga fôr muito grande para uma patelha, forma-se um bando de quatro, de seis e até mais, de que um, em geral o mais inteligente, é escolhido para dirigir o trabalho. Êste para promover a regularidade dos esforços, e especialmente uniformizar o passo, entoa sempre um canto africano, de música breve e simples; no fim respondem todos em côro estridente. O côro continua enquanto dura o trabalho, e parece aliviar o pêso e alegrar o coração” (177).

Os mulatos, gente indócil e rixenta, podiam ser contidos a intervalos por atos de prepotência, mas reassumiam logo a rebeldia originária. Suas festas,

menos cordiais que as dos negros, não raro terminavam em desaguisados; dentre elles saíam os assassinos e os capangas profissionais. Crescendo em número, desconheceram, e afinal extinguiram as distinções de raça e foram bastante fortes para romper com as formas do convencionalismo vigente e viver como lhes pedia a índole irrequieta. Para o nivelamento concorreu sobretudo a parte feminina, com seus dengues e requebros lascivos. Spix e Martius ouviram cantar na Bahia:

Uma mulata bonita
Não carece de rezar,
Abasta o mimo que tem
Para sua alma se salvar ⁽¹⁷⁸⁾.

O convencionalismo oprinía a gente branca: funcionários pretensiosos vindos da metrópole e abrangendo no mesmo desdém soberano a terra e os moradores, negociantes grosseiros e pouco lisos nas transações, meros consignatários de seus patrícios, que por sua vez não passavam de consignatários de ingleses, capitalistas desconfiados, descendentes empobrecidos de pais ricos e perdulários, irmãos das almas, os próprios mulatos, quando a multiplicidade dos cruzamentos disfarçava-lhes a casta, em público moviam-se sorumbaticamente, como autômatos.

Tôda a população parecia de lingua atada, in-forma ainda Luccock; não havia brincado de meninada, vivacidade de rapazes, gritaria ruidosa de gente mais entrada em anos. "O primeiro grito geral que ouvi no Rio foi no aniversário da rainha em 1810. Seguiu-se a um fogo queimado nesta ocasião e foi um

viva abafado, não frio, porém tímido; parecia perguntar se podia ser repetido” (179).

De sua residência, no cruzamento da rua do Ouvidor com a da Quitanda, assistia a uma cena, que descreve do seguinte modo: “Precisamente neste lugar, todos os dias não santificados pela manhã, reuniam-se os solicitadores com os meirinhos para tratar de negócios. A generalidade dêles usava de velhos casacos pretos surrados, alguns com bastantes remendos, e tão mal adaptados à altura e à forma dos donos, que excitavam a suspeita de não terem sido êstes os primeiros que os possuiram; os colêtes eram de côres mais alegres, com longos peitos bordados, grandes golas e profundas algibeiras; os calções eram pretos e tão curtos que mal chegavam aos lombos ou aos joelhos, onde se prendiam com fivelas quadradas de diamantes falsos, as meias de algodão fiado em casa e enormes as fivelas dos sapatos. As cabeças eram cobertas de cabeleiras empoadas e punham por cima chapéus de bico, grandes e sebosos, em que usualmente colocavam um tope preto. À esquerda traziam um espadagão muito velho e estragado. Era divertido observar com que cerimônias minuciosas êstes cavalheiros e seus subalternos dirigiam-se uns a outros; com que ordem exata se curvavam e tiravam os sujos chapéus; com que formas perversas e fria deliberação combinavam-se para esvaziar o bolso de seus clientes” (180).

A educação reduzia-se a expungir a vivacidade e a espontaneidade dos pupilos. Meninos e meninas andavam nus em casa até a idade de cinco anos; nos cinco anos seguintes usavam apenas de camisas. Se porém iam à igreja ou a alguma visita, vestiam com

todo o rigor da gente grande, com a diferença apenas das dimensões. Poucos aprendiam a ler. Com a raridade dos livros exercitava-se a leitura em manuscritos, o que explica a perda de tantos documentos preciosos.

Só os frades, a exemplo da gente de côr, obedeciam aos ditames do temperamento, sem mêdo de escândalo e até procurando-o. “Um dos motivos da relaxação é haverem muitos conventos e poucos religiosos, escrevia Fr. Caetano, bispo do Pará; a causa para não poderem satisfazer a tôdas as observâncias brevemente degenera em pretexto frívolo para se exinirem até das mais fáceis e ei-los aí ociosos, inúteis absolutamente à igreja e ao estado” (111). A tanto subiu sua desenvoltura que difficilmente encontravam noviços nos últimos tempos. Das freiras e recolhidas não se contavam iguais excessos.

Gozavam de prestígio os padres, os genuínos representantes da mentalidade até o comêço do segundo império, quando os substituíram no cenário bacharéis formados pelas academias de S. Paulo e Olinda. As virtudes da sua vocação raros possuíam, mas o caso de tão comum não causava estranheza. Alguns, rompendo com o exclusivismo do latim, aprenderam francês e até inglês, cultivavam as ciências naturais, espousavam as idéias dos enciclopedistas, entusiasmaram-se pelas tragédias da revolução francesa, conheciam as teorias de Adam Smith.

Entre êles contavam-se pedreiros livres, que já existiam em pequeno número, oficiais portugueses e brasileiros viajados no estrangeiro, e não se reuniam ainda em lojas. A população, que aliás não podia conhecê-los, pois ninguém se animava a apregoar-se

como tal, votava-lhes um terror louco; circulavam notícias pavorosas de suas abominações sacrílegas, entre elas a de se aprazerem em apunhalar crucifixos. Apesar de sua exiguidade ou por causa desta, dispunham de certa influência e conseguiram dar escapula ao inglês Thomas Lindley, prêso na Bahia por contrabandista.

“Os principais divertimentos dos pracionos (cidadãos) são as festas dos diferentes santos, profissões de freiras, funerais suntuosos, a semana santa, etc., celebrados rotativamente, com grandes cerimônias, músicas e procissões freqüentes, informa êste viajante. Mal passa um dia em que não ocorra uma ou outra destas festas, e assim se apresenta um círculo de oportunidades para unir a devoção e o prazer, que é vivamente abraçado, em particular pela mulher.

“Em grandes ocasiões destas, depois de virem da igreja, visitam-se uns a outros e saboreiam um jantar mais farto que de costume, durante e passado o qual bebem quantidades desmedidas de vinho. Quando alcançam uma temperatura extraordinária introduz-se o violino ou a guitarra, começa o canto, logo seguido da excitante dança negra, mistura de danças da África e dos fandangos de Espanha e Portugal, que consiste em um individuo de cada sexo dançar ao toque monótono do instrumento, sempre no mesmo compasso, quase sem mover as pernas, mas com todos os movimentos licenciosos do corpo, juntando-se durante a dança em contacto estranhamente imodesto. Os espectadores, acompanhando a música de um côro improvisado e dando palmas, saboreiam a cena com um gôzo indescritível!” (111).

As mulheres poucas vêzes saíam a público e iam às missas de madrugada; algumas serviam-se de cadeirinhas, carregadas por negros de bela estampa e rica libré; carruagens pode-se dizer não havia. A maior parte do tempo levavam em seus aposentos, quase em mangas de camisas, sem meias e até sem tãncos, ouvindo das mucannas histórias de carochinha ou bisbilhotices frescas, penteando o cabelo, embevecidas nos cafunés. Bordavam, faziam rendas ou doces, cantarolavam modinhas sentimentais, communicavam com as vizinhas pelos quintais; entretinham-se com quitandeiras e beatas, ou abrigadas por uma rótula discreta procuravam saber o que havia na rua. As moças solteiras engordavam, quando se fazia esperar muito o dia do casamento, felizes as que encontravam “casa de Gonçalo, em que a galinha canta mais que o galo”.

Das fluminenses, diz Luccock que seus ornatos produziam um efeito agradável, e molduravam os encantos de uma face redonda, de feições regulares, olhos negros, vivos e curiosos, fronte lisa e aberta, boca expressiva de simplicidade e bom gênio, ocupada por uma fileira de dentes brancos e iguais, unidos a um rosto sofrivelmente bonito, um ar risonho e um modo alegre, franco e sem malícias.

Tal, acrescenta, é a aparência comum de uma moça de cerca de treze ou quatorze anos. Aos dezoito a natureza atingiu a maturidade completa na brasileira. Alguns anos mais tarde torna-se corpulenta e até pesadona; adquire uma grande giba nas espáduas, e anda com um passo desgracioso e cambaleante. Começa a decair, perde o bom humor da fisionomia, e substitui-o por uma carranca; olhar e boca exprimem

ambos que se acostumou a exprimir paixões vingativas e violentas, as faces ficam privadas de frescura e de côr, e aos vinte e cinco anos ou trinta transforma-se numa velha perfeitamente enrugada ⁽¹⁸³⁾.

Os homens jogavam, freqüentavam cafés, iam às casas de pasto, palestravam sôbre assuntos muito limitados, quase sempre vida alheia. Os acontecimentos mais comezinhos deformavam-se em intermináveis comentários maliciosos. Abundavam as alcunhas. Mesmo a morte se desrespeitava. Se morria alguém com fama de santo, se aparecia algum cadáver incorrupto, estabelecia-se um reboiço na população e a procura de reliquias assumia as mais indiscretas formas. Se ao contrário corria que a alma se perdera, corriam logo boatos prodigiosos, assombravam-se as casas e sentia-se a proximidade das trevas exteriores onde há choro e ranger de dentes. Ainda hoje se nota isto no interior.

No Rio, e o mesmo se deveria com pouca diferença notar nas outras cidades marítimas, a maioria das casas eram térreas. Na frente havia uma sala assoalhada de bom tamanho; atrás ficavam as alcôvas, a cozinha, o quintal. Em baixo dos poucos sobrados existiam geralmente vendas. A família se reunia na varanda no fundo, as mulheres sentadas em esteiras, os homens encostados a qualquer coisa, ou andando de uma parte para outra. Ai jantavam numa mesa velha estendida sôbre dois cavaletes, cercada de bancos de pau e às vêzes uma ou duas cadeiras. A principal refeição era ao meio-dia, e então o dono, a dona da casa, os filhos sentavam-se todos a roda; mais comumente, porém, acocoravam-se no chão. Os alimentos molhados vinham em terrinas ou

cutias; os alimentos secos em cestas; comia-se em pratinhos de Lisboa. Só os homens serviam-se de faca; mulheres e meninos comiam com a mão ⁽¹⁸⁴⁾.

Quando um cavalheiro fazia qualquer visita, se não era íntimo da casa, ia de ponto em branco, chapéu armado, fivela nos sapatos e nos joelhos, espada à cinta, segundo Luccock. Ao chegar batia palmas para chamar a atenção, e soltava uma espécie de som sibilante, emitido entre os dentes e a ponta da língua. Acudia uma criada que de modo áspero e tom fanhoso perguntava quem era e ia levar o recado ao patrão. Se o visitante era algum amigo ou não reclamava cerimônias, aparecia logo o dono da casa, levava-o para a sala, protestando alto o prazer com que o recebia, fazendo-lhe discursos cheios de cumprimentos, acompanhado de reverências, e antes de entrar em negócio, se disto se tratava, pedia-lhe muitas desculpas pela sem-cerimônia da recepção. Se o visitante era de cerimônia, uma criada levava-o para a sala, donde ao entrar via muitas pessoas que aí estavam saírem por outra porta. Aqui esperava só, talvez meia hora, até o cavalheiro aparecer numa espécie de traje de meio rigor. Ambos se inclinam profundamente a distância; depois de haver mostrado suficiente pericia nesta ciência, ganhando tempo para apurar a posição e as pretensões do outro, aproximavam-se, com dignidade e respeito correspondente se desiguais; com familiaridade se supostos próximamente iguais. Tratava-se e despachava-se o negócio sem demora. Pede-se ao estranho que considere a casa como sua, nota Pohl; se mostra agradar-se de qualquer coisa, exige o costume que lhe seja oferecida, pedindo-se que leve aquela insignificância ⁽¹⁸⁵⁾.

As ruas eram estreitas, sem calçamento, sem iluminação ou iluminadas a azeite de peixe. A água e os esgotos ficavam entregues à iniciativa particular. Enterravam-se os cadáveres nas igrejas. Só a pouca população explica a ausência de epidemias. Da higiene pública incumbiam-se as águas da chuva, os raios do sol e os diligentes urubus. Constituíam exceção notória o passeio público e o aqueduto do Rio.

Depois de brutalmente extintas as primeiras tentativas industriais, ficaram nas cidades apenas mecânicos que trabalhavam por encomenda e a quem se pagava só o feito. “Quando um oficial ganhava algumas patacas folgava até acabar de comê-las, observa Saint-Hilaire. Apenas possuía a ferramenta mais necessária, e quase nunca andava provido das matérias que devia feitiar. Assim tinha-se de fornecer couro ao sapateiro, linha ao alfaiate, madeira ao marceneiro; adiantava-se dinheiro para comprarem tais objetos, mas quase sempre gastavam o dinheiro e a obra não se fazia ou se fazia só passado um tempo considerável. Quem tinha alguma coisa a encomendar precisava de fazê-lo com larga antecedência. Suponhamos por exemplo que fôsse uma obra de marcenaria, era necessário primeiro empregar amigos para arranjar em no campo a madeira precisa; tinha-se depois de mandar cem vêzes à casa do oficial, ameaçá-lo, e às vêzes em definitivo nada conseguir. Perguntava a um homem honrado de S. Paulo como fazia quando precisava de um par de sapatos. Encomendo-o, disse-me, a vários sapateiros ao mesmo tempo e entre êles acha-se ordinariamente um que, premido pela falta de dinheiro, se resigna a fazê-lo” (180).

Os oficiais do Rio tinham a pretensão de possuir

grandes segredos, mas ignoravam as coisas mais simples, narra Luccock. Tendo perdido uma chave, foi à procura e afinal encontrou um operário que o tirasse do apêrto. “Deteve-me longo tempo, mas em compensação appareceu-me de ponto em branco, chapéu armado, de fivelas nos sapatos e nos joelhos e correspondentes parafernais. A saída remanchou ainda à espera de algum negro que lhe carregasse o martelo, o escopro e outro instrumento pequeno. Sugerilhe que eram leves, e propus eu próprio carregar parte ou todos; mas isto teria sido solecismo prático tamanho como usar êle das próprias mãos. O cavalheiro esperou pacientemente até aparecer um negro, fêz então seu trato e marchou com a devida solenidade acompanhado de seu servo temporário. Despachou-se depressa, arrombando a fechadura em vez de arrancá-la; então o figurão, fazendo-me uma profunda mesura, partiu com seu acólito” (187).

Os mecânicos nunca formaram grêmios profissionais à maneira da Europa: eram para isso muito poucos, e se nas cidades podiam viver de um só officio, em lugares de população menos densa precisavam de sete instrumentos para ganhar a subsistência. Mesmo nas cidades faziam-lhes concorrência os officiais escravos.

A falta de grêmios notava-se nas outras classes. Continuavam as históricas pessoas morais, mas sua ação, já enfraquecida pela vastidão do território, acabara de definhar desde que o absolutismo nivelador desatendeu a seus privilégios. Se excetuarmos algumas irmandades e associações de beneficência como as casas de misericórdia, sempre beneméritas e sempre vivazes, as manifestações coletivas eram sempre passageiras: mutirão, pescarias, vaquejadas, feiras,

novenas. Entre o estado e a família não se interrompam coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progressos definitivos. Um indivíduo podia tentar uma empresa e levá-la a bom êxito; com a sua ausência ou com a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continuá-lo passados anos, para afinal colher o mesmo resultado efêmero.

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam; quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley ⁽¹⁸⁸⁾. E' mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patrio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.

Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa a indole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal succeder. Sempre a mesma mandriice intellectual de Bequimão e dos Mascates !

Cinco grupos ethnográficos, ligados pela comunidade ativa da lingua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo

estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos.

ANOTAÇÕES DE J. CAPISTRANO DE ABREU

(No exemplar de sua biblioteca)

What is sacred and dear to the native is trodden under foot, and pressure is exerted on him to adapt his way of feeling and living to our own.

CAP. I
pág. 21

Instead of being encouraged to develop his native industries, he is taught to do work that we do and that we value; instead of developing his work, which leaves him time to live, he is driven into our plantation of factory system. The basis of his social life and of such of his beliefs as are foreign to our feelings is undermined and he is given as a substitute nothing that has a solid foundation is his mode of life and thought. Furthermore the incentive to continue his own industrial pursuits, which require time and loving devotion, is lost when cheap factory products may be had with little troubles, and when effective tools may be had almost for the asking. Thus it happens that the home industries which forms the background of native life decays. The diseases of civilisation are imported and work havoc among people that have not developed that immunity which is protecting the white invaders. Unless the population is dense this inevitable result of all these causes is the extinction of the native population. — F. BOAS, The Nation, 15 de Fev. de 1919.

Depois de desembarcados, e de receberem uma copiosíssima salva de gritos e apelidos infames, não só dos moços e negros, mas também dos práticos da sua mesma nação e pátria, aquele que não leva dinheiro ou carta para algum amigo ou parente, logo aquela primeira noite, alberga pelos alpendres das igrejas ou dentro de algum navio dos que na ribeira estão varados, com tanta miséria e desventura como se com gran fortuna os houvera o mar lançado em algum porto ou terra de inimigos. Assim passam o segundo e o terceiro dia, empenhando ou vendendo a capa ou a espada se a levam, até se desenganarem do estilo da terra. E vão, de quatro em quatro, de seis em seis, tomando suas casinhas donde se estão passando e consumindo à pura fome, de que muitos vêm a enfermar e morrer. E os que são de tão robusta natureza que

CAP. IX
pág. 211

podem superar com saúde todos estes contrastes vão entreteendo o tempo e suas misérias, como melhor podem, à sombra das esperanças que os práticos livres dão, da armada que dá-lhe dous ou três mezes se há de fazer para o Malabar. — C. Lobo. Memórias de um soldado da India, 16/17 (189).

(No exemplar de Adriano de Abreu)

CAP. VIII
(Guerras
flamengas)

La flotte marchande s'adonnait surtout au trafic entre les pays baignés par la mer Baltique, spécialement le port de Dantzig, d'une part, et de la France, l'Espagne et le Portugal d'autre part. Dans les pays baltiques elle échangeait contre du blé, du bois, des matières textiles et des métaux, ses cargaisons de sel, d'épices et de produits alimentaires de l'industrie hollandaise.

Elle portait en Espagne et en Portugal les blés des pays baltiques et les bois de la Norvège, ainsi que des denrées alimentaires hollandaises (fromages et harengs), et y prenait en échange du sel, de l'huile, des laines, du vin, des fruits et des épices. (Ch. de Launhay et Von der Maden, Hist. de l'exp. colon. 2.^e 5/6).

ANOTAÇÕES DE JOHN CASPER BRANNER

(No exemplar de Adriano de Abreu)

CAP. I With the exception of the regions about the Bay of Bahia
pág. 7, linha 14 and about Rio and Santos.

CAP. I This is not true in a geologic sense. Branner's map showing
pág. 7, linha 17 the relief of the ocean's bottom along this coast (The Stone Reefs of Brazil) shows that the old coast line is now far off at sea. The configuration of the region from near Victoria to Santos shows also that there has been a recent depression of the coast and a corresponding invasion by the sea. On the other hand the growth of the coral reef north of Rio shows a slow but constant encroachment of the land upon the sea.

CAP. I The precarious nature of the river bars is due chiefly to the
pág. 8, linha 7 varying volume of the streams and these varying volumes are due to the fluctuating rainfall in the regions where the streams rise. A river like the S. Francisco has water enough at all seasons to keep its mouth open and clean of sand, but the weaker streams have water enough to keep their mouths open only in times of enchentes. At such times these weaker streams serve as ports and

harbours, but when the dry season comes the streams diminish in volume, and the waves of the sea are able to throw the sands back into the stream mouths and to choke them up. Ships entering the mouths of these rivers during the season of the "enchentes", sweep aside the obstructions thrown across the mouths of the streams by the waves. I have known this to happen at Aracaju.

The Serra do Espinhaço is an aged and respectable myth so far as north-eastern Bahia is concerned. The Serra de Jacobina which was formerly regarded as a part of the Serra do Espinhaço runs in an almost straight line from Jacobina to Villa Nova or Bomfim. CAP. I
pág. 11, Linha 16

At this last place the serra bends toward the northwest and becoming gradually lower it disappears entirely just west of the village of Jurema — The railway from Bahia to Joazeiro does not cross any serra in the vicinity of Bomfim and even its route does not follow the low valley that runs due north from near Tiririca in the direction of Boa Vista on the Rio S. Francisco. The top of the watershed in the valley has an elevation of 425 meters above sea-level. The highest point on the railway is 683 meters and the elevation of Joazeiro is 372 meters. If one supposes that the railway crosses a serra, it is evidently a very low one, only 311 meters above Joazeiro; while if it crossed the lowest point on the watershed it would only have to pass 53 meters above the level of Joazeiro.

To the east of this railway toward Paulo Afonso there are various peaks and ridges but they are isolated and have no direct connection with the mountains west and southwest of Bomfim.

This is true of the ordinary stages of these streams no doubt but during rainy seasons the "rios Verde, Jacaré and Salitre" carry down enormous floods. Those streams especially the Jacaré and the Salitre are much larger than were formerly supposed. The Jacaré has a length of about 400 kilometers and the Salitre of about 300 kilometers not to mention their branches and feeders. CAP. I
pág. 12, Linha 25

Volume — em vez da palavra — força.

CAP. I
pág. 13, Linha 6

The elevation of the caatinga region of Bahia the dry atmosphere and the even temperature make this one the most healthful climates in the world. CAP. I
pág. 15, Linha 12

The studies I have lately made of the geology of the succa region convince me that much relief can be had over a large part of the area by the sinking of ordinary wells and the use of common pumps. There are many places where water cannot be had in this

way, but there are thousands of square kilometers in Bahia where water can be had in sufficient abundance for domestic uses. The people there are not now acquainted with the methods of well sinking and pumping.

ANOTAÇÕES DE PHILIPP VON LUETZELBURG

(No exemplar de Adriano de Abreu)

Epífitos e cipós. Vegetação no chão, musgos e fetos
(pteridophytas)

Catinga — Vegetação xerófila caracterizada pelos seguintes sinais: raízes, ou profundas em procura d'água subterrânea ou horizontais, muitas vezes engrossadas (reservatórios d'água ou de substâncias nutritivas, fécula etc.); arbustos e árvores sem tronco bem formado, ramificação baixa e muito partida, forma de chapéu de sol; folhas miúdas ou duras, coriáceas ou lanigerosas e moles (para evitar a transpiração continua) quando folhas miúdas e pinatas, são estas movedicças; folhas muitas vezes transformadas em espinhos, árvores misturadas com cactáceas no chão; de vez em quando cactáceas ou bromeliáceas. Não se observa epifitismo; as causas em geral são fsecas. Perda de folhas para o fim da seça não geral e muito irregular.

Palmeiras nas zonas mais úmidas.

O sertão se distingue — Catinga — Gerais — Sertão:

Catinga, vegetação mais abundante em árvores e arbustos, chão de areia;

sertão: zonas enormes de catinga uniforme;

sertão: vegetação: catinga com mais cactáceas, chão pedroso;

cerrado: catinga especialmente nas serras e chapadas onde abundam pedras e o chão é bastante duro; com vegetação especialmente de árvores e arbustos baixos (1 m na média); abundantes são nelas os arbustos espinhosos e muito ramificados;

capoeira: matas com palus altos mas muito decimadas pelo fogo. Aparecem palmeiras, bambus, no chão; de vez em quando, fetos, e em cima, epífitos. (Bahia central, Rio de Contas, Lençóis, etc.);

agreste: vegetação xerófila muito diferente da catinga; raízes profundas sustentam troncos regulares e altos com ramagem bem proporcionada e folhas grandes e duras (coriáceas), com cascas grossas e muitas vezes suberosas; árvores misturadas com

palmeiras, agrupadas ou separadas dão ao agreste o aspecto de um parque. No chão, capim e palmeiras baixas, raseiras; arbustos e ervas dicotiledôneas; raramente se vê uma cactácea isolada.

As folhas das árvores do agreste caem irregularmente, de forma que o agreste nunca perde sua cor esverdeada. O capim, que cobre o chão do agreste densamente é duro, silicioso e torna-se amarelo durante a estação das sécas;

tabuleiros; são uma espécie de agrestes serranos os quais, por serem nas chapadas e serras ricas em pedras com o chão duro, não têm as árvores tão altas e bem desenvolvidas como as do agreste em geral.

NOTAS

(1) Na 3.^a ed. (p. 1) omitia-se o trecho "o cabo de Orange", limite com a Guiana franceza".

(2) Na 1.^a edição estava "Trindade, fronteira à Bahia", o que foi corrigido na 2.^a (p. 8-9) e na 3.^a (p. 2) e adotado nesta.

(3) Na 2.^a ed. (p. 14) e na 3.^a (p. 7) houve uma inversão na frase "por cima das florestas podem então passar embarcações"; 1.^a ed. (p. 6).

(4) Cf. Família Augusto Goebli, trabalho escrito a pedido de Capistrano de Abreu e publicado in "O Descobrimento do Brasil", Livro do Centenário, 1500-1900, Rio de Janeiro, 1900, p. 54, e reproduzido na edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1928, páginas 283-284.

(5) Na 2.^a ed. (p. 20) e na 3.^a (p. 12) foi retirada a expressão "depois de findo"; 1.^a ed., p. 11.

(6) Os privilégios dos cidadãos do Pôrto lêem-se in João Francisco Lisboa, *Obras*, Lisboa, 1901, vol. 2, p. 170-171.

(7) Cf. Domínio de Góis, *Fides, Religio, Morumque Aethiopum sub Imperio Praesidi Ioannis*, etc., Paris, Christianum Wechelium, 2.^a ed., 1541. A 1.^a ed. é de Lovanii, ex Officina Rutgeri Reerij, 1540.

(8) Cf. A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imp. Nacional, 1903.

(9) D. Henrique foi mestre e não grão-mestre, grau que só aos reis cabia. Cf. Vieira (Gaimarães), *Marracos e Três Mostres da Ordem de Cristo*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1916.

(10) O Cabo só foi descoberto em 1488. Cf. *Esmeraldo de Situ Orbis* (ed. de R. E. de Azevedo Bastos, 1892, p. 91).

(11) Os trechos transcritos de Caminha foram confrontados com a edição da Carta preparada por Capistrano de Abreu, notando-se divergências entre a leitura paleográfica (Cf. "O Descobrimento do Brasil", Livro do Centenário, 1500-1900, Rio de Janeiro, 1900, p. 63-73, especialmente p. 63, 65, 72-73) e a transcrição da 1.^a edição (p. 22-24).

(12) Sobre os nomes "Mair" e "Peró" cf. Cândido Mendes de Almeida, "Porque razão os indígenas do nosso litoral chamavam aos francezes "Mair" e aos portugueses "Peró"?", *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro*, t. 41, 2.^a parte, 1878, p. 71-141.

(13) Na 2.^a ed. (p. 46) e na 3.^a (p. 35) mudou-se "ascensão" por "ascensão".

(14) Cf. *Diário da Navegação que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martin Afonso de Sousa, escrito por seu irmão*

Pero Lopes de Sousa. Publicada por F. A. da Varnhagen, Lisboa, 1839, p. 58. Ed. de 1940, preparada por Eugênio de Castro (*Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*), p. 351-352.

(15) Este trecho da carta que de Raão escreveu Diogo de Gouveia a D. João III, a 29 de fevereiro de 1532, lê-se in *Visconde de Pôrto Seguro, História Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral, vol. 1, p. 143. A carta foi primeiro vulgarizada por Varnhagen, *Primeiras Negociações Diplomáticas*, Rio de Janeiro, 1845, p. 135.

(16) A carta de 28 de setembro de 1532 lê-se in *Visconde de Pôrto Seguro, História Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral, vol. 1, p. 165-167 e *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1924, vol. 3, p. 160-161.

(17) O trecho transcrito de Pietro Caroldo (Pero Caraldo em tôdas as edições: 1.^a p. 35; 2.^a, p. 51; 3.^a, p. 40), aqui corrigido à vista do original, encontra-se in *Raccolta Colombiana*, parte 3, vol. 2, intitulado *Fonti Italiane per la Storia della Scoperta del Nuovo Mondo*, Roma, 1893, p. 293.

(18) Cf. Carta de doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, de 5 de setembro de 1534, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, 1924, vol. 3, p. 311. No extrato que se segue Capistrano de Abreu aproveitou-se da carta e do foral passados a Vasco Fernandes Coutinho, publicados na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, 1881, vol. 24, p. 175-196. Cf. Capistrano de Abreu, "História Pátria", *Kosmos*, abril, 1905.

(19) Na 3.^a ed. (p. 43) as palavras "de Santa Catarina ao Sul e na costa" foram omitidas.

(20) Cf. M. D'Arvezac, *Considérations Géographiques sur l'histoire du Brésil*, Paris, 1857, p. 30-31.

(21) Não faltava pau-brasil na capitania de Francisco Pereira Coutinho, conforme ficou demonstrado pelo estudo de Artur Neiva "Diogo Álvares Caramuru e os Franceses" (*Revista Brasileira*, dezembro, 1941, p. 185-210).

(22) As cartas de Duarte Coelho de 1546 e 1549 foram divulgadas por J. B. Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, Pernambuco, 1844, 1.^o tomo, p. 70-82. Outras cartas de 1534, 1542, 1548 e 1550 foram transcritas in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1924, 3.^o vol., p. 309 e segs. Capistrano de Abreu utilizou-se também das notícias compendeadas por Pereira da Costa (*Rev. do Inst. Arg. e Geog. Pera.*, Recife, 1896) e de Frei Luis de Sousa, *Anais de D. João III*, Cf. Capistrano de Abreu, "História Pátria", *Kosmos*, julho 1905.

(23) Segundo o Regimento, Tomé de Sousa era governador das terras do Brasil, capitão da fortaleza e terra da Bahia, capitão-mor da Armada que o trouxe. Cf. Regimento de Tomé de Sousa, de 17 de dezembro de 1548, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. 3.^o, p. 245.

(23a) Na 1.^a, 2.^a e 3.^a edições (p. 48, 67, 53), nota-se a omissão de uma palavra, que não nos foi possível restaurar, ajuda com a consulta nos artigos de *Kosmos*. Para tornar clara a frase, suprimo-la com “[anos]”.

(24) Nicolau Durand de Villegnignon partiu do Havre a 6 de maio de 1555. Cf. A. Thevet, *Les Singularitez de la France-Antarctique*, Paris, 1557, p. 2.

(25) Na 3.^a ed. (p. 56) está *incomparável* em lugar de *incomportável* (2.^a ed., p. 71, 1.^a ed., p. 59).

(26) Cf. José de Anchieta, “Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia”, *Cartas*, ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1933, p. 381-382. Foi primeiramente publicada na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 57, parte I, p. 212-247, sob o título “Trabalhos dos Primeiros Jesuítas no Brasil”, mudado por Capistrano de Abreu para o primeiro registado.

(27) Cf. José de Anchieta, “Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia”, *Cartas*, ob. cit., p. 377.

(28) Pero de Magalhães Gândavo, “Tratado da Terra do Brasil” in *Colection de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Academia Real das Ciências de Lisboa, t. IV, n.º IV, p. 197 e 198. Foram tiradas as sapos de vez que o texto original foi seguido livremente. Na ed. de 1924, Rio de Janeiro, o trecho ocorre à p. 40.

(29) Esta *e* foi acrescentado para melhor compreensão, não aparecendo nas edições anteriores (1.^a ed., p. 56; 2.^a ed., p. 78, 3.^a ed., p. 62).

30) Adotou-se aqui a grafia *mameluco*, pois, segundo o próprio Capistrano de Abreu, “nos documentos tenho sempre encontrado invariavelmente ou quase *mameluco*; não sei quando começaram escrever *mameluco*” (Carta a Paulo Prado, de Carambu, Véspera de Santa Teresa, 14 de outubro de 1922). Em outra carta dirigida a Paulo Prado, (Caxambu, dia das Três Mil Virgens, 21 de outubro de 1922) acrescenta: “Se Varnhagen tiver razão quando afirma que *mamelucos* chamavam-se os descendentes de mouro, se a palavra era corrente, antes dos famosos *ma* ou *me* do Egito, está desaberta a causa. De Rio escreverei a Lúcio para consultar Leite de Vasconcelos, especialista”. E realmente aos 21 de dezembro de 1926 consultava João Lúcio perguntando se “na península chamavam *mameluco* no filho de cristão e mouro”. Cf. também verbo *mameluco* in Bernardino José de Sousa, *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, São Paulo, 1939, 4.^a ed., Brasileira, vol. 164. Capistrano de Abreu usou-a, também, em sua “História Pátria”, *Kosmos*, julho 1903.

(31) A guerra implacável do governador Luís de Brito de Almeida aos índios é de 1575. Cf. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1938, vol. 1, p. 443.

(32) Na 1.^a ed. (p. 58) lê-se a grafia Castrejon, seguida na 2.^a ed. (p. 81) e na 3.^a (p. 64). No entanto, na edição da *História Geral do Brasil* de Pôrto Seguro, Capistrano adotou e considerou como ortografia mais autorizada Caslejon (Cf. vol. I, p. 490, nota 20), empregando-a também em sua edição da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (São Paulo, 1918). Daí o seguirmos aqui sua última opinião.

(33) A divisão marítima entrou "pela barra do Rio Grande, dia de Natal do ano de 97, em que se começava o de 98", segundo o testemunho contemporâneo de Pero Rodrigues, o futuro autor da vida de Anchieta. Esta carta de 19 de dezembro de 1599 é a melhor fonte sobre o assunto e só foi revelada em 1938 (Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, p. 515). Como se vê, a entrada deve ter se dado a 1.^o de janeiro, oitava do Natal, quando começava o ano de 1598.

(34) Jerônimo de Albuquerque comandou o forte entre junho de 98 e março ou abril de 99, quando João Rodrigues Colaço era o primeiro capitão-mor do Rio Grande e capitão do forte (Cf. Carta de Pero Rodrigues de 19 de dezembro de 1599 in Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. I, 1938, p. 514-526 e "Relação das Coisas do Rio Grande, do sítio e disposição da terra (1607)" in *ob. cit.*, p. 557-559. Cf. também J. M. B. Castelo Branco, "Quem fundou Natal", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 200, 1950, p. 65-71).

(35) Manuel Mascaranhas Homem, grafia já mantida na *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (p. 359 e seg.) e na *História Geral do Brasil* anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

(36) As pazes foram assinadas a 11 de junho de 1599 (Cf. Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, 3.^a ed., p. 371). Se Jerônimo de Albuquerque as iniciou, coube a João Rodrigues Colaço promovê-las definitivamente com a ajuda dos Padres Francisco Lemos, G. Samperes e Francisco Pinto — o primeiro talvez ainda na época de Jerônimo de Albuquerque. A informação de que scriu de intérprete Frei Bernardino das Neves origina-se da *História do Brasil* de Frei Vicente (*ob. cit.*, p. 372). As duas fontes devem completar-se.

(37) Na 3.^a ed. (p. 67) aparece luta contra os holandeses.

(38) Cf. Diogo de Campos Moreno, "Jornada do Maranhão", in Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1874, vol. 2, p. 188-189.

(39) Cf. Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'isle de Maragnan*, Paris, 1614, repr. facsimilar, Paris, 1922, p. 180v. e 181.

(40) Capistrano de Abreu escrevia de preferência de Sá, embora o nome de Manuel de Sousa se escreva ainda sob as formas d'Essa ou d'Eça. Cf. Nota III de Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, vol. 2, p. 208, e Capistrano de Abreu, Prolegômenos à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, p. 459.

(41) Cf. Diogo de Campos Moreno, *ob. cit.*, p. 225 a 230.

(42) A Jornada do Maranhão de Diogo de Campos Moreno foi primeiramente publicada na *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, vol. 1, Lisboa, 1812, e reproduzida por Cândido Mendes de Almeida in *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1874, vol. 2, p. 159-252, e na *Revista do Instituto do Ceará*, vol. 21, p. 209-330.

(43) Charles de Vaux se escreveu in Cândido Mendes de Almeida (*Memórias, ob. cit.*, vol. 2, p. 21), in Capistrano de Abreu, Prolegômenos à *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*, (*ob. cit.*, p. 444) e nos "Documentos da Costa Leste-Oeste" (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 26, p. 88). A frase que se segue encontra-se nesta última obra citada, p. 88.

(44) Os *Diálogos das Grandezas do Brasil* foram publicados integralmente na *Revista do Inst. Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, ns. 28, 31, 32, 33 de 1883 a 1887, por obra de Varnhagen, e no *Diário Oficial* de fevereiro a março de 1900 por iniciativa de Capistrano de Abreu. A 1.^a edição em livro é a da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930, e a 2.^a é do Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1943. A *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador* foi primeiramente editada pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13, 1885, com introdução e notas de Capistrano de Abreu. A 2.^a edição foi preparada por Capistrano de Abreu (Rio de Janeiro, 1918) e a 3.^a por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, s/d. [1931].

(45) Todo este trecho desde "a ausência de capitais" até "às veias do qualquer aviação e às dinamizações do sangue em qualquer ordinal" é um extrato do 2.^o artigo de Capistrano de Abreu sobre os *Diálogos*, publicado no *Jornal do Comércio* de 24 de setembro de 1901 e reproduzido na edição dos *Diálogos*, da Academia Brasileira de Letras, 1930, p. 16-17. É estranho o emprêgo da palavra *aviação* (coloração?), que aparece já neste primeiro artigo e na 1.^a edição (p. 71).

(46) Na 2.^a ed. (p. 103) e na 3.^a (p. 82) está "demônio" do Meio-Dia. 3.^a ed., p. 73.

(47) Matias de Albuquerque, irmão de Duarte de Albuquerque Coelho, donatário da capitania, não assinava Coelho. Capistrano de Abreu editou duas cartas de Matias de Albuquerque sem lhe adicionar o sobrenome Coelho (Cf. *Gazeta Literária*, t. 1, 1884, p. 17-20).

(48) A melhor grafia do sobrenome de Albert e Willem é Schouteu, adotada por J. Laet, historiador oficial da Companhia das Índias Ocidentais. (Cf. *Historie ofte Iaerlyck Verhael van de Verrichtingen der geotroyeerde West-Indische Compagnie etc.*, Leyden, 1644).

(49) O nome verdadeiro é Sigemondt von Schkoppe. Cf. P. M. Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, 1853, p. 182, nota 44.

(50) O nome polonês exato é Krzysztof z Arciszewa Arciszewski (Cristóvão de Arciszewa Arciszewski). Cf. José Honório Rodrigues, "Arciszewski", *Jornal do Comércio*, 19 de maio de 1940. Os holandeses

escreviam Christoffel Artichowsky. Cf. J. C. M. Warnainek, *Christoffel Artichowsky*, Haia, Nijhoff, 1937. Capistrano de Abreu escreveu *Artichowsky*: 1.^a ed., p. 83; 2.^a, p. 117; 3.^a, p. 93.

(51) Cf. Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil*, Madrid, 1654, p. 191v, 195 e 195v.

(52) Cf. G. Barlaeus, *Itinerarium in Brasilia*, Amsterdam, 1647, p. 37. Vide tradução brasileira de Cláudio Brandão, *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, Rio de Janeiro, 1940, p. 39.

(53) Nassau chegou ao Brasil a 23 de janeiro. Cf. Gaspar Bartéu, *ob. cit.*, p. 32; ed. bras., *ob. cit.*, p. 34.

(54) Na 2.^a edição (p. 123) e na 3.^a (p. 98) a redação desta frase foi modificada. 1.^a ed., p. 87.

(55) Na 2.^a edição (p. 123) e na 3.^a (p. 98) estava *circressarem*. 1.^a ed., p. 87.

(56) Na 2.^a edição (p. 123) e na 3.^a (p. 99) está *cãçoga*. 1.^a ed., p. 87.

(57) A palavra *companhista* foi usada neste trecho na 1.^a ed. (p. 86), na 2.^a ed. (p. 121), na 3.^a ed. (p. 98); no trecho logo a seguir e que começa "A 31 de março Bagnoll", a 1.^a ed. (p. 87), a 2.^a (p. 123) e a 3.^a (p. 98) adotaram a mesma forma. Mas em trecho mais adiante que se inicia com o parágrafo "Nem Pedro da Silva, nem o poro" aparece na 1.^a ed. (p. 88) *campanhistas*, na 2.^a (p. 124) *companhistas* e na 3.^a (p. 99) *companheiros*. Uniformizou-se com a adoção de *companhista*.

(58) O ponto mais oriental do Brasil continental é o Cabo Branco, no Estado da Paraíba.

(59) Na 3.^a ed. (p. 101) está "preventivas". 1.^a ed., p. 90; 2.^a ed., p. 127.

(60) O Testamento de João Fernandes Vieira encontra-se na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, 1849, t. III, n.º 25, p. 18-32 e 144-149 e incompleto na *Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, v. 23, p. 387-398.

(61) Cf. Rafael de Jesus, *Cartista Lusitano*, Lisboa, 1679, p. 367-368.

(62) Na 3.^a edição (p. 106) está "quase trinta anos" em lugar de "trinta anos" (1.^a ed., p. 94; 2.^a, p. 124).

(63) Cf. Pierre Moreau, *Histoires des dernières troubles du Brésil*, Paris, 1853, p. 197-198.

(63a) Na 1.^a e 2.^a edições (p. 96 e 135), lê-se "Olinde e Holanda" por evidente lapso, já corrigido na 3.^a edição (p. 108).

(64) Manuel Calado, *O Valeroso Lucidemo e Triunfo da Liberdade*, Lisboa, 1.^a ed., 1648, 2.^a ed., Lisboa, 1668, 3.^a ed., Recife, 1942; Rafael de Jesus, *Cartista Lusitano*, Lisboa, 1.^a ed., 1679, 2.^a, Paris, 1844; Diogo Lopes de Santiago, "História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira",

Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro, 1875, vol. 38-43; e 2.^a ed., Recife, 1943.

(65) O trecho de Domingos Jorge Velho de novembro de 1692 é transcrito por Afonso d'E. Taunay, *História Geral das Bandeiras*, São Paulo, 1946, t. 8, p. 190, também sem identificação de fonte.

(66) Cf. A. R. de Montoya, *Conquista Espiritual*, Madrid, 1639, p. 46v.

(67) Cf. A. R. de Montoya, *ob. cit.*, p. 45v.

(68) Hoje Rêde Mineira de Viação.

(69) Na 2.^a ed. (p. 143) e na 3.^a (p. 113) está Ceará, em lugar de Goiás; 1.^a ed., p. 101.

(70) Na 2.^a edição (p. 144) e na 3.^a (p. 114) está San Cristoval e Maria, 1.^a ed., p. 102.

(71) Cf. A. R. de Montoya, *ob. cit.*, p. 6.

(72) Sobre D. Luis Cespedes Xeria Cf. "Relación de los sucesos ocurridos durante el viaje que hizo el governador del Paraguay Don Luis Cespedes Xeria desde Madrid hasta llegar a la ciudad de la Assuncion", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1925, t. 2, p. 15-221. Sobre a viagem escreveu Afonso d'E. Taunay, "A Viagem de Dom Luis de Cespedes Xeria", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 84, p. 449-478.

(73) Cf. A. R. de Montoya, *ob. cit.*, p. 92v-93.

(74) Cf. A. R. de Montoya, *ob. cit.*, p. 93v.

(75) Sobre as bulas e censuras cf. Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., integral, p. 156-157.

(76) O texto transcrito da *Nobiliarquia Paulistana* foi confrontado com o códice manuscrito existente no Instituto Histórico (lata 52, n.º 489) e a 1.^a edição na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 32, parte 1, 1869, p. 249-251. Em 1926 foi feita uma reedição (p. 71-72). Em carta de 3 de maio de 1922 Capistrano de Abreu escrevia a Paulo Prado que aprovava cordialmente a impressão do manuscrito da Taquez, bem diferente do esqueleto dado na *Revista do Instituto*.

(77) M. E. Azeredo Marques, *Apostamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas e Noticiosas da Província de São Paulo*, Rio de Janeiro, 1879, vol. 1.

(78) Cf. "Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1862, t. 25, p. 473.

(79) Cf. "Relação de Jácome Raimundo de Noronha, sobre as cousas pertencentes à conservação, e aumento do estado do Maranhão. 1638?", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 26, p. 435-441.

(80) Parece resumo da carta de 12 de fevereiro de 1661 dirigida à Câmara do Pará em resposta à representação desta de 15 de janeiro e da réplica à primeira de 15/2/61, transcritas in Bernardo Pereira Berrade, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, Lisboa, 1749, p. 448-460. A carta de Vieira vem transcrita in *Cartas*, ed. de J. Lúcia de Azeredo Coimbra, 1925, t. 1, p. 579-583, com algumas variantes. Capistrano não transcreveu, mas fez um resumo livre, daí a inexistência de algumas

referências e também a impossibilidade de conferir a frase que se lê um pouco abaixo: "nem ainda um arratel de açúcar com se fazer na terra".

(81) A lei é de 1.º de abril de 1680 e encontra-se na *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, 3.ª ed. integral, v. 3 p. 339-341, e no "Livro Grosso do Maranhão", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 66, p. 57-79.

(82) Na 2.ª edição (p. 171) e na 3.ª (p. 135) foi omitida a palavra "africanos", 1.ª ed., p. 121.

(83) Cf. Domingos Teixeira, *Vida de Gomes Freire de Andrada*. Lisboa, 1727, v. 2., p. 426.

(84) Estes trechos foram extraídos do estudo "Caminhos antigos e povoamento do Brasil" publicado por Capistrano de Abreu no *Jornal do Comércio* de 12 e 29 de agosto e 10 de setembro de 1899, reproduzidos, refundidos e ampliados na *América Brasileira*, ns. 32, 33, e 34, de agosto, setembro e outubro de 1924 e finalmente nos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, páginas 108-109.

(85) Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho governou o Maranhão como capitão general de 1690 a 1701, tendo substituído Artur de Sá de Menezes (1687-1690), que sucedera a Gomes Freire de Andrada (1685-1687). Cf. Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. integral, v. 5, p. 339-340. Os trechos das cartas de Antônio de Albuquerque de julho de 1694 e de 15 de dezembro do mesmo ano são transcritos por Afonso d'E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1936, t. 7, p. 266, sem indicação de fontes.

(86) Em tôdas as edições (1.ª, p. 126; 2.ª p. 177-178; e 3.ª, p. 141) a casa da Torre possuía "duzentas e cinquenta léguas" e enchoreava "setenta léguas". A correção foi feita pela 1.ª edição (1711) de Antonil (p. 186).

(87) Em tôdas as edições (1.ª, p. 127; 2.ª, p. 179; 3.ª, p. 143), lê-se cento e cinquenta léguas. A correção foi feita pela 1.ª ed. (1711) de Antonil (p. 186).

(87A) O nome certo é Figueira (Antônio Gonçalves), como se vê in Basílio de Magalhães, *Expansão*, ob. cit., p. 236, e A. de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, t. 2, p. 282. Capistrano de Abreu escreveu Filgoiras: 1.ª ed., p. 127; 2.ª, p. 179; 3.ª, 142.

(88) Cf. "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Maranhão", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 82, parte 1, 1900, p. 60-161.

(89) Este trecho de Antonil foi confrontado com a 1.ª edição (1711, p. 188-189).

(90) Trecho extraído da "Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 25, 1863, p. 465-478.

(91) Todo este trecho extratado de Antonil foi confrontado e corrigido pela 1.ª ed. (1711, p. 183-185). Afora as correções, faltava

em todas as edições (1.^a, p. 131; 2.^a, p. 165 e 3.^a, p. 147) o trecho “na do rio Ipojuca, na do rio Iuhambu”.

(92) A carta régia de 20 de janeiro de 1699 encontra-se na “Informação Geral da Capitania de Pernambuco”, *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 28, 1908, p. 343-344.

(93) Cf. *Ditólogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia Brasileira de Letras, 1936, p. 63.

(94) A carta de Pedro Taques a Dom João de Lencastro, de 20 de março de 1700, vem transcrita in Orville Derby, “Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté”, *Rev. do Inst. Hist. e Geog.* de São Paulo, 1899-1900, p. 282-283. O documento pouco posterior a 1705, a que se refere logo a seguir, foi anunciado por Orville Derby no artigo acima citado, p. 292, mas não o vimos publicado.

(95) Em 1917 Capistrano de Abreu escrevia a João Lúcio de Azevedo que “em São Paulo começaram a publicar as atas da Câmara. Já estão fora 11 volumes de que pouco há que extrair. Cada vez me convenço mais que João Francisco Lisboa falseou a história, dando-lhes uma importância que nunca possuiram as municipalidades.” (Carta de 25 de janeiro de 1917). Edmundo Zenha diante destas atas se permitiu outras conclusões, afirmando que “Atualmente é mais fácil andar certo exagerando com João Francisco Lisboa, que duridando ou negando com Capistrano de Abreu.” Cf. *O Município no Brasil*, (1532-1700), São Paulo, Ipê, 1948, p. 32-37.

(96) Cf. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Rio de Janeiro, Lacomert, 1851, e tomo 14 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1851, (p. 364), que constituem o mesmo e o melhor texto.

(97) A Consulta do Conselho Ultramarino, de 3 de maio de 1677, foi copiada no Arquivo Nacional por Capistrano de Abreu e publicada na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1901, t. 63, p. 5-13, especialmente p. 12.

(98) Cf. Antonil, 1.^a ed., 1711, p. 130. Na 1.^a ed. (p. 135) em lugar de “outeiro alto” aparece apenas outeiro.

(99) Fernão Dias Pais partiu a 21 de julho de 1674 e morreu entre 27 de março e 26 de julho de 1681 (Cf. Afonso Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1930, t. 6, p. 63-145), servindo 7 anos nos sertões (Cf. J. J. Teixeira Coelho, “Instruções para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, vol. 15, 1852, p. 445).

(100) “O primeiro descobridor dizem foi um Mulato, que tinha estado nas Minas de Parnaguá e Coritiba”, Antonil, *ob. cit.*, 1.^a ed., p. 131.

(101) Na 3.^a ed. (p. 155) omitia-se *ou menor* na frase “maior ou menor distância”.

(102) Cf. Antonil, *ob. cit.*, 1.^a ed., p. 140-141.

(103) Cf. Antonil, *ob. cit.*, 1.^a ed., p. 139-140 e p. 145.

(104) José de Barbosa de Sá, "Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus principios até os presentes tempos", *Anais da Bibliotheca Nacional*, 1904, vol. 23, p. 5-58. O trecho transcrito entre aspas ocorre à p. 24.

(105) Trecho transcrito do roteiro atribuído a Urbano do Couto e reproduzido por J. M. P. de Alencastre, "Anais da Provincia de Goiás", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 27, 1864, p. 37.

(106) W. L. von Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, Berlim, 1833, p. 72, tradução brasileira por Domicio de Figueiredo Murta, *Brasiliana*, vol. 257, 1.^o vol., p. 111.

(107) J. Pandiá Calógeras, *As Minas do Brasil e sua Legislação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904, 3 vols. Sobre a produção do ouro, cf. 1.^o vol., p. 221-224.

(108) J. J. Teixeira Coelho, "Instrução para o Governador da Capitania de Minas Gerais", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1852, v. 105, p. 257 e segs.

(109) Cf. Guilherme B. de Eschwege, "Extrato de uma memória sobre a decadência das minas de ouro da Capitania de Minas Gerais e sobre vários outros objetos Montanísticos", in *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1868, t. IV, parte II, p. 222-223.

(110) Cf. Spix-Martius, *Reise in Brasilien*, München, 1825, 1.^o vol. p. 364; trad. bras., tomo especial, *Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1938, 1.^o vol., p. 336.

(111) O verdadeiro nome é Bento do Amaral Coutinho (Cf. Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*, Rio de Janeiro, s/d., p. 152, e Visconde de Pôrto Seguro, *ob. cit.*, 3.^a ed. integral, 3.^o vol., p. 370).

(112) Trecho transcrito de Manoel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior Pontes*, Lisboa, 1752. O confronto em face da existência da 1.^a ed. na Bibliotheca Nacional foi feito pelo extrato publicado na *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1841, t. 3, p. 266. Na reedição, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, s/d., com prefácio de A. d'E. Taunay, p. 219.

(113) Rocha Pitta, *História da América Portuguesa*, Lisboa, 1730, p. 553 (liv. 9, n.^o 42).

(114) Padre Manoel da Fonseca, *Vida do Venerável Padre Belchior Pontes*, *ob. cit.*, p. 274; ed. moderna de Taunay, p. 219.

(115) Em 15 de fevereiro de 1710 mandou o Governador levantar o pelourinho que se fizera recentemente. Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", *Anais da Bibliotheca Nacional*, vol. 25, 1903, p. 186 e "Narração histórica das Calamidades da Pernambuco", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1890, t. 53, 2.^a parte, p. 24. Como deve tratar-se de erro tipográfico a data 5 que ocorre nas três edições, (1.^a, p. 155; 2.^a, p. 217; 3.^a, p. 173) corrigimos para 15. Quanto ao levantamento do outro pelourinho, a 3 de março, cf. "Narração histórica", *ob. cit.*, p. 26.

(116) O protesto de D. Manuel Alvares da Costa, de 20 de outubro de 1719, e a resposta de Sebastião de Castro, da mesma data, encontram-se transcritas in Fernandes Gama, *Memórias Históricas*, *ob. cit.*, 4.^o vol., p. 63-64. A frase entre aspas ocorre à p. 64.

(117) D. Manuel voltou na noite de segunda-feira, 10 de novembro. "Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco", *ob. cit.*, p. 49. A frase entre aspas é do ato de posse aos 15 de novembro, transcrito in Fernandes Gama, *ob. cit.*, vol. 4, p. 68.

(118) A quarta intimação, feita em edital de 26 de junho de 1711, encontra-se transcrita in Fernandes Gama, *Memórias*, 4.^o vol., p. 83-89, bem como a demissão do poder temporal a 27 de junho, *id., id.*, p. 92.

(119) Cf. "Guerra civil ou Sedições de Pernambuco", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1853, vol. 16, p. 94, atribuída pelo Visconde de Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, t. 3, p. 398, n. 22, ao Padre Antônio Gonçalves Leitão ou ao Padre Manuel Rodrigues Neto, parvaiz de Olinda, ao contrário de Manuel das Sautes, autor da "Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco sucedidas desde o ano de 1707 até o de 1715", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1890, vol. 53, 2.^a parte, p. 1-307.

(120) Na 3.^a ed. (p. 179) acrescentou-se a palavra "representantes", que não consta da 1.^a (p. 161) e da 2.^a (p. 225).

(121) Androni nasceu a 8 de fevereiro de 1649, chegou ao Brasil em 1681 e faleceu a 13 de março de 1716. A identificação de Androni e Antouil coube a Capistrano de Abreu. Notícia bibliográfica encontra-se in Serafina Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949, t. 8, p. 47.

(122) As informações de Antouil sobre engenhos e açúcar encontram-se às p. 96 e 101 (soma total) da 1.^a ed. (1711). Foi feita a emenda de dez para doze mil e trezentas nas caixas de Pernambuco (1.^a ed., p. 163; 2.^a, p. 228; 3.^a p. 181). O trecho referente ao tabaco encontra-se às p. 122-123 da 1.^a ed.; a parte sobre ouro às p. 135 e 144; sobre o gado às p. 190-191, onde se verá que Antouil não se refere à colônia do Sacramento e sim ao Rio "e outras capitâncias do Sul". O total da opulência encontra-se à p. 191. Somadas as parcelas mencionadas não se obtém o total declarado, pois faltam as cifras relativas ao ouro (614:400\$000) e ao pau-brasil (48:000\$000).

(123) Antouil, *ob. cit.*, 1.^a ed., p. 192.

(124) Cf. Antouil, *ob. cit.*, 1.^a ed., 1711, p. 193.

(125) Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, "Nobiliarquia Pernambucana", *Anais da Biblioteca Nacional*, vols. 47-49; Antônio da Santa Maria Jabaatão, "Catálogo Genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Capangarua na Bahia (1768)", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 32, parte 1, p. 5. (Cf. também sobre este, Afonso Costa, "Genealogia

Baiana ou o Catálogo Genealógico da Fr. Antônio de Santa Maria Jabouatão, adaptado e desenvolvido", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, vol. 191, 1946, p. 1-279); Pedro Taques de Almeida Paes Leme, "Nobiliarquia Paulistana", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 22, 23, 24 e 25. (Cf. A. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, São Paulo, 1922, e a reedição da *Nobiliarquia*, anotada por Afonso Taunay e Augusto da Siqueira Cardoso, tomo especial da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, 1926).

(126) Domingos do Loreto Couto, "Denúncias do Brasil e Glórias de Pernambuco", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 24, 1902, p. 45.

(127) Cf. Loreto Couto, *ob. cit.*, p. 45.

(128) Cf. Loreto Couto, *ob. cit.*, p. 42.

(129) O decreto de 4 de abril de 1755 vem transcrito in Loreto Couto, *ob. cit.*, p. 54-55.

(130) Mais de três séculos (1549-1888).

(131) A Lei para restituir aos índios do Pará e Maranhão a liberdade de suas pessoas e bens, de 6 de junho de 1755, e o Alvará arcaico do governo e administração dos índios de 7 de junho de 1755 lêem-se in Antônio Delgado da Silva, *Coleção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1830, 1.º t. A confirmação, aos 8 de maio de 1758, vê-se na *ob. cit.*

A correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado acha-se publicada em parte na "Correspondência dos Governadores do Pará com a Metrópole. Primeira série — 1752-1757", *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, Belém, t. II, 1902, t. III, 1904, t. IV, 1905 e t. V, 1906. A carta de 14 de fevereiro lê-se no t. III, p. 167-168.

(132) A *Coleção de Legislação*, de A. Delgado da Silva (*ob. cit.*), as compilações de João Francisco Lisboa (*Obras*, São Luís, 1865, 2.º vol., p. 275) e a *História Geral do Brasil* do Visconde de Pêro Seguro, 3.ª ed. integral, 4.º vol., p. 315 não se referem a esta lei de 5 de fevereiro de 1757.

(133) O Diretório de 3 de maio de 1757 e a confirmação pelo Alvará de 17 de agosto de 1758 lêem-se in A. Delgado da Silva, *ob. cit.*, 1830, t. 1.

(134) A carta de 21 de maio de 1757 (e não 14 como está) lê-se in "Correspondência dos Governadores", *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, t. 4, 1905, p. 188.

(135) O texto transcrito lê-se na *Resposta Apologética ao Poema intitulado O Uruguay, composto por José Basílio da Gama...* Lugano, 1876, p. 45-48, reproduzido nas "Refutação das Calumnias contra os Jesuítas contidas no Poema "Uruguay" [sic] de José Basílio da Gama", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 68, parte, 1, p. 112.

(136) A bula de Benedito XIV, de 20 de dezembro de 1741, *Immensa Pastorum Principis*, referida no Alvará de 8 de maio de 1758 (já citado) lê-se in *Coleção das Breves Pontifícias e Leis Régias*, Imprensa na Secretaria de Estado, s/d., p. 4.

(137) *Relação Abreviada da República que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas Monarquias, etc., s/l., s/d., p. 35.*

(138) A carta de 11 de junho de 1757 (na 1.^a ed., p. 170; na 2.^a ed., p. 239; na 3.^a ed., p. 189, está 14) lê-se in "Correspondência dos Governadores do Pará com a Metrópole", *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, Pará, 1906, t. V, p. 227.* O segundo trecho não conseguimos localizar.

(139) A bula, publicada a 29 de maio de 1757, lê-se in *Coleção das Breves Pontificias e Leis Régias, ob. cit., s/pág.*

(140) O Diretório foi extinto pela Carta Régia de 12 de maio de 1794; João Francisco Lisboa, *Obras, São Luís, 1865, vol. 2, p. 333.*

(141) Desde a 1.^a ed. (p. 171; 2.^a, p. 240; 3.^a, p. 190) lê-se 8 de março em lugar de maio. O Alvará declarou livres os índios do Brasil. Cf. A. Delgado da Silva, *Coleção, ob. cit., vol. 1.*

(142) A instituição do Cardeal Saldanha, visitador e reformador da Companhia Geral de Jeoann, foi feita pelo Breve de 1.^o de abril de 1758 e lê-se, com o mandamento de 16 de maio de 1758 (desde a 1.^a ed., p. 172, estava 5 de maio) in *Coleção dos Breves Pontificias e Leis Régias, Imprensa na Secretaria de Estado, s/d.*

(143) *A História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite (Rio de Janeiro, 1933-1949, 11 vols.) veio preencher a lacuna apontada por Capistrano de Abreu.

(144) Já nesta lista mais de um equívoco, diz Capistrano, que também se enganou. Em primeiro lugar não há aldeia de Tapajós e, além disso, Capistrano atribui a Diniz Pinheiro a soma de 63 e dá 64 aldeias, quando, na verdade, aquêla variou entre 62 e 63. Quem tiver a paciência de ler atentamente a lista de Diniz Pinheiro notará que há 64 aldeias com as nove atribuídas às doutrinas dos Capuchos, 63 com as oito da mesma (Diniz Pinheiro diz 8 ou 9) e 63 na soma final, quando confere aos Capuchos em geral 30 aldeias, adjeionadas neste caso na da Companhia. A soma de Capistrano está ainda errada: primeiro, quando dá 12 para os Capuchos que são 11, isto é, 9 (combra só de os nomes de 5) e mais 2 na ilha de Joazeiro; e depois quando dá 17 dos Carmelitas, que são 16, o que importaria 64 com os dois erros ou 62 com as correções. Capistrano somou pelos nomes e neste caso nenhuma tinha que estar errada, pois as aldeias do Carmo são 8 e só 7 estão apontadas, e as dos Capuchos de Santo Antônio são 11 e não 12 como ele indicou. Na relação de D. Pinheiro não consta a aldeia de Socaras ou Joazeiro, administrada pelos enpuchos de Santo Antônio, segundo Capistrano. Cf. "Relatório do bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, Ouvidor que foi do Maranhão, composto em 1751. Notícia do que contém o Estado do Maranhão em comum, e em particular sucintamente dentro do distrito", in João Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão-Pará, 2.^a ed., Coimbra, 1930, p. 410-416.*

(145) Capistrano, seguindo Diniz Pinheiro, fala em 17 aldeias e regista apenas 12. O engano vem da cópia do texto e as 5 aldeias que faltam são as seguintes: "duas do Barbados, duas de Cahicahizes e Aranhia". Cf. *ob. cit.*, p. 415.

(145a) "Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1719", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 28, p. 117-408, e sobre as aldeias p. 419-422.

(146) "Idêia da População da Capitania de Pernambuco", *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 40, 1923, p. 1-111.

(147) Joaquim Norberto de Sousa e Silva, "Memória histórica e documentada das aldeias de índios na província do Rio de Janeiro", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, v. 17, p. 109. Joaquim Norberto menciona depois de Ipuca, Nossa Senhora das Neves e de Santa Rita, Guarulhos, São Fidelis de Sigmaringa, São José de Leonissa, Santo Antônio de Pádua, São Fidelis e outras, São Luis Beltrão, Nossa Senhora da Glória de Valença e Santo Antônio do Rio Bonito.

(148) J. J. Machado de Oliveira, "Notícia sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo desde o seu começo até a actualidade", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, vol. 8, p. 204.

(149) A 15 de setembro de 1674 foi passada a carta de doação de uma capitania entre a de Cabo Frio e o Espírito Santo (lê-se in *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 79, 1948, p. 200) ao Visconde de Assaê, Martin Correia de Sá, e a João Correia de Sá, os filhos primogênito e segundo, respectivamente, de Salvador Correia de Sá e Benevides, netos de Martin de Sá e bisnetos de Salvador Correia de Sá. Com o falecimento do 1.º Visconde de Assaê parte da doação que lhe cabia foi transferida, a 23 de novembro de 1674, a seu filho Salvador Correia de Sá. (Cf. Alberto Lamago, *A Terra Goitacá*, Paris, 1913, 1.º vol., p. 120-123). A mercê de 30 léguas daquela costa entre Cabo Frio e Espírito Santo até a boca do Rio da Prata foi registada a 5 de março de 1676. Cf. *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, vol. 79, 1948, p. 225-227.

(150) Segundo Demétrio Ramos Pérez, *El Tratado de Límites de 1760 y la Expedición de Itierriaga al Orinoco*, Madrid, 1946, p. 87, a saída foi a 15 de fevereiro e San Fernando de Atabapo foi fundada em 1758 (*ob. cit.*, p. 298-299).

(151) A versão de Barna (Antônio Ladislau Monteiro Barna, "Resposta ao Presidente da Província do Pará, em 20 de março de 1844 sobre os limites do Brasil com a Venezuela", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 7, p. 329-337, cf. p. 334), a que Capistrano de Abreu dá acolhida, é confirmada por Demétrio Ramos Pérez, *ob. cit.*

(152) O trecho transcrito lê-se no Preâmbulo do Tratado d'El Pardo de 12 de fevereiro de 1761, cf. Rio Branco, *Questão de Limites Brasileira-Argentina*, New York, 1894, vol. 4, p. 71-72.

(153) O trecho transcrito do artigo 5 (e não 5 como se vê na 1.ª ed., p. 187; 2.ª, p. 262; 3.ª, p. 208) do Tratado de San Ildefonso de

1.º de outubro de 1777 lê-se in Rio Branco, *Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina*, New York, 1894, vol. 4, p. 82.

(154) O texto do Tratado de Madrid de 13 de janeiro de 1750 lê-se in Rio Branco, *Questão de Limites entre o Brasil e a República Argentina*, New York, 1894, vol. 4, p. 3-21.

(155) Desde a 1.ª ed. (p. 188) estava *oriental* em lugar de *ocidental*.

(156) Cf. Felix Azara: Carta datada de Assunção de 12 de janeiro de 1793, in "Correspondencia oficial e inédita sobre la demarcación de límites entre el Paraguay y el Brasil", publicada in Pedro de Angelis, *Colección de Obras y Documentos*, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, p. 44.

(157) A capitania independente de Mato Grosso foi criada pela provisão de 9 de maio de 1748. Cf. Visconde de Pôrta Seguro, *História Geral do Brasil*, 2.ª ed. integral, vol. 5, p. 370.

(158) O Tratado Provisional assinado em Lisboa nos 4 de março de 1700 é que neutralizou o território disputado, tendo se tornado definitivo pelo Tratado de Aliança assinado em Lisboa, a 18 de junho de 1701, cf. Rio Branco, *Fronteiras entre la Brésil et la Guyanne Française*, 1899, p. 184-190 e 199. O tratado de Utrecht lê-se in Rio Branco, *Mémoire*, 1899, 2.º tomo, p. 84-103, e o art. 8, p. 92-93.

(159) Os Tratados de Paris de 10 de agosto de 1797, de Badajoz de 6 de junho de 1801, de Madrid de 29 de setembro de 1801 e de Amiens de 27 de março de 1802 foram impostos a Portugal. Rio Branco, *ob. cit.*, 1899, t. 1, p. 236.

(160) No texto de Fr. João de São José ("Viagem e Visita do Sertão em o Bispaado do Grão-Pará em 1762 e 1763", *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 9, 1869, p. 223) a expressão *cuidados* é a última do parágrafo anterior.

(161) Na 1.ª ed. (p. 195) lê-se "dos correntes" etc.; na 2.ª ed. (p. 272) está "rios correntes". Tratando-se de manifesto erro tipográfico ou de revisão, achamos preferível corrigir "dum" e "caudalosa", e enxertar uma palavra.

(162) Cf. Henry Koster, *Francis in Brazil*, London, 1816, páginas 149-150.

(163) Cf. Silvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, Lisbon, 1863, vol. 1, p. 76-77.

(164) Cf. H. Koster, *ob. cit.*, vol. 1, p. 81.

(165) Cf. W. L. von Eschwege, *Flora Brasiliensis*, Berlin, 1833, p. 514; trad. de Domingos da Figueiredo Murta, *Brasiliana*, vol. 2.º, p. 340-341.

(166) Cf. A. de Saint-Hilaire, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro e Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. Tradução de Afonso d'E. Taunay, 2.ª ed., *Brasiliana*, vol. 5, p. 198-199.

(167) Na 1.ª ed. (p. 200) e na 2.ª (p. 279) aparece "destravados". Na 3.ª (p. 222) a palavra foi corrigida para "desbravados", que aqui também adotamos como mais corrects.

(168) Este trecho de Spix-Martius encontra-se na *Reise in Brasilien* (München, 1828, vol. 2, p. 417). A palavra aviação com que traduziu "Anstalten" (apetrechos, instrumentos) está por aviaamentos. Na tradução brasileira (*Viagem pelo Brasil*, trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, Rio de Janeiro, 1938, vol. 2, p. 85) está "aparelhos".

(169) Este trecho é da "Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais", de José João Teixeira Coelho (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro*, t. 15, 1852, p. 311-312). O Bispo de Mariana, D. Joaquim Borges de Figueroa, foi nomeado em 1772 e não em 1783 como está no texto, introduzido entre parênteses por Capistrano de Abreu. Cf. Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral, t. 4, p. 383.

(170) Cf. J. E. Pohl, *Reise im Innern von Brasilien* (Wien, 1837, t. 2, p. 81-87) e tradução brasileira, *Viagem no Interior do Brasil* (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951, vol. 2, p. 72-76).

(171) Cf. Spix-Martius, *ob. cit.*, vol. 1, p. 318-319; tradução brasileira, *ob. cit.*, vol. 1, p. 294.

(172) Cf. Spix-Martius, *ob. cit.*, vol. 1, p. 231-233; tradução brasileira, *ob. cit.*, vol. 1, p. 205-207.

(173) Cf. Spix-Martius, *ob. cit.*, vol. 1, p. 247-286; tradução brasileira, vol. 1, p. 240-253.

(174) Cf. J. E. Pohl, *ob. cit.*, vol. 1, p. 373; tradução brasileira, *ob. cit.*, vol. 1, p. 336.

(175) Cf. M. Aires de Casal, *Corografia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1817, vol. 1, p. 142.

(176) Cf. A. de Saint-Hilaire, *Voyage à Rio Grande do Sul*, Orléans, 1887, p. 104, 142, 252, 318. Tradução brasileira de Leonam de Azeredo Pena, *Brasiliana*, vol. 167.

(177) Cf. John Lucecock, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brasil*, London, 1820, p. 108; tradução brasileira de Milton da Silva Rodrigues, *Biblioteca Histórica Brasileira*, vol. X, p. 70.

(178) Cf. Spix-Martius, *ob. cit.*, vol. 2, p. 711. A canção continua assim: "Mulata, se eu pudera/ no mundo formar altar/ Nêle te colocaria,/ para o povo te adorar."/ Tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 257. Respeitou-se desta vez a forma estrófica das quadrinhas populares. (1.^a ed., p. 209; 2.^a, 292; 3.^a, 232).

(179) Cf. John Lucecock, *ob. cit.*, p. 109. Tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 74. Segundo informação de A. de Saint-Hilaire (*Voyage à Rio Grande do Sul*, 1887, p. 533) Lucecock era curdo.

(180) Cf. J. Lucecock, *ob. cit.*, p. 102; tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 70.

(181) Cf. D. Fr. Custano Brandão, *Pastorias e outras Obras*, Lisboa, Imprensa Régia, 1824.

(182) Th. Lindley, *Narrative of a Voyage to Brasil*, London, 1805, p. 275.

{183} Este trecho sobre as mulheres fluminenses cf. in J. Luecock, *ob. cit.*, p. 112-113; tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 75-76.

{184} Este trecho sobre homens e sobre a casa cf. in J. Luecock, *ob. cit.*, p. 112 e 118; tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 76, 89-81.

{185} Cf. J. Luecock, *ob. cit.*, p. 121-122; tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 82.

{186} Cf. A. de Saint-Hilaire, *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*, Paris, Arthur Bertrand, 1851, t. 1, p. 289. Tradução brasileira, *Viagem à Província de São Paulo*, Livr. Martins, 1940, p. 198.

{187} Cf. J. Luecock, *ob. cit.*, p. 106-107; tradução brasileira, *ob. cit.*, p. 72-73.

{188} Cf. Th. Lindley, *Narrative of a Voyage to Brasil*, London, 1805, p. 78.

{189} Cf. A. de S. S. Costa Lobo, *Memórias de um Soldado da Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

INDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS.

- Abbeville, Claude d'* 129-130, 133, 348.
- Abissínia*, 70.
- Abolição*, 86.
- Abreu, Capistrano de*, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 353, 355, 357.
- Acorianos*:
— no Maranhão, 193-194.
— no Sul, 288, 325.
- Acucar*, 137, 147, 159, 161, 198, 200, 203, 212, 265, 267, 320, 324, 352, 355.
- Administração pública*, 140-142, 204, 227, 243-244, 250, 335.
- Acúdens*, 49.
- Alcorno, Alvaro Rodrigues*, 118.
- Afonso V*, d., 70.
- África*, 41, 68, 69, 70, 167, 331.
- Africanos*, 114, 115, 208, 320, 327, 532.
- Aguardente*, 204, 207, 234, 236, 268, 320.
- Aiarraca, Custódio Ferreira Leite*, barão de, 347.
- Ataques*, 119, 156, 158, 159, 160, 162, 163, 187, 260, 265, 281.
- Albuquerque, Afonso de*, 158.
- Albuquerque, Jerônimo de*, 115, 124, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 157, 192, 348.
- Albuquerque, Leonardo de*, 158.
- Albuquerque, Luis de*, 302.
- Albuquerque, Matias de*, 147-149, 151-153, 155-161, 165, 168-171, 193, 195, 349.
- Albuquerque, Pedro de*, 201.
- Albuquerque Coelho de Carvalho*, Antônio de, 130, 131, 156, 157, 193, 195, 207, 210-212, 249, 251, 252, 283.
- Albuquerque Coelho, Duarte de*, marquez de Busto, 113, 151, 153-155, 157, 161, 162, 349, 350.
- Albuquerque Coelho, Jorge*, 113.
- Alencastre, J. M. de*, 353.
- Alcoolismo*, 204.
- Aleixias*:
— Altas (atual Coxias), 211, 212.
— do Massacará, 187.
— dirigidas por missionários, 210, 237, 270-275, 279-282, 357.
— do Capitão, 186.
— do Mamoré, 237.
— espanholas no rio Madeira, 208.
— Matura, 197.
- Alencar, José de*, 309.
- Alexandre VI*, papa, 70, 283.
- Algarve*, 67.
- Algodão*, 52, 65, 159, 182, 194, 196, 198, 212, 247, 311, 314, 320.
- Alimentação*, 85, 112, 137, 143, 153, 154, 157, 164, 174, 179, 189, 190, 191, 203, 214, 217, 225, 226, 234-238, 239, 272, 307, 308, 319, 311, 313, 314, 321, 322, 331, 333, 334.
- Almeida, Cândido Mendes de*, 345, 348, 349.
- Almeida, Gaillherina Pompeu de*, 188-190.
- Almeida, João de*, 158.
- Almeida, Lourenço de*, 244.
- Almeida, Luis da Brito de*, 114, 118, 347.
- Almeida, Matias Cardoso de*, 187.
- Amadeu, Benedito, padre*, 200.
- Amarração (lugar)*, 42.
- Amazonas*, 56, 125, 135, 142, 196-198, 200, 228, 237, 270, 272, 276, 279, 289, 290, 301.
- Anacóris*, 51, 219, 285, 306.
- Amsterdã*, 144, 145.
- Ambar*, 120.
- Anchieta, José de, padre*, 109, 178, 201, 278, 347, 348.
- Andes*, 43, 44, 49, 286.
- Adonaceni, d. José*, 294, 295.

- Andraha*, Gomes Freire de, 200-211, 293, 294, 352.
Andrade, Fernand'Alvares de, 97, 103.
Androni, João António, ver Antonio, André João.
Angela, Pedro de, 358.
Angola, 266.
Angra:
 — dos Negros, 97.
 — dos Reis, 42, 76, 118.
Anhangüera 1.º, ver Silva, Bartolomeu Bueno da (o 1.º Anhangüera).
Anhangüera 2.º, ver Silva, Bartolomeu Bueno da (o 2.º Anhangüera).
Anil, 198.
Anjou, Duque de, 287.
Antoni, André João, 66, 219, 222, 230, 232, 234, 264-267, 278, 332, 353, 355.
Antropofagia, 54, 85, 111, 269.
Aparição (lugar), 247.
Aparobó, freguesia de, 281.
Arcbispoado, 223.
Arctiszewska, *Krzysztof a Arciszewska*, 157, 350.
Arco-Verde, Maria do, 124.
Argentina, 46.
Armadas de guarda-costa, 85.
Arouche, José Inácio, 257-259.
Arraial:
 — de Matias Cardoso, 242.
 — do Nazaré, 157, 172.
 — do Bom Jesus, 153, 156, 157, 161, 169, 171.
 — Novo do Bom Jesus, 172.
Arraiz, Cratório de Mendonça, 260.
Arroz, 212, 314.
Artichowski ver Arciszewski
Arvão, Braz Rodrigues de, 186, 216.
Asia, 69.
Assava, visconde de ver Sá, Martins Coereia de.
Assento de Pássaro (chefa tupiniquim), 122.
Assunção, 181, 182, 185, 238, 286, 351.
Atalá, Bartolomeu Barreiros de, 205.
Atibaia (lugar), 239.
Austrália, 41.
Azeue, M. A. d', 96, 346.
Azila, Garcia d', 215.
Azembujo, António Rolim de Moura Tararcs, 1.º conde de, 291, 302.
Azara, Felix de, 299, 378.
Azeite, 227, 234.
Azevedo, Antônia Bueno de, 240.
Azevedo, António Pinto de, 238.
Azevedo, Domingos de Freitas de, 187.
Azevedo, Francisco de, 193.
Azevedo, João do Mouza de, 237.
Azevedo, João Lúcio de, 279, 247, 351, 357.
Azevedo Marquesa, M. E., 351.
Bacharel de Cuenca, 81.
Bacias:
 — da Amazonas, 44.
 — do Paraguai, 44.
Bacna, Antônia Ladislau Monteiro, 155, 279, 291, 358.
Bagé (cidade de), 293.
Bagnoli, João Vicente de Sa, Felice, conde de, 153, 158, 160-164, 166, 350.
Bahia, 51, 62, 72, 82, 84, 109, 114, 118-120, 127, 140-142, 154, 156, 165, 166, 168 171, 173, 185, 192-200, 202, 210, 215, 218, 219, 221-223, 226, 228, 232, 233, 240, 244, 255, 262, 264-266, 270, 279, 310, 313, 318, 323 324, 326, 328, 240, 347.
 — ataques dos flamengos à, 146-150, 154, 155, 163-165.
 — bandeira para a, 185-188.
 — capitania da, 97, 98, 101-102, 110.
 — gada na, 214.
 — indígenas na, 56.
 — mina de ouro na, 241, 241.
 — sede do governo geral, 101.
 — sertão da, 55.
Baixas:
 — da Traição, 97, 98, 122, 290.
 — de Camanó, 42.
 — de Paranaíba, 42.
 — de S. José, 128, 130, 133.
 — de S. Marcos, 129, 133, 134-199.
 — de Todos os Santos, 42, 76, 78, 84, 85, 98, 105, 112, 140, 151, 164, 312.
 — de Tutóla, 42, 129, 312.
 — do Rio de Janeiro, 42, 85, 108, 233, 342.
 — Formosa, 76.
Estrado amazônico, 43, 44, 47, 50, 237, 240, 306.
 — de Santa Cruz, 118.

- marítima, 43, 44.
- paraguaias, 43, 44.
- Barboza, Vasco Nunes de*, 79.
- Balcias, contrato das*, 266.
- Bandeirantes*, 178, 183, 188, 193, 213, 230, 231, 235, 238, 248.
- Bandeiras*, 178-181, 183-192, 216-217, 231-237, 353.
 - à procura de minas, 231-233, 235.
 - esquema geográfico das, 180-181.
 - para a Bahia e o S. Francisco, 186-188.
 - para as reduções jesuíticas, 183-186.
 - paraguaias, 181.
- Barata, Manuel*, 279.
- Barbacena (cidade de)*, 45, 233.
- Barbalho, Luíz*, 165.
- Barbosa, Frutuoso*, 120-121, 125.
- Barcelos (cidade de)*, 290, 291, 302.
- Barclay, Gaspar*, 167, 350.
- Barreiros, António Muniz*, 193, 194, 300, 301.
- Barreto, Manuel Teles*, 119.
- Barreto de Menezes, Francisco*, 172, 175.
- Barros, António Cardoso de*, 97, 105.
- Barros, Cristóvão de*, 119.
- Barros, João de*, 97, 103, 228.
- Belém (Pará)*, 42, 196, 207, 237, 291, 292, 301.
- Belém (Portugal)*, 72, 74.
- Benedictinos*, 41, 183, 263, 269, 280.
- Benedicta XIV, papa*, 275, 276, 316, 356.
- Bequimão, Manuel*, 208, 209, 337.
- Berrejo, Bernardo Pereira*, 351.
- Bertioga*, 99, 109.
- Beseguiche*, 75.
- Bezigas*, 118, 124.
- Bezerra, Leonardo*, 264.
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 279, 281.
- Bispadas*, 106, 253, 271, 316, 358.
- Bous-le-Comte*, 108.
- Bolíria*, 41, 44.
- Borba-Gato, Manuel da*, 232.
- Borges, Pero*, 103, 106.
- Borges da Fozzeza, António José Vitoriano*, 268, 335.
- Borvela*, 52, 206.
- Botelho, Diogo*, 125.
- Braço de Peixe (chefé tupiniquim)*, 122.
- Bragança, Duque de*, 166, 167.
- Brandão, Ambrósio Fernandes*, 123.
- Brandão, Caetano da Anunciação, frei*, 330, 360.
- Brandão, Cândido*, 350.
- Brandão, Manuel*, 206.
- Brasil*, 62, 77, 78, 92, 97, 98, 100, 111, 140, 143, 145, 146, 148, 151, 169, 174, 181, 200, 225, 231, 265, 267, 268, 275, 276, 289, 297, 301, 304, 313, 318, 358.
 - descobrimento do, 71-75, 284.
 - estado do, 351, 352.
 - história do, 278.
 - limites do, 96-97, 117, 125.
 - nome do, 78.
 - revoluções no, 254.
 - separação em dois governos, 229.
- Brito, António Guedes de*, 217.
- Brito, Luís de*, 120.
- Buenos Aires*, 199, 286, 297, 288, 298, 294, 295, 296, 297.
- Bulhões, d. Miguel de, bispo*, 271, 273, 275, 276.
- Cabanagem*, 276.
- Cabeza de Vaca, Alvar Núñez*, 181.
- Cabo:*
 - Branco, 350.
 - da Boa Esperança, 70, 71, 75, 144, 145, 345.
 - de Orange, 41, 303, 345.
 - de Santa Catarina, 70.
 - de Santo Agostinho, 113, 156, 157, 160, 165, 174, 187, 258, 263.
 - de Todos os Santos, 97.
 - do Norte, 197, 205, 280, 303, 304.
 - Frio, 77-78, 79, 80, 89, 110, 114, 118, 134.
 - N.º 67.
 - S. Roque, 76, 77, 194.
 - S. Tomé, 76.
- Cabo do Norte, capitania do*, 197, 286, 303.
- Cabo Frio, capitania de*, 358.
- Cabot, Sebastião*, 86, 285.
- Cabral, Pascoal Moreira*, 235.
- Cabral, Pedro Alvares*, 71-74, 75, 229, 284.
- Caça*, 116, 179, 203, 225.
- Cacau*, 52, 207, 208, 211, 272, 307.
- Caracora (Bahia)*, 118, 216, 217, 233.
- Carté ou Curupí, capitania hereditária de*, 197.
- Caeté*, 232, 353.
- Café*, 52, 65, 207, 247, 306, 314, 315, 320.
- Caiçua*, 303.

- Calabar, Domingos Fernandes, 155-156, 158, 159, 160, 167.**
Calado, Manuel, frei, 168, 175, 350.
Caldas, João Pereira, 300.
Caldas, Sebastião de Castro, 254, 257.
Calcuta, 72, 74.
Calhamarc, Manuel P., 240.
Calheiros, Domingos Barbosa, 186.
Calisto III, papa, 283.
Calógeras, João Pambá, 244, 354.
Câmara, João de Melo da, 85.
Camargo, António, 125, 153, 158, 170, 171, 175, 268.
Câmaras municipais, 227, 242, 243, 267, 277, 281, 351, 353.
Camald, capitania hereditária de, 197, 286.
Caminha, Pedro Vaz de, 72-75, 76, 345.
Caminhos, 119, 194, 207, 209-211, 214-217, 219, 232, 233, 237-240, 242, 243, 245-247, 252, 313.
Campes Moreira, Diogo de, 126, 128, 130-133, 348, 349.
Cano de açúcar, 52, 65, 79, 100, 118, 194, 204, 212, 213, 220, 236, 247, 267, 306, 311.
Canaxés, 55, 76, 85, 86, 98, 117, 126, 285.
Canela, 206, 208, 311.
Canto, José Borges da, 302.
Capão da Traição, 350, 351.
Cupelas, 207, 221, 315.
Capitação de ouro, 243, 244.
Capitanias da Coroa, 103-116, 142, 197, 227.
Capitanias hereditárias, 81-102, 103-104, 141, 197, 227, 228, 285, 286.
Capuchinhos, 141, 193, 206, 279, 280, 348.
Caramuru, Diogo Álvares, 81, 346.
Cardim, Fernão, 126, 201, 278.
Cardoso, António, 103, 158.
Cardoso, Augusto de Siqueira, 356.
Cardoso de Almeida, Matias, 217.
Carlos III, 204.
Carlos V, 284.
Carmelitas, 141, 188, 280, 279, 280.
Carmo (Minas Gerais), 242.
Carna, 184, 217, 226, 311, 314, 321, 322, 323, 325.
Carna seca, 324.
Carvalho, Pietro, 91, 346.
Carvalho, Feliciano Coelho de, 286.
Carvalho, Francisco Coelho de, 194, 198.
Carvalho, João Lopes de, 89.
Carvalho, José Simões da, 301.
Carvalho, Manuel do Araujo de, 216.
Casa da Moeda, 206.
Casal, Manuel Aires de, padre, 321, 360.
Casas:
 — grandes, 137, 203, 231, 311, 312, 315.
 — de fundição, 243, 246.
 — de Misericórdia, 138, 141, 336.
Castanha, 52, 206, 211.
Castelão, Francisco, 121, 122, 348.
Castela Branca, Francisco Caldeira de, 133, 135, 192, 195, 196, 265.
Castelo Branco, J. M. B., 348.
Castro, Eugénio de, 346.
Castro, Sebastião de, 237, 258, 261, 262, 354.
Catã, reino de, 68.
Cavalcante, Francisco de Albuquerque, 240.
Cavalo, 85, 221, 226, 238, 310, 311, 321, 323, 325.
Ceará, 56, 120, 123, 126, 133, 142, 174, 191, 199, 201, 218, 221, 237, 245, 281, 311, 313, 323.
Cereais, 52, 324.
Cesta, 67.
Cevallos, Pedro de, 295, 296, 297.
Chapadões:
 — amazônico, 47, 56.
 — do Paranaíba, 47, 217, 240, 305.
 — do S. Francisco, 47, 214, 240, 305.
 — do Paraná-Uruguaí, 47, 210, 305.
Charque, 323, 324.
Chaves, Francisco de, 86, 87.
Chermant, Teodólo Constantino (comissário de demarcação), 300.
Chile, 41, 145, 183, 199.
Chuvvas, 48, 49, 50.
Circulação metálica, 60.
Ciudad Real, 181.
Clima, 48, 321.
Cochada, António Vicoate, 135.
Coelho, Duarte, 97, 98, 100-101, 104, 119, 121, 228, 346.
Coelho, Feliciano, 123, 124, 196.
Coelho, Francisco, 197.
Coelho, Nicolau, 78.
Coelho, Pero, 123.
Coimbra, Henrique de, frei, 72, 73.
Coimbra (Mato-Grosso), 302.

- Coimbra (Portugal), 248.
 Colaço, João Rodrigues, 348.
 Colômbia, 41.
 Colombo, Cristóvão, 69, 70, 80, 283, 284.
 Colônia do Sacramento, 265, 287, 288, 290, 292-297, 355.
 Colonização, 99, 103, 117, 119, 296.
 Comércio, 92, 103, 137, 138, 143, 144, 234, 235, 237, 244, 251, 299-300, 320, 324, 326.
 — ausência de, 203.
 — com os índios, 196, 247.
 — de escravos, 194, 199.
 — de resgate, 83, 88, 208.
 — do Levante, 68.
 — em Pernambuco, 100.
 — entre Maranhão e Pernambuco, 194.
 Companhia das Índias Ocidentais, 145, 152, 154, 155, 157, 161, 166, 168, 170, 173-175, 198, 199, 200, 214.
 Companhia das Índias Orientais, 144, 166.
 Companhias de Comércio, 173, 202, 208, 209, 212.
 Congonhas, 251.
 Conselho Ultramarino, 261, 262, 353.
 Contrabando, 326.
 Conventos, 141, 204, 216, 330.
 Coroa portuguesa, 76, 77, 83, 198, 203, 241, 242, 243, 244, 248, 283.
 Côrtes portuguesas, 63, 64.
 Cortinas Laxe, J. B., 231.
 Correia, Jurg de Figueiredo, 97.
 Corte-Real, Diogo de Mendonça, 271, 280.
 Corumbá, 239, 302.
 Costa, Afonso, 335.
 Costa, António Rodrigues da, 249.
 Costa, Duarte da, 106, 109.
 Costa, d. Manuel Álvares da, bispo, 257, 258-263, 354.
 Costa Lobo, A. do Sousa Silva, 64, 345, 360.
 Courco, 217-218, 322, 324.
 Coutinho, Bento de Amaral, 250, 354.
 Coutinho, Francisco de Sousa, 276.
 Coutinho, Francisco Pereira, 97, 101-104, 346.
 Coutinho, Vasco Fernandes, 96, 346.
 Couto, Lopo do, padre, 200, 201.
 Cozta, Urbano do, 354.
 Covilhã, Pero de, 70.
 Craco, 52, 206, 208, 211, 272, 307.
 Criminalidade, 104, 234, 225.
 Cristãos novos, 77.
 Cruz, d. Manuel da, bispo, 211.
 Cuba, 150.
 Cudas, Braz, 99, 114, 230.
 Curitiba, 43, 141, 235, 237, 238, 239, 299, 300, 320.
 Cumba, capitania de, 192, 193, 195.
 Cunha, Aires da, 97, 100.
 Cunha (cidade do), 233.
 Cunhambebe, (maioral tamoio), 99.
 Curitiba, 191, 231, 232, 353.
 Danças, 66, 331.
 Deiró, Francisco Dias, 209.
 Demarcações de limites, 289-303.
 Derby, Grille A., 353.
 Derrama, 243, 246.
 Descaux, Charles, 135.
 Derramas, 113.
 Diálogos das Grandezas do Brasil, 125, 135, 225, 249, 353.
 Diamantes, 231, 232, 244.
 Dias, António, 232.
 Dias, Bartolomeu, 70, 71.
 Dias, Henrique, 170, 171, 175.
 Dias, Melchior, 229, 230.
 Dinheiro, falta de, 138.
 Direito das entradas, 242, 245, 246.
 Direito de passagem dos rios, 245, 246.
 Dizimos, 93, 141, 220, 223, 245, 266, 267.
 Doenças, 118, 236, 237, 319, 320.
 Domingos Afonso (o Bertão), 215.
 Dominio espanhol, 117-166, 181, 202, 285, 296.
 Donatários, 92-104.
 Dórias, os genovêses, 100.
 Doort, Johannes van, 149.
 Duguay-Trouin, Renato, 242.
 Du Prat, comandante francês, 132.
 Economia naturista, 60, 138, 203-205, 213, 224, 331, 326.
 Educação, 329, 330.
 Elcano, Sebastião d', 284.
 Emboabas, Guerra dos, 248-253.
 Emigração, 91, 202.
 Encomendas, Sistema de, 185, 194, 198.
 Engenho de açúcar, 136, 147, 152, 161, 172, 204, 207, 213, 223, 229, 265, 267, 320, 355.
 — em Pernambuco, 100, 253.
 — em S. Vicente, 100.
 — na Bahia, 101, 113, 168.
 — no Cabo de Santo Agostinho, 113.

- no Maranhão, 194, 211, 212.
- no Pará, 207.
- no Rio de Janeiro, 182.
- proibição de fundar novas, 244.
- queima de, 120.
- reais, 123, 137.
- Esmeralda das Tartarugas*, 127.
- Entradas*, 87, 193, 197, 205, 206.
- Entrelagos*, 84, 103, 100, 107.
- Época do couro*, 217-218, 322.
- Équador*, 41, 49, 77, 136.
- Escambo*, 105.
- Eschwege, W. L. von*, 45, 233, 240, 246, 314, 317, 354, 359.
- Escravos*, 136, 137, 147, 133, 179, 189, 194, 237, 242, 244, 245, 311, 315, 319, 320, 327, 336.
- africanos, 208, 212, 221, 270, 326.
- imposto sobre os, 242, 244, 245.
- Esmeraldas*, 114, 225, 228, 229, 232.
- Espanha*, 64, 83, 131, 149, 166, 181, 228, 268, 283, 285, 287, 290, 292, 293, 295, 296, 297, 302, 331, 356.
- Espanhóis*, 69-71, 79, 96, 99, 167, 175, 198, 253-304, 325. Ver também *Domínio espanhol*.
- Especiarias*, 80, 93, 94, 144.
- Espirito Santo*, capitania de, 96, 103, 109, 110, 140, 141, 358.
- Espirito Santo*, 43, 114, 229.
- Estados Gerais*, 106, 173.
- Estados Unidos*, 145.
- Estaurias*, 323.
- Estanco*, 209.
- Estradas. Ver Caminhos*.
- Estadas de ferro*, 46, 216, 233, 239, 248, 351.
- Estreito de Magalhães*, 79-80, 120, 144.
- Estuário do Prata*, 43.
- Europa*, 64, 68, 120, 132, 143, 166, 167, 199, 201, 204, 263, 287, 330.
- Expartação*, 94, 227.
- Falcão, Leão*, 264.
- Faria, João de*, 232.
- Farinha*, 217, 226, 227, 234, 273, 306, 308, 311, 313, 322.
- Fauna*, 52-53.
- Fátima, Pedro da Costa*, 196, 205.
- Frijão*, 311, 314.
- Feiras*, 312, 320, 336.
- Feitorias*, 79, 88.
- de Itamaracá, 81, 86.
- francesa em Pernambuco, 91.
- Fernandes, Rodrigo*, 158.
- Fernandes Gama, J. B.*, 346, 355, 355.
- Fernando VI*, 224.
- Ferreira, Gaspar Dias*, 168.
- Ferreira, João*, 211.
- Ferreira, Martim*, 158.
- Ferro*, 74, 314.
- Festas*, 138.
- religiosas, 316-317, 331.
- Figueira, Antônio Gonçalves*, 217, 352.
- Figueira, Luís, padre*, 126, 201.
- Figueiras, d. Joaquim Borges de*, bispo, 316, 339.
- Filipe II*, 117, 143, 149.
- Filipe III*, 286.
- Filipóia (cidade)*, 121.
- Flamengos*, 140, 142-176, 196-201, 204, 253, 256, 285, 348.
- Flândres*, 67, 143, 268.
- Flora*, 50-52.
- Folclore*, 309.
- Fonseca, Manuel da*, 354.
- Fornais*, 92, 94, 99, 104.
- Fortaleza (cidade)*, 42.
- Fortes e Fortalezas*, 76, 103, 121, 124, 127, 128, 129, 133, 198, 199, 287, 288, 296, 297, 298.
- da Bahia, 146, 164.
- da barra do Rio Negro, 205.
- do Araguari, 303.
- de Filipe, 196.
- de Gurupá, 196-197.
- de Itapicuru, 193.
- de Marabitanas, 292.
- de Nazaré, 157-158, 161, 170, 172.
- de Orange, 155.
- de Pontal, 171, 172.
- de Porto Calvo, 162.
- de Santa Maria, 130.
- de Santa Teresa, 205.
- de São Carlos, 301.
- de São Francisco, 192.
- de São Joaquim, 292.
- de São Jorge, 152.
- de São José, 133, 134.
- de Tamandaré, 238.
- do Assua, 172.
- do Caladulo, 123.
- do Ceará, 139.
- do rio Pardo, 296.
- do Rosário, 129, 132.
- dos Reis Magos, 124, 127.
- em Cabo Frio, 118.
- em Pernambuco, 151, 152, 153, 167, 258, 259, 260.
- fundados pelos flamengos,

- 149, 165, 171, 173, 174, 196, 197.
 — fundados pelos francezes, 88, 105, 128, 129, 134.
 — fundados pelos inglêses, 196.
 — Macapá, 303.
 — Maurício, 163.
 — no Pará, 207.
 — Presepe, 135, 196, 197.
 — Toaré, 303.
- Fragoso*, Gregório, 132.
Fragoso, Jerônimo, 131, 195-196.
França, 41, 84, 87, 123, 132, 134, 254, 303.
França Antártica, 108.
Francezes, 83, 84, 87, 88, 101, 103, 107-110, 114, 117-137, 142, 195, 255, 256, 303, 346.
Franciscanos, 72, 188, 197, 205, 280.
Frias, Francisco de, 131.
Fritz, Samuel, 205-206.
Fronteira, expansão da, 113, 117, 126, 323.
Fumo, 52, 65, 147, 159, 184, 196, 198, 203, 204, 212, 213, 216, 218, 220, 247, 265, 267, 355.
Furtado, Diogo de Mendonça, 146.
Furtado, Francisco Xavier de Mendonça, 271-276, 290, 291, 356.
Furtado, Jerônimo de Mendonça, 254.
Furtado de Mendonça, Afonso, 192.
- Gado*, 49, 52, 85, 101, 105, 133, 136, 137, 161, 163, 164, 191, 207, 212-218, 220-227, 233, 237, 238, 240, 248, 251, 265, 267, 288, 300, 308, 309, 312, 323, 324, 355.
 — cavalari, 306, 310.
 — criação de, 56, 212, 214-216, 225, 227, 236, 247.
 — mular, 310, 314, 321.
 — vacum, 314, 321.
 — — currais de, 222-223.
 — — como elemento de penetração, 213-214.
 — — introdução em Cuiabá do, 238.
 — — fazendas às margens do rio S. Francisco de, 119, 215.
 — — feiras de, 312.
- Galuzi*, Henrique António, 279.
Gama, José Basílio da, 356.
Gama, Vasco da, 71, 73.
Gandaro, Pero de Magalhães, 116, 132, 347.
- Garcia*, Diogo, 81, 285.
Garcia, Rodolfo, 349, 349.
Garças, 287, 288, 320-325.
Geopibre, 199, 198.
Giberton, Miguel, 162.
Glimmer, Wilhelm Juos tun, 181.
Gão, 169.
Goeldi, Emilio Augusto, 53, 345.
Goiana, 120, 264, 280.
Goiás, 180, 181, 238, 239-240, 241, 243, 244, 282, 305, 310, 317, 320, 352.
Góis, Damião de, 64, 96, 345.
Góis, Pero de, 98, 99, 103, 107, 285.
Goma, 199.
Gomes, Estevão, 118.
Gomes, Manuel, padre, 193.
Gondim, José Justino de Oliveira, 316.
Goucia, Antonio de, padre, 113.
Gouvea, Diogo de, 87, 346.
Governo geral, 104-116.
Corêmo dúplice, 114.
Grã, Luis da, padre, 113.
Guará, redução de, 206, 286, 322.
Guaporé, 320.
Guaraná, 40.
Guararapes, 157, 172, 173.
Guaratinguetá, 190, 191.
Guarenduba, 120.
Guerra, João de Barros, 206.
Guerra entre Portugal e Espanha, 302.
Guiana, 41, 43, 44, 56, 345.
Guiné, 115.
Gurgel, Bento do Amaral, ver Coutinho, Bento do Amaral.
- Hábitos* cascos, 312.
Haro, Cristobal de, 79.
Hendrikszoon, Boudewijn, 150.
Henrique, Infante d., 67-70, 72, 117, 283, 345.
Heyn, Pieter, 150.
Holanda, 41, 125, 145, 147, 153, 159, 166, 168, 175, 199, 303, 350.
Holandeses. Ver *Flamengos*.
Homem, Manuel de Mascarenhas, 124, 318.
Hoostraica, Diedrich von, 170, 171.
Hoxez y Cordova, d. Lope de, 159.
- Icó* (Centá), 227.
Ignaraçá, 100, 101, 159, 280, 326.
Igreja, poderes da, 59-60.
Igrejas, 137, 183, 184, 188, 257, 266, 267, 274, 329, 330, 331, 335.

Iguape, 90, 190, 191, 285.

Illa(s):

- Antilhas, 66, 120, 145.
- Canárias, 72.
- de Cabo Verde, 67, 69, 72, 105, 146, 142, 158, 165, 283, 289.
- da Madeira, 169.
- de Chipungo, 68.
- de Fernão Noronha, 42, 70.
- de Itamaracá, 119.
- de Marajó, 197, 207, 271, 305, 306.
- de Martin Garcia, 293.
- de São Miguel, 85.
- de Trindade, 44.
- dos Açores, 283.
- Molucas, 80, 284, 285.
- Paratopora ou Governador, 110.
- Trindade, 42, 43, 345.

Ithias, 84, 93, 154, 155.

Ithias, capitania de, 97, 98, 102, 103, 110, 118, 141, 313.

Imigração, 108, 194, 334.

Importação, 326.

Impostos, 138, 227, 242-245, 250.

Incas, terra dos, 87.

Independência, 337.

Índus, 68-71, 72-76, 85, 92, 143, 144, 264.

Índias Ocidentais, 193, 228.

Índias, Mistiçagem com as, 80.

Índios, 73-76, 80, 102, 169, 126-127, 129, 130, 132, 135, 139, 133, 154, 162, 170, 174, 191, 190, 198, 200, 201, 209, 210, 230, 234, 237, 268, 270, 293, 306, 307, 318, 319, 326.

— administração dos (alvará de 7 de junho de 1755), 356.

— Aimerós, 65, 110, 118, 186.

— afadros nos flamengos, 155, 156, 158-160, 164.

— afadros aos franceses, 83-84, 99, 101, 103, 107-108, 110, 120, 130, 131.

— aldeias de, 50, 112, 147, 181-182, 205, 207, 208, 231, 270-277, 279-282, 357, 358.

— Amoiurus, 215.

— Antilhas, 205.

— Atopos dos, 238, 239, 294.

— Botocondo, 55-58.

— Catequese, 205.

— Chapéas, 180.

— Combebas, 206.

— Caraibas, 56, 215.

— Carijás, 56, 98, 185.

— Cariris, 56, 216.

— Catequese dos, 76, 92, 107, 111, 112, 141-164, 202, 206, 211, 270, 293.

— Chirruas, 321.

— Chiquitos, 186.

— Coroados, 247.

— Coropotos, 247.

— costumes dos, 192, 204, 311.

— da região do Xingó, 46.

— desaparecimento dos, 114, 115.

— diretoria dos, 276, 277, 356, 357.

— escavatura de, 76, 78, 80, 81, 86, 94, 113, 114, 115, 116, 118, 136, 178, 179, 180, 184, 185, 202, 204, 205, 208, 212, 213, 216, 270, 273.

— Gês, 55.

— Guaiá, 238.

— Guaiurus, 56, 238, 320.

— Guaitacá, 118.

— Guaiúas, 231.

— Guacurus, 205.

— Guaraúá, 233.

— Guaranis, 55, 185.

— guerra dos portugueses aos, 119, 114, 118-126, 188-193, 216-217, 249, 347.

— Iós, 187.

— intolerância dos, 66, 204.

— intolerância pelos trabalhos pesados, 68, 204.

— Jandús, 187.

— Juínas, 206.

— liberdade dos, 208, 271, 272, 275-276, 277, 356, 357.

— línguas dos, 55, 113, 206.

— Maipure, 66.

— Maúas, 46.

— migrações dos, 55.

— na margem pernambucana, do rio S. Francisco, 215-216.

— nas reduções jesuíticas, 222-224.

— Nu-Aruaque, 56.

— Onogoa, 206.

— Pauiúas, 186.

— Paizós, 187.

— P'anguás, 238.

— Panos, 56.

— Parecis, 237.

— pazem com os, 125.

— Pimentelras, 56, 215.

— Pefiguares, 100, 191, 120-124, 126, 127, 163.

— sistema de cacomendas ou

- administração dos, 185, 194, 198.
- Tubajaras, 100, 121, 122, 123, 126.
- Tamoios, 89, 207-110, 114.
- Tape, 181, 185, 206.
- Tapuias, 110, 118, 126, 174, 186.
- Torás, 206.
- Tremembós, 56, 209.
- Tupis, 56, 215.
- Tupinombás, 55, 84, 90, 100, 101, 102, 122, 128.
- Tupiniquins, 55, 84, 100, 109, 122, 178, 181.
- vida dos, 53-57.
- Indústria de tecidos*, 311.
- Inglaterra*, 41, 43, 173, 287, 293.
- Inglês no Amazonas*, 135, 196, 197, 200, 247, 255.
- Iperacianha*, 247.
- Iperóig*, 109.
- Irmãs*, 316.
- Itáha*, 288.
- Itamaracá*, capitania de, 97, 98, 101-102, 141, 142, 156, 263.
- Ituaicm*, 341.
- Itapucipe*, 164.
- Itatui*, redução jesuítica de, 181-185.
- Itú*, 190, 191.
- Iturraga*, José de, 290, 291, 292, 301.
- Jaboatão* (lugar), 255.
- Jaboatão*, Santa Maria, frei, 268, 275.
- Jacaré*, 190, 191.
- Jacouana*, (chefe potiguar), 127, 128.
- Jacobinas*, 186, 216, 222, 223, 241.
- Jaguari*, 239.
- Jannária* (lugar), 243.
- Jaques*, Cristóvão, 84-87, 228, 285.
- Jesuítas*, 126, 180, 183, 200-203, 270-275, 277, 278, 286, 292, 293, 329, 358, 357.
- aldeias administradas por, 114, 270-275, 277-280.
- atitude em relação aos índios, 221.
- castelhanos, 181-182, 205, 206, 237.
- chegada dos primeiras, 105-107.
- colégios dos, 141.
- em São Vicente, 106.
- fazenda de Santa Cruz dos, 118.
- história dos, 278.
- missões dos, 106-107, 112-113, 114, 118, 202-203, 208, 270-273.
- reduções dos, 181-185, 206, 226, 322.
- Jesus*, Rafael de, padre, 175, 350.
- Jesus Maria*, redução de, 182, 183.
- João I*, d., 87.
- João II*, d., 62, 70, 71, 283.
- João III*, d., 84, 87, 91, 92, 94, 101, 104, 106, 145, 284, 285, 346.
- João IV*, d., 199, 201, 292.
- João V*, d., 253, 254, 275, 318.
- Joaquim Norberto*, ver Sousa e Silva, Joaquim Norberto.
- Jouzeiro*, 216.
- Jogo*, 138, 323.
- "Jornada do Maranhão"*, 130.
- José I*, d., 243, 276, 277, 297.
- Juridias*, 180, 191.
- Justiça*, organização da, 93, 94, 104-105, 141, 224, 234, 263, 277.
- Koster*, *Henrr*, 309, 312, 359.
- La Condamine*, M., 207.
- Lact*, *Johannes*, 349.
- Lago Xarais*, 43.
- Lagoa*:
- da Mangueira, 297.
- das Patos, 182, 183, 288, 293.
- Mirim, 298, 297.
- Lahneyer*, Lúcia Farquim, 359.
- Lamego*, Alberto, 354, 358.
- Laranjas*, 198.
- Latoche*, Daniel de, ver Ravardière, Daniel de Latoche, senhor de la.
- Lavoura*, ver Agricultura.
- Leal*, António Henriquez, 278.
- Leão*, Teodósio de Oliveira, 216.
- Leitão*, António Gonçalves, padre, 356.
- Leitão*, Martim, 121-123.
- Leite*, 217, 308.
- Leite*, Amaro, 240.
- Leite*, Diogo, 85, 96, 97.
- Leite*, Serafim, padre, 347, 348, 355, 257.
- Leite de Vasconcelos*, J., 347.
- Lemos*, Francisco, padre, 348.
- Lencastro*, João de, 210, 211, 216, 226, 353.
- Lencastro*, Fernando de, 251.
- Lepo*, Diego de, 75.
- Lima* (cidade) de, 206.

- Lima, Manuel Felix de**, 46, 207, 237.
Limites, 293-304.
Limoeira, prisão do, 195.
Lindley, Thomas, 324, 331, 337, 360.
Linharcas, condes de, 270.
Lins, almirante, 119.
Lisboa (cidade de), 67, 83, 105, 134, 143, 151, 164, 165, 206, 228, 261, 277, 334.
Lisboa, Cristóvão de, frei, 193.
Lisboa, João de, 77, 79.
Lisboa, João Francisco, 227, 345, 353, 356, 357.
Lobato e Sousa, Gonçalo Pereira, 280.
Lobo, Pero, 86.
Loba, d. Rodrigo, 159.
Loeag, Hendrik, almirante, 151.
Lopes, André, 211.
Lopes, Francisco, 240.
Lopes, Pedro, 123.
Lorena, 150.
Loreto Couto, Domingos de, 268, 351, 358.
Loreto, redução de, 181, 183.
Lutcke, John, 327, 328, 329, 332, 331, 336, 360.
Luzena, Sebastião de, 197.
Lutas de famílias, 311.
Luzo, 204.
Maccé, 114.
Maccêo, Ant6nio de Sousa de, 197.
Macedo Soares, A. J., 281.
Machado, Felix José, 262, 264.
Machado de Oliveira, J. J., 281, 282, 358.
Machado, Diogo da Costa, 183.
Mamei Parente, Beato, 192-198, 200, 201, 286, 303.
Maciel Parente, Vital, 209.
Maçonaria, 330, 331.
Madeiras, 32, 199, 203.
Madrid, 132, 185, 228, 229, 351.
Magalhães, Fernão de, 79, 80, 284.
Magalhães, João de, 158.
Magalhães, Luis de, 168.
Magé, 247.
Mailhart, Mathieu, 132.
Mair (francezes), 84, 98, 345.
Malabar, 70.
Malacacheta, 230.
Malagrida, Gabriel, padre, 211.
Manaus, 205.
Mandioca, 203, 317, 327, 306, 311, 324.
Manteiga, 307, 308.
Manuel Henriques (o "mão de Luva"), 249.
Manuel, d., 71, 72, 74, 84, 117.
Mapa de Juan de la Cosa, 75.
Mar:
 — das Antilhas, 44.
 — das Indias, 69.
 — Mediterrâneo, 68, 141.
 — Tenebroso, 67.
 — Vermelho, 68, 70.
Maranhão: 55, 62, 95, 97, 142, 192, 240, 263, 280, 313, 318, 340, 352, 356.
 — capitania do, 97, 212.
 — companhias de comércio no, 208.
 — conquista do, 125-135, 157.
 — dependente do Pará, 212.
 — estado do, 194-195, 197-198, 203, 276, 285, 351.
 — flamengos no, 147, 198-201.
 — jesuítas no, 200-203, 208.
 — minas reclamadas pelo, 208-207.
 — ruína da agricultura no, 211.
Marchioni, Bartolomeu, 77.
Mão-morta, (corporações) 220-221.
Marrgrave, George, 167.
Marcos da Costa (lugar), 232.
Maria I, d., 227.
Marana (cidade de), 211, 232, 316.
Maria, André, 157.
Marinho, Carlos, 240.
Marinho, Francisco Naves, 148, 149.
Martinho, Pedro, 158.
Martinho, embaixador d., 88.
Martins, Francisco, 77.
Martins, Luis, 236.
Martins, Sebastião, 128, 129.
Martius, Karl Friedrich Phillip von, 247, 315, 317, 318, 319, 328, 354, 359, 360.
Mascarenhas, Fernando de, ver Tórcz, Fernando de Mascarenhas, conde da
Mascarenhas, Jorge de, ver Montalvão, Jorge Mascarenhas, marquês de
Mascates, guerra dos, 167, 253-264, 265, 327.
Mate, 32, 322.
Mato-Grosso, 43, 181, 207, 240, 243, 244, 282, 289, 291, 298, 299, 300, 305, 310, 320, 353.
 — capitania independente de, 302, 358.
Matos, Gregório de, 248.

- Maurícia* (cidade), 167.
Melo, Bernardo Vieira de, 256, 259, 264.
Mencius, Constantino, 118, 134.
Menezes, Aleixo de, 132.
Menezes, Artur da Sã de, 352.
Menezes, Diogo de, 126, 127.
Menezes, José Cesar de, 281.
Menquita, Antônio de, 147.
Mestiçagem, 66, 111, 123, 125, 139, 175, 180, 270, 306, 318, 326.
Metais preciosos, 86, 93.
México, 149.
Middelburgo, 145.
Milho, 217, 234, 236, 311, 313, 314.
Mina (África), 266.
Minas, 65, 86, 94, 98, 99, 113, 114, 187, 188, 190, 206, 220, 225, 226, 228-247.
 — de ouro, 228-247, 248, 251, 252, 265, 267, 319, 354.
 — da Cuiabá, 235-238.
 — de Mato-Grosso, 46, 227.
 — decadência das, 246-247.
 — em Goiás, 239-240.
 — em Minas Gerais, 232.
 — em São Paulo, 233.
 — gerais de Cataguases, 241.
 — na Bahia, 241.
 — de prata, 229.
 — de São Felix e da Natividade, 207.
Minas Gerais, 45, 232, 240, 243-246, 263, 280, 282, 310, 312, 320, 353, 354, 359.
Minheiros, 228-240, 246, 317, 320, 325.
 — de Goiás, 207.
 — de Mato-Grosso, 207.
Mineração, proibição da, 241, 244.
 — decadência da, 246.
Miranda (lugar), 302.
Miranda Montenegro, Caetano Pinto de, 302.
Missionários, 56, 205, 206, 270-275, 276, 279-282, 313.
Missões jesuítas, 183-186, 201, 205, 270, 292-294, 321.
 — dos Sete Povos do Uruguai, 186, 188, 292-295, 302.
 — dos Tape, 181, 183, 185, 206, 286.
 — no Amazonas, 270.
Moçambique, 66.
Mocda, 207.
Mogi das Cruzes, 180, 190, 191, 239.
Molucas, 86.
Monções, 194, 209.
Monjolo, 217, 313, 319.
Montalvão, Jorge de Mascarenhas, marquês de, 160, 167, 169.
Monteiro, Gonçalves, padre, 99.
Monte Pascoal, 72.
Montevideu, 293, 324.
Montoya, Antônio Ruiz de, padre, 178-179, 180, 183, 184, 185, 351.
Morais Natarro, Antônio de, 187.
Moreau, Pierre, 173, 350.
Morelli, Benedito, 77.
Morro, Martin Soares, 126-130, 133, 171, 172, 192, 193, 199.
Morris de Jange, Gideon, 198, 199, 200.
Moura, Alexandre de, 124, 133, 135, 192, 193, 204.
Moura Tavares, Antônio Rolim de, ver Azambuja, Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Moura, Francisco de, 149.
Mutafos, 60, 306, 320, 323, 327, 328.
Municipalidades, 227, 242, 243, 353.
Munições de guerra, 94.
Munis, João Betencourt, 205.
Muribeca, 255.
Murta, Damião da Figueiredo, 254, 359.
Nassau-Siegen, Maurício, conde de, 161-165, 167-169, 199, 200, 214, 350.
Natal (cidade de), 42, 124.
Nas:
 — Bretão, 77-78, 80.
 — La Pelérine, 88, 91.
 — Regente, 143.
Navegação:
 — de cabotagem, 42.
 — de longo curso, 42, 43, 100, 194.
 — dificuldades de, 77.
 — fluvial, 46-48, 94, 194, 203, 213, 233, 235-239, 242, 290, 292, 297, 302, 306-307, 336.
Negros, 139, 170, 187, 234, 246, 306, 315, 317, 320, 323, 325-327, 328, 336.
 — importação de, 65-66, 266.
Neira, Artur, 346.
Neischer, P. M., 340.
Netes, Bernardino das, frei, 125, 348.
Nicolau F., papa, 283.
Nóbrega, Manuel da, padre, 196, 199, 111, 158, 185, 270, 278.
Noronha, Fernão de, 77.

- Noronha*, Jácome Raimundo de, 196, 197-198, 351.
Nunes, Diogo, 190.
Nuno Manuel, d., 79, 80, 234.
- Oceano*:
 — Atlântico, 41, 44, 145.
 — Pacífico, 75, 79, 80, 87, 145, 234, 230.
- Ociosidade*, 204, 211.
- Olinia*, 84, 100, 101, 121, 122, 125, 151-153, 155, 159, 173-175, 222, 223, 253, 254, 256, 258, 259, 262, 263, 265, 330, 350, 355.
- Oliveira*, d. Gaspar Felipe de Guzman, Conde-Duque de, 149.
Oliveira, Diogo Luís de, 160.
- Oliveira*, Infco Correia de, 206.
Oliveira, António de, 154.
Oritz, Valenzuela, 259, 260.
- Ouro*, 74, 99, 226-247, 314, 316, 353.
 — casas de fundição de, 243, 246.
 — das Gerais em 1697, 64.
 — da lavagem, 231.
 — em pó, 230, 234.
 — ornato dos índios Guaiás com pepitas de, 238.
 — produção total de, 232, 251, 252.
- Pacheco Pereira*, Duarte, 75.
- Pactos*:
 — de família, na Europa, 295.
 — do Pardo (1761), 295.
- Paie*, Ana, 172.
- Paiz*, Fernão Dias, 225, 231, 233, 353.
- Paiz*, Garcia Rodrigues, 232, 233, 242.
- Paiz*, João, 119.
- Paiz* Barreto, João, 113.
- Palheta*, Francisco de Melo, 206, 207, 237.
- Palmara*, guerra dos, 187, 192, 260.
- Panamá*, 41.
- Pão*, 190.
- Pará*, capitania do, 41, 43, 55, 135, 136, 142, 162, 184, 197, 198, 200-204, 206, 208, 211, 212, 237, 239, 271, 272, 275, 276, 285, 290, 291, 298, 301, 308, 351, 356, 359.
 — dependente do Estado do Maranhão, 195, 207.
 — população do, 264, 278.
- Paracatá*, 232.
- Paracai*, 43, 99, 100, 107, 181, 182, 186, 205, 299, 300, 320, 358.
- Paratiba*, 42, 79, 84, 101, 120, 122-126, 140, 142, 192, 218, 254, 257, 258, 260, 313.
 — flumengos na, 156, 161, 163, 174.
- Paraná*, 42, 45, 107, 286, 320.
- Paranaquá*, 190, 191, 231, 353.
- Paratá* (lugar), 191, 233, 242, 252.
- Paratibe* (povoação de), 101.
- Pardo*, José, 249.
- Parente*, Estovão Ribeiro Baião, 186-187, 216.
- Paris*, 132.
- Paratiba* (vila de), 190, 191.
- Paracado* (lugar), 239.
- Palagônia*, 285.
- Pater*, Adrian, 154.
- Pau-Amarelo* (lugar), 151, 165, 262.
- Pau-Brasil*, 52, 76, 77-80, 88, 93, 94, 100, 101, 107, 120-122, 147, 159, 161, 316.
- Paulistas*, 98, 178-181, 183-192, 249, 250-252, 313, 314, 317-320.
- Pedras preciosas*, 114, 228.
- Pedro II*, d., (rei de Portugal), 231, 254, 257.
- Pedroso*, Manuel dos Santos, 302.
- Peixe*, 105.
- Peira*, 147.
- Pelotas* (cidade de), 303.
- Pena*, Lequan de Azevedo, 360.
- Peneira* (vila de), 183, 281, 286.
- Penetração*, movimentos da, ver Fronteira, expansão da.
- Pereira*, Nuno Marques, 251.
- Pereira da Costa*, Francisco Augusto, 360.
- Pernambuco*, 41-43, 79, 84-86, 88, 91, 95, 113, 119-121, 123, 124, 126-128, 130, 132-134, 141, 142, 148, 149, 187, 192, 194, 195, 199, 200, 203, 211, 214, 218, 219, 221, 223, 226, 240, 253-266, 268, 280, 281, 285, 310, 313, 319, 346, 347, 350, 352, 354, 357.
 — capitania de, 97, 98, 100-101.
 — flumengos em, 151-176, 201, 203, 214.
 — gado em, 214, 222.
 — indígenas em, 56.
- Peró* (português), 84, 99, 345.
- Peró*, -149, 153, 190, 206, 225, 230, 297.
- Peço*, 41, 112, 116, 179, 203, 207, 228, 235, 238, 272, 325-326, 327.
- Pequetiro Real*, 207.

- Petrônio*, Gáio, 137.
Piavi, 26, 240, 280, 305.
Picard, Alexandre, 159.
Pilar, 233.
Pindamonhangaba, 191, 233, 319.
Pinheiro, João Antônio da Cruz
 Diniz, 279, 280, 357.
Pinto, Francisco, padre, 126, 348.
Pinto, Rui, 92.
Pinzon, Vicente Yañez, 71, 85,
 284.
Pirataria, 104, 139.
Piratininga, 87, 100, 109, 111, 177,
 181, 191, 252.
Pires, Gonçalo, 206.
Piso, Guilherme, 167.
Pitangui, 232.
Pizarro, Francisco, 87.
Planalto:
 — amazônica, 181.
 — do Paraná, 181.
 — do Parnaíba, 181.
 — do São Francisco, 181.
 — paulista, 190.
Poaia, 247.
Pohl, Johann Emmanuel, 317, 320,
 334, 359, 360.
Pombal, Sebastião de Carvalho e
 Melo, conde de Oeiras, marquês
 de, 272, 277, 290, 297, 307.
Ponta:
 — de Pedras, 165.
 — de Sapará, 193, 197.
 — do Touro, 165.
Pontes, Relchior, padre, 354.
População, 56, 65, 136, 138-140,
 146, 151, 152, 164, 169, 174, 175,
 178, 185, 190, 191, 198, 200, 204,
 207, 208, 214, 216, 219, 220, 227,
 230, 247, 248, 253, 266, 305, 307,
 312, 320, 321, 323, 357.
 — de Portugal em 1527, 64.
Pôrto (cidade do), 62-63, 345.
Pôrto Alegre, 206.
Pôrto Calvo, 158, 160, 162, 187,
 326.
Pôrto Seguro, 73, 84, 98.
Pôrto Seguro, capitania de, 96,
 102, 103, 110, 141, 228, 313, 326.
Pôrto Seguro, Visconde de, ver
 Varuhagen, Francisco Adolfo de,
 visconde de Pôrto Seguro.
Porta, 42, 77, 99, 100.
Portugal, 74, 75, 78, 83, 88, 107,
 177, 132, 143, 149, 166, 173, 175,
 199, 202, 205, 230, 257, 263, 265,
 268, 269, 273, 283, 284-286,
 291-293, 295-300, 302, 304, 331,
 337, 356, 359.
 — e as descobertas, 67-71.
 — no princípio do século XVI,
 59-64.
Portuguêses, 64-65, 99, 100, 103,
 106, 110, 112, 115, 120, 121, 122,
 198, 204, 247, 248, 249, 264, 274,
 275, 285, 288, 296, 302, 304, 338.
Povoações, 88, 101, 121, 161, 182-
 184, 203, 297, 298, 301, 305, 306,
 312, 316, 326.
Povoamento, 47, 63-64, 85, 87, 88,
 92, 97, 98, 117-119, 133, 177,
 191, 193-194, 203, 214, 216, 219,
 220, 221, 276, 287-289, 305-306,
 321.
Prado, Domingos Rodrigues do,
 240.
Prado, Eduardo, 278.
Prado, Paulo, 347, 351.
Prata, 74, 86, 229, 230.
Preços, 77, 78, 204, 215, 220, 226,
 233-234, 236, 324.
Preste-João, 68, 70.
Privilegios dos cidadãos do Pôrto,
 62-63, 345.
Proença, Bernardo Soares de, 233.
Profissões, 335, 336.
Províncias Unidas, 167.
Ptolomeu, 69.
Quinto, 78, 83, 94, 241, 250, 266.
Quitatos de ouro, 241, 242, 245.
Quito, 198, 256.
Rabelo, Francisco, 158.
Ramaího, João, 100.
Rapadura, 220, 221, 311.
Recife, 42, 120, 133, 149, 151, 162,
 153, 155, 167, 169, 162, 165, 171,
 172, 175, 223, 253-255, 257-263,
 266, 280, 326, 347.
Educações jesuíticas, 181-186, 206,
 292-294.
Rico, Inácio do, 200.
Requena, d. Francisco de (comis-
 sário de demarcação), 300, 301.
Riachos e ribeiros:
 — do Acaracé, 221.
 — do Irigida, 215.
 — do Pontal, 215.
 — do Terra Nova, 215.
 — Tripui, 232.
Riba Aguerro, d. Fernando de la,
 158.
Ribeirões:
 — do Carmo, 232.
 — do Iupiranga, 232.
Rijail, Jacques, 123.

Rios

- Açu, 187, 222.
- Aguaricá, 44.
- Aguarico, 198, 240.
- Algre (ou Casmiquari), 44.
- Amazonas, 42-44, 47-49, 79, 181, 190-198, 205-207, 278, 280, 286, 303, 305.
- — entradas pelas afluentes da margem direita do, 205-206.
- — expansão para o, 117, 119, e sigla.
- — índios no, 205, 206.
- Apaporis, 300.
- Araguaia, 46, 239.
- Araguari, 304.
- Ariués, 237.
- Baependi, 246.
- Branco, 41, 205, 202, 302, 303, 304, 306.
- Cabrobó, 210.
- Cajari, 196.
- Calçoene, 304.
- Camapuã, 235.
- Camocim, 127, 128.
- Canindé, 211, 215.
- Capibaribe, 153, 222.
- Capim, 196.
- Carnapanatuba, 304.
- Carianhoba, 46, 240.
- Cassiquiare, 44.
- Ceará, 127, 211, 222.
- Ceará-mirim, 222.
- Chui, 41, 295, 298, 303.
- Codó, 211.
- Comiari, 300.
- Contas, 45.
- Corrente, 46.
- Corrientes, 292.
- Cornubatal, 181.
- Coxim, 235.
- Cuiabá, 235.
- Curupel, 98.
- da Cruz, 97.
- da Prata, 45, 79-81, 84-86, 88, 91, 95, 96, 100, 117, 177, 220, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 358.
- das Contas, 217, 241.
- das Mortes, 232, 233, 235, 246, 250, 251.
- das Pedras, 167.
- das Velhas, 45, 46, 188, 217, 222, 227, 232, 233, 246, 250, 252.
- de Ouro, 205.
- de S. Pedro, 288, 296.
- Doce, 45, 231, 232, 233, 247, 250.
- do Peixe, 280.
- Formosa, 156.
- Jeremoabo, 210, 214.
- Girandu, 46, 123, 124, 125, 223, 233, 246.
- Guaporé, 44, 47, 207, 237, 289.
- Ibitiá, 181, 292, 293, 302.
- Ibiá, 310.
- Içá, 45, 300.
- Iguaçu, 45, 181, 205, 222, 223, 292, 298, 299.
- Iguaçu, 45.
- Iguaçuá, 97.
- Iguaçuá, 290.
- Igurel, 292, 298, 299.
- Ijoiá, 181.
- Iulianburgo, 222, 352.
- Ipojuca, 22, 352.
- Itapicuru, 56, 211, 214, 222, 280, 312.
- Ivaí, 45, 181, 183, 205.
- Jacuipé, 222.
- Jaguaribe, 125, 187, 221.
- Japurá, 48, 201, 298, 300.
- Jari, 205.
- Jaucú, 44, 292, 298.
- Javari, 289, 291, 300, 305.
- Jejuí, 299.
- Jequitinhomba, 45, 55, 246.
- Jquiriquerê, 96.
- Juruá, 206.
- Madeira, 43, 44, 46, 47, 181, 206, 207, 237, 279, 291, 302, 305.
- Mamoré, 207, 237.
- Mbotetá, 235.
- Meirim, 56, 193.
- Mocaripe, 199.
- Mucuri, 96.
- Napo, 198, 200, 286.
- Negro, 43, 47, 48, 205, 280, 290, 291, 292, 294, 298, 300, 301, 302, 305.
- Nhamundá, 43.
- Oiapoque, 42, 49, 197, 303.
- Orcoço, 44, 290, 291.
- Paiminho, 198.
- Pará, 135, 246.
- Paracatu, 46.
- Paraguaçu, 45, 56, 186, 209, 216, 217, 233.
- Paraguai, 44, 46, 47, 55, 56, 181, 235, 236, 292, 299, 302.
- Paraíba, 45, 177, 181, 190, 221-222, 233, 247.

- Paraíba do Sul, 45, 180, 227, 233.
- Paraibuna, 233.
- Paramirim, 222.
- Paraná, 45, 46, 47, 55, 180, 181, 183, 235, 236, 292, 299.
- Paranaíba, 223.
- Paracatuba, 180.
- Paranapanema, 45, 55, 181, 183, 205.
- Parapuiba, 246.
- Pardo, 45, 182, 183, 217, 236, 238, 245, 294, 296.
- Parnaíba, 42, 46, 47, 49, 197, 209, 210, 211, 214, 215, 217, 280, 310, 312.
- Parú, 197, 286.
- Pepiriguacó, 45, 292, 297.
- Piauí, 162, 222, 223.
- Pianeó, 280.
- Piauí, 311, 215.
- Pindaré, 193, 196, 197, 280.
- Piqueri, 181.
- Piranhas, 221, 222, 280.
- Pomba, 217.
- Poti, 210.
- Prad, 129, 129, 131, 133.
- Preto, 223.
- Pumaré, 125.
- Purús, 36.
- Quaraim, 43.
- Real, 76, 79, 114, 119, 222.
- Rupununi, 304.
- Salitre, 229.
- São Francisco, 43, 45, 46-47, 49, 55, 97, 121, 172, 209, 210, 217, 220, 222, 223, 228, 235, 242, 246, 249, 251, 258, 263, 310, 312, 313.
- — bandeiras para o, 186-188.
- — gado nas margens do, 136, 148, 211, 214, 215, 226, 227, 310.
- — penetração do, 113, 119.
- São Lourenço, 235, 235.
- São Romão, 220.
- Sapucaí, 239, 246.
- Sararé, 207.
- Sergipe, 222.
- Serinhagem, 100.
- Solimões, 47, 205, 206, 292, 300.
- Tacatú, 292.
- Tapado, 151, 173.
- Tapajós, 43, 46, 181, 197, 257, 279, 305, 306.
- Taquari, 236, 238, 299, 300.
- Tejo, 67, 202.
- Tibagi, 181, 183.

- Tietê, 45, 55, 106, 177, 180, 181, 190, 235.
- Tocantins, 43, 46, 47, 161, 197, 206, 207, 239, 305, 312.
- Trombetas, 280.
- Turiaçu, 97.
- Una, 161, 162.
- Urubú, 205, 279.
- Urucua, 46, 246.
- Uruguai, 44, 45, 46, 47, 180, 181, 183, 205, 292, 297.
- Urucarioera, 292.
- Vasaborris, 214, 222.
- Verde, 222, 246.
- Vermelho, 239.
- Vicente Pinzon, 197, 303.
- Xané, 238.
- Xingú, 43, 46, 196, 279, 280, 286.
- Rio Branco, José Maria da Silva*
Paranhos, barão do, 358, 359.
- Rio de Janeiro, 55, 62, 79, 80, 84, 99, 107, 109, 114, 118, 140, 141, 142, 174, 184, 185, 220, 226, 232, 233, 242, 252, 254, 263, 265, 266, 281, 288, 298, 314, 326, 328, 329, 333, 335, 355, 357, 359.*
- Rio Grande, 42, 46, 55, 76, 123-125, 133, 142, 192, 281, 348.*
— flancengos no, 156, 157, 165, 174.
- Rio Grande do Sul, 42, 43, 49, 232, 238, 293, 295, 320-324, 325, 360.*
- Rio Negro, capitania subordinada do, 302.*
- Rios do Maranhão, 47.*
- Rocha Pita, Sebastião da, 249, 354.*
- Rodrigas, freguezia de, 281.*
- Rodrigues, Baltazar, 195.*
- Rodrigues, Bento, 222.*
- Rodrigues, Bruno, 232.*
- Rodrigues, Domingos padre, 118.*
- Rodrigues, José Carlos, 279.*
- Rodrigues, José Honório, 350.*
- Rodrigue, Milton da Silva, 360.*
- Rodrigues, Pedro, 343.*
- Rodrigues Neto, Manuel, padre, 355.*
- Rojas y Borja, Luis de, 160.*
- Roma, 165.*
- Romeo, Sílvio, 209, 359.*
- Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Maranhão, 219.*
- Roteiros, 240-241.*
- Rua, Francisco Xavier da, 316.*
- Sã, Artur de, 233.*
- Sã, Estácio de, 109-110.*

- Sá, Inácio Correia de*, 316.
Sá, João Correia de, 358.
Sá, José do Barbosa de, 235, 353.
Sá, Martins de, 358.
Sá, Martin Correia de, visconde de Asseca, 358.
Sá, Manuel do Sousa de, 131, 132, 133, 195, 198, 348.
Sá, Mom de, 108-111, 114, 118, 230.
Sá, Salvador Correia de, 171, 229, 230, 287.
Sá e Benevides, Salvador Correia de, 171, 229, 358.
Sá e Faria, 299.
Sabará, 242, 353.
Sabarabuçu, 229.
Saint-Hilaire, Augusto de, 314, 323, 324, 325, 326, 359, 360.
Sai, 146, 179, 184, 199, 314, 318, 229, 235, 266, 314, 321, 322.
 — feito de terra, 226.
 — imposto do, 94.
Saldanha, F. de, cardeal, 277, 357.
Salerno, António de, 113, 114.
Salinas, 93, 199.
Salitre, 192.
Salsa, 208, 307.
Salsaparrilha, 52, 272.
Salto (cidade do), 294.
Saltos:
 — Augusto, no Tapajós, 47.
 — das Sete Quedas ou Iguaçu, 181, 183, 235, 299.
 — de Paulo Afonso, 43, 47, 211.
 — de Pirapora, 46.
 — de Urubupungá, 130.
 — Guairá, 180.
 — Itaboca, no Tocantins, 47.
Salvador (cidade do), 106, 107, 114, 118, 148, 183, 186, 210, 314.
Salvador, Vicente do, frei, 135, 348, 349.
Sampaio, Jorge de, 209.
Samperra, G. paulre, 348.
San Cristobal, 182.
San Felice, João Vicente de, cer
 Bagnuoli, João Vicente de San
 Felice, conde de
São Francisco Xavier, redução de,
 183.
San Ignacio, relação de, 181, 183.
San Miguel, redução de, 183.
San Pablo, redução de, 183.
Santa Catarina, 42, 49, 86, 86, 280,
 288, 296, 348.
Santana, terra de, 68.
Santa Tecla (lugar), 293.
Santiago, Diogo Lopes do, 175, 350.
Santo Amaro, capitania de, 96, 98,
 103, 109, 141.
Santa Angria (povoação de), 292,
 294.
Santo Antão (lugar), 255.
Santa Antônia, redução de, 183.
Santa Officia, 113, 169.
Santos, Francisco dos, 210.
Santos (porto de), 42, 141, 186,
 191.
São Borja (lugar), 212, 294.
São Cristóvão (cidade de), 163.
São Domingos (lugar), 128.
São Fernando de Atabapo (lugar),
 290.
São Francisco do Sul, 191.
São João d'El Rei, 232.
São José d'El Rei, 232.
São José, João de, frei, 307, 359.
São Lourenço (lugar), 255, 292.
São Luis (cidade de), 42, 193, 200,
 291, 326.
São Miguel (lugar), 293, 293, 294.
São Paulo, 62, 76, 84, 107, 141,
 177, 180, 181, 185, 186, 188, 191,
 213, 217, 226, 229, 231, 232, 233,
 237, 239, 242, 244, 249, 250, 263,
 268, 268, 281, 282, 298, 318, 320,
 325, 330, 335, 351, 358, 360.
São Paulo (vila de), 230.
São Pedro (vila de), 293, 296.
São Sebastião (cidade de), 109-
 110, 114, 118, 233.
São Tomé (África), 266.
São Tomé (capitania de), 96.
São Vicente, capitania de, 84, 85,
 87, 95, 99, 103, 106, 109, 114,
 117, 140, 167, 171, 191, 192,
 229, 295.
Saragoça, capitulação de, 294.
Sarandi (lugar), 294.
Sardinha, Afonso, 230.
Sardinha, d. Pedro Fernandes,
 bispo, 106.
Schetz, os flamengos, 100.
Schkoppe, Sigismundo von, 156,
 157, 160, 163, 163, 172, 349.
Schoot, Albert, 149, 349.
Schoot, Willem, 149, 349.
Sreas, 49, 51, 52, 311, 323.
Sementes, 75, 79, 85, 179.
Sergipe, 42, 114, 118, 141, 142, 148,
 163, 214.
Seringueira, 307.
Serinham, 113, 137, 158, 161, 165,
 171, 172, 281.
Serra:
 — da Borborema, 182, 221.
 — da Canastra, 46.

- da Copacaba, 129.
- da Ibiapaba, 55, 84, 127, 210.
- da Mantiqueira, 45, 177, 180, 190, 233, 240, 252.
- da Ururetama, 126.
- das Vertentes, 45.
- de Itabaiana, 229.
- do Maracaju, 156.
- do Capim, 247.
- do Espinhaço, 45, 46, 114, 228, 232, 249, 313.
- do Mar, 42, 43, 44, 45, 47, 51, 76, 87, 106, 177, 190.
- dos Dois Irmãos, 215.
- dos Órgãos, 233.
- Sertão*, 120, 177-232, 310-321.
 - de Turí e Garupí, 193.
 - de Postos Bons, 211, 212, 215.
 - do Pajeú, Piaucó e Piranhas, 216.
- Sertões pernambucanos e baianos*, 313.
- Serra do Paizé*, Jerônimo, 171.
- Serra*, 244.
- Seamarias*, 93, 94, 99, 119, 215, 217, 218.
- Sete Foros do Uruguai*, redação dos, 186, 188, 292-295, 302.
- Secilha*, 128.
- Silva*, Antônio Delgado da, 356, 357.
- Silva*, Bartolomeu Bueno da (o 1.º Anhangüera), 238.
- Silva*, Bartolomeu Bueno da, (o 2.º Anhangüera), 238-240.
- Silva*, Fernão da, 120.
- Silva*, Luís de Melo da, 228.
- Silva*, Manuel Dias da, 240.
- Silva*, Pedro da, 160, 163, 164, 350. Anhangüera), 238-239.
- Silveira*, Braz Baltazar da, 242.
- Silveira*, João de Godoi Pinto da, 240.
- Silveira*, Simão Estação da, 194.
- Smith*, Adam, 330.
- Soliz*, João lhas de, 80, 81, 86, 265.
- Sorocaba*, 159, 184, 190, 191, 320.
- Sousa*, Alvaro de, 197.
- Sousa*, Bernardino José de, 347.
- Sousa*, Diogo de, 238.
- Sousa*, Francisco de, 123, 125, 192, 229, 241.
- Sousa*, Gabriel Soares de, 223, 229, 241.
- Sousa*, Gaspar de, 127, 128, 133, 193, 197.
- Sousa*, João de, 99.
- Sousa*, d. Luis de, 195-196.
- Sousa*, Luis de, frei, 346.
- Sousa*, Martim Afonso de, 85-87, 91, 92, 96, 98-99, 107, 108, 228, 265, 345.
- Sousa*, Miguel de, 232.
- Sousa*, Pedro Coelho de, 125, 126.
- Sousa*, Pero Lopes de, 85, 87, 88, 91, 96, 97, 98, 101, 108, 345.
- Sousa*, Tomé de, 105-106, 150, 215, 228, 346.
- Sousa e Abreu*, Manuel de, 153.
- Sousa e Silva*, Joaquim Norberto, 281, 357.
- Souto*, Sebastião do, 164.
- Souto Mayor*, Pedro Taveira, 158.
- Spir*, J. B. von, 323, 354, 359, 360.
- Stuart*, Guilherme, barão de, 278, 281.
- Tabaco*, ver Fumo.
- Tabatinga*, 43, 300, 301, 305.
- Tabira* (índio), 268.
- Taborda*, capitulação da, 173.
- Taño*, Francisco Dias, 185.
- Tapa*, redução da, 181, 183, 185, 206, 286.
- Tapuitapera*, capitania hereditária de, 195, 197, 200, 208.
- Taques de Almeida Pais Leme*, Pedro, 188, 226, 239, 268, 351, 353, 355.
- Taubaté*, 190, 191, 232, 233, 242.
- Taunay*, Afonso d'F., 351, 352, 353, 355.
- Tavares*, João, 122, 125.
- Teixeira*, Domingos frei, 210, 352.
- Teixeira*, d. Marcos, hispo, 147.
- Teixeira*, Pedro, 196, 198, 199, 205, 256.
- Teixeira Cortão*, José João, 245, 246, 353, 354, 359.
- Teixeira de Melo*, Antônio, 200.
- Tries da Silva*, Antônio, 169, 170.
- Thevet*, A., 347.
- Tibiricó*, Martim Afonso, 109.
- Tijuco*, 244.
- Tintas*, 198.
- Toledo*, Fadrigue de, 150, 155, 173.
- Tomar*, Manuel Rodrigues, 240.
- Torre de Garcia d'Ávila*, 13, 154.
- Torre*, Fernando do Mascarenhas, conde da, 165, 166.
- Tourinho*, Pero de Campos, 96.
- Tourinho*, Sebastião, 114.
- Tráfico africano*, supressão do, 65.
- Trairas* (Goiás), 317.
- Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil*, 304.
- Tratados*:
 - de Aliança, 359.

- de Amiens (1802), 304, 359.
 — de Badajoz (1801), 304, 359.
 — de Fontenilleau, 304.
 — de Madrid (1750), 289, 291, 294, 295, 297, 299, 302, 368.
 — de Madrid (1801), 304, 359.
 — de Paris (1763), 290.
 — de Paris (1797), 304, 359.
 — de Portugal com a Holanda (1640), 199.
 — de Santo Ildefonso (1777), 297, 298, 299, 358.
 — de Tordesillas, 95, 96, 283, 285, 287, 289, 295.
 — de Utrecht, 288, 303, 359.
 — Provisional (de 1701), 303, 359.
- Tropicus:**
 — de dez anos (1641) entre Portugal e Holanda, nas colônias, 106.
 — de doze anos (1609) entre os Países Baixos e a Espanha, 144.
 — em 1615 entre portugueses e franceses no Maranhão, 131-132.
- Trigo,** 190, 324.
- Tropicos,** 247.
- Tropico de Câncer,** 145.
 — de Capricórnio, 41.
- Truxa,** 106.
- Truquai,** 41, 45, 294, 314, 350.
 — missões do, 286, 288, 290, 292-293, 302.
- Valcaez, Gaspar de,** 158.
- Valdeirios, d. Gaspar de Muniya León Garabito Tello y Espinosa,** marquês de, 293.
- Valdez, Diogo Flores,** 150.
- Val, João Velho do,** 210.
- Vaqueiros,** 219-219, 223, 227, 308, 309.
- Vaslhagen, Francisco Adolfo de, visconde de Porto-Seguro,** 346, 348, 349, 351, 352, 354, 355, 358, 358.
- Vasconcelos, António Pedro de,** 288.
- Vasconcelos, Simão de, padre,** 278.
- Vaux, Charles de,** 349.
- Veiga, Amador Bueno da,** 252.
- Velho, Domingos Jorge,** 178, 187, 351.
- Velloso, Francisco, padre,** 202.
- Veneza,** 259.
- Venezuela,** 128.
- Versola, Paulo,** 158.
- Vertiz y Salcedo, d. Juan José de,** 296.
- Vespucel, América,** 76.
- Vestnário,** 312, 317, 318, 329, 330, 332.
- Viagens,** 312, 317, 318, 321, 322.
- Viamão,** 296.
- Viana, Manuel Nunes,** 249, 250, 251.
- Vidal de Negreiros, André,** 170-172, 175.
- Viegas, João Peixoto,** 217.
- Vieira, António, padre,** 201-203, 208, 264, 278, 351.
- Vieira, João Fernandes,** 169-173, 175.
- Vila(s):**
 — criação de, 190, 242.
 — de João Amaro, 187.
 — de Madalena, 162.
 — de Santos, 92.
 — de Santo André, 109.
 — de São Francisco, 162.
 — destruídas ou assoladas pelos índios 191-192.
 — originadas das aldeias jesuíticas, 276, 277, 290.
 — principais, 87, 88, 93, 98, 100, 107.
 — velha, 164.
- Vieira Guimarães, J.,** 345.
- Vila Rica,** 181, 242, 243, 315.
- Vilcu, António Arnan,** 205.
- Vilhena, Luís dos Santos,** 279.
- Villegaignon, Nicolas Durand de,** 107, 109, 347.
- Vinhas,** 234, 260.
- Vitória (Espírito Santo),** 98.
- Wernsdorff, J. C. M.,** 350.
- Weydenburgh, Diederich van,** 151, 173.
- Xavier de Almeida e Sousa, Cândido,** 209.
- Xeria, Luís Cespades,** 182-183, 351.
- Ximenes, Alonso,** 162.
- Xisto IV, papa,** 283.
- Zenha, Edmundo,** 353.

COMISSÃO EXECUTIVA
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
1953-1956

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA (Presidente)
Rua Cosme Velho, 233 — Rio de Janeiro

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES (Secretário)
Av. Afrásio de Melo Franco, 16, apto. 2 — Rio de Janeiro

JAYME COELHO
Instituto de Educação — Rio de Janeiro

AFONSO DE E. TAUNAY
Rua Lupércio Camargo, 74 — São Paulo

EDGARD DE ROQUETE PINTO
Av. Beira Mar, 210 — Rio de Janeiro

APRIGIO NOGUEIRA
Machado (E. F. Sot Mincira) — Minas Gerais

CANDIDO MARIANO DA SILVA RONDON
Av. Atlântica, 244, 5.º andar — Rio de Janeiro

EDGARD DE CASTRO REBÊLO
Rua 1.º de Março, 6, 4.º and., sala 1 — Rio de Janeiro

ISEU DE ALMEIDA F. SILVA
Rua Meus Barrco, 120 — Rio de Janeiro

FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATOS
Rua 12 de Maio, 173 — Rio de Janeiro

RODRIGO OTAVIO FILHO
Rua São Clemente, 421 — Rio de Janeiro

AFONSO ABINOS DE MELO FRANCO
Rua Anita Garibaldi, 19 — Rio de Janeiro

BIBLIOTECA E SECRETARIA — 45, rua Capistrano de Abreu —
Botafogo — Rio de Janeiro.

TESOURARIA — 20, rua das Magnólias — Cávca — Rio de Janeiro
— Tel. 27-3409.

A **BIBLIOTECA** está franqueada aos Sócios às segundas, quartas e
sextas-feiras, das 12 às 17 horas.

RELAÇÃO NOMINAL DOS MEMBROS
DA
SOCIEDADE CAPISTRANO DE ABREU
EM 1953

- ABNER CARNEIRO LEÃO DE VASCONCELOS — Estácio Coimbra
n.º 40 — Tel. 46-3196 — Rio de Janeiro.
- ADAIL BARRETO — Câmara dos Deputados — Rio de Janeiro.
- ALOYSIO DE CARVALHO FILHO — Senado Federal — Rio de Janeiro.
- AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO — Anita Garibaldi, 19 —
Tel. 37-5977 — Rio de Janeiro.
- AFONSO DE E. TAUNAY — Rua Lupércio Cantargo, 74 — Tel. 8-9223
— São Paulo.
- ALCEU DE AMOROSO LIMA (Correspondente) — D. Mariana, 149
— Tel. 26-1504 — Rio de Janeiro.
- ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA LIMA SOBRINHO (Correspondente)
— Redação do "Jornal do Brasil" — Rio de Janeiro.
- ALFREDO ELLIS JUNIOR (Correspondente) — Rua Estados Uni-
dos, 86 — Tel. 8-6451 — São Paulo.
- ALTINO ARANTES — Frei Caneca, 1282 — Tel. 31-5382 — S. Paulo.
- AMARO QUINTAS (Correspondente) — Neto Mendonça, 242 — Recife
— Pernambuco.
- AMÉRICO JACOBINA LACOMBE — D. Mariana, 73 — Tels. 26-7914
e 26-2548 — Rio de Janeiro.
- AMÉRICO LUDOLF — S. Salvador, 49 — Tel. 25-3904 — Rio de
Janeiro.
- AMNERIS DE ABREU — Farani, 61 — Tel. 26-6568 — Rio de Janeiro.
- ANTONIO BATISTA PEREIRA (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- ANTONIO BRUNO BARBOSA — Estado de São Paulo.
- ANTONIO FELIX DE BULHÕES — Pereira da Silva, 276 — Telefons:
25-9178 — Rio de Janeiro.

- ANTONIO SERRANO (Correspondente) — Museu de Entre Rios-Paraná
Paraná — República Argentina.
- APRIGIO NOGUEIRA — Machado — E. F. Sul Mineira — Minas
Gerais.
- ARNALDO QUINLE — Avenida Rio Branco, 137 — Tel. 22-6052 —
Rio de Janeiro.
- AUGUSTO MEYER — Praia de Botafogo, 134 — Telefone: 25-5661.
- CANDIDO M. DA SILVA RONDON — Av. N. S. de Copacabana, 1334
— Tel. 27-2318 — Rio de Janeiro.
- CARLOS PONTES (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- CESAR RABELO — Cosme Velho, 185 — Tel. 25-0501 — Rio de
Janeiro.
- CLAUDIO GANNS — Av. N. S. de Copacabana, 99 — Tel. 37-0767 —
Rio de Janeiro.
- DANIEL DE CARVALHO — Barão de Itambi, 54 — Tel. 26-4464 —
Rio de Janeiro.
- DANTE DE LAYTANO (Correspondente) — Porto Alegre — Rio
Grande do Sul.
- DEMÓSTENES DE OLIVEIRA DIAS — Primeiro de Março, 17 —
Tel. 43-5233 — Rio de Janeiro.
- DJALMA FORJAZ — Rua Cláudio, 58 — Tel. 31-1107 — Estado de
São Paulo.
- DJALMA GUMARIAS (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- DOLOR BARBEIRA (Correspondente) — Instituto do Ceará —
— Fortaleza — Ceará.
- EDGARD DE ROQUETTE-PINTO — Avenida Beira Mar, 406 —
Tel. 42-3275 — Rio de Janeiro.
- EDGARDO DE CASTRO REBELO — Alvarés Borgersth, 22 — Telefoni:
26-0495 — Rio de Janeiro.
- ELOY PONTES (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- FERDINAND BRIGUIET — Candido Graffée, 156 — Tel. 26-0945 —
Rio de Janeiro.
- FERNANDO RAJA GABAGLIA — Av. Pasteur, 419 — Tel. 26-5080
— Rio de Janeiro.
- FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO FRANCO (Correspondente) —
Estado de São Paulo.
- FRANCISCO DE ASSIS CHATEAUBRIAND BANDEIRA DE MELO
— Diários Associados — Rio de Janeiro.
- FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATOS — 12 de Maio, 429
— Tel. 27-7659 — Rio de Janeiro.
- FRANCISCO MARQUES DOS SANTOS — Chile, 21 — Tel. 22-2316
— Rio de Janeiro.

- GUILHERME GUINLE — Avenida Rio Branco, 137 — Tel. 52-4434
— Rio de Janeiro.
- GUSTAVO DE SA LESSA — Souza Lima, 149 — Tel. 47-7706 —
Rio de Janeiro.
- ILVENMANN GUIMARAES — Praia de Botafogo, 68 — Tel. 25-4868
— Rio de Janeiro.
- HELIO VIANA — Alexandre Ferreira, 55 — Tel. 26-1989 — Rio de
Janeiro.
- HELOISA DE ALBERTO TORRES — Paisandu, 228 — Tel. 25-0760
— Rio de Janeiro.
- HENRIQUE DE MORAIS — Ronald de Carvalho, 5 — Tel. 37-6228
— Rio de Janeiro.
- ILDEFONSO ALBANO (Correspondente) — Real Grandeza, 120 —
Tel. 26-4267 — Rio de Janeiro.
- ISEU DE ALMEIDA E SILVA — Sorocaba, 507 — Tel. 26-6043 —
Rio de Janeiro.
- JAYME COELHO — Ibituruna, 12 — Tel. 28-4287 — Rio de Janeiro.
- JOÃO ANGYONE COSTA (Correspondente) — Av. Epitácio Pessoa, 40
— Tel. 27-6463 — Rio de Janeiro.
- JORDÃO EMERENCIANO (Correspondente) — Arquivo Público Esta-
dual — Recife — Pernambuco.
- JOSE CALAZANS BRANDÃO DO SILVA (Correspondente) — Salvador
— Bahia.
- JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — Praia do Flamengo, 2 —
Tel. 25-3311 — Rio de Janeiro.
- JOSE CARLOS DE MATOS PEIXOTO — Barão de Flamengo, 22 —
Tel. 45-1435 — Rio de Janeiro.
- JOSE HONÓRIO RODRIGUES — Av. Afrânio de Melo Franco, 16 —
Tel. 27-3346 — Rio de Janeiro.
- JUAREZ DO NASCIMENTO FERNANDES TAVORA — Rio de
Janeiro.
- JÚLIO MESQUITA FILHO (Correspondente) — Estado de S. Paulo.
- LUCINDA COUTINHO DE MELO GOELHO — Barão de Mesquita
n.º 248 — Tel. 48-4222.
- LUIS DA CÂMARA CASCUDO (Correspondente) — Rio Grande do
Norte.
- LUIS RAUL DE SENA CALDAS — Rua Haddock Lobo, 134 —
Tel. 48-1602 — Rio de Janeiro.
- LUIS VIANA — Jerônimo Monteiro, 36 apt.º 302 — Tel. 47-3916 —
Rio de Janeiro.
- MANOEL CICERO P. DA SILVA — Palmeiras, 54 — Tel. 26-0740
— Rio de Janeiro.

- MANOEL PAULO FILHO — Av. Delfim Moreira, 584 — Telefone:
47-3139 — Redação do "Correio da Manhã" — Rio de Janeiro.
- MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA — Cosme Velho, 233 —
Tel. 25-3273 — Rio de Janeiro.
- MARIA JOSE DE PROENÇA SOMBRA — Magnólias, 20 —
Tel. 27-3409 — Rio de Janeiro.
- MARIA LUIZA DA MOTA CUNHA FREIRE — Laranjeiras, 210,
apt.º 1204 — Tel. 25-8925 — Rio de Janeiro.
- MIGUEL CALGHERAS — Estado de São Paulo.
- MAURICIO A. TEIXEIRA DE CASTRO — João Barros, 14 —
Tel. 47-7365 — Rio de Janeiro.
- MILTON BARBOSA — Assembléa, 67 — Tel. 22-7867 — Rio de
Janeiro.
- NARCELIO DE QUEIROZ — República do Peru, 193 — Tel. 37-9891
— Rio de Janeiro.
- OTAVIO GOUVEIA DE BULHÕES — Raul Pompéia, 132 — Telefone:
47-2207 — Rio de Janeiro.
- PAUL RIVET (Correspondente) — França.
- PHILIP VON LUETZELBURG (Correspondente) — Alemanha.
- PIERRE DEFFONTAINES (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- PRUDENTE DE MORAIS NETO — Barão de Oliveira Castro, 73 —
Tel. 26-8931 — Rio de Janeiro.
- RAYMUNDO GIRAO (Correspondente) — Instituto do Ceará — Forta-
leza — Ceará.
- RENE DE CASTRO THIOLIER (Correspondente) — Estado de S. Paulo.
- ROBERTO MOREIRA — Estado de São Paulo.
- ROBERTO VITOR DE LAMARE — Almirante Guillobel, 44 —
Tel. 26-8186 — Rio de Janeiro.
- RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE — Bulhões de Carva-
lho, 181 — Tel. 27-2503 — Rio de Janeiro.
- RODRIGO OTAVIO FILHO — São Clemente, 421 — Tel. 26-0953.
Rio de Janeiro.
- SERAFIM LEITE (Correspondente) — Portugal.
- SYLVIO FROES ABREU — Dr. Satamini, 129 — Tel. 48-8551 —
Rio de Janeiro.
- TANCREDO PAIVA (Correspondente) — Rio de Janeiro.
- TOMÁS POMPEU SOBRINHO (Correspondente) — Instituto do
Ceará — Fortaleza — Ceará.
- VICENTE COSTA SANTOS TAPAJOS — Copacabana, 1039 — Rio de
Janeiro.
- WASHINGTON LUIZ PEZEIRA DE SOUZA (Honorário) — Rua
Haddock Lobo, 1297 — Tel. 8-6981 — São Paulo.